



Avaliação de compromissos FOCAC da China em relação a Africa, e pesquisa do caminho a seguir

Relatório elaborado pelo Centro de Estudos Chineses

Preparado para a Fundação Rockefeller, Janeiro de 2010

THE
ROCKEFELLER
FOUNDATION



CENTRE FOR
CHINESE STUDIES

As constatações, interpretações e conclusões nele expressas são as dos autores e não reflectam, necessariamente, a opinião da Fundação Rockefeller.

© 2009 Centro de Estudos Chineses, Universidade de Stellenbosch;

Todos os direitos são reservados



CENTRE FOR
CHINESE STUDIES

Agradecimentos

A equipe de investigação, compreendendo Tracy Hon, Johanna Jansson, o Professor Garth Shelton, Dr Liu Haifang, Christopher Burke e Carine Kiala, gostaria de agradecer:

À equipe do CCS: Dr. Martyn Davies, Hayley Herman, Elizabeth Newman, Hannah Edinger, Tebogo Lefifi, Meryl Burgess, Matthew McDonald, Sanne Mars-van-der-Lugt, Anneke Kamphuis, Flore Pallardy, Herman Wiid e Bronwyn Grobler; a Fundação de Negócios da NEPAD; Africa Matters Ltd; João Feijó, Emb. Philip Idro, Emb. Charles Sanga, Samuel Nguiffo, Johanna Bergman-Lodin, bem como aos amigos e colegas de Angola, Botswana, China, a RDC, Moçambique, Tanzânia e o Uganda por toda a sua ajuda e conselhos;

Aos funcionários de governo chineses, africanos e outros, académicos, representantes da comunidade de ONGs, bem como os representantes do sector privado, com quem a equipe de investigação se encontrou nos próprios países, pela sua generosidade e franqueza na partilha das suas visões, as quais foram incalculavelmente valiosas durante as entrevistas;

Ao Centro de Direito Comercial para África Austral (TRALAC), Stellenbosch, pelos dados providenciados sobre o Atlas Mundial do Comércio (World Trade Atlas); a Fundação Rockefeller pelo seu prestável financiamento da pesquisa e por ter providenciado conselhos e apoio.

Foto na capa cortesia de China Chas: Pequim durante a Cimeira do FOCAC 2006.

Disposição de Johanna Jansson

Índice

AGRADECIMENTOS.....	II
LISTA DE SIGLAS	VIII
LISTA DE FIGURAS	XIV, III
SÍNTESE EXECUTIVA.....	XVI
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 ESTRUTURA DO RELATÓRIO	2
1.2 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	3
2. ANTECEDENTES.....	5
2.1 COMENTÁRIO CONCEPTUAL: O PAPEL DAS REUNIÕES DO FOCAC	20
3. ANGOLA	22
3.1 INTRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-ANGOLANAS	22
3.2 AVALIANDO O PLANO DE ACÇÃO DE PEQUIM: A COOPERAÇÃO POLÍTICA	23
3.3 AVALIANDO O PLANO DE ACÇÃO DE PEQUIM: A COOPERAÇÃO ECONÓMICA	24
3.3.1 AGRICULTURA.....	24
3.3.2 A COOPERAÇÃO NOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS.....	27
3.3.3 COMÉRCIO	30
3.3.4 O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA	35
3.3.5 A COOPERAÇÃO EM ENERGIA E RECURSOS	42
3.3.6 A COOPERAÇÃO NAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E TRANSPORTES AÉREOS E MARÍTIMOS.....	43
3.4 AVALIANDO O PLANO DE ACÇÃO DE PEQUIM: A COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	44
3.4.1 ASSISTÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO E O ALÍVIO DA DÍVIDA	44
3.4.2 O DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS.....	46
3.4.3 A EDUCAÇÃO.....	46
3.4.4 CUIDADOS MÉDICOS E A SAÚDE PÚBLICA	46
3.5 Os IMPACTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÓMICOS DO PROCESSO DO FOCAC	47
3.5.1 FIRMANDO AS RELAÇÕES SINO-ANGOLANAS.....	49
3.5.2 A ENTREGA VISÍVEL DOS SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA.....	49
3.5.3 A CONGESTÃO CRESCENTE DE TRÁFEGO EM PONTOS LOGÍSTICOS TEM PROVOCADO ENGARRAFAMENTOS	50
3.5.4 AS IMPLICAÇÕES DOS CIDADÃOS EXPATRIADOS CHINESES PARA OS RECURSOS HUMANOS DE ANGOLA.....	50
3.5.5 O CINISMO ACERCA DAS RELAÇÕES SINO-ANGOLANAS	51



3.6 RECOMENDAÇÕES AOS PARCEIROS SOCIAIS ANGOLANOS.....	52
3.6.1 IMPLEMENTAR REFORMAS ESPECÍFICAS E PRÁTICAS DE POLÍTICAS, DE FORMA A OPTIMIZAR BENEFÍCIOS DAS RELAÇÕES COM A CHINA A MAIS LONGO PRAZO.....	50
3.6.2 AUMENTO DE EMPREGO ENTRE CIDADÃOS LOCAIS DEVIDO A TRABALHO EM PROJECTOS CONTRACTADOS A COMPANHIAS CHINESAS	53
3.6.3 DESENVOLVER A COMPETÊNCIA LOCAL NO CHINÊS MANDARIM	54
3.6.4 CONSTRUIR A PERÍCIA MÉDICA NO COMBATE À MALÁRIA	54
3.6.5 REFORÇAR O SECTOR DA FABRICAÇÃO ATRAVÉS DE SOCIEDADES EM COMPARTICIPAÇÃO SINO-ANGOLANAS	55
3.6.6 AUMENTAR A CONSCIENTIZAÇÃO CULTURAL DE FORMA A ENCORAJAR ENTENDIMENTO MÚTUO.....	55
<u>4. A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC).....</u>	57
4.1 INTRODUZINDO AS RELAÇÕES SINO-CONGOLESAS	57
4.2 AVALIANDO O PLANO DE ACÇÃO DE PEQUIM: A COOPERAÇÃO POLÍTICA	58
4.3 AVALIANDO O PLANO DE ACÇÃO DE PEQUIM: A COOPERAÇÃO ECONÓMICA	59
4.3.1 AGRICULTURA.....	59
4.3.2 A COOPERAÇÃO NOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS.....	62
4.3.3 COMÉRCIO	63
4.3.4 FINANÇAS	68
4.3.5 O DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA	68
4.3.6 ENERGIA E RECURSOS.....	77
4.4 AVALIANDO O PLANO DE ACÇÃO DE PEQUIM: A COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	79
4.4.1 APOIO AO DESENVOLVIMENTO	79
4.4.2 O DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS.....	80
4.4.3 EDUCAÇÃO.....	80
4.4.4 CUIDADOS MÉDICOS E A SAÚDE PÚBLICA.....	81
4.5 Os IMPACTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÓMICOS DO FOCAC	85
4.6 RECOMENDAÇÕES AOS PARCEIROS SOCIAIS CONGOLES	87
4.6.1 A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DEVE SER O ENFOQUE DAS RELAÇÕES SINO-CONGOLESAS.....	86
4.6.2 A COLABORAÇÃO SINO-CONGOLESA NA INFRA-ESTRUTURA TAMBÉM BENEFICIA A SEGURANÇA DE SAÚDE E ALIMENTAR	87
4.6.3 INCLUIR A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA UMA TRANSPARÊNCIA MELHORADA	88
4.6.4 GARANTIR A CAPACIDADE TÉCNICA NOS PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO COM A CHINA	89
4.6.5 DESIGNAR UMA PESSOA FOCAL PARA GERIR A COOPERAÇÃO SINO-CONGOLESA NA ÁREA DA SAÚDE	90
4.6.6 FOCAR O DESENVOLVIMENTO DE RH NO SENTIDO DE MELHORAR AS CAPACIDADES ADMINISTRATIVAS NO SECTOR DA SAÚDE	90
4.6.7 KATANGA DEVE EMPREENDER OS DIREITOS LABORAIS ATRAVÉS DA INTERMEDIÇÃO CHINESA.....	90
4.6.8 FOCAR A COOPERAÇÃO SINO-CONGOLESA NOS CUIDADOS DE SAÚDE A RESPEITO DA PREVENÇÃO DA MALÁRIA ..	92
4.6.9 UTILIZAÇÃO DO REGIME DE FOMENTO DA PRODUÇÃO PARA O INVESTIMENTO CHINÊS NA PRODUÇÃO DE ÓLEO DE PALMA.....	92
4.7 RECOMENDAÇÕES AOS PARCEIROS SOCIAIS CHINESES	92
4.7.1 ABRIR UM CONSULADO DA CHINA EM LUBUMBASHI	92
4.7.2 A PARTICIPAÇÃO ACTIVA NOS ESFORÇOS DE COORDENAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO.....	92
4.7.3 EDUCAR OS ESTUDANTES CONGOLESES EM DISCIPLINAS NÃO OFERECIDAS NA RDC.....	93

5. MOÇAMBIQUE	94
5.1 INTRODIZINDO AS RELAÇÕES SINO-MOÇAMBICANAS	94
5.2 AVALIANDO O PLANO DE ACÇÃO DE PEQUIM: A COOPERAÇÃO POLÍTICA	96
5.3 AVALIANDO O PLANO DE ACÇÃO DE PEQUIM: A COOPERAÇÃO ECONÓMICA	97
5.3.1 AGRICULTURA.....	98
5.3.2 COMPANHIA DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS	100
5.3.3 COMÉRCIO	104
5.3.4 O DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA	107
5.3.5 ENERGIA E RECURSOS.....	111
5.3.6 PROJECTOS PRIORITÁRIOS DE INFRA-ESTRUTURA.....	114
5.4 AVALIANDO O PLANO DE ACÇÃO DE PEQUIM: A COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	116
5.4.1 O DESENVOLVIMENTO E O ALÍVIO DA DÍVIDA.....	116
5.4.2 O DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS.....	117
5.4.3 EDUCAÇÃO.....	117
5.4.4 CUIDADOS MÉDICOS E A SAÚDE PÚBLICA.....	122
5.4.5 TURISMO	125
5.4.6 INTERCÂMBIO DOS JOVENS E DAS MULHERES	125
5.5 Os IMPACTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÓMICOS DO PROCESSO DE FOCAC	127
5.5.1 A INTERNACIONALIZAÇÃO EM ÁFRICA	127
5.5.2 REVISÃO DE REGULAMENTOS REFERENTES AO LOCAL DE TRABALHO.....	127
5.5.3 TRADUÇÃO PARA MANDARIM DO DIREITO LABORAL	129
5.5.4 RECOMENDAÇÕES DAS MELHORES PRÁTICAS SINO-MOÇAMBICANAS PARA OS PAÍSES AFRICANOS	127
5.6 RECOMENDAÇÕES AOS PARCEIROS SOCIAIS MOÇAMBICANOS	132
5.6.1 DESENVOLVER O SECTOR AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE	132
5.6.2 EXPANDIR OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO E GESTÃO DA ÁGUA	132
5.6.3 DESENVOLVER AS REDES RODOVIÁRIAS E FERROVIÁRIAS MOÇAMBICANAS	133
5.6.4 EXPANDIR O ABASTECIMENTO DE ENERGIA DE MOÇAMBIQUE COM ENFOQUE NA ENERGIA HIDRO-ELÉCTRICA	133
5.6.5 IMPLEMENTAR UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS.....	134
5.6.6 INFLUENCIAR OS GRADUADOS RECEPIENTES DE BOLSAS DE ESTUDO DO GOVERNO CHINÊS	135
5.6.7 FORTALECER AS ALFÂNDEGAS MOÇAMBICANAS DE FORMA A PROTEGER O FABRICO DOMÉSTICO	135
5.6.8 ULTRAPASSAR A BUROCRACIA NA ATRIBUIÇÃO DAS TERRAS PARA OS PROJECTOS	136
5.6.9 COLOCAR O ENFOQUE SOBRE OS CENTROS DE COMBATE DA MALÁRIA.....	136
6. TANZÂNIA	138
6.1 INTRODIZINDO AS RELAÇÕES SINO-TANZÂNIANAS	138
6.2 AVALIANDO O PLANO DE ACÇÃO DE PEQUIM: A COOPERAÇÃO POLÍTICA	140
6.3 AVALIANDO O PLANO DE ACÇÃO DE PEQUIM: A COOPERAÇÃO ECONÓMICA	144
6.3.1 AGRICULTURA.....	144
6.3.2 A COOPERAÇÃO NOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS.....	146
6.3.3 COMÉRCIO	150
6.3.4 FINANÇAS	152
6.3.5 O DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA	155
6.3.6 ENERGIA E RECURSOS.....	157

6.4 AVALIANDO O PLANO DE ACÇÃO DE PEQUIM: A COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	157
6.4.2 O DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS.....	158
6.4.3 O ENSINO	159
6.4.4 CUIDADOS MÉDICOS E A SAÚDE PÚBLICA.....	160
6.4.5 TURISMO	162
6.5 OS IMPACTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÓMICOS DO FOCAC.....	163
6.6 RECOMENDAÇÕES AOS PARCEIROS SOCIAIS DA TANZÂNIA	164
6.6.1 A ESTRUTURA DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SINO-TANZÂNIANO	164
6.6.2 ESTABELECER UM COMITÉ DE MONITORIZAÇÃO DO FOCAC PARA A TANZÂNIA.....	1645
6.6.4 EDIFICAR COMPETÊNCIAS NO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ..	165
6.6.5 FACILITAR O ACESSO ÀS OPÇÕES DE CAPITAL E FINANCIAMENTO PARA OS TANZÂNIANOS	166
6.6.6 AUMENTAR AS OPORTUNIDADES PARA A TRANSFERÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS E TECNOLOGIA	166
6.6.7 UTILIZAR AS PERÍCIAS NECESSÁRIAS NA NEGOCIAÇÃO DOS ACORDOS	166
6.6.8 FORMALIZAR LAÇOS ENTRE AS INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA E PESQUISA AFRICANAS E CHINESAS	166
6.6.9 ENFOQUE SOBRE A PARTICIPAÇÃO CONJUNTA DA TANZÂNIA E CHINA EM DETERMINADOS SECTORES DE IMPORTÂNCIA VITAL	166
6.7 RECOMENDAÇÕES AOS PARCEIROS SOCIAIS CHINESES.....	170
6.7.1 FACILITAR O ACESSO DOS PARCEIROS SOCIAIS DA TANZÂNIA AO CAPITAL.....	170
<u>7. UGANDA</u>	<u>171</u>
7.1 INTRODUZINDO AS RELAÇÕES SINO-UGANDENSES	171
7.2 AVALIANDO O PLANO DE ACÇÃO DE PEQUIM: A COOPERAÇÃO POLÍTICA	172
7.3 AVALIANDO O PLANO DE ACÇÃO DE PEQUIM: A COOPERAÇÃO ECONÓMICA	174
7.3.1 AGRICULTURA.....	175
7.3.2 A COOPERAÇÃO NOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS.....	178
7.3.3 COMÉRCIO	182
7.3.4 FINANÇAS	190
7.3.5 O DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA	192
7.3.6 ENERGIA E RECURSOS.....	195
7.4 AVALIANDO O PLANO DE ACÇÃO DE PEQUIM: A COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	196
7.4.1 O DESENVOLVIMENTO E O ALÍVIO DA DÍVIDA.....	196
7.4.2 O DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS.....	197
7.4.3 EDUCAÇÃO.....	198
7.4.4 CUIDADOS MÉDICOS E A SAÚDE PÚBLICA.....	202
7.4.5 TURISMO	205
7.5 OS IMPACTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÓMICOS DO FOCAC.....	206
7.5.1 A PARTICIPAÇÃO A NÍVEL DO GOVERNO	206
7.5.2 A PARTICIPAÇÃO A NÍVEL DO SECTOR PRIVADO.....	207
7.6 RECOMENDAÇÕES AOS PARCEIROS SOCIAIS DO UGANDA.....	208
7.6.1 GARANTIR A PRIORITIZAÇÃO DO AGRO PROCESSAMENTO EM ANTECIPAÇÃO DO FOCAC 2009.....	208
7.6.2 ESTABELECER UM CENTRO CHINÊS DE BOLSAS DE ESTUDO EM KAMPALA.....	208
7.6.3 FOCAR O DESENVOLVIMENTO DOS RH CHINESES SOBRE A PREVENÇÃO DA MALÁRIA	209
7.6.4 FORTALECER A CAPACIDADE ADMINISTRATIVA DO SISTEMA DE SAÚDE DO UGANDA	209
7.6.5 ESTABELECER UMA CONFERÊNCIA ANUAL DO FOCAC SOBRE OS NEGÓCIOS SINO-UGANDENSES	210

7.6.6 FAZER AVANÇAR AS SOCIEDADES EM COMPARTICIPAÇÃO SINO-UGANDENSES PARA FORTALECER A CAPACIDADE DE FABRICO DO UGANDA	211
7.6.7 ESTABELECE UM CENTRO EMPRESARIAL SINO-UGANDENSE EM KAMPALA	211
7.6.8 O INVESTIMENTO CHINÊS NO SECTOR DOS RECURSOS ATRAVÉS DE SOCIEDADES EM COMPARTICIPAÇÃO SINO-UGANDENSES	212
7.6.9 ORIGINAR O MATERIAL PARA OS EDIFÍCIOS DOADOS PELO FOCAC NO UGANDA.....	212
7.6.10 LANÇAR A FORMAÇÃO LINGUÍSTICA DO MANDARIM.....	213
7.6.11 PROVIDENCIAR A FORMAÇÃO NA LÍNGUA INGLESA PARA A EQUIPE MÉDICA CHINESA	213
7.7 RECOMENDAÇÕES AOS PARCEIROS SOCIAIS CHINESES	214
7.7.1 ASSISTÊNCIA AOS INTERVENIENTES COMERCIAIS DO UGANDA NO SEU COMÉRCIO COM A CHINA	214
7.7.2 AS ALFÂNDEGAS CHINESES MELHORAM A COLABORAÇÃO COM OS SEUS HOMÓLOGOS UGANDENSES.....	215
7.7.3 MAIOR ENVOLVIMENTO COM OS OUTROS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO DO UGANDA.....	214
8. A COMUNIDADE DO LESTE AFRICANO (EAC)	216
8.1 O ENVOLVIMENTO DA CHINA COM A EAC	216
8.1.1 A COOPERAÇÃO POLÍTICA	216
8.1.2 A COOPERAÇÃO ECONÓMICA.....	218
8.1.3 A COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	220
8.1.4 PERSPECTIVAS PARA AS RELAÇÕES EAC-CHINA	218
8.2 RECOMENDAÇÕES AOS PARCEIROS SOCIAIS DA EAC.....	224
8.2.1 ESTENDER UM CONVITE À CHINA PARA ADERIR AO FUNDO DE PARCEIROS DA EAC	225
8.2.2 ENVIAR UM REPRESENTANTE DIPLOMÁTICO CHINÊS PARA A EAC	225
8.2.3 ENCORAJAR O INVESTIMENTO DO CADFUND EM ÁFRICA ORIENTAL.....	226
8.2.4 ESTABELECE UM ACORDO COMERCIAL E DE INVESTIMENTO EAC-CHINA.....	226
8.2.5 OS CONTRATOS COM COMPANHIAS CHINESES DEVEM INCLUIR A UTILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA LOCAL	227
8.2.6 ORGANIZAR SEMINÁRIOS DE TRABALHO PARA MELHORAR O ENTENDIMENTO MÚTUO EAC-CHINA	227
8.2.7 ESTABELECE UM SUB-COMITÉ PARA AS RELAÇÕES FOCAC-EAC	227
8.2.8 IMPLEMENTAR INICIATIVAS EM CONJUNTO COM OS CHINESES PARA ERADICAR A MALÁRIA.....	228
8.2.9 PEDIDO DE ASSISTÊNCIA À CHINA PARA O DESENVOLVIMENTO DE RH NA REGIÃO DA EAC	228
8.2.10 PEDIDO DE ASSISTÊNCIA AOS PERITOS DAS LINHAS AÉREAS DA CHINA, NA FORMAÇÃO DE PILOTOS DA ÁFRICA ORIENTAL	229
8.2.11 FORNECIMENTO DE INFORMAÇÃO POR PARTE DOS MEIOS DE IMPRENSA CHINESES AOS MEIOS DE IMPRENSA DA EAC SOBRE AS RELAÇÕES SINO-ÁFRICANAS	229
8.2.12 O SECRETARIADO DA EAC DEVE COORDENAR AS EMENDAS À LISTA DE ITENS ISENTOS DE TARIFAS.....	230
8.2.13 AJUDA DA EAC NA COORDENAÇÃO DO APOIO CHINÊS AO DESENVOLVIMENTO.....	230
8.2.14 ABORDAGEM DOS INVESTIDORES CHINESES PARA MELHORAR A CAPACIDADE DOS AEROPORTOS DA EAC....	230
8.2.15 ESTABELECE INTERCÂMBIOS DE INVESTIGAÇÃO: CIÊNCIAS, AGRICULTURA, TECNOLOGIA.....	231
9. A COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA AUSTRAL (SADC)	232
9.1 O ENVOLVIMENTO CHINÊS COM A SADC.....	233
9.1.1 A COOPERAÇÃO POLÍTICA	233

9.1.2 A COOPERAÇÃO ECONÓMICA.....	234
9.1.3 PERSPECTIVAS PARA AS RELAÇÕES SINO-SADC	233
9.2 RECOMENDAÇÕES AOS PARCEIROS SOCIAIS DA SADC.....	237
9.2.1 EMITIR UMA DIRECTIVA FORMAL PARA UMA MAIOR INTERACÇÃO SINO-SADC.....	237
9.2.2 ESTABELECEER UM COMITÉ PARA LIDAR ESPECIFICAMENTE COM AS RELAÇÕES FOCAC-SADC	238
9.2.3 ESTENDER UM CONVITE À CHINA PARA SE TORNAR NUM ICP DA SADC	238
9.2.4 CONVIDAR A CHINA PARA INTEGRAR A UNIDADE CONJUNTA DE TRABALHO SADC-ICP	238
9.2.5 COMPLEMENTAR AS AGENDAS BILATERAIS DOS ESTADOS-MEMBROS ATRAVÉS DUMA ABORDAGEM MULTILATERAL	239
9.2.6 GARANTIR A APROPRIAÇÃO, POR PARTE DA SADC, DOS PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO CHINESES	239
9.2.7 APRESENTAR UMA LISTA DE PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO PARA FINANCIAMENTO, AO GOVERNO CHINÊS	240
9.2.8 EDIFICAR COMPETÊNCIAS NO SECRETARIADO DA SADC, COMO UMA PRIORIDADE DO FOCAC	240
9.2.9 EDIFICAR COMPETÊNCIAS NO SECRETARIADO DA SADC NO QUE DIZ RESPEITO À AGRICULTURA	241
<u>10. CONCLUSÃO – PARA ONDE VAI O FOCAC?</u>	<u>242</u>
10.1 AVALIAÇÃO DO FOCAC.....	258
10.2 OPTIMIZAR OS BENEFÍCIOS DO FOCAC.....	259
10.3 OPORTUNIDADES PARA ENVOLVER A CHINA ATRAVÉS DO FOCAC	260
10.4 DEBATE AFRICANO SOBRE O PROCESSO DO FOCAC	249
10.5 ÁFRICA E A AGENDA DO FOCAC.....	261
10.6 A REUNIÃO DO FOCAC 2009.....	261
10.7 DESAFIOS CHAVE PARA AS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS PARA O FUTURO.....	261
10.7.1 OS DIREITOS LABORAIS E O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES POR PARTE DOS TRABALHADORES	261
10.7.2 O ESTABELECIMENTO DE SOCIEDADES EM COMPARTICIPAÇÃO PARA A EDIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS	261
10.7.3 A BARREIRA DA LÍNGUA	261
10.7.4 A NOMEAÇÃO DE COORDENADORES NOS PRINCIPAIS DEPARTAMENTOS DE ESTADO	261
10.7.5 O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL	261
10.7.6 A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO 'PRODUZIDOS EM ÁFRICA'	261
10.8 COMENTÁRIO FINAL – FOCAC NO CRUZAMENTO DOS CAMINHOS	263
<u>PERFIL DO CENTRO DE ESTUDOS CHINESES</u>	<u>263</u>
<u>NOTAS FINAIS</u>	<u>266</u>

Lista de Siglas

AABF	Fórum de Negócios África-Ásia
AfDB	Banco de Desenvolvimento Africano
AGGT	Agência Congoleza para Grandes Obras de Construção (<i>Agence Congolaise des Grands Travaux</i>)
ADM	Aeroportos de Moçambique
ADS	Estatuto de Destino Aprovado
AFECC	Grupo Estrangeiro de Construção Económica Anhui Co. Lda
AIU	Autoridade de Investimento do Uganda
AMU	União do Magrebe Árabe
ANIP	Agência Nacional para o Investimento Privado
AU/UA	União Africana
BCPSC	Gabinete de Coordenação e Monitorização do Programa Sino-Congolês (<i>Bureau de Coordination et de Suivi du Programme Sino-Congolais</i>)
BDU	Banco de Desenvolvimento do Uganda
BLCU	Universidade de Línguas e Cultura de Pequim
BT	Banco da Tanzânia
BWM-SEZ	Zona Económica Especial Benjamin William Mkapa
CADFund	Fundo de Desenvolvimento Sino-Africano
CAN	Copa das Nações Africanas
CAS	Academia de Ciências da China
CATIC	Companhia Nacional de Importação e Exportação de Aero-Tecnologia Chinesa
CCB	Banco de Construção da China
CCCC	Companhia de Construção das Comunicações da China
CCS	Centro de Estudos Chineses
CCCCA	Câmara do Comércio das Companhias Chinesas
CCP	Partido Comunista Chinês
CCPIT	Concelho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional
CDB	Banco de Desenvolvimento da China
CEA	Centro de Estudos Asiáticos
CEC	Concelho Internacional de Electricidade da China
CEN-SAD	Comunidade dos Estados Sahel-Sarianos
CGCD	Companhia ChangDa de Engenharia das Auto-Estradas
CHICO	Grupo Internacional de Companhias Henan da China

© 2009 Centro de Estudos Chineses, Universidade de Stellenbosch;

Todos os direitos são reservados



CI	Instituto Confúcio
CICS	Estratégia sobre o Clima de Competividade e Investimentos
CIF	Fundo de Investimentos Chinês
CPIDCC	Centro de Promoção de Investimentos, Desenvolvimento e Comércio da China
CITCC	Corporação Internacional de Construção das Telecomunicações da China
CITIC/CICI	Corporação Internacional Fiduciário e de Investimentos da China
CMEC/CMIC	Corporação Nacional de Importação e Exportação de Maquinaria e Equipamentos da China
CNCT	Concelho Nacional de Comércio da Tanzânia
CNPC	Corporação Nacional de Petróleos da China
COMPLANT	Corporação Nacional de Importação e Exportação Completas da China
COVEC	Corporação Nacional da China de Engenharia no Estrangeiro (<i>National Overseas Engineering Corporation</i>)
CPC	Partido Comunista da China
CPI	Centro de Promoção de Investimentos
CR-20	Caminho-de-Ferro 20 da China
CRBC	Cooperação de Estradas e Pontes da China
CREC	Corporação de Engenharia dos Caminhos-de-Ferro da China
CSSC	Corporação de Estaleiros do Estado da China
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique
CTA	Centro Técnico para a Cooperação na Agricultura e Rural
DAC/CAD	Comité para Assistência no Desenvolvimento
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional
RDC	República Democrática do Congo
EAC	Comunidade da África Oriental
EADB	Banco de Desenvolvimento de África Oriental
ECCAS	Comunidade Económica dos Estados de África Central
ECOWAS	Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental
EGI	Infra-estrutura de E-Governo
ENANA	Empresa Nacional de Aeroportos e Navegacao Aérea
EPZA	Autoridade de Zonas de Processamento para a Exportação
ESAEN	Escola Superior de Estudos Avançados e Comerciais
EXIM Bank	Banco de Exportação-Importação
FADEPA	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
FMCG	Bens de Consumo de Deslocação Rápida



FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FOCAC	Fórum sobre a Cooperação Sino-Africana
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
PIB	Produto Interno Bruto
Gécamines	La Générale des Carrières et des Mines (<i>Convenção sobre Pedreiras e Minas/Congo</i>)
GRN	Gabinete de Reconstrução Nacional
GSA	Gabinete de Segurança Alimentar
HCM	Hospital Central de Maputo
HDI	Índice de Desenvolvimento Humano
HIPC	País Pobre Altamente Endividado
HR/RH	Recursos Humanos
IBE	Instituto de Bolsas de Estudo
ICBC	Banco Industrial e Comercial da China
ICP	Parceiros Internacionais de Cooperação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
IDA	Instituto de Desenvolvimento Agrário
IDF	Instituto de Investigação Florestal
IFI	Instituição Internacional de Finanças
IGAD	Autoridade Intergovernmental para o Desenvolvimento
IIA	Instituto de Investigação Agronómica
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
IITA	Instituto Internacional para Agricultura Tropical
IIV	Instituto de Investigação Veterinária
IMF	Fundo Monetário Internacional
INABE	Instituto Nacional de Bolsas de Estado
INCA	Instituto Nacional de Café de Angola
IPA	Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artisanal
IPEX	Instituto para a Promoção das Exportações
IPME	Instituto de Pequenas e Médias Empresas
ITEL	Instituto Nacional das Telecomunicações
IUCEA	Concelho Inter-Universitário para África Oriental
JTF	Equipe de Tarefas Conjuntas (<i>Task Team</i>)
JV	Sociedade em Participação
LDC/PMD	País Menos Desenvolvido
LVFTZ	Zona Livre de Comércio do Lago Victória
MA60	Modern Ark 60 (<i>Arca Moderna 60</i>)
MCC	Grupo de Construção Metalúrgica da China (<i>China Metallurgical Construction Group</i>)



ODM	Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio
MFA	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MNC	Companhia Multi-Nacional
MOE	Ministério da Educação
MOFCOM	Ministério do Comércio
MONUC	Mission des Nations Unies en République Démocratique du Congo (<i>Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo</i>)
MOU/MDE	Memorando de Entendimento
MPTT	Ministère des Postes, Téléphones et Télécommunications (<i>Ministério de Correios, Telefones e Telecomunicações</i>)
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NBF	Fundação de Negócios da NEPAD
NBI	Infra-estrutura Nacional da Espinha Dorsal de Transmissão de Dados
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NGO/ONG	Organização Não-Governmental
NPA/APN	Autoridades de Planeamento Nacional
NRM/MRN	Movimento de Resistência Nacional
OAU	Organização de União Africana
OCPT	Gabinete Congolês de Correios e Telecomunicações (<i>Office Congolais des Postes et Télécommunications</i>)
ODA/AOD	Apoio Oficial ao Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEC/OPEP	Organização de Países Exportadores de Petróleo
PBC	Banco Popular da China
PDIC	Parque de Desenvolvimento Industrial da Catumbela
PIF	Parque Industrial da Futila
PIV	Parque Industrial de Viana
PMMEs	Pequenas, Micro e Médias Empresas
PNM	Programa Nacional de Mandioca
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PPP	Parceria Público-Privada
PRC	República Popular da China
PRGF	Redução da Pobreza e Facilidade de Crescimento
PTA/ZPC	Zona Preferencial de Comércio
REC	Comunidade Económica Regional
RISDP	Plano Indicativo de Desenvolvimento Estratégico Regional
ROC	República da China (Taiwan / Ilha Formosa)



RTFP	Programa de Facilitação do Comércio Regional
SACU	Sindicato das Alfândegas Sul Africanas
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADCC	Conferência sobre a Coordenação do Desenvolvimento de África Austral
SAP	Programas de Ajuste Estrutural
SAPP	Reserva de Energia de África Austral (Southern African Power Pool)
SBG	Grupo do Standard Bank
Sinopec	Corporação dos Petróleos & Produtos Químicos da China
SIPO	Plano Indicativo de Estratégia para o Órgão
SOE	Companhias Parastatais
SONANGOL	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
SSI	Sonangol-Sinopec Internacional
SUCG CN	Grupo de Construção Urbana de Xangai
TAAG	Linhas Aereas de Angola
TDM	Telecomunicações de Moçambique
TIC/CIT	Centro de Investimentos da Tanzânia
TICAD	Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano
TRALAC	Centro de Direito Comercial para África Austral
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNITA	União Nacional pela Independência Total de Angola
UNSC	Conselho de Segurança das Nações Unidas
URA/AFU	Autoridade Fiscal do Uganda
ZEE	Zonas Económicas Especiais
ZTE	Companhia de Equipamento de Telecomunicações Zhong Xing Limitada
ZZNissan	Zhengzhou Nissan



Lista de números

Diagramas	Pág
Diagrama 3.1 Perspectiva do Comércio de Angola com a China (1998-2008)	16
Diagrama 3.2 Composição das importações de Angola da China em 2008	17
Diagrama 4.1 Perspectiva do Comércio da RDC com a China (1998-2008)	47
Diagrama 4.2 Composição das exportações da RDC para a China em 2008	48
Diagrama 4.3 Composição das 20 exportações principais da RDC (nível HS4) para a China (1998-2008)	49
Diagrama 4.4 Composição das 20 importações principais da RDC (nível HS4) da China (1998-2008)	50
Diagrama 5.1 Perspectiva do Comércio de Moçambique com a China (1998 - 2008)	82
Diagrama 5.2 Composição das Exportações de Moçambique para a China em 2008	83
Diagrama 6.1 Perspectiva do Comércio da Tanzânia com a China (1998-2008)	116
Diagrama 7.1 Perspectiva do Comércio do Uganda com a China (1998-2008)	145
Diagrama 7.2 Composição das 20 importações principais do Uganda (nível HS4) da China 1998-2008	146
Diagrama 7.3 Composição das 20 exportações principais do Uganda (nível Nível HS4) para a China 1998-2008	147
Tabelas	
Tabela 3.1 O comércio de Angola com a China 2006-2008 (US\$ milhões)	17
Tabela 3.2 Lista de projectos rodoviários de destaque Sino-Angolanos (2007-2009)	25
Tabela 4.1 O comércio da RDC com a China 2006-2008 (US\$ milhões)	47

Tabela 4.2	Registo de Bolsas de Estudo do Governo Chinês a estudantes congoleses 1985-2008	61
Tabela 5.1	O comércio de Moçambique com a China 2006-2008 (US\$ milhões)	83
Tabela 5.2	Registo de Moçambicanos com Bolsas de Estudo do Governo Chinês	94
Tabela 6.1	O comércio da Tanzânia com a China 2006-2008 (US\$ milhões)	116
Tabela 7.1	O comércio do Uganda com a China 2006-2008 (US\$ milhões)	145
Tabela 8.1	Vôos entre África Oriental e a China (desde Março de 2009)	182

Figuras

Figura 3.1	Caminho Ferroviário Ango Ferro	23
------------	--------------------------------	----



Síntese Executiva

O relatório presente faz a análise de novas tendências, oportunidades e desafios para o envolvimento da China em cinco países africanos, através do FOCAC, mais designadamente, Angola, RDC, Moçambique, Tanzânia e Uganda. O relatório também destaca a interacção da China com duas organizações regionais africanas, nomeadamente a EAC e a SADC. O trabalho de campo para o estudo foi realizado de Janeiro a Agosto de 2009. O objectivo da pesquisa foi para fornecer informações e comentários precisos, aos parceiros interessados africanos, sobre a implementação dos compromissos assumidos na Cimeira do FOCAC 2006, em Pequim, a fim de melhorar a sua preparação antes do FOCAC 2009. Com base nas observações da pesquisa de campo, são fornecidas recomendações específicas sobre cada um dos países, com o objectivo de se melhorarem os benefícios do desenvolvimento nas relações de cada um dos mesmos e a China.

De uma forma global, a execução do Plano de Acção de Pequim, nos cinco países, encontra-se bastante avançada. Em Angola, o foco tem incidido sobre a infra-estrutura das comunicações. Nas relações sino-congolesas, as infra-estruturas rodoviárias e as TIC são as áreas que têm recebido a maior atenção. No caso de Moçambique, a construção de utilidades públicas tem sido a característica saliente. A infra-estrutura das comunicações e instalações públicas tem sido a característica mais importante nas relações entre a China e a Tanzânia. No Uganda, o foco tem sido a construção de edifícios públicos e a espinha dorsal das TIC. No que se refere ao envolvimento da China com a EAC e a SADC, é de referir que houve pouco compromisso formal até à data. Foi sugerido por funcionários dos Secretariados das duas regiões que o envolvimento com a China seria de grande benefício para o desenvolvimento destas duas regiões, respectivamente.

Em última análise, são identificadas as seis questões consideradas essenciais para a obtenção de resposta à pergunta se, de facto, as relações sino-africanas da pós-reunião do FOCAC de 2009, são ou não benéficas para os povos de África. A questão mais importante diz respeito à equidade de emprego nos países africanos, mais designadamente, ao recrutamento de trabalhadores locais, direitos laborais e o desenvolvimento de competências. Em segundo lugar, é imperativo que se estabeleçam sociedades em comparticipação sino-africanas a nível das PMMEs, a fim de se poderem construir capacidades a nível de África, enquanto que, ao mesmo tempo, se garante a transferência de tecnologias. Em terceiro lugar, a barreira da língua é um grande desafio a todos os níveis, devendo, por isso, ser assegurado que a formação no Mandarim ganhe tracção linguística significativa nos países africanos.

Em quarto lugar, a coordenação entre os departamentos governamentais relevantes africanos e a Embaixada da China, deve ser melhorada, e sugere-se que isto pode ser possível através da



nomeação de coordenadores da China nos principais Departamentos de Estado africanos. Em quinto lugar, recomenda-se que a sociedade civil africana seja incluída em maior medida nas consultas entre os líderes africanos, o Governo Chinês e os representantes das empresas, a fim de se evitar uma revolta popular contra a presença chinesa em África. Por último, recomenda-se que os países africanos insistam em que a maioria, se não a totalidade, dos materiais de construção usados para construir imóveis doados pelo Governo Chinês, devam ser originadas nas economias africanas. Prevê-se que esta abordagem, nem que implique a implementação dum menor número de edifícios, venha a produzir uma maior sinergia no desenvolvimento dos países africanos. Crê-se que estas seis questões deviam ser tidas em conta por todos os líderes africanos, de forma a abrir caminho em direcção a uma nova parceria sino-africana que seja benéfica a todos os povos de África .



1. Introdução

O envolvimento da China em África, nos últimos dez anos, tem crescido e se transformado numa característica proeminente das relações internacionais a nível do continente africano. O comércio entre os dois atingiu os US\$106,8 bilhões em 2008, e, durante este período, os investimentos chineses e a contribuição do país para o desenvolvimento do continente, têm vindo a aumentar progressivamente.¹ As actividades chinesas em África são muito diversificadas, e vão desde as relações de governo para governo e grandes empresas estatais (SOE) a investirem em África com financiamento dos bancos de política chinesa, até aos empresários privados que entram nos países africanos por sua própria iniciativa, para aí exercerem actividades comerciais.² Enquanto a maioria das actividades chinesas em África continua sob avaliação por meio de uma pesquisa estruturada, o fenómeno é, certamente, de importância crescente para os países africanos e para a China.

O Fórum sobre a Cooperação Sino-Africana (FOCAC) teve início em 2000. Segundo o sítio *web* oficial do Fórum, o mesmo é "uma plataforma criada pela China e os países africanos amigáveis, para fins de consulta colectiva, sendo este um mecanismo de diálogo e cooperação entre os países em desenvolvimento, enquadrando-se na categoria da cooperação Sul-Sul".³ Reuniões de alto nível ministerial no quadro do FOCAC foram realizadas em Pequim em 2000, em Adis Abeba em 2003 e, novamente, em Pequim, em 2006, e, mais recentemente, em Sharm El Sheik, no Egipto, em Novembro de 2009.

Na Cimeira de Pequim, em 2006, foi assumida e incorporada uma série de compromissos, no Plano de Acção de Pequim (descrito mais adiante na secção 2). Esses compromissos abrangeram a cooperação em vários sectores, incluindo as esferas da economia, política e assuntos internacionais. O plano de acção também define compromissos concretos numa grande variedade de áreas, incluindo nas áreas do desenvolvimento humano, assistência técnica e infra-estrutura.

Retóricamente-falando, o FOCAC é, portanto, um quadro com o objectivo de fazer avançar as relações entre a China e os países africanos com quem tem laços diplomáticos, com todos os intervenientes a ganharem vantagens. No entanto, é importante olharmos para além da retórica e analisarmos o sucesso que a implementação das promessas do FOCAC efectivamente tem tido no terreno, a nível dos países africanos. Este projecto de pesquisa visa realizar uma tal avaliação dos compromissos que o FOCAC fez a cinco dos países africanos: Angola, República Democrática do Congo (RDC), Moçambique, Tanzânia e Uganda. O projecto também visa avaliar o envolvimento da

China com duas organizações regionais Africanas: a Comunidade de África Oriental (EAC) e a Comunidade de Desenvolvimento para África Austral (SADC).

- Para investigar as novas tendências de envolvimento da China no continente Africano, por meio do processo FOCAC;
- Para avaliar os impactos imediatos políticos, económicos e sociais da aplicação dos compromissos do FOCAC em regiões e países prioritários;
- Para ganhar uma compreensão acerca das oportunidades e desafios para os responsáveis políticos e líderes africanos, a seguir à implantação dos compromissos assumidos pelo FOCAC China; e
- Para proporcionar, às partes interessadas, informações e comentários precisos sobre a implementação dos compromissos do FOCAC China de 2006. Nestas informações, serão tidas em

conta a capacidade dos interessados africanos "para se prepararem melhor de modo a envolverem-se no FOCAC 2009".

1.1 Estrutura do relatório

O relatório presente é composto de dez capítulos. O capítulo introdutório apresenta o problema sob pesquisa e a metodologia de investigação usada. O segundo capítulo fornece informações básicas sobre o FOCAC e observações conceptuais que estabelecem o quadro de análise.

Os capítulos subsequentes estão centrados em cinco estudos de caso: Angola, RDC, Moçambique, Tanzânia e Uganda. Para cada estudo de caso, um esquema de introdução das relações de cada país com a China é seguido duma análise e discussão profundas em torno da cooperação política, económica e da cooperação para o desenvolvimento social, no âmbito do FOCAC. A análise situa-se em torno dos desafios emergentes, mas também identifica oportunidades para aprofundar as relações dos respectivos países com a China. Cada estudo de caso de país inclui uma avaliação dos impactos políticos, sociais e económicos e as tendências emergentes entre a China e os países em questão. A isto seguem-se as recomendações às partes interessadas pertinentes, tanto africanas como chinesas. O leitor irá notar que o número de recomendações formulado para os dois grupos de participantes é variável consoante o contexto, em função das observações feitas no campo.

Outrossim, os capítulos oito e nove fornecem uma visão resumida do envolvimento da China com

duas das organizações regionais africanas, os secretariados da EAC e da SADC, respectivamente. Por fim, o capítulo final faz a consolidação dos resultados dos cinco países e traça o caminho a seguir.

1.2 Metodologia de Investigação

Existem dois caminhos metodológicos que podem ser explorados por investigadores na realização de pesquisas académicas sobre o processo de FOCAC. Em primeiro lugar, um estudo pode debruçar-se sobre documentos políticos, lançamentos de imprensa e uma análise crítica dos discursos públicos proferidos pelos líderes chineses e africanos, em relação ao FOCAC. Este método de estudo do FOCAC, por exemplo, foi seguido por Shelton e Paruk.⁴ Em segundo lugar, pode-se usar um fundo empírico com abordagem de baixo para cima e estudar o FOCAC em relação à evolução no país, de forma a obter algumas luzes no terreno. A metodologia de investigação utilizada para este estudo especificamente, é uma fusão de ambas as abordagens, combinando a análise de documentos oficiais com investigações empíricas, no próprio país, sobre a implementação do Plano de Acção de Pequim nos países africanos.

A investigação de campo em Angola (Luanda), Botsuana (Gaborone), República Popular da China (Pequim), RDC (Kinshasa), Moçambique (Maputo), Tanzânia (Dar es Salaam e Arusha) e Uganda (Kampala, Jinja), foi realizada entre Janeiro e Agosto de 2009. A equipe de investigação de cada país, composta de dois a três membros de equipe, abrangeu as capacidades da língua necessárias para cada país (Chinês Mandarim, Inglês, Francês ou Português).

Em cada país, foi consultada uma ampla gama de partes interessadas, principalmente africanas e do Governo Chinês, e representantes do sector privado, também como representantes de organizações da sociedade civil, tanto africanas como internacionais. Além de visitas efectuadas a locais onde os projectos do FOCAC já estavam concluídos, e onde os projectos do FOCAC ainda se encontravam em construção. Os resultados dessas visitas encontram-se descritos no estudo de caso de cada país, no presente relatório.

Após a finalização duma versão preliminar deste relatório, foram realizados seminários de divulgação na República Democrática do Congo, Tanzânia e Uganda (Setembro e Outubro de 2009), nos secretariados da CAE e SADC (Setembro e Outubro de 2009) e aquando da reunião FOCAC no Egipto (Novembro 2009). A versão preliminar do relatório foi apresentada e distribuída aos agentes africanos durante todos estes eventos. Encontram-se incorporados os comentários e correcções provenientes dos seminários, nesta versão final.



2. Antecedentes

O FOCAC foi conceptualizado, em 2000, para representar as relações Sino-africana. A importância dessas relações já tinha começado a aumentar desde meados da década de 1990, mais designadamente, personificada através da visita do então presidente Jiang Zemin, a seis países africanos, em 1996.⁵ Um precursor institucional do FOCAC, no contexto de África, é a Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD), lançada em 1993 como veículo para o desenvolvimento da cooperação e diálogo entre o Japão e os países africanos. Na mesma linha, FOCAC é a tentativa de Pequim de formalizar, institucionalizar e fortalecer as relações sino-africanas.

Durante a reunião inaugural do Fórum em Pequim, de 10 -12 de Outubro de 2000, foi adoptada a Declaração de Pequim sobre o Fórum da Cooperação Sino-Africana.⁶ A seguir à reunião, foi emitido o Programa para a Cooperação Sino-Africana no Desenvolvimento Económico e Social,⁷ e um comité chinês de seguimento⁸ foi estabelecido, com a liderança do Departamento Africano no Ministério Chinês dos Negócios Estrangeiros, constituído por 27 organizações, ministérios, outros departamentos de estado, órgãos administrativos, bancos, bem como pelo Partido Comunista da China (CPC).

A segunda Reunião Ministerial do FOCAC, foi realizada a 15 e 16 de Dezembro de 2003, em Adis Abeba, na Etiópia. A seguir à reunião, foi publicado o Plano de Acção de Adis Abeba, de 2004-2006⁹ para orientação na cooperação sino-africana durante os próximos três anos,.

O papel de proeminência do continente africano, nas políticas estrangeiras da China, ficou realçado quando esta última publicou o seu Livro Branco sobre a Política Africana da China,¹⁰ em Janeiro de 2006. O documento representa um marco importante nas relações da China com o continente, detalhando a estratégia do Governo Chinês, a longo prazo, para o seu envolvimento com o continente africano. Pouco depois do lançamento do Livro Branco, os olhos do mundo voltaram-se para Pequim como cidade anfitriã da terceira Reunião Ministerial do FOCAC, e da primeira cimeira de alto nível, nos dias 4 e 5 de Novembro, de 2006. Este marco nas relações sino-africanas, foi assistido por 41 Chefes de Estado africanos, bem como funcionários do Governo Chinês e Africano, representando grande parte dos Negócios Estrangeiros e parceiros de cooperação económica.¹¹ Fizeram-se representar, nesta reunião, quarenta e oito estados africanos.

O FOCAC e a Oportunidade Africana

O Fórum de Cooperação Sino-Africana (FOCAC) constitui o pilar central no esforço para fazer avançar as relações sino-africanas, representando uma arena para a interacção diplomática construtiva. O FOCAC fornece a fundação para a construção duma relação sino-africana a longo prazo, onde ambos poderão sair “vencedores”. O processo FOCAC fornece um mecanismo único, diplomático, para promover o diálogo entre a China e África, facilitando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento duma agenda comum, política e económica, que se pretende para o avanço construtivo na co-operação Sul-Sul. O FOCAC também é um mecanismo para o desenvolvimento da cooperação sino-africana e a resolução de problemas que fornece um quadro importante para o desenvolvimento duma agenda comum num sistema de processo acelerado de globalização internacional. As deliberações sobre o FOCAC juntaram os líderes africanos e chineses na elaboração de uma visão compartilhada para a coordenação política, uma interacção comercial mais ampla e a prosperidade comum. Através do processo do FOCAC, a China cancelou a dívida africana, facilitou o acesso expandido dos africanos ao mercado e proporcionou uma vasta gama de novas oportunidades para a realização de uma acção positiva. O FOCAC reflecte a forma e o conteúdo das relações sino-africanas, ao mesmo tempo efectuando o mapeamento dum futuro para ambas as partes, de forma a que possam atingir a prosperidade comum.

A terceira Reunião Ministerial do FOCAC, realizada em Pequim em Novembro de 2006, foi ao mais alto nível e o maior encontro até então verificado entre os dirigentes chineses e africanos desde o início das relações diplomáticas em 1950. O evento reuniu 1 700 delegados da China e África, em Pequim, no final de 2006, sob a bandeira da "amizade, paz, cooperação e desenvolvimento." A reunião confirmou uma nova parceria estratégica com a China, em África, e o papel da China como uma potência mundial no continente.

Aquando da reunião do FOCAC em 2006, a Vice-Primeira Ministra Chinesa, Wu Yi, delineou três propostas para o processo FOCAC, destinadas a aproveitar o potencial inerente à expansão da cooperação e interacção da China com África. Em primeiro lugar, ela apelou a uma “nova vitalidade” para o fórum, de forma a posicionar o FOCAC como a organização líder na promoção das relações abrangentes sino-africanas. Em segundo lugar, com vista à promoção de novas iniciativas, a China e África devem explorar plenamente o potencial de co-operação e tirar o máximo proveito de cada um dos demais pontos fortes, de modo a expandir e melhorar a cooperação. Por último, a Vice-Primeira Ministra Wu pediu aos diplomatas chineses e africanos que reforçassem cada vez mais a coordenação, a fim de melhor facilitar a interacção, tanto a nível bilateral e multilateral.¹²

Na conclusão do FOCAC III, foram aprovados uma declaração e um plano de acção para 2007-2009,

pelos governos chinês e africanos. A declaração refere-se ao estabelecimento de um "novo tipo de parceria estratégica" entre a China e África, enquanto que o plano de acção prevê um roteiro detalhado para a cooperação sino-africana, até ao IV encontro do FOCAC. O plano de acção propõe a cooperação nos domínios da política, economia, assuntos internacionais e desenvolvimento social. A Conferência de Negócios China-África finalizou acordos de investimento com 11 países africanos, no valor de quase U.S\$ 2 bilhões. Desde o início do processo FOCAC, em 2000, que este fórum se tem vindo a tornar num dos principais mecanismos multilaterais diplomáticas de África.

Numa conferência afim realizada no Grande Salão do Povo, Wen Jiabao propôs um programa de aceleração do comércio destinado a aumentar o comércio bilateral num total de U.S\$ 100 bilhões, até 2010. O comércio entre a China e África atingiu apenas U.S.\$ 10 bilhões em 2000, mas chegou a alcançar quase U.S.\$ 40 bilhões até finais de 2006. Até 2009, a China tinha-se tornado no terceiro parceiro comercial mais importante de África, a seguir aos E.U.A. e a França. A complementariedade das economias chinesa e africana apoia-se sobre o rápido crescimento do comércio bilateral, com África a trocar matérias-primas pelos produtos fabricados na China. Embora a estrutura do comércio levante dúvidas, tais como o relatório da OCDE que alerta para uma "armadilha de matérias-primas," dadas as fases de relativo desenvolvimento económico, a relação comercial sino-africana é considerada em grande medida inevitável.¹³ O desafio para África reside em transformar a exploração de matérias-primas numa fundação para o desenvolvimento económico sustentável a longo prazo. Ao mesmo tempo, o Banco Mundial (BM) salientou as vantagens para os consumidores, decorrentes da ampla disponibilidade de produtos chineses de baixo custo, fabricados em África.¹⁴

Além disso, a China tornou-se num doador e investidor chave no desenvolvimento de África. A urgência e o compromisso apresentados por empresas chinesas, têm impressionado os seus anfitriões africanos e injectado uma nova dinâmica nos processos comerciais de África.

Aquando do FOCAC III, o Presidente Hu abordou o tema da co-operação Sul-Sul no contexto da globalização e avanço das tecnologias. A China e África estão ligadas pelo objectivo comum de fazerem avançar a Agenda Sul-Sul. Hu enraizou firmemente as relações sino-africanas no contexto da cooperação no seio do mundo em vias de desenvolvimento, e procurou estabelecer um quadro para promover uma interacção positiva sobre esta base. A China e África procuram criar uma voz mais forte a favor do mundo em vias de desenvolvimento, tanto no panorama mundial como a nível de instituições internacionais, tais como a ONU, OMC, FMI e o Banco Mundial. A China é vista como sendo um parceiro de África na luta pela democratização das instituições internacionais e na remodelação das agendas de desenvolvimento global. A percepção que África tem acerca da China é informada pelo compromisso histórico da China a favor da liberdade de África, e a verdade é que existe um forte sentimento de solidariedade na libertação, formando a base do relacionamento.

Além disso, o modelo de desenvolvimento bem-sucedido da China, fundamentado numa forte gestão de liberalização económica por parte do estado, tem um apelo enorme para África, onde os estados estão a tentar escapar à armadilha da pobreza. Os estados africanos foram rápidos a responder a uma nova abordagem da China e têm-se vindo a celebrar acordos sobre uma vasta gama de questões. Alguns estados, tal como a África do Sul, sugerem uma abordagem comum para maximizar os benefícios para África, mas a maioria dos estados africanos está satisfeita com uma interação bilateral e as recompensas daí decorrentes. O potencial para a cooperação Sul-Sul foi reconhecido pela UA, onde foi criado um grupo de trabalho de alto nível da Comissão da UA, para abordar a questão do estreitamento das relações de África com a China.

Um elemento central da relação sino-africana é o princípio da igualdade dos direitos e o respeito mútuo, através dos quais África poderá negociar com a China em termos de igualdade, buscando resultados mutuamente benéficos. As condicionalidades políticas exigidas pelos países doadores ocidentais não constam na intervenção chinesa em África. Em vez disso, o foco está nos objectivos concretos, realistas e exequíveis, com uma agenda de desenvolvimento comum. O compromisso da China para desenvolver as infra-estruturas, educação, agricultura e desenvolvimento económico de África, é interpretado como constituindo uma prova das intenções de China de ajudar África a longo prazo, ao invés da busca, simplesmente, de uma relação de exploração do petróleo e extracção minéria.

África congratulou-se com os compromissos FOCAC da China para aumentar a ajuda a África e promover a resolução dos conflitos e a paz na era de pós-conflito em África. É amplamente reconhecido que a intervenção da China em África ao longo dos últimos anos tem vindo a alterar significativamente a dependência tradicional do continente sobre os E.U.A. e doadores ex-coloniais ocidentais.¹⁵ África tem agora uma fonte alternativa de ajuda, comércio e investimento, e a metodologia do envolvimento chinês é consideravelmente diferente do compromisso condicional do Ocidente. O compromisso da China de não-intervenção nos assuntos internos de África e a sua determinação em construir parcerias com base na igualdade e respeito mútuos, são muito bem-vindos. África não é tratada como se fosse beneficiária necessitada de auxílio, porque Pequim prefere procurar parceiros comerciais e de investimento num continente onde se prevê um potencial de crescimento significativo.

Avançando uma Visão Comum do FOCAC

No seu discurso, proferido aquando da cerimónia de abertura do III FOCAC, em Pequim, o Ministro

dos Negócios Estrangeiros da Etiópia, Seyoum Mesfin, salientou que a relação sino-africana estava fundamentada numa base firme "de confiança", que servia como base para a co-operação acelerada. A força da relação sino-africana reside na contribuição histórica da China à luta anti-colonial em África e o esforço pós-libertação, por parte de África, para manter a sua independência soberana. O Presidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh Sunday, ecoou o sentimento expresso por Mesfin, ressaltando que "a China tem estado com África desde que esta última trava as suas lutas pela independência" e que, desde então, tem prestado apoio e solidariedade para o desenvolvimento económico e político do continente africano.

O Presidente Argelino, Abdelaziz Bouteflika, identificou o FOCAC como sendo uma "plataforma eficaz para o reforço da compreensão mútua" entre a China e África, ao mesmo tempo fortalecendo a co-operação Sul-Sul. Segundo Bouteflika, o processo FOCAC tem ajudado a avançar a compreensão sino-africana, a base para o desenvolvimento comum, e tem feito uma contribuição significativa para a promoção da paz mundial. O FOCAC também serviu como um mecanismo eficaz para comumente se enfrentarem os novos desafios da globalização e interdependência económica.¹⁶

Antes da Cimeira do FOCAC, a China havia declarado 2006 como sendo o "Ano de África", e procurou aprofundar e alargar as relações políticas e económicas um pouco por todo o continente, numa nova iniciativa para fortalecer a cooperação de amizade Sul-Sul. Em Janeiro de 2006, o Chanceler Li Zhaoxing visitou Cabo Verde, Senegal, Mali, Libéria, Nigéria e a Líbia, para consolidar as relações com esses países e fornecer U.S.\$ 30 milhões de dólares em projectos de construção na Libéria. Isto foi seguido pela visita do Presidente Hu Jintao, em Abril, a Marrocos, Nigéria e Quénia. Na Nigéria, Hu ofereceu U.S.\$ 4 bilhões em ajuda à construção, enquanto que a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) concluiu um investimento de U.S.\$ 2,3 bilhões num campo petrolífero ao largo da costa. No Quénia, ele concluiu um acordo para direitos de exploração de petróleo, oferecendo U.S.\$ 7,5 milhões em apoio e subvenções para medicamentos contra a malária, a produção de arroz e um estádio desportivo. A visita de Hu também incluiu 28 acordos com os países africanos visitados.

O Primeiro-Ministro, Wen Jiabao, efectuou uma visita ao Egipto, Nigéria, Congo, Angola, África do Sul, Tanzânia e Uganda, em Junho de 2006. Wen disponibilizou U.S.\$ 50 milhões ao Egipto e assinou 10 acordos de petróleo, gás natural e telecomunicações, juntamente com um investimento de US \$ 10 milhões. Enquanto que, em Angola, Wen concluiu um investimento de U.S.\$1,4 bilião para o desenvolvimento de campos de petróleo ao largo da costa. Apesar do óbvio valor comercial do envolvimento da China com o continente, no "Ano de África", o relacionamento sino-africano foi avançado e reforçado no âmbito da cooperação Sul-Sul e na solidariedade com a libertação.

Resultados do III FOCAC

Declaração de Pequim e Plano de Acção 2007 - 2009

Na III Cimeira do FOCAC, os líderes trocaram opiniões sobre um determinado número de questões regionais e internacionais, promovendo o consenso sobre assuntos fundamentais. O processo foi conduzido por um compromisso ao apoio mútuo e um esforço para defender os interesses dos países em vias de desenvolvimento. A cimeira estabeleceu uma base sólida para o fortalecimento de uma parceria estratégica entre a China e África. Além disso, a China comprometeu-se em manter-se junta com os países africanos na promoção dos interesses nacionais e continentais. A estrutura filosófica do processo FOCAC foi baseada na "cooperação pragmática", de modo a reforçar as ligações já fortes da China com África, bem como a "igualdade e benefício mútuos", com os objectivos comuns do desenvolvimento económico e a prosperidade.¹⁷ O Presidente Hu reiterou a importância de África para a política externa da China e a sua visão global, ao mesmo tempo que esboçou oito propostas específicas para "forjar um novo tipo de parceria estratégica sino-africana." Entre estas estavam incluídas:

- A China pretendia duplicar a sua ajuda a África até 2009;
- A China iria conceder U.S.\$ 3 bilhões em empréstimos preferenciais e U.S.\$ 2 bilhões em créditos preferenciais, a África, ao longo dos próximos três anos;
- Seria criado um fundo de desenvolvimento sino-africano, no valor de U.S.\$ 5 bilhões, para incentivar as empresas chinesas a investirem em África;
- A construção dum centro de conferências da UA para ajuda na promoção dos objectivos da União Africana;
- Mais cancelamentos de dívida no que se refere a empréstimos sem juros aos países pobres altamente endividados;
- Uma maior abertura do mercado da China através do aumento de 190 para 440 no número de produtos de exportação dos países menos desenvolvidos com tratamento tarifário zero;
- O estabelecimento de uma série de zonas novas de cooperação comercial e económica, em África;

- A formação de 15 000 profissionais africanos; a construção de hospitais, centros de prevenção da malária, escolas, e dobrar o número de bolsas de estudo chinesas concedidas a estudantes africanos.¹⁸

Falando em nome da Comunidade de Desenvolvimento de África Austral (SADC), o Primeiro-Ministro do Lesoto, Pakalitha Mosisili, previu a Cimeira de Pequim como sendo "uma marca de esperança" para África no âmbito do desenvolvimento das relações com a China. Ele prometeu que a SADC haveria de envidar novos esforços de forma a promover um ambiente de investimentos mais positivo, com o objectivo de atrair o interesse comercial chinês em África.¹⁹ O Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, congratulou-se com o empreendimento por parte da China para aumentar a ajuda a África e admoestou África a buscar os benefícios a partir da experiência bem sucedida de desenvolvimento da China. Além disso, Annan identificou o processo FOCAC como sendo um mecanismo exclusivo para o avanço da cooperação Sul-Sul.²⁰

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Etiópia, Seyoum Mesfin, confirmou a parceria de África com a China na luta contra a pobreza e na promoção do desenvolvimento, enquanto que o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egipto, Aboul Gheit, descreveu a interacção sino-africana como sendo importante para a promoção da paz e segurança a nível do continente. O Presidente do Egipto, Mubarak, descreveu a parceria estratégica da China com África como constituindo um arranjo com base em interesses comuns, de forma a servir os objectivos a longo prazo, tanto da China como de África. O Vice-Presidente do Banco Mundial para África, Gobind Nankani, previu que a nova relação comercial formada pelas economias chinesa e africana, daria um "grande" impulso às economias de África ao longo dos próximos anos.²¹

A seguir estão indicados os elementos-chave da Declaração de Pequim de 2006:

- Uma "parceria estratégica" sino-africana, com base na igualdade política e interacção comercial mutuamente benéfica;
- Maior cooperação Sul-Sul para o avanço coordenado e sustentável do desenvolvimento económico;
- Reforma das Nações Unidas de modo a haver uma maior representatividade por parte dos países africanos;
- Apoio para que possa haver uma maior união africana;

- Um apelo aos países desenvolvidos para aumentarem o seu apoio de forma a realizarem-se os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio, das Nações Unidas;
- Um compromisso africano para com a política "China-única";
- Maior diálogo de alto nível e intercâmbios culturais;
- A expansão do comércio bilateral e investimento e da exploração de novas vias de cooperação;
- O compromisso com a consulta, de forma a lidar-se com quaisquer desafios que possam surgir nas relações sino-africanas.²²

Assim, a Declaração de Pequim, confirmou em grande parte os empreendimentos anteriores do FOCAC, enquanto que, ao mesmo tempo, propôs um quadro mais amplo para a cooperação de futuro. No contexto da promoção de uma agenda global comum, no âmbito da cooperação Sul-Sul, os seguintes elementos da Declaração de Pequim são de especial relevância:

- O reforço do diálogo por meio de comissões bilaterais, a consulta política de ministérios dos negócios estrangeiros, bem como comissões sobre a cooperação económica e comercial;
- Maior partilha de informações e a cooperação pragmática em áreas de interesse comum;
- O fortalecimento da consulta e cooperação sobre questões internacionais, com vista ao desenvolvimento de sinergias políticas;
- A reconfirmação do papel central da ONU nos assuntos mundiais;
- Reforço da cooperação na promoção da paz e segurança globais, através de programas de desarmamento, inclusivé no que se refere ao comércio ilícito das armas pequenas e armamento leve.²³
- No âmbito do acordo do FOCAC 2006, foi estabelecida uma fundação sólida para promover uma Agenda Sul-Sul, através da qual será possível alcançarem-se objectivos políticos e económicos comuns.

A Cooperação Económica

Um elemento central do FOCAC III foi o interesse renovado da China em expandir o seu IDE em África. A carteira de investimentos da China inclui a extracção de recursos naturais, a construção, a

fabricação, a transformação industrial e a agricultura. Dado que o governo chinês oferece incentivos fiscais, empréstimos, créditos e pronto acesso a divisas estrangeiras, às empresas que realizarem projectos de IDE, a China está prestes a tornar-se líder em África no investimento estrangeiro.²⁴ Em 2007, os investidores chineses empreenderam U.S.\$ 29,2 bilhões em aquisições de empresas estrangeiras, enquanto que investidores no resto do mundo, investiram apenas U.S.\$ 21,5 bilhões dólares em companhias chinesas. Esta foi a primeira vez que as empresas chinesas tinham gasto mais em activos no exterior do que os estrangeiros gastaram em aquisições chinesas.²⁵ Charles Sanga, o Embaixador da Tanzânia na China, respondeu, sugerindo que a co-operação sino-africana no desenvolvimento dos recursos e infra-estrutura, havia criado oportunidades de emprego em África e rendimentos mais elevados para o povo africano.²⁶

Os países africanos têm respondido à nova capacidade de investimento por parte da China, com incentivos para atrair o seu capital. A China tem vindo a reforçar esta tendência, com novos investimentos em África, por exemplo, na África do Sul, em Outubro de 2007, o maior banco da China, o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), de propriedade estatal, comprou uma participação de 20 por cento no Standard Bank, no valor de U.S.\$ 5,5 bilhões. Esta foi a maior transacção única de IDE na história da África do Sul, e preparou o terreno para o aumento dos fluxos de IDE chinês para o continente africano. Tendo em conta que as transferências da tecnologia, a transferência das competências e a criação de emprego, geralmente, acompanham o IDE, África tem agora oportunidade para trabalhar no sentido de aumentar os fluxos de capital chinês. A chave para desbloquear o IDE encontra-se na experiência chinesa, que se baseia nas zonas económicas especiais, com benefícios fiscais e incentivos específicos de investimento disponíveis a empresas estrangeiras.

O IDE em África duplicou, entre 2004 e 2007, para quase U.S.\$ 40 bilhões, com base na unidade de exploração de novos recursos. No entanto, a porção de IDE global em África para 2006, foi inferior a 3 por cento. Mesmo assim, as perspectivas a longo prazo para o IDE em África continuam a ser positivas, porque a procura dos produtos continua elevada. Os fluxos de investimento Sul-Sul em expansão, no âmbito dos quais a China deverá, certamente, desempenhar um papel dominante, oferecem a promessa de desenvolvimento a África. Apesar da crise financeira global, as recentes melhorias nas trajectórias de crescimento económico e uma maior estabilidade no continente, têm vindo a melhorar o perfil de risco de África. No entanto, para garantir o crescimento a longo prazo, África precisa de uma maior diversidade económica e um aumento da produção, com incidência sobre o beneficiamento das matérias-primas.

O IDE da China em África oferece novas perspectivas de desenvolvimento económico e, isto, à luz do declínio de interesse no investimento por parte do Ocidente. Tal como observa Linsey Hilsum, "a

maioria das empresas europeias há muito que abandonou Serra Leoa, mas, onde os parceiros tradicionais de negócio em África só vêem dificuldades, os chineses vêem oportunidade ... Eles são os pioneiros de África, que - aparentemente despercebidos pelos planificadores de ajuda e ministérios dos negócios estrangeiros da Europa - estão a mudar a face do continente."²⁷ O IDE do Ocidente em África tem sido, geralmente, a curto prazo, avesso aos riscos e projectado para maximizar o lucro, mas as empresas estatais do estado chinês estão a entrar em África com um modelo de negócios diferente. As empresas chinesas estão dispostas a operar com menos lucro e têm horizontes de investimento muito mais longos. Assim, as empresas chinesas são mais capazes de lidar com os riscos e oferecem uma alternativa bem-vinda ao lucro centrado no modelo de negócios ocidental.

No meio da preocupação crescente com a composição das exportações de África para a China, os analistas advertem para o perigo de que os países africanos poderão estar a cair na “armadilha perpétua” do comércio em produtos. Em resposta a isto, o Governo Chinês tem dado, pelo menos aos países menos desenvolvidos (PMD) de África com relações diplomáticas com a China, acesso preferencial ao mercado. Como já foi referido, a China anunciou em 2006 que iria alargar a lista de produtos que os respectivos PMD africanos podiam exportar, com isenção tarifária, para a China, de 190 para mais do que 440. Durante uma reunião com o Embaixador do FOCAC no seio do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, a equipe foi informada que, a partir de Abril de 2009, a lista seria, de facto, composta de 466 itens.²⁸ A implementação do regime tarifário zero é avaliada em cada um dos cinco estudos de caso a seguir. Além disso, a equipe de investigação foi informada pelo Embaixador do FOCAC que a China já tinha identificado 14 países, em vez de 10, onde seriam criados centros de demonstração de tecnologia agrícola, tal como já tivera sido anunciado.²⁹ O investimento chinês em África contém a promessa da criação de emprego, enquanto que as transferências de tecnologia da China podem abrir novas oportunidades comerciais a nível do continente. Além disso, a urgência da China em responder às oportunidades de África, é bem-vinda. Conforme argumentou Johnny Sahr, o Embaixador de Serra Leoa em Pequim: "Os chineses estão a fazer mais do que os G8 para eliminar a pobreza ... Se fosse um país dos G8 a querer reconstruir o estádio, ainda hoje estaríamos a realizar reuniões. Com os chineses, é chegar e fazer."³⁰

Os contactos de negócio-para-negócio, facilitados pelo FOCAC, fornecem uma oportunidade excelente ao continente para impulsionar o IDE chinês em sentido a África. Através deste processo, novas sinergias comerciais podem ser identificadas e processos de negócio desenvolvidos, para benefício mútuo de ambas as partes. Neste contexto, o factor crítico para o sucesso reside nos países africanos desenvolverem um ambiente de investimentos atraente, tal como a China o tem feito.

Medir os Impactos

A longo prazo, os resultados mais específicos e práticos do processo do FOCAC, são esperados nas seguintes áreas:

- Comércio – Isto levará um impulso através das novas zonas de comércio chinesas a serem estabelecidas em África. Um Corredor Comercial Sino-Africano foi estabelecido em Shenzhen, de modo a facilitar o comércio africano com a China, enquanto que a China está a publicar um catálogo de produtos africanos para ajuda às empresas africanas a procurarem acesso ao mercado chinês. A Câmara de Comércio Sino-Africana foi criada para desenvolver a cooperação entre os líderes de negócio da China e de África;
- Projectos de auxílio - Até ao final de 2005, a China empreendeu mais de 700 projectos relacionados com auxílio, em África, ofereceu mais de 18 000 bolsas de estudo do governo, expediu 15 000 médicos para África e tratou mais do que 170 milhões de pacientes. Além disso, a China comprometeu-se em construir 100 escolas rurais e 30 hospitais em África. Assistência para combater a propagação da malária atingiu os U.S.\$ 37,5 milhões. No âmbito do FOCAC, a China comprometeu-se em completar 176 projectos de elevados padrões de qualidade e inovações (turn-key) em Africa, relacionados com a construção de escolas, estradas, hospitais e estádios, em 42 países africanos.
- Agricultura - Desde 1960 que a China tem vindo a aplicar quase 200 programas de cooperação, em mais de 40 países africanos, para a construção de fazendas de demonstração e processos agro-tecnológicos. Durante este período, a China também enviou mais de 10 000 agro-técnicos para treinar os agricultores africanos. Em termos de empreendimentos do FOCAC 2006, a China prometeu continuar a apoiar neste domínio.³¹
- O cancelamento da dívida - Em finais de 2006, a China cancelou dívidas no montante de U.S.\$ 1,4 bilhões, aos países pobres altamente endividados de África. O FOCAC 2006 empreendeu ainda mais cancelamentos de dívida aos países africanos.
- Empréstimos - A China prometeu oferecer U.S.\$ 3 bilhões em empréstimos preferenciais e U.S.\$

2 bilhões em créditos para a exportação. A China seleccionou 30 programas em 20 países africanos para a concessão de empréstimos preferenciais, inclusivé no Chade, Camarões, Namíbia e Moçambique;

- Áreas de Focalização - Além dos sectores de extracção mineira e petrolífera, novas áreas de focalização incluem o turismo, as finanças e as telecomunicações.
- Facilitação do Comércio - A Câmara de Comércio Sino-Africana foi criada para promover o comércio e interacção no investimento. O processo FOCAC incentiva, especificamente, o investimento chinês em África.

- Cultura - A China celebrou 65 acordos culturais com 45 países africanos e completou 151 intercâmbios culturais. A China tem um intercâmbio educacional com 50 países africanos. Em termos de trocas deste tipo, a China enviou 530 professores a 35 países africanos para o desenvolvimento de programas tanto a nível de ensino médio como do ensino superior
- Fazem parte ainda outros intercâmbios culturais no regime do FOCAC. A China ofereceu-se para treinar dirigentes escolares e professores, na China, e continuar os programas governamentais de formação oficial.³² A criação do Instituto Confúcio em África, que inclui o ensino da língua chinesa, está em andamento. (Um total de 55 Institutos Confúcio foram criados em 30 países, sendo três destes em África.)³³
- Turismo - A China concedeu o estatuto de destino aprovado (ADS) a 26 países africanos, com nove membros novos acrescentados à lista a seguir à reunião de 2006 - Argélia, Cabo Verde, Camarões, Gabão, Ruanda, Mali, Moçambique, Benin e Nigéria.
- O FOCAC III confirmou, assim, as prioridades das reuniões anteriores, fornecendo uma agenda global e alargada para a futura interação da China com África. A resposta concertada africana, à agenda do FOCAC, oferece novas oportunidades comerciais a África para promover o desenvolvimento deste continente.

Respostas Africanas ao FOCAC

Na Cimeira do FOCAC III, a liderança de África deu razões convincentes para o seu empenhamento no processo e para a sua tentativa de fazer avançar as relações sino-africanas em geral.³⁴

- O Ministro do Comércio e Indústria da Namíbia, Immanuel Ngatjizeko, salientou que "a ascensão econômica da China e, em especial, a sua contribuição para o aumento da procura global de recursos, tais como o alumínio, aço, níquel, cobre, petróleo e gás, têm contribuído imensamente para a importância de África enquanto fornecedor deste tipo de recurso." A espectacular acendência econômica da China está a impulsionar a procura dos produtos, o que, por sua vez, tem vindo a impulsionar as economias africanas e a abrir novas oportunidades a África para exportar até mais para a China.
- A Ministra dos Negócios Estrangeiros do Burundi, Antoinette Batumubwira, descreveu o FOCAC como permitindo aos países africanos e a China "reforçarem a sua cooperação e amizade já existentes."
- O Presidente do Togo, Faure Essozimna Gnassingbé, viu o FOCAC como sendo uma "plataforma" para a China e África construírem uma melhor cooperação. Além disso, na sequência da sua "atitude altruísta e cooperativa," a China tem vindo a ganhar maior

influência em África, elevando a importância das relações históricas. Ele também sugeriu que "o futuro de África reside com a China", enquanto que os estados africanos louvaram os esforços da China para proteger os países em vias de desenvolvimento, na ONU. Em termos da co-operação Sul-Sul, Gnassingbé sugeriu que "na construção de um mundo mais justo para o nosso povo, a China é um dos percursores".

- A Ministra dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia, Asha-Rose Migiro, descreveu o FOCAC como sendo a melhor forma para a China e África "trocar opiniões e elaborar programas de desenvolvimento comum." Além disso, Migiro sugeriu que "a igualdade de participação na tomada de decisões" tinha contribuído para o processo, garantindo que tanto os participantes chineses e africanos se encontravam igualmente envolvidos na elaboração das declarações do FOCAC e nos planos de acção. Como tal, o FOCAC era visto como sendo um modelo "para a co-operação Sul-Sul", através do qual os países em desenvolvimento podiam participar, de uma forma construtiva, na elaboração e implementação de uma agenda de desenvolvimento global.
- Navin Ramgoolam, o Primeiro-Ministro Maurício, viu o processo FOCAC como sendo um mecanismo para análise e avaliação das relações sino-africanas, que oferece uma oportunidade de avanço, ainda mais, da interacção positiva. Além disso, o FOCAC prevê a interacção sino-africana positiva, "com base na confiança, independência e respeito mútuos pela soberania e integridade territorial".
- O Presidente das Comores, Ahmed Abdallah Mohamed Sambi, descreveu o FOCAC como constituindo um modelo para a co-operação Sul-Sul, que ilustra a determinação da China em "promover a amizade e cooperação" entre a China e África.
- O Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes, sugeriu que o processo do FOCAC tinha o potencial de transformar a China no maior investidor em África", o que, por sua vez, iria ajudar os estados africanos a realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).
- O Presidente Festus Mogae do Botswana descreveu o FOCAC como sendo um "fórum ideal" onde a China e África podiam discutir as questões de comércio e investimento com vista à promoção dos seus interesses mútuos.
- No seu discurso na Cimeira, o Primeiro-Ministro da Etiópia, Meles Zenawi, desafiou os relatórios dos meios de comunicação social ocidental, em conforme a China estava a vender

produtos de baixo preço e má qualidade em África. Mas, tal como assinalou Zenawi, se os produtores africanos não conseguissem competir nos mercados globais, os produtos da China só se iriam tornar cada vez mais populares, "isto é a globalização." Ao mesmo tempo, a ampla disponibilidade de produtos chineses em África tinha melhorado a qualidade de vida do povo africano, fornecendo uma gama de produtos nunca antes disponível, a famílias com rendimentos baixos. Em resposta à acusação de que a China estava a explorar os recursos de África, Zenawi sugeriu que África já há muito que vendia os seus produtos no mercado mundial, mesmo antes da China se tornar num mercado-chave. A única diferença agora é que a China estava a comprar mais produtos, com maior frequência e a preços mais elevados - um processo, evidentemente, de benefício às economias africanas.

- O presidente de Uganda, Yoweri Museveni, descreveu oito factores positivos que promovem o FOCAC e o relacionamento sino-africano em geral. Estes foram: o notável sucesso económico da China serve de modelo e inspiração para outros países em vias de desenvolvimento; o progresso económico da China oferece novas oportunidades para o envolvimento efectivo dos países no desenvolvimento; a unidade da China serve como um modelo inspirador para o continente africano balkanizado; as lutas de libertação de África foram fortemente apoiadas pela China; a China foi durante muitos anos um contribuinte importante para a construção da infra-estrutura no continente africano; a China tem mostrado "uma verdadeira solidariedade" com África, abrindo os seus mercados aos países africanos menos desenvolvidos; a ascensão da China oferece uma alternativa para o "fenômeno doentio de um mundo unipolar" e o processo FOCAC fornece um quadro positivo para o reforço da cooperação Sul-Sul e o progresso.
- Na conclusão da Cimeira de Pequim, em 2006, o Presidente da República do Congo, Denis Sassou-Nguesso, descreveu o processo FOCAC como sendo um elemento chave no desenvolvimento da cooperação sino-africana. Além disso, assinalou que os documentos dos acordos celebrados em Pequim, forneciam uma base sólida para a expansão, por parte da China, da sua assistência a África no contexto da NEPAD, dos ODM e da Ronda de Negociações da OMC em Doha.
- Durante a Cimeira do FOCAC, a China e a Zâmbia assinaram uma série de contratos, incluindo um Memorando de Entendimento, sobre a Fundição de Cobre de Chambishi, um projecto destinado a beneficiar o cobre da Zâmbia e criar emprego. O Presidente da Zâmbia, Levy Mwanawasa, elogiou os esforços da China para estabelecer laços económicos mais estreitos e rejeitou sugestões de que o envolvimento da China na Zâmbia era uma forma de chamado "segunda-colonialismo". Ao contrário disso, segundo o seu argumento, o

envolvimento da China na Zâmbia tinha criado postos de trabalho, ajudado a reduzir a pobreza e reforçado o crescimento económico, através de uma parceria China-Zâmbia com base na "amizade e respeito mútuos."³⁵

- O Primeiro-Ministro do Lesoto, Pakalith Mosisili, descreveu o FOCAC como sendo um marco "cheio de esperança" e, na qualidade de representante oficial da SADC, agradeceu à China em nome de África, a já longa contribuição que a China tem tido em relação ao continente africano. Dado que África representava apenas 2,1 por cento do volume total de comércio da China, ele exortou à China a usar o FOCAC como mecanismo para fazer avançar o comércio bilateral em benefício mútuo. Na área do IDE, Mosisili reconheceu que África precisava de fazer mais para atrair investidores estrangeiros.
- Os comentadores estrangeiros no FOCAC III providenciaram poucas luzes inovadoras, mas Jeffery Sachs, conselheiro especial do Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, ofereceu o rápido desenvolvimento económico da China como um modelo para África. Além disso, na sua avaliação, Sachs frisou que a tecnologia e os investimentos da China em África oferecem um enorme potencial para resolver a maior parte das preocupações mais urgentes em África. Segundo Sachs, a China está perfeitamente posicionada para ajudar os pobres da África rural, dada a sua própria experiência recente na transformação da agricultura. Neste contexto, o conhecimento da China, de tecnologia e especialização no cultivo do arroz, poderão ajudar a triplicar a produção de alimentos em África, e elevar o nível de vida a milhões de pessoas.

Além disso, o sucesso que a China tem tido na erradicação quase completa da malária, no seu próprio país, devido, em parte, ao desenvolvimento dos medicamentos chineses, poderá ser decisivo para travar a doença em África.

Outros elementos tirados do modelo de desenvolvimento da China, que África deve considerar, incluem a transformação das cidades costeiras de África em zonas de exportação de alimentos e agro-processamento, bem como a aplicação de políticas rigorosas de regulamentação do crescimento da população, a fim de evitar a proliferação da pobreza e da miséria. O investimento chinês em África deve ser saudado como um mecanismo para a transformação da economia local e a transferência de conhecimentos e experiências sobre o desenvolvimento, por parte da China.

Mais importantemente, Sachs rejeitou as críticas ocidentais que alvejam o envolvimento chinês em África, apontando para o facto de que a mudança económica global actualmente em curso, trazida pelo crescimento económico da China, irá obrigatoriamente provocar um certo número de "mal-

entendidos e tensões".³⁶

Os resultados da Reunião Ministerial do FOCAC IV – o caminho a seguir

A quarta Reunião Ministerial do FOCAC teve lugar a 8 e 9 de Novembro de 2009, em Sharm El Sheik, no Egito. A seguir à reunião, foi divulgado o Plano de Acção de Sharm El Sheik para 2010-2012.³⁷ A reunião preparatória dos Altos Funcionários, à qual compareceram funcionários africanos e do Governo Chinês, foi realizada em Cairo a 18 e 19 de Outubro, de 2008. Curiosamente, o encontro teve lugar mais do que um ano antes do FOCAC 2009. Antes, as reuniões dos altos funcionários tinham sido realizadas só poucos dias antes da reunião ministerial. Assim, pode ser que Pequim queira assinalar um compromisso reforçado para dar mais tempo ao processo de preparação, antes do FOCAC, a fim de garantir que as opiniões dos interessados africanos sejam tomadas em conta.

Com efeito, segundo os representantes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos vários países africanos, entrevistados pela equipe de investigação antes do FOCAC 2009, os temas da reunião ministerial só foram identificados após as discussões dos altos funcionários durante a reunião de 2008. Na sequência dos pedidos de representantes africanos presentes na reunião, os temas foram identificados como sendo a infra-estrutura e a agricultura, com especial atenção para as ligações regionais e a segurança alimentar, respectivamente.

Em termos do envolvimento da China com as instâncias regionais africanas através do FOCAC, este continua em estado embrionário, por enquanto. Apoio à União Africano (UA) e à Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), foi expresso na Declaração de Pequim 2000 (secção 6), no Plano de Acção de Adis Abeba 2003 (secções 2.2.2 e 3.2), na política Africana da China (parte I, V e VI) e no Plano de Acção de Pequim de 2006 (secção 2.5). O Secretariado do FOCAC com sede em Pequim, também assinou um memorando de entendimento (MdE) com o Secretariado da NEPAD, em 2006.³⁸ O envolvimento da China com os Secretariados da Comunidade do Leste Africano (EAC) e de África Austral (SADC), respectivamente, é discutido no capítulo 8 mais abaixo.

2.1 Observação conceptual: O papel das reuniões do FOCAC

Os resultados do presente compromisso de investigação, confirmam que as reuniões ministeriais do FOCAC, em grande parte, são formalidades, dando o tom para futuros acordos de colaboração. Como resultado, o desenvolvimento, de facto, dos países africanos nas suas relações com a China, acontece no diálogo bilateral e nas reuniões preparatórias que são coordenadas em cada país

africano através do gabinete do Presidente e do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Na China, o processo é gerido pelo Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Comércio (MOFCOM).

A finalidade das recomendações formuladas no presente relatório é, portanto, dupla. Primeiro, procura proporcionar às partes africanas informações e aconselhamentos precisos, em antecipação do FOCAC 2009, a fim de aumentar a preparação das partes interessadas "em termos de formulação de uma posição estratégica que possa reflectir as prioridades africanas. Em segundo lugar, como resultado do FOCAC ser um processo a longo prazo, as recomendações têm igualmente o objectivo de servir como forma de orientação para os representantes dos governos africanos, à medida que estes vão desenvolvendo as suas relações com a China no seu próprio país, através do processo FOCAC.

3. Angola

3.1 Introduzindo as relações sino-angolanas

As relações de Angola com a China foram iniciadas na década de 1960 durante a luta de independência do país da sua potência colonial, Portugal. Além dos aliados na Organização de União Africana (OUA), a posição da China sobre Angola foi conflituosa devido à política da Guerra Fria, que, ao mesmo tempo, se começara a manifestar nos países africanos. Como resultado disso, durante este período, a China partilhava a sua lealdade entre os três principais movimentos de libertação de Angola: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA).³⁹

O jogo da China de cadeiras musicais chegou a um impasse quando o MPLA declarou a independência de Angola em 1975, período em que a China tinha vindo a apoiar os rivais do MPLA. Como tal, a China inicialmente recusou-se a reconhecer a independência do país. No entanto, o MPLA e o Partido Comunista Chinês (PCC), estabeleceram relações políticas, em 1980, após o que foram posteriormente estabelecidos laços diplomáticos formais entre Angola e a China a 12 de Janeiro de 1983.⁴⁰ Angola ainda estava em estado de guerra, e lutava, ao mesmo tempo, contra os rebeldes da UNITA. A história anterior da China com a UNITA manteve-se bastante desagradável, apesar da sua afirmação de ter mudado de aliados. Quando o governo angolano invadiu os arsenais das forças de guerrilha da UNITA, descobriram artilharia fabricada na China. Como resultado disso, as relações com a China eram tensas durante um tempo. Em 1988 as duas partes estabeleceram um Comité Económico e Comissão Mista do Comércio, que estimulou um aumento gradual do comércio durante a década de 1990. O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, em seguida, visitou a China em 1998, para solidificar ainda mais os laços bilaterais.

Pondo fim aos 27 anos da guerra civil que tinha eclodido em 1975, o acordo de cessar-fogo em Angola foi assinado em 2002 - dois anos após o lançamento do FOCAC. Assim, o FOCAC veio fornecer um quadro tangível para a melhoria das relações bilaterais entre Angola e a China, que têm sentido um forte crescimento no novo milénio. A intensidade foi desencadeada a 21 de Março de 2004, quando o Banco de Exportação e Importação da China (EXIM) prorrogou uma linha de crédito com base no petróleo, de U.S.\$2 bilhões, a Angola. Isto teve lugar quando as longas negociações

com o Fundo Monetário Internacional (FMI) entraram em colapso e Angola manifestou o seu descontentamento com os programas de reforma exigidos como requisito para ajuda financeira. De Junho a Setembro de 2007, a China tinha duplicado as suas linhas de crédito a Angola, com uns U.S.\$ 2 bilhões adicionais, elevando o total para U.S.\$ 4.5 bilhões, tornando-se, assim, o maior jogador estrangeiro em Angola na era da reconstrução pós-guerra.

3.2 Avaliando o Plano de Acção de Pequim: A Cooperação Política

A delegação angolana ao FOCAC 2006, realizado em Pequim, foi conduzida por Fernando da Piedade Dias, o então Primeiro-Ministro da República de Angola.⁴¹ Este cargo encontra-se agora na posse de António Paulo Kassoma, que foi promovido a 30 de Setembro de 2008, após um prazo bem sucedido no cargo de Governador do Huambo. O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, visitou Pequim em Dezembro de 2008 para procurar obter uma garantia da China de manutenção do apoio financeiro no meio da crise financeira global.

Um mês após a viagem de Santos à China, o Ministro chinês do Comércio, Chen Deming, visitou Angola. Durante a sua estada, Chen manteve encontros em separado com o Primeiro-Ministro de Angola, António Paulo Kassoma, o Ministro das Finanças, José Pedro de Moraes, e a Ministra do Comércio, Indalina Valente.⁴²

Os funcionários chineses que visitaram Angola desde a Cimeira de Pequim, em 2006 incluem:

- Li Ruogu - O presidente do Banco Exim da China (Setembro 2007)
- He Guoqiang - líder importante do Partido Comunista da China (Julho 2008)
- Chen Deming - Ministro do Comércio (Janeiro 2009)
- Chen Yuan - OCE do Banco de Desenvolvimento da China (Março 2009)
- Jiang Zengwei - Vice-Ministro do Comércio (Março 2009)

A China também tem recebido inúmeras visitas de funcionários angolanos de alto nível, incluindo os seguintes:

- Francisco Higinio Carneiro - Ministro das Obras Públicas (Março 2007)
- Irene Alexandra da Silva Neto - Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (Março 2007)
- José Eduardo dos Santos - Presidente da República de Angola (Dezembro 2008)

- Assunção Afonso dos Anjos - Ministra dos Assuntos Exteriores e Cooperação (Dezembro 2008)
- Severim de Morais - Ministro das Finanças (Dezembro 2008)
- Augusto Tomás - Ministro dos Transportes (Dezembro 2008)
- Francisco Higino Carneiro - Ministro das Obras Públicas (Abril 2009)
- José Botelho de Vasconcelos - Ministro do Petróleo (Junho 2009)

Ocupando um lugar central no envolvimento da China com Angola, estão o Embaixador Chinês Zhang Bolun Económica e o Adido Consular Comercial, Zou Chuanming, que fazem a administração do dia-à-dia da diplomacia chinesa, a partir de Luanda. O Embaixador Zhang foi nomeado para o cargo em meados de 2008, assumindo o lugar do Embaixador Zhang Beisan. O actual Embaixador esteve anteriormente colocado na América Latina. Ambos os funcionários, o Embaixador Zhang e Consular Zou, falam o espanhol fluentemente. Certamente não é o ideal, mas é muito útil, no entanto, considerando a sua afinidade com o idioma português e a falta, por parte da China, de candidatos a esses cargos com conhecimentos de português. Na China, a Embaixada de Angola em Pequim, é liderada pelo Embaixador João Manuel Bernardo. Angola também tem escritórios consulares em Macau e Hong Kong.

3.3 Avaliando o Plano de Acção de Pequim: A Cooperação Económica

3.3.1 Agricultura

Antes da guerra civil, Angola era auto-suficiente em todas as principais culturas alimentares. Além disso, era produtor mundial de café e o quarto maior exportador de destaque de banana, algodão, sisal e cana de açúcar. A produção, desde então, tem caído drasticamente, de tal forma que Angola se tornou num grande importador líquido de alimentos e produtos agrícolas. Desde a restauração da paz no campo, que o governo tem vindo a reconhecer a necessidade de retomar rapidamente o próspero sector agrícola do país.⁴³

São feitas provisões para o cultivo do sector agrícola, no orçamento nacional atribuído pelo Ministério das Finanças ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, para a implementação de programas específicos. Alguns dos programas são financiados por doadores internacionais e organizações não-governamentais (ONGs). Conforme aparece descrito mais abaixo, o Governo Chinês ofereceu, também, o seu apoio financeiro neste sentido e incentivou as empresas chinesas a seguirem o exemplo.

Para aumentar a capacidade do sector agrícola, em primeiro lugar, devem ser instaladas infra-estruturas fundamentais. Em 2007, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, lançou um programa nacional de irrigação, programado para ser concluído em 2009, como uma das suas primeiras prioridades. Em Abril de 2007, a Sinohydro China foi contratada no valor de U.S.\$ 54 milhões para criar sistemas de irrigação em quatro regiões - Caxito (Bengo), Gangelas (Huíla), Luena (Moxico) e Waco-Kungo (Kwanza Sul).⁴⁴ Em 2008, a Sinohydro concluiu a construção do canal da barragem hidroeléctrica e irrigação de Gangelas, em Chibia, situada a cerca de 20 quilómetros a sul do Lubango, na província do Huíla. Os U.S.\$5 milhões para o projecto foram financiados pelo Banco Exim da China.

O canal de irrigação abrange uma área de cerca de 1 400 hectares de terras aráveis e a barragem tem capacidade de armazenagem para um volume de 3,5 milhões de metros cúbicos de água. O município de Chibia é uma pequena comunidade rural, com uma população estimada em 133,000 pessoas. Com cerca de 60 associações e cooperativas agrícolas no município, existem planos em andamento para se produzirem produtos tais como o milho, massango, massambala, leguminosas, vegetais e frutas cítricas.⁴⁵

Os agricultores de Angola, em geral, fazem uso de uma tecnologia mínima, usando, principalmente, ferramentas manuais para irrigar as suas plantações. Actualmente, quase 85 por cento da mão-de-obra do país está empregada no sector agrícola - ou seja, aproximadamente 6,1 milhões de uma mão-de-obra nacional de 7,2 milhões.⁴⁶ Um estudo realizado pela Holanda, baseado no Centro Técnico de Cooperação Agrícola e Rural (CTA), revelou que 80 por cento de titulares angolanos praticam uma agricultura de subsistência e cultivam menos do que 5 por cento das terras aráveis do país.⁴⁷ Ao aumentar a produtividade agrícola do país, o governo pretende abordar vários factores sócio-económicos, tais como a redução da pobreza, a segurança alimentar, a melhoria dos meios de subsistência e o desenvolvimento de mercados limitados de colocação de bens (*mercados niche*) para a exportação.⁴⁸

Para alcançar este objectivo, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural está a trabalhar estreitamente com sete das suas principais instituições:

- Instituto de Investigação Agronómica - IIA;
- Instituto de Desenvolvimento Agrário - IDA;
- Instituto de Investigação Veterinária - IIV;]
- Gabinete de Segurança Alimentar - GSA;

- Programa Nacional de Mandioca - PNM;
- Instituto de Investigação Florestal – IDF; e
- Instituto Nacional de Café de Angola - INCA.

Na abertura da conferência nacional sobre o Programa Executivo Agrário, a 28 de Abril de 2009, o Primeiro-Ministro, Kassoma, disse que Angola precisava de gerar uma investigação agrária com capacidade para responder às necessidades da produção de alimentos, de forma a garantir o bem-estar das famílias angolanas.⁴⁹ Talvez, para começar este processo, Angola devia reforçar os recursos humanos, conhecimentos técnicos e capacidades institucionais das instituições acima mencionadas. Foi noticiado em Abril de 2007 que cerca de 60 Angolanos tinham sido formados pela Academia Chinesa de Ciências Agrárias, em 2007.⁵⁰ Embora não fosse possível obter-se os detalhes, vale a pena mencionar este aspecto porque a mudança de enfoque para o sector agrícola está a desvendar uma nova face das relações sino-angolanas.

No ano passado, o sector agrícola de Angola contribuiu com um mero 9,2 por cento para o PIB do país, nivelando em apenas U.S.\$ 10 bilhões.⁵¹ Como já foi referido, o sector agrícola é responsável por 85 por cento da mão-de-obra do país, o que é um factor alarmante quando justaposto à sua produtividade. A saída pode ser deficiente de momento, mas é provável que se faça sentir uma recuperação notável, tomando em consideração os planos que o Ministério tem para atingir a auto-suficiência alimentar até 2012. Em apoio a esta meta, em Março de 2009, o Governo Chinês concedeu U.S.\$ 1 bilião a Angola, para o desenvolvimento do seu sector agrícola. Apesar de ainda ser desconhecido, por esta fase, o plano do projecto para um novo financiamento, têm havido discussões sobre apoios a Angola na produção do arroz. Talvez Angola também pudesse considerar um lobby junto do Governo Chinês para o estabelecimento dos centros de demonstração agrícola prometidos pelo presidente Hu.

Embora o Ministério das Pescas de Angola se encontre separado do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, é importante observar, neste ponto, um exemplo de cooperação sino-angolana que se estende até à pesca. Como parte da "Renovação da Frota", do Ministério das Pescas (programa de renovação da frota de pesca), o Fundo de Angola para Assistência à Pesca, Indústria e Agricultura (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal - FADEPA) e o Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e a Aquicultura (Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal - IPA), têm estado a trabalhar em conjunto para distribuir ferramentas e recursos às províncias piscatórias, a nível do país, i.e. Bengo, Benguela, Cabinda, Luanda, Kwanza Sul e Zaire.

A cooperativa pretende distribuir 3,000 embarcações no sector da pesca artesanal marítima, em

2010, substituindo assim a metade do seu estoque existente. FADEPA já recebeu financiamento da China, Polónia e Espanha – no valor de U.S.\$ 250 milhões, U.S.\$ 27,5 milhões e € 81 milhões (cerca de U.S.\$ 110 milhões), respectivamente. Em Fevereiro de 2009, foi comunicado que a FADEPA tinha recebido alguns equipamentos de pesca e 440 embarcações, de fabrico norueguês, dos quais a China tinha providenciado 250 e a Espanha 190.⁵²

Embora as novas embarcações tivessem sido bem recebidas pelos pescadores artesanais, deve ser colocada, de novo, ênfase sobre o desenvolvimento das competências e tecnologia. A Província do Namibe, por exemplo, registou uma queda nas capturas, de quase 2 000 toneladas para o primeiro trimestre de 2009 – desde as 7244 toneladas em 2008, para 5630 toneladas este ano.⁵³ Uma vez que o défice também pode ser atribuído a factores ambientais globais, existe uma necessidade ainda maior de se explorarem mecanismos eficientes para sustentar o sector das pescas. Existem numerosas áreas pequenas de água nas zonas da pesca acima referidas, que poder-se-ão revelar ideais para a reprodução do peixe. Com as habilidades tecnológicas certas, fornecidas pela China e / ou outros parceiros de desenvolvimento, as fazendas de aquicultura podem gerar empregos profissionais, podendo orientar a indústria da pesca artesanal na economia formal. Maiores níveis de produção irão contribuir para a segurança alimentar, bem como, potencialment, para ajuda na diversificação das exportações angolanas para a China.

3.3.2 A Cooperação nos Investimentos e Negócios

Infelizmente, a equipe de investigação não teve possibilidade de obter dados oficiais sobre o IDE da China, de ano-para-ano, em Angola. No entanto, são fornecidos números, os quais se encontram citados mais abaixo, para a contagem dos investimentos chineses.

A maioria das grandes empresas chinesas a operarem em Angola, é membro da associação empresarial local chinesa, que foi criada em 2002. Actualmente, a associação tem vindo a receber mais empresas chinesas de pequeno, micro e médio porte (PMME), que formaram uma catita "China Town" (*Bairro Chinês*) no distrito de São Paulo em Luanda.⁵⁴ Em Março de 2006 um outro grupo de empresas chinesas lançou a Câmara de Comércio das Empresas Chinesas (CCCCA). Tem 26 membros até à data, inclusive a China International Water & Electric Corporation, China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec), China National Overseas Engineering Corporation (COVEC), a China National Machinery & Equipment Import & Export Corporation (CMEC), a China State Shipbuilding Corporation (CSSC), Jiangsu International, Huawei e a Sinosteel Corporation.⁵⁵

As empresas chinesas contratadas para projectos com financiamento do Banco Exim da China, não são obrigadas a registar-se com a Agência Nacional para o Investimento Privado - ANIP, porque os empréstimos do Governo Chinês não são considerados como sendo investimentos.⁵⁶ No entanto, Angola já identificou os sectores prioritários, de modo a alinhar os investimentos nacionais e estrangeiros com o plano estratégico nacional do governo. O Artigo 4º da Lei dos Incentivos Fiscais e Aduaneiros para o Investimento Privado,⁵⁷ cita os mesmos conforme se segue: produção agro-pecuária; indústrias de fabrico,⁵⁸ indústria de pesca e derivados, construção civil, saúde e educação; rodovia, ferrovia, portos e infra-estrutura aeroportuária, telecomunicações, energia e água, e equipamentos pesados para os serviços de carga e passageiros.

A ANIP promove o investimento em sectores-alvo de indústria e zonas de desenvolvimento angolanos. O país está a desenvolver actualmente sete chamadas zonas de desenvolvimento industrial nos seguintes locais, por todo o país:

- Viana – Luanda; e aka P.I.V
- Catumbela – Benguela; e aka P.D.I.C.
- Fútila / Cabinda - Província de Cabinda; e aka PIF
- Caála / Huambo - Huambo
- Matala / Huila - Huíla
- Capanda / Malanje - Província de Malange
- Soyo / Zaire - Zaire

A Zona de Desenvolvimento Industrial de Viana (PIV), abrange mais de seis mil hectares nos arredores de Luanda, cerca de 20 quilómetros do centro da cidade. Tem facilidade de acesso aos pontos principais de transporte do país, nomeadamente, o Porto de Luanda, a estrada de ferro que liga Luanda a Malange, e o Aeroporto Internacional Quatro de Fevereiro. O estado pretende fazer do PIV uma zona económica especial. Algumas empresas que já fizeram investimentos significativos na zona do PIV, incluem a Coca-Cola e Zhengzhou Nissan, entre outros.

Também existem planos para transformar a Zona de Desenvolvimento Industrial da Catumbela numa zona económica especial. Esta fica situada apenas a 10 quilómetros do Porto do Lobito, abrangendo uma área de 2107 hectares. Através do caminho de ferro de Benguela, a zona será vinculada à República Democrática do Congo (RDC) e à Zâmbia. A Zona de Desenvolvimento Industrial de Fútila (PIF) fica, aproximadamente, a 25 km de Cabinda, uma cidade portuária e a base, além disso, da maioria das companhias de petróleo. Abrange mais de 2345 hectares e os investimentos existentes já

atingiram os U.S.\$ 36,7 milhões.⁵⁹

Além das obras oficiais da função pública, o Grupo Drago é uma empresa privada de direito angolano com planos para desenvolver o Parque de Negócios de Angola, um projecto no valor de quase US\$ 700 milhões. Serão criadas estações de logística em todas as 18 províncias do país, cada uma das quais equipada com uma gama de serviços, incluindo fábricas, armazéns, hotéis, apartamentos, supermercados, escritórios, parques de contentores, estações de camiões, heliportos e estações de combustível. O Grupo Drago lançou a sua primeira estação de logística no Dundo - Lunda-Norte - a 4 de Abril de 2009. A mesma será construída ao longo de um período de dois anos, num montante estimado de U.S.\$ 37 milhões. O Huambo e Luanda, serão as duas próximas cidades a receberem centros logísticos.

Acontece que o Chefe do Executivo do Grupo Drago, foi criado na China nos anos '60 e '70, o que ele recomenda como sendo o motivo pelo zelo que agora demonstra pelo negócio. Hoje em dia, é muito popular com os residentes chineses de Angola, e o seu projecto está a receber apoio enorme entre os colegas angolanos.⁶¹

A maior parte da actividade em torno das empresas chinesas em Angola, é financiada através de linhas de crédito. Como tal, a China tem realmente um registo banal de investimento directo estrangeiro em Angola. No entanto, em consonância com os compromissos assumidos na Reunião Ministerial e na Cimeira do FOCAC, em 2006, a China continua a expandir a sua cooperação nos investimentos e negócios em Angola.

A companhia de Equipamentos de Telecomunicações, Zhong Xing (Zhong Xing Telecommunication Equipment Company Limited - ZTE), da China, entrou pela primeira vez em Angola, em 2004, num acordo com a Mundo Startel - utilitário de Angola das telecomunicações de linha fixa. Em Outubro de 2008, ZTE assumiu a gestão da Movitel, Angola, o segundo operador móvel e empresa estatal. Este tem uma assinatura de cerca de 2 milhões e um mercado em expansão.⁶² A Movitel goza de popularidade entre os jovens e as empresas, o que é atribuível, supostamente, ao facto de ser o primeiro a fornecer todos os mais recentes serviços e tecnologias. No entanto, o seu sucesso baseia-se num serviço eficiente ao cliente e uma forte campanha de marketing.

A companhia das TIC, da China, Huawei Technologies, está a montar a rede nacional dos operadores de Angola em tecnologia sem fio e rede de quarta geração. Com financiamento do Banco Exim da China, a empresa já instalou cabos de fibra óptica em Luanda e está agora ocupada com as outras províncias. Trabalhando em estreita colaboração com o Ministério das Comunicações de Angola, a

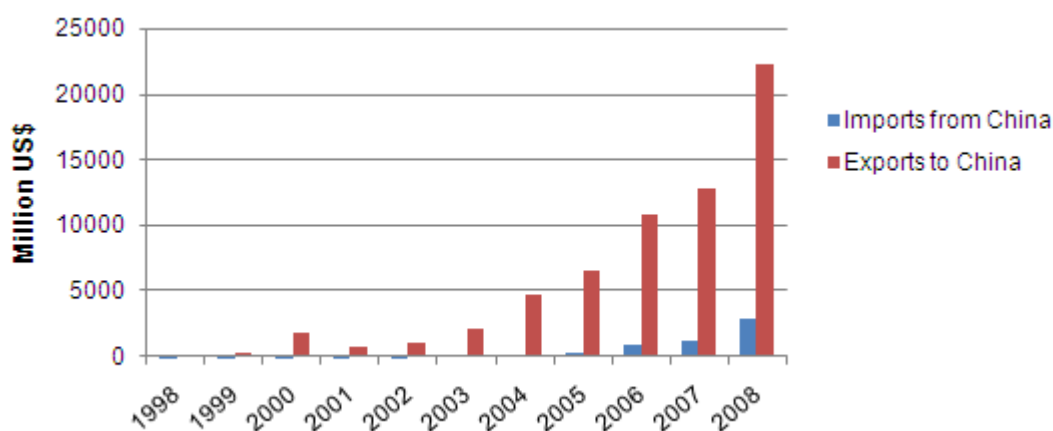
Huawei tem investido U.S.\$ 7 milhões para transformar o antigo Instituto Nacional das Telecomunicações (ITEL) na Universidade de Telecomunicações, bem como na construção dum novo Centro de Treinamento Técnico de Telecom. O centro de treinamento é um modelo que a empresa já emprega em mais cinco países africanos, a saber, o Quênia, a Nigéria, a África do Sul, a Tunísia e o Uganda. Para além da formação que os recrutados angolanos do Huawei recebem em casa, também são enviados técnicos diligentes para a China ou para a filial regional na África do Sul, durante duas a três semanas, para formação contínua.⁶³

Além das telecomunicações, um investimento significativo tem sido feito na fabricação de veículos a motor. Em 2007, a China Dongfeng e a companhia japonesa, Nissan, investiram U.S.\$ 30 milhões para estabelecer uma fábrica de automóveis na zona industrial de Viana - a norte de Luanda. As operações na fábrica Zhengzhou Nissan (ZZNissan) começaram em 2008 a partir da sua sociedade em participação (JV) com a CGS Automovel de Angola. A fábrica está programada para produzir 30,000 veículos por ano e fornecer mais de 300 empregos durante a sua fase inicial.⁶⁴ O Hardbody ZZNissan já se destaca nas ruas de Luanda.

Há também um número crescente de PMMEs chinesas em Angola, a maioria do qual procura empreendimentos mais pequenos e opera no varejo. No sector dos serviços, existem algumas empresas chinesas de logística e expedição de mercadorias, bem como restaurantes chineses nos bairros populares. Curiosamente, uma tendência crescente, em Luanda, é a propriedade de cafés de Internet chineses. A partir da Declaração do Milénio, os países comprometeram-se em reduzir para metade o desemprego e a pobreza até 2015. A criação de emprego é um dos principais incentivos para um país, na promoção do IDE. No entanto, o investimento chinês nas PMMEs em Angola, geralmente emprega poucos agentes locais. Seria necessário haver um censo para medir o tamanho de IDE efectuado em PMMEs e empresários chineses, bem como estudos de avaliação do seu impacto mais imediato nas comunidades.

3.3.3 O Comércio

O comércio constitui uma componente essencial das relações contemporâneas entre Angola e a China. Apenas dez anos atrás, o volume de comércio bilateral era de somente U.S.\$ 190 milhões. Desde então, conforme a apresentação feita no diagrama 3.1, os dois países têm vindo a experimentar um crescimento sem precedentes. Angola é hoje o maior parceiro da China em África e o comércio com este país representa quase um quinto do comércio da China com o resto do continente.

Diagrama 3.1: Perspectiva sobre o comércio de Angola com a China (1998-2008)

Fonte: *Átlas Comercial do Mundo*

Angola só realmente ampliou as suas exportações para a China no novo milénio, um período durante o qual a China consolidou, em simultâneo, as suas relações com os países africanos - daí o lançamento do FOCAC, em 2000. A Comissão Mista Económica e Comercial de Angola e China realizou uma segunda reunião em 2001, para reforçar a diplomacia económica entre os dois países. A terceira reunião teve lugar em 2007, após a apresentação do Plano de Acção de Pequim. Assim, o comércio entre Angola e a China mais do que duplicou desde a última reunião ministerial do FOCAC, aumentando de U.S.\$ 11,8 bilhões, em 2006, para U.S.\$ 25,3 bilhões em 2008.

Tabela 3.1: O comércio de Angola com a China 2006–2008 (US\$ Milhões)

	2006	2007	2008
Exportações	10 930.88	12 884.70	22 370.08
Importações	894.37	1 240.62	2 930.80
Total	11 825.25	14 125.32	25 300.87

Fonte: Atlas Comercial Mundial

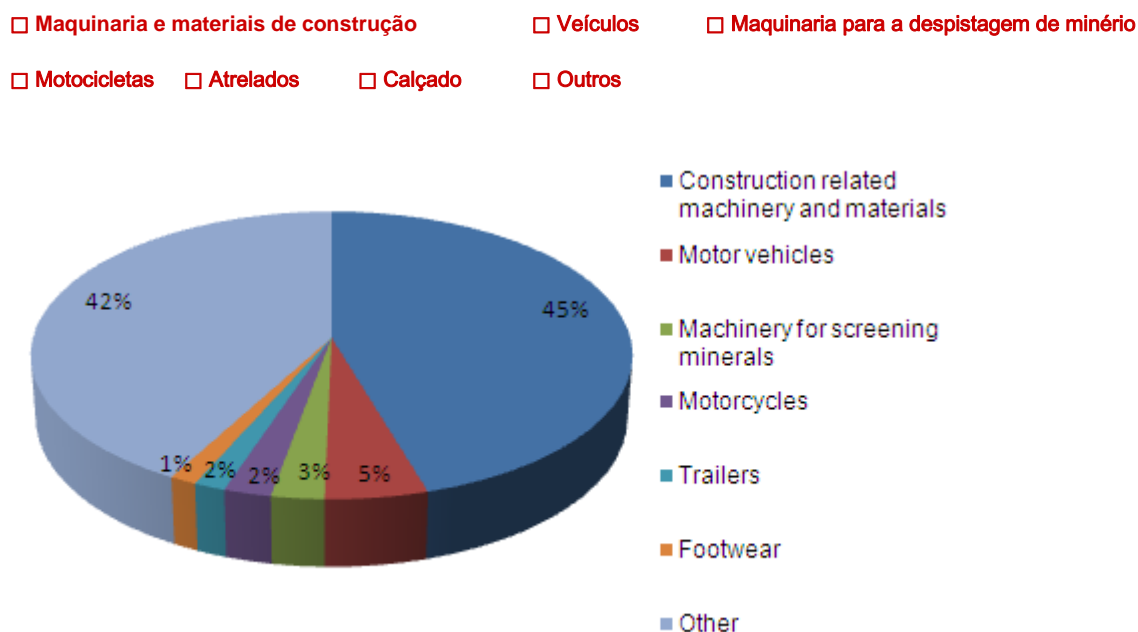
Conforme a apresentação na Tabela 3.1, as exportações para a China têm vindo a aumentar consideravelmente ao longo dos últimos três anos. O volume dobrou de U.S.\$10,93 bilhões em 2006, para U.S.\$22,37 bilhões em 2008, mas continua com base acentuada nos recursos. O petróleo bruto representa 99,9 por cento das suas exportações para a China. Como resultado disto, Angola já chegou a ocupar a posição de fornecedor principal de petróleo bruto, mesmo que nem só durante um período muito breve. Durante o primeiro trimestre de 2008, Angola exportou 8,48 milhões de toneladas métricas de petróleo bruto para a China, superando a exportação da Arábia Saudita de 8,18 milhões de toneladas para o mesmo período.⁶⁵ Todavia, a nova posição foi de pouca duração visto que, no final do ano, Angola voltou a ser o segundo maior fornecedor de petróleo bruto para a China, com uma soma recorde de 29,9 milhões de toneladas para 2008.⁶⁶

Uma vez que Angola é fortemente dependente das receitas do petróleo, a economia é extremamente vulnerável aos choques dos preços no mercado internacional. Deste modo, Angola aderiu à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a 1 de Janeiro de 2007, como o décimo segundo membro do cartel do petróleo. Mesmo assim, o país foi duramente atingido pela crise financeira mundial em 2008, que perturbou os preços dos produtos. O petróleo bruto, por exemplo, despencou de U.S.\$147 por barril para U.S.\$36 por barril, durante o segundo semestre do ano. Para um país onde o petróleo é a moeda, uma queda drástica como esta pode paralisar por completo a economia e prejudicar o financiamento da sua reconstrução e desenvolvimento nacionais.

Com o abalo da crise financeira global já passado, os preços dos grandes produtos consumíveis estão a recuperar lentamente. A 1 de Janeiro de 2009, Angola assumiu a presidência da OPEP, colocando o Ministro dos Petróleos do País, José Botelho de Vasconcelos, na berlinda. Numa reunião da OPEP, em Julho de 2009, em Pequim, o Ministro anunciou que o acordo iria procurar manter o preço do petróleo entre U.S.\$ 68 dólares e U.S.\$ 71 por barril.⁶⁷ Este é um período precário para a economia de Angola, com as receitas de exportação previstas a caírem significativamente, especialmente com o revés ambíguo adicional das quotas de produção da OPEP.

Com o desenvolvimento de infra-estrutura constituindo a prioridade principal, de momento, a procura de materiais da construção em Angola encontra-se no auge e os fabricantes e fornecedores locais estão sobrelotados de encomendas. As companhias chinesas a operarem em Angola, geralmente, importam todos os produtos de insumo da China, tudo e mais alguma coisa, desde varas de ferro pesadas, até pinos e cavilhas mais pequenos. O Diagrama 3.2 exhibe a composição geral das principais importações efectuadas a partir da China, por parte de Angola, em 2008.

Diagrama 3.2: Composição das importações efectuadas, a partir da China, por parte de Angola, em 2008



Fonte: Atlas de Comércio Mundial

Evidentemente, as máquinas e material relacionados com a construção, são bens a destacar, responsáveis por 45,4 por cento do total das importações provenientes da China para esse ano, num valor de U.S.\$ 1,3 bilhões. O aumento das exportações certamente beneficia os fornecedores chineses e também reflecte bem no equilíbrio comercial do país. As empresas chinesas em Angola alegam que a prática só é viável para todas as partes, já que estão mais familiarizados com os fornecedores chineses e, portanto, capazes de efectuar uma entrega mais eficiente.

No entanto, a escolha, por parte de Angola, da logística para a cadeia de fornecimentos e aquisição, tem tido implicações graves para a região. Grande parte do material de entrada pode ser adquirido noutros lugares, de preferência, no seio da região - ou seja, na Comunidade de Desenvolvimento de África Austral (SADC). A África do Sul, por exemplo, é um produtor ávido de materiais de construção.

A nova rota reduziria a distância a percorrer de uma forma substancial, e promoveria a integração regional através do reforço no número de trocas comerciais intra-SADC.

Embora as importações de fabrico chinês - uma rápida evolução nos bens de consumo (FMCGs) - não se encontrem classificadas na lista dos principais 20 produtos de importação do país com origem na China, os mesmos têm uma quota de mercado nas empresas do país, visto que o "Made in China" é uma reconhecida marca universal. Um número crescente de atacadistas locais costumam adquirir as suas mercadorias na China, e mais de cem comerciantes angolanos viajam frequentemente para a China e Dubai com o objectivo de comprarem produtos de fabrico chinês.⁶⁸ Há também um crescente número de cidadãos chineses em Angola a operar lojas de varejo, bem como as popularmente chamadas "China Stores" (Lojinhas Chinesas) um pouco por todo o continente africano.

Além da importação de Angola dos fabricos FMCGs da China, as importações são significativamente maiores do que aquilo que se vê nas ruas da capital angolana. Conforme é apresentado no Diagrama 3.2, Angola importou quantidades significativas de veículos automóveis e motocicletas da China em 2008, sendo os mesmos 5 e 2 por cento, respectivamente. No ano passado, Angola também importou no valor de U.S.\$ 63,1 milhões de veículos da China (Atlas de Comércio Mundial 2009). Isto corresponde ao relatório do Ministério dos Transportes, sobre 900 novos autocarros importados para os operadores da cidade, com o objectivo de se melhorar o sistema de transportes públicos entre o interior da cidade de Luanda e os bairros periféricos - ou seja, Benfica, Cacucaco e Viana.

Seiscentos e trinta ônibus foram importados da China, enquanto o resto são marcas Volvo, fabricadas no Brasil. Os ônibus começaram a operar as suas rotas em Outubro de 2008. A capital do país antes tinha sido servida por candongueiros, que são mini-autocarros pintados de azul e branco.⁶⁹ Os bairros periféricos de Luanda estão situados num raio médio de 20 km do centro da cidade, mas a comutação pode levar entre duas a quatro horas. Os novos ônibus transportam cinco vezes a quantidade de clientes que os candongueiros, aliviando parte do congestionamento da cidade.

Na abertura da Reunião Ministerial do FOCAC 2006 e Cimeira de Pequim, o presidente Hu Jintao anunciou oito medidas para reforçar a cooperação entre os países africanos e a República Popular da China (RPC), sendo a sexta etapa "[f]uturas aberturas do mercado da China para África, aumentando de 190 para mais de 440 o número de itens de exportação para a China com tratamento tarifário zero, dos países menos desenvolvidos de África com relações diplomáticas com a China." Até à data, Angola ainda não tem aproveitado desta disposição, já que actualmente as exportações são de apenas seis produtos para a China - ou seja, petróleo, diamantes, granito, os resíduos do cobre, peças de mobiliário, e sucata de alumínio. Mesmo assim, foi mencionado anteriormente que as

contas de petróleo bruto chegaram a atingir 99,9 por cento das suas exportações para a China. Na realidade, levará anos até que Angola consiga explorar o seu acesso vantajoso ao mercado chinês. O Ministério do Comércio e Indústria anunciou os seus planos para reforçar a capacidade institucional e as competências do país, de forma a fazer corresponder as suas indústrias em perspectiva com as demandas específicas de mercado nas economias estrangeiras alvejadas.⁷⁰ No entanto, o desenvolvimento dum mercado de exportação de mercadorias num mercado não-tarifário é simples. Outros países africanos estão actualmente a tentar exportar produtos para a China, mas a título não-tarifário. Consulte, por exemplo, o estudo de caso sobre o Uganda no presente relatório. Os produtos potenciais de exportação de Angola também devem atender às normas internacionais de segurança e higiene, bem como serem suficientemente competitivos para realizarem lucro.

Entretanto, os ganhos da exportação em curso estão a alimentar o apoio do Governo Chinês. O excedente comercial de Angola é o grande catalisador para a sua linha de crédito, cuja base é o petróleo e os empréstimos concessionários do Governo Chinês, e os serviços das empresas chinesas públicas e privadas.

3.3.4 O Desenvolvimento da Infra-Estrutura

Angola está actualmente a implementar um ambicioso projecto de reconstrução e desenvolvimento nacionais, de que o Governo Chinês é um parceiro fundamental. Conforme descrito mais acima, a maioria dos empréstimos provenientes do Governo Chinês é investida no desenvolvimento da infra-estrutura e construção, cujos projectos são contratados a algumas das maiores empresas da China, a saber, a Cooperação Chinesa das Estradas e Pontes (*China Road and Bridge Cooperation - CRBC*), Ferrovia 20 da China (*China Railway 20*), Huawei, Sinohydro, entre muitas outras. A seguir, estão indicados alguns dos projectos mais importantes que envolvem financiamentos e/ou empresas da China.

Projecto de electricidade de Luanda

Em Janeiro de 2009, a Corporação Nacional da China de Importação e Exportação de Maquinaria e Equipamentos (*China National Machinery and Equipment Import and Export Corporation - CMEC / CMIC*) assinou um contrato no valor de U.S.\$ 298 milhões para o "Projecto de Electrificação dos Subúrbios do Sul de Luanda, em Angola".⁷¹ O mesmo implica a construção de centrais eléctricas, linhas de transmissão e a distribuição de energia a nível do município. O projecto irá impulsionar o fornecimento de electricidade à capital, que sofre de uma falta crónica de energia, em algumas áreas,

de até quatro vezes ao dia, e noutras áreas durante períodos superiores a 48 horas por cada vez. A CMEC tem participado activamente no processo de electrificação de Angola, há já vários anos, período em que concluiu a instalação de linhas de transmissão e reabilitação do sistema da rede, na área de grande Luanda.⁷²

Habitação

Existe a procura urgente de novas habitações em Angola, onde se estima que um terço da população do país reside nos arredores de Luanda. No entanto, ao contrário de muitos países em vias de desenvolvimento, a situação de Angola não é inteiramente o resultado da urbanização. Durante a guerra civil, houve uma migração maciça para a cidade devido, predominantemente, a actividades de insurgência nas zonas rurais, e às minas terrestres, o que tornou uma grande parte das áreas inhabitável. A segurança foi restaurada desde o acordo de paz de 2002; os membros dos grupos insurgentes e no campo foram desmilitarizados, mas continuam a existir disparidades enormes de ocupação entre as várias partes de Angola.

Actualmente, mais de 5 milhões de pessoas vivem em Luanda - uma cidade que foi originalmente construída para abrigar apenas 500 000 pessoas.⁷³ Em tempos recentes, novos subúrbios tais como a Talatona, têm atraído muitas famílias da cidade interior, mas não em números suficientemente grandes. O Novo Programa Nacional de Angola para o Urbanismo e Habitação foi lançado a 13 de Abril de 2009. Tem como alvo a construção de um milhão de habitações em áreas designadas, durante os próximos quatro anos. Poucos dias após o lançamento, o Ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro, liderou uma delegação à China para reforçar a cooperação bilateral.⁷⁴ Daí, a lista crescente de firmas chinesas envolvidas em projectos de habitação em Angola:

O Projecto de Habitação de Kilamba Kiaxi

Em Agosto de 2008, a Corporação Internacional Fiduciária e de Investimentos da China (*China International Trust and Investment Corporation - CITIC / CICI*) e o Governo Angolano lançaram um projecto habitacional no valor de U.S.\$ 3,5 bilhões, abrangendo 880 hectares de terra. Em apenas oito semanas, dois edifícios de nove andares cada foram construídos - um récorde em Angola. Sete meses mais tarde, a CITIC tinha erguido quase vinte estruturas e, simultaneamente, construído outras 200.⁷⁵

Este projecto habitacional irá acomodar cerca de 200,000 pessoas. A empresa está a construir uma área totalmente nova com 710 edifícios de apartamentos em 24 blocos, incluindo 20,000 apartamentos residenciais e 246 unidades de negócios. Está previsto um total de 24 pré-escolas, nove escolas primárias e oito escolas de ensino médio, nos arredores da cidade, todas as quais equipadas com campos desportivos e recreacionais ao ar livre. A área irá ganhar duas novas centrais eléctricas, 77 postos de transformação, bem como estações de abastecimento de água, uma estação de tratamento de esgotos e infra-estrutura de drenagem. O Projecto de Habitação de Kilamba Kiaxi é a primeira de três fases do presente contrato assinado entre a CITIC e o Governo de Angola. O projecto deverá estar concluído dentro de cerca de 38 meses, ou seja, em Outubro de 2011. Os detalhes das outras duas etapas ainda se encontram em negociações.⁷⁶

A equipe do projecto consiste em 10 000 trabalhadores, dos quais cerca de 4 000 são locais. Os trabalhadores angolanos atravessam um programa de formação intensivo da CITIC que dura quatro semanas. As aulas são conduzidas em português, alguns dos cartazes, os procedimentos de segurança e sinais de perigo no local da obra também estão em português, mas o *modus operandi* continua a ser o mandarim. Há frequentemente dois conjuntos de intérpretes no escritório e no centro de treinamento, de português para inglês e, de seguida, de inglês para mandarim, e vice-versa.⁷⁷ No local, no entanto, a barreira da língua persiste. As instruções são, portanto, nem sempre bem compreendidas, o que se torna numa fonte de grande frustração para os locais porque os seus supervisores chineses são, por assim dizer, relutantes em delegar tarefas especializadas (consulte a secção 3.6.2).

Como muitas das grandes empresas chinesas que operam em Angola, a CITIC está isenta de certas condições do direito laboral. Isto explica por que é que determinadas empresas chinesas não são obrigadas a manter um contingente reduzido de expatriados entre a sua mão-de-obra. Mesmo assim, é extremamente desgastante tentar acomodar-se os trabalhadores expatriados de Angola, especialmente em vista da capital do país sendo classificada como a cidade mais cara do mundo. Portanto, a empresa chinesa planeia criar uma escola de tecnologia em Luanda para apoiar os programas de formação existentes que são executados nos canteiros das obras, no município do Kilamba Kiaxi.⁷⁷

A Zona Residencial da Funda

Em Novembro de 2008, a China Nantong Holding Corporation iniciou a construção de um projecto habitacional de U.S.\$300 milhões para o Ministério da Defesa, no distrito de Luanda oriental chamado a Funda. O projecto abrange uma área de 30 hectares, onde serão construídos 2.000 apartamentos e

várias centenas de moradias, em 3 fases. O complexo irá incluir escolas pré-primária, primária e média, lojas, piscinas, centros de saúde, instalações desportivas, jardins e espaços verdes nas ruas.⁷⁸

A nova zona residencial irá restaurar a segurança ao estilo de vida do serviço militar, fornecendo infra-estrutura física para um sistema de suporte sólido para os servidores militares e seus familiares mais próximos. Este é o maior projecto de habitação que o Ministério da Defesa já alguma vez empreendeu a nível do país, mas também é demonstrativo da cooperação militar contínua entre estes dois países. Embora a guerra civil tivesse terminado há muito tempo, a corrida mundial às armas persiste, daí que a China só poderá estar satisfeita com a perspectiva de abastecer o estoque de arsenais de Angola.

Nova Cidade do Dundo

No início de Maio de 2009, foi noticiado que a Pan-China Construction Ltd estava a desenvolver a nova cidade do Dundo, no nordeste da província de Lunda Norte. A nova cidade terá cerca de 200 000 novas residências, sobre uma área de cinco milhões de quilómetros quadrados, e 500 hectares. As novas habitações irão atender à crescente procura de habitação na província, especialmente agora que a área está a atrair muita actividade em torno da construção da nova barragem hidroeléctrica de 12,8 megawatts, na província.

Ango-Ferro 2000

Quanto às redes ferroviárias, vale a pena mencionar o projecto mais importante, que é a Ango-Ferro 2000. Envolve a reabilitação de 3100 quilómetros (km) de ferrovia, 8000 km de extensão, 36 pontes, a reabilitação e construção de 100 estações e 150 novas centrais. O projecto, contratado à China Railway 20 (Ferrovia 20da China, CR-20), é provavelmente o maior projecto único de infra-estrutura alguma vez adjudicado a uma empresa chinesa em Angola.

Conforme aparece na Figura 3.1: Linha Ferroviária Ango Ferro, o projecto envolve três linhas ferroviárias. A rota do caminho de ferro de Luanda que vai desde Luanda a Malanje. A rota do caminho de ferro de Benguela percorrendo Benguela - Huambo - Luena - Luau. A rota do caminho de ferro de Moçâmedes que vai do Namibe (antigo Moçâmedes) - Lubango - Menongue.

Figura 3.1: Linha Ferroviária Ango Ferro



- Operacional

- Em obras

Mapa do Livro de Factos da CIA, diagramas acrescentados por Carine Kiala

A Linha Ferroviária de Luanda, que se estende por 450 km de via férrea, foi concluída no ano passado. Foi formalmente entregue ao Governo de Angola em Abril de 2009. O caminho-de-ferro de Benguela é o mais longo das três linhas, estendendo-se por 1343 km de ferrovias e atravessando quatro províncias. Na fronteira, os trilhos ferroviários atravessam completamente a República Democrática do Congo (RDC), até à Zâmbia, continuando por aí fora até chegarem à costa oriental de África, a partir do Caminho-de-Ferro de Tazara, na Tanzânia. Durante a visita do Presidente da Zâmbia a Angola, em 2008, o falecido Levy Mwanawasa viajou até Benguela e manifestou o seu entusiasmo pela reabilitação desta via férrea.⁷⁹ Como um país sem litoral, os pontos existentes na Zâmbia com ligação ao mar, situam-se, principalmente, na costa oriental - ou seja, Dar es Salaam (Tanzânia) e Durban (África do Sul).

A CR-20 começou a trabalhar na ferrovia de Benguela, em Junho de 2005, mas teve que adiar temporariamente as obras, devido a restrições financeiras. As operações foram retomadas em 2008, logo após o China International Fund (CIF), com base em Hong Kong, ter colocado U.S.\$ 330 milhões à disposição do projecto, o que traz o investimento total previsto para o projecto da linha de caminho-de-ferro de Benguela, para U.S.\$ 1,8 bilhões.⁸⁰ Apenas foi colocado trinta por cento dos trilhos até à data, mas o equipamento tem capacidade para assentar um trilho de 25 metros por secção,

acrescentando até 2 quilómetros de linha por dia. A reabilitação do caminho-de-ferro de Moçâmedes começou em 2006 e está prevista para ser concluída em 2010. Estende-se por 950 km de trilhos.⁸¹

A CR-20 tem uma equipe total de 8 000 operários a trabalharem no projecto da Anjo-Ferro, dos quais aproximadamente 3 500 são Angolanos. Os trabalhadores locais são difíceis de manter por várias razões, mas, predominantemente, devido ao aspecto nómada das condições de trabalho. A empresa chinesa contrata e treina, constantemente, centenas de locais, isto é, na mesma proporção em que perde pessoal dois em dois meses, isto porque muitos dos habitantes deixam de ir trabalhar quando os seus locais de trabalho atingem uma distância superior a 100 quilómetros das suas casas. Os trabalhadores chineses, em geral, residem nos alojamentos temporários e locais de acampamento ao lado da linha férrea, uma coisa que os locais só muito raramente é que estão dispostos a fazer.⁸² No entanto, alguns locais têm sido empregues em sectores de serviços inter-relacionados. Foi criada uma fábrica de travessas e cascalho, em Liangongo, que fica mais do que 70 km para leste do Luena - capital da província do Moxico.⁸³ Além disso, duas fábricas foram construídas, em Cubai e no Huambo, para a construção de linhas ferroviárias, todas as quais são fabricadas de betão em vez de madeira. A próxima fábrica será montada em Benguela.⁸⁴

Ainda a propósito das ligações internas, Angola tem sido firme na recuperação e desenvolvimento de mais de 10,400 km de redes de estrada por todo o país. A seguir, estão indicados alguns dos projectos de destaque que, segundo os meios de comunicação informam, têm o envolvimento de financiamento e / ou empresas chinesas.

Tabela 3.2: Lista de projectos rodoviários proeminentes sino-angolanos (2007-2009)

Projecto	US\$ Milhões	Ano de concessão	Credor	Empreiteiro
As ligações rodoviárias nas províncias de Cabinda e Zaire ⁸⁵	3	2007	Banco EXIM da China	-
Ponte do Cunene ⁸⁶	30	2007	Banco EXIM da China	-
Ruas da cidade de Caxito (Bengo), Uíge e Negage (Uíge) ⁸⁷	56	2008	Banco EXIM da China	-
Sistemas de estrada, electricidade e água ⁸⁸	135	2008	Banco EXIM da China	-
Estradas nacionais: Uíge /Quinzala / Damba / Maquela do Zombo / Negage até Bungo	79.6	2008	-	Sinohydro ⁸⁹ e CRBC ⁹⁰

Fonte – ver as notas finais

Para além do referido, o envolvimento da China no desenvolvimento das infra-estruturas, também passa pela construção de instalações desportivas em Angola, em antecipação da hospedagem de eventos desportivos, tal como o Campeonato Africano das Nações (CAN), que teve lugar em Janeiro de 2010. Quatro novos estádios de futebol estão a ser construídos pelo Grupo de Construção Urbana de Xangai (*Xangai Urban Construction Group - SUCG NC*) e a Sinohydro, em Benguela, Cabinda, Luanda e Lubango. O novo estádio de Luanda está situado no bairro da Camama, a cerca de 20 quilómetros do centro da cidade. O estádio da Camama é o maior de todos os quatro, com capacidade para 50 mil espectadores. A SUCG CN empregou 1 500 pessoas para trabalharem na equipe de construção, de forma a terminar os trabalhos a tempo, principalmente por se tratar do estádio programado para hospedar as cerimónias de abertura e encerramento do CAN 2010.⁹¹ O estádio de Benguela tem capacidade para 35 mil lugares, enquanto que os restantes dois estádios podem acomodar 20 mil espectadores. Toda a obra estava prevista para ser concluída até Outubro de 2009.⁹²

Evidentemente, o Governo Chinês e as empresas chinesas são intervenientes fundamentais na reconstrução e desenvolvimento em curso em Angola. Os decisores políticos estão certos de que a enorme actividade em torno do desenvolvimento de infra-estruturas irá criar emprego no país, sustentando assim a subsistência de milhões de pessoas. No entanto, os críticos estão mais preocupados com a sustentabilidade da infra-estrutura. Eles argumentam que a proeminência dos

trabalhadores chineses inibe o desenvolvimento dos recursos humanos angolanos, conforme afirmam alguns locais, já que os locais são pouco contratados e apenas para executarem tarefas menores. Como resultado disto, quando chegar a hora de se manterem as infra-estruturas, os habitantes não estarão à altura desta tarefa. Assim, o modelo actual estimula a criação duma relação de dependência.

Em resposta ao acima-exposto, um político local alegou que são colocadas expectativas irrealistas em torno do Governo Chinês e das suas empresas. O entrevistado alegou que existem companhias internacionais de construção e outras empresas de engenharia civil a trabalharem em Angola, com as quais os habitantes locais podem aprender e desenvolver novas habilidades.⁹³ Se a língua constitui um obstáculo, então existem três empresas portuguesas de destaque em Angola, actualmente a trabalharem em contratos de semelhante envergadura àqueles que têm sido atribuídos às empresas chinesas, ou seja, *Teixeira Duarte, Soares da Costa e Motal Engil*. Idealmente, estas empresas seriam os candidatos mais adequados para a construção de habitações / desenvolvimento de habilidades de engenharia e programas de formação. O consenso geral é que as empresas chinesas, com os seus expatriados, esforçam-se durante muito mais horas e oferecem uma rapidez superior à maioria das outras empresas a operarem em Angola.

3.3.5 A Cooperação em Energia e Recursos

A Sonangol-Sinopec International (SSI), é o projecto principal impulsionador da cooperação sino-angolana na área da energia e recursos. A Sociedade Nacional de Petróleo de Angola (Sonangol), a companhia estatal dos petróleos, detém 45 por cento da associação em comparticipação, em conjunto com a Corporação de Petróleo e Produtos Químicos da China (China Petroleum & Chemical Corporation - Sinopec), que detém outros 55 por cento. Após o seu lançamento oficial em Março de 2006, a SSI assegurou uma participação de 20 por cento no Bloco 15 em Angola, garantindo, de seguida, participações nos blocos 17 e 18, em Junho de 2006. Os outros dois blocos têm uma reserva colectiva estimada em 4 bilhões de barris, num valor total de U.S.\$ 100 milhões, responsável por um aumento na produção de petróleo que corresponde a 100 000 barris por dia, desde a sua entrada em operação em 2007. A participação da Sinopec nos blocos 15, 17 e 18 é de 20 por cento, 27,5 por cento e 40 por cento, respectivamente.⁹⁴

A SSI também já teve interesse em desenvolver uma nova refinaria de óleo e gás no Lobito - apelidada de Sonaref. A companhia principal detentora, inicialmente, considerou investir U.S.\$3,5 bilhões para a criação da refinaria. No entanto, as negociações desmoronaram-se em Março de 2007, depois da Sonangol anunciar a sua campanha de "angolanização" e os seus planos para se aventurar

no projecto de forma independente.^{9 5} A Sonangol está a canalizar U.S.\$ 8 bilhões para desenvolver a Sonaref. No entanto, este aumento é perceptível, principalmente devido à escalada dos custos dos materiais e serviços de construção. O objectivo da nova campanha é para promover a produção suficiente, independente, de Angola, dos derivados do petróleo - ou seja, o gasóleo e a gasolina. Para um país exportador de petróleo, Angola sofre a ironia frustrante de ter que importar quase 60 por cento dos seus combustíveis para os transportes e o aquecimento.

Segundo a nova Chefe da Sonaref, Anabela Fonseca, a ideia de uma segunda refinaria em Angola, foi sugerida pela primeira vez na década de 1990, porém, só agora é que se está a tornar realidade. O trabalho preliminar da refinaria do Lobito já começou, incluindo a construção de um alojamento temporário para os trabalhadores, facilidades de estacionamento e a construção de estradas para pesados, desde o local da obra até ao porto do Lobito.^{9 6} Além disso, o chefe executivo da Sonangol, Manuel Vicente, anunciou que a construção da usina de gás natural liquefeito no Soyo já se encontra em andamento. A companhia de petróleo está também a implementar os planos de expansão da rede de varejo, que irá abordar a escassez de combustível e as longas filas nos postos de abastecimento de gasolina do país.^{9 7}

3.3.6 A Cooperação nas Ciências e Tecnologia, Informação e Transportes Aéreos e Marítimos

A cooperação sino-angolana no sector da aviação civil consiste primordialmente em rotas directas recém-criadas, assim como no reforço de capacidades nas áreas da ciência e tecnologia. Angola possui um aeroporto internacional e 17 aeroportos provinciais. A empresa estatal aérea nacional, Linhas Aéreas de Angola - TAAG, oferece vôos domésticos e internacionais. A 23 de Outubro de 2008, a TAAG lançou uma nova rota, directamente de Luanda para Pequim e, de seguida, até à cidade no sul da China, Cantão. Os vôos estão programados para às terças, quintas e sábados, com regresso a Angola no dia seguinte.^{9 8} A Air China e o Ministério das Comunicações de Angola assinaram um acordo, em Dezembro de 2008, para que a companhia aérea pudesse iniciar vôos diários entre a China e Angola.^{9 9} Até agora, apenas a China Hainan Airlines é que seguiu o exemplo. A 25 de Maio de 2009, a Hainan Airlines lançou a sua nova rota China-Angola, com vôos de Pequim até Luanda, através de Dubai. Tem dois voos por semana, a saírem de Pequim às segundas e quintas-feiras, voltando também no dia seguinte.

Nos últimos anos, o Aeroporto Internacional Quatro de Fevereiro, de Angola, tem recebido muito mais tráfego do que as suas instalações têm capacidade ou equipamentos para aceitar. A Empresa Nacional de Aeroportos e Navegação Aérea (ENANA) está a investir U.S.\$ 74 milhões para a

renovação e modernização do aeroporto. O projecto está a ser realizado por uma empresa portuguesa - a Somague. Por outro lado, há pendente um outro projecto de aeroportos, em Luanda, que está a ser gerido pelo Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) e que, supostamente, foi contratado a uma empresa chinesa. Este novo aeroporto internacional ficaria situada no distrito de Viana em Luanda, onde o trabalho já está em curso numa grande área designada. Embora a área já há quase quatro anos que se encontra barricada, ainda hoje não existem detalhes acerca do projecto.

Em Janeiro de 2008, um avião de fabrico chinês foi inaugurado no aeroporto internacional de Luanda - o Quatro de Fevereiro. A Arca Moderna (Modern Ark 60 - MA60) tem lugar para 48 - 60 passageiros e é ideal para as rotas regionais, já que exige uma pista de apenas 1 000 metros para arrancar e aterrar. O vôo de demonstração Luanda-Lubango-Luanda foi atendido por Sun Zhiwei, Director Administrativo Adjunto da Corporação Nacional da China de Importação e Exportação de Tecnologia Aeronáutica (China National Aero-Technology Import and Export Corporation - CATIC).¹⁰⁰

3.4 Avaliando o Plano de Acção de Pequim: A Cooperação no Desenvolvimento Social

A Cooperação Bilateral no Desenvolvimento Social é um componente importante nas relações sino-angolanas, incorporando elementos de apoio da educação, cuidados médicos e saúde pública, o desenvolvimento de recursos humanos e intercâmbio.

3.4.1 Assistência no Desenvolvimento e Alívio da Dívida

Conforme já foi mencionado anteriormente, os empréstimos a Angola por conta do petróleo, por parte do Governo Chinês, foram efectuados pelo Banco de Construção da China (China Construction Bank - CCB) e o Banco EXIM da China. O Ministério das Finanças de Angola tem estado minimamente envolvido, visto que os fundos são desembolsados directamente às empresas chinesas ganhadoras de concursos do governo para projectos em Angola.

No que se refere aos U.S.\$ 2 bilhões em empréstimos concessionários, concedidos em Março de 2004, os fundos foram desembolsados em duas fases, sendo cada uma destas fases no valor de U.S\$ 1 bilião, pagáveis ao longo de um período de 12 anos. A primeira metade do empréstimo já tinha sido liberada até Dezembro de 2004. Em finais de 2007, Angola tinha usado quase U.S\$ 837 milhões do empréstimo.¹⁰¹ Durante a visita do presidente do Banco EXIM, Li Ruogu, a Angola, em Setembro de 2007, o mesmo anunciou numa reunião com o Presidente dos Santos, que a China

Exim iria proporcionar um contrato de empréstimos em cerca de 2 bilhões de dólares adicionais para financiar os investimentos públicos.¹⁰² Conforme já foi mencionado mais acima, em Março de 2009 a China também disponibilizou um empréstimo de US\$ 1 bilhão para o desenvolvimento agrícola.

Vale a pena mencionar que os laços diplomáticos com a China têm permitido a Angola estabelecer relações com intervenientes no Hong Kong, um território com estatuto semi-autónomo enquanto administração especial da República Popular da China. Angola tem recebido empréstimos significativos do Fundo Internacional da China com base no Hong Kong (CIF), sendo a administração destes fundos gerida através do Gabinete de Reconstrução Nacional de Angola (GRN).

No que toca ao alívio da dívida, foi assinado um acordo bilateral, em 2007, através do qual a China cancelou RMB 50 milhões (aproximadamente US\$ 7 milhões) de dívida ao Governo Angolano.¹⁰³ Sómente uma quantidade menor de redução da dívida é que tem vindo a ocorrer desde então. Numa reunião realizada a 18 de Janeiro de 2009, entre o Ministro do Comércio da China, Chen Deming, e o Primeiro-Ministro de Angola, António Kassoma, Chen anunciou que o alívio da dívida da China em relação a Angola, atingia os RMB 67,38 milhões, até à data, situando-se, aproximadamente, em U.S\$ 10 milhões.¹⁰⁴

As instituições ocidentais têm sido muito críticas da ajuda da China a Angola, acusando-na de comprometer os esforços das instituições financeiras internacionais (IFI) tradicionais e de se afastar das práticas da comunidade de doadores. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Grupo do Banco Mundial afixam condicionalidades aos seus empréstimos e pacotes de ajuda. As condicionalidades implicam programas de reforma política de gestão fiscal e princípios de governação, que Angola considera ser interferência flagrante nos seus assuntos internos de estado soberano, e uma ameaça à sua autonomia (política e económica).

As IFIs insistem em anexar condicionalidades para salvaguardar os seus próprios interesses comerciais, mas também para reduzir a corrupção, promover a boa governação e transparência, bem como assegurar a boa distribuição das receitas do estado entre o povo nacional. O apoio da China no desenvolvimento de Angola, por outro lado, não está subordinado aos mesmos termos e condições. No entanto, a China continua a alargar a sua linha de crédito e a desembolsar empréstimos concessionários a Angola com bastante regularidade.

Os economistas estão igualmente preocupados com a capacidade de Angola no que se refere ao serviço de todos os seus empréstimos e ao papel que a China está a desempenhar no crescente endividamento do país. Além disso, existe em Angola o excesso de confiança na sua produção de petróleo para pagar os empréstimos. Devido à crise financeira global, os decisores da política

angolana reconhecem agora a fragilidade da riqueza do país e a necessidade urgente de diversificar a sua economia. Como tal, é crucial que sejam feitos investimentos maciços nas indústrias auto-sustentáveis, geradoras de receitas (ver a secção 3.6.4).

3.4.2 O Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Geralmente, a cooperação chinesa no desenvolvimento dos recursos humanos envolve a formação de profissionais na China, com os mesmos a assistirem a uma série de seminários de trabalho e palestras durante períodos de duas semanas e dois meses, na média, dependendo da especialidade. Os africanos podem receber formação na China, nos domínios do comércio, informática, agricultura, botânica médica, ensino à distância, formação profissional, formação em viveiros, gestão económica e administração militar para o jornalismo, cultura e turismo, e até mesmo sobre os empréstimos a taxas de juro menos elevadas. Os programas de formação são geralmente realizados por instituições especializadas em estudos africanos, tais como a Universidade de Pequim e a Universidade Normal de Zhejiang, entre muitas outras. Várias das suas escolas técnicas e universidades são cooptadas devido às suas especialidades e disciplinas científicas.¹⁰⁵

Trata-se duma área ainda nova de cooperação entre Angola e a China. Pouco tempo depois da Cimeira de Pequim, em Abril de 2007, o Governo Chinês enviou uma delegação da MOFCOM a Angola para visitar o país e negociar oportunidades para o desenvolvimento de recursos humanos. Segundo as reportagens, a delegação chinesa reuniu-se na altura com 15 dos principais ministérios de Angola para discutir actividades de pesquisa, temas de formação, métodos de treinamento e quais as eventuais organizações participantes.¹⁰⁶ Para este efeito, aparentemente, cerca de 200 funcionários e profissionais angolanos foram treinados na China durante os anos de 2007 e 2008, principalmente na área da agricultura e indústria.¹⁰⁷ Contudo, desconhecem-se as identidades dos indivíduos, os nomes das associações que representavam, os programas em que se encontravam inscritos, e a sua aplicabilidade no seu local actual de emprego. Até que esta informação se encontrar disponível, não será possível fazer-se uma análise dos méritos da cooperação sino-angolana no âmbito do desenvolvimento dos recursos humanos.

3.4.3 A Educação

De acordo com as disposições do Plano de Acção de Pequim, o Governo Chinês está a financiar a construção de uma escola primária no Bengo, duas escolas secundárias em Benguela e Kwanzu Sul respectivamente, bem como a renovação de uma escola primária em Luanda.¹⁰⁸ Empresas chinesas

de construção têm um lugar proeminente no sector da educação em Angola. Além dos projectos acima mencionados, existem diversos outros pacotes de negócios entre os dois governos.

Dos empréstimos concedidos pelo Governo Chinês, Golden Nest Angola Lda, por exemplo, nos últimos quatro anos tem vindo a construir um total de 11 escolas em Angola - ou seja, quatro escolas primárias foram construídas nos bairros de Luanda de Cacucaco, Panguila e Viana, e seis colégios de ciências e tecnologias foram construídos nos distritos de Luanda de Cacucaco, Cazenga, Pangila, Sambizanga e Viana, como também no Lobito. Além disso, a empresa chinesa renovou o Colégio Agrícola, em Malanje.¹⁰⁹ Uma outra empresa chinesa, a Sinohydro, foi premiada com um projecto no valor de U.S.\$ 69 milhões para a construção de quatro escolas secundárias, durante o período de 07/08 - ou seja, duas escolas no Huambo e outras duas no Huíla. Em Julho de 2007, a Sinomach da China começou a trabalhar num contrato de U.S.\$ 93 milhões para a construção do seguinte:

- Quatro colégios - em Luanda, Bengo, Cabinda e Namibe;
- Cinco institutos de gestão e administração - em Benguela, Namibe, Zaire e duas em Luanda;
- Seis escolas secundárias – duas cada em Luanda, Benguela e Namibe.¹¹⁰

Ainda na área da educação, o Governo Chinês tem concedido bolsas de estudo a estudantes angolanos. Segundo o Instituto Nacional de Bolsas de Estado (INABE), o número de estudantes com bolsas de estudo chinesas, inicialmente, era na média de seis anualmente, mas este número tem vindo a subir em tempos recentes, devido à sua popularidade crescente. Até à data, só pouco mais de 50 estudantes angolanos é que tinham recebido bolsas de estudo do Governo Chinês. Só no ano passado, 23 estudantes receberam bolsas de estudo, o que representa uma subida significativa do récorde de 2008 de 15 estudantes, ao abrigo do programa. A julgar pela tendência, o INABE prevê que, enquanto existir financiamento contínuo, haverá interesse crescente entre a juventude angolana em estudar na China⁹¹¹

3.4.4 Cuidados Médicos e a Saúde Pública

A maior dificuldade de Angola no âmbito dos cuidados médicos e saúde pública é a sua falta gritante de médicos. Segundo o Ministro angolano da Saúde, o Dr. Anastácio Sicato Rubam, dos 57 mil trabalhadores de saúde no país, menos de dois mil são médicos. O resto, a esmagadora maioria, é constituída por enfermeiros e técnicos.^{1 1 2} Como tal, muitos dos pacientes têm que sair do país para receber assistência, com o apoio da Associação Médica Nacional do Ministério.

O Hospital Central de Luanda, que contém um centro anti-malária, foi financiado pelo Governo Chinês antes da Reunião Ministerial do FOAC em 2006. Passados 15 meses de construção, o hospital foi inaugurado em Fevereiro de 2006. Tem capacidade de acomodação para 100 pacientes, com um custo de construção estimado em US\$ 8 milhões.¹¹³ Oferece serviços especialistas tais como laringologia, dermatologia, neurologia, oftalmologia e fisioterapia.¹¹⁴ Em Junho de 2006, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao visitou o hospital enquanto esteve em Angola, e avaliou-o como sendo um símbolo da amizade crescente entre os dois países. Devido à localização tropical de Angola, as infecções de malária são muito elevadas a nível do país, sendo a principal causa das mortes decorrente de doença. Reincidências de infecção podem ocorrer por várias vezes, se não houver um tratamento adequado, e geralmente levam à morte em casos extremos. Para ajudar no combate à doença, o Governo Chinês doou medicamentos anti-malária ao Ministério da Saúde de Angola e, em 2008, doou um valor adicional de RMB 2 milhões (aproximadamente U.S.\$ 440 milhões) a 9 de Abril de 2009.¹¹⁵

A melhoria dos cuidados médicos e infra-estrutura é de grande importância para o Governo Angolano, principalmente para restaurar o sistema público de saúde. Como tal, as empresas chinesas também actualizaram as instalações médicas existentes em nome do Ministério da Saúde. Durante o período de 2006/2008 a Sinohydro, por exemplo, embarcou num projecto de U.S.\$ 148,7 milhões para expandir e renovar quatro hospitais regionais por todo o país - ou seja, em Benguela, Huambo, Lubango e Malanje¹¹⁶. Em Abril de 2007, a Sinohydro também processou a aquisição de 86 ambulâncias para o Ministério da Saúde de Angola, com o financiamento do Governo Chinês.

Em 2008, ambos os países assinaram um acordo para enviar médicos chineses para Angola, mas o programa foi adiado até que se pudesse garantir a habitação adequada. Agora, com o problema resolvido, Angola aguardava 18 médicos chineses durante o terceiro trimestre de 2009. Estes ficariam baseados no Hospital Central de Luanda, no município de Kilamba Kiayi. Alguns dos médicos irão fornecer novos tratamentos no hospital – na área de urologia, acupuntura e cardiologia. Vinte casas estão a ser construídas na área do hospital para acomodar os médicos¹¹⁷. Até que o programa se encontre realmente operacional, seria presunçoso tentar avaliar-se a sua eficácia e eficiência. Para uma visão sobre esta questão a partir da experiência de outros países lusófonos, é favor consultar o estudo de caso de Moçambique (capítulo 5).

3.5 Os Impactos Políticos, Sociais e Económicos do Processo do FOCAC

3.5.1 Firmando as Relações Sino-Angolanas

O impacto da China em Angola é um tema quente de debate entre os economistas, decisores políticos e organizações da sociedade civil. Em círculos académicos, as relações da China com Angola já fizeram uma impressão profunda, em especial suscitando muita discussão em volta de noções dum "Modelo Angolano" ou "Modo Angolano" favorável aos negócios da relação concessional de troca comercial da China. No entanto, qualquer avaliação do impacto da China em Angola deve ser colocada no contexto, principalmente quando se observa que Angola só alcançou a paz, na realidade, a partir de 2002. Além disso, deve-se ter em mente que ainda não passaram sequer cinco anos desde o momento histórico, em 2004, quando a China concedeu o seu primeiro empréstimo de U.S.\$2 bilhões em linha de crédito, a Angola.

Aquando da sua hospedagem do Ministro chinês do Comércio, Chen Deming, em Janeiro de 2009, o Ministro angolano das Finanças, Severim de Moraes, anunciou que a linha de crédito de Pequim tem ajudado a financiar 125 contratos para a reconstrução e o desenvolvimento do país.¹¹⁸ De momento, o envolvimento actual da China em Angola é bastante grande, mas isso irá mudar com o tempo. O pessoal chinês a trabalhar em Angola tem pouco ou nenhum conhecimento acerca do país antes de lá chegar, o que, geralmente, é o caso também com as companhias e empresários chineses. Se Angola está interessada em atrair IDE chinês, deve apresentar-se como um ambiente de negócios propício. No entanto, os potenciais investidores chinês só irão ver o valor dos seus investimento se estiverem mais familiarizados com a dinâmica de consumo e procura do mercado, sendo que ambos requerem um elemento de conscientização cultural.

3.5.2 A entrega visível dos serviços de infra-estrutura

O impacto mais visível do processo do FOCAC em Angola está manifestamente na prestação de serviços de infra-estrutura. Um político local comentou que, ao contrário dos doadores tradicionais e instituições ocidentais, o impacto do envolvimento da China em Angola é muito visível. O Governo Chinês tem financiado investimentos públicos, ao abrigo dos quais as empresas chinesas têm restaurado ou construído novas estradas, linhas ferroviárias, escolas, bairros e redes de telecomunicações¹¹⁹. Todas as novas escolas, por exemplo, capacitam Angola para satisfazer os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio (ODM) das Nações Unidas, no que se refere à educação primária universal. A melhoria das estradas e ferrovias tem vindo a re-estabelecer as

ligações internas, o que irá reduzir os custos de transporte e melhorar o acesso ao mercado. Um académico local comentou que as relações fortes de Angola com a China já levaram a que muitos outros países fizessem, também eles, tentativas renovadas para melhorar as suas relações com a China.

3.5.3 A congestão crescente de tráfego em pontos logísticos tem provocado engarrafamentos

Os planos ambiciosos de Angola para a reconstrução e desenvolvimento nacionais têm, literalmente, transformado o país naquilo que pode ser considerado como o maior sítio de construção no continente. Há renovações maciças a ocorrerem em todos os sectores da economia e inúmeras peças novas de infra-estrutura a serem desenvolvidas um pouco por todo o país. Angola, no entanto, não está em condições de produzir a maioria dos produtos de insumo necessários para este processo, devendo, portanto, depender da importação de materiais e máquinas de construção.

Uma vez que uma quantidade significativa de actividade tem lugar em Luanda, as autoridades aduaneiras da cidade estão totalmente sobrecarregadas e o porto está congestionado. O porto de Luanda processa 1 500 toneladas de mercadoria por dia, o que é assustador se considerarmos que a maioria dos navios chineses carrega uma tonelagem de cerca de 20 vezes este número. Na média, há mais de 30 navios ancorados fora do porto de Luanda e cada um dos navios chineses leva cerca de sete a dez dias a descarregar¹²⁰.

As empresas chinesas que estão a trabalhar nos grandes projectos sob os auspícios do GRN, recebem algum apoio logístico para que a sua produtividade não seja comprometida por atrasos. O GRN comanda a apresentação imediata e colaboração de órgãos quasi-estaduais para o pleno acesso a todos os recursos necessários para os seus projectos. A CITIC, por exemplo, teve, assim, uma experiência muito mais suave de importação de materiais do que a maior parte das empresas em Angola. Apesar dum atraso de cinco meses no porto de Luanda, a CITIC conseguiu descarregar 11 navios ao longo dum período de seis meses (numa média de dois navios por mês). Os funcionários do porto prevêem que o porto de Luanda irá processar cerca de 6.6 milhões de toneladas de carga este ano, o que significa um aumento de 10 por cento desde 2008¹²¹. Na essência, o congestionamento do porto é um resultado do comércio crescente entre Angola e a China.

3.5.4 As implicações dos cidadãos expatriados chineses para os recursos humanos de Angola

Angola tem falta de profissionais qualificados no sector da construção e engenharia civil, já que toda uma geração de perspectivados empregados emigrou e / ou perdeu-se durante a guerra civil. Para compensar isso, têm sido importadas as competências necessárias para executar as tarefas, e têm sido contratadas empresas estrangeiras para executarem os grandes projectos. No entanto, seria sensato se houvesse um investimento no desenvolvimento de recursos humanos para reduzir a dependência do país na subcontratação de profissionais.

Além dos Angolanos que foram recentemente e / ou estão actualmente a receber educação científica em instituições de ensino superior, existe a necessidade imediata de se aumentar a competência das massas não qualificadas da população. A taxa de desemprego angolana está situada entre 35 - 40 por cento, com a maioria das pessoas envolvida no sector informal. Como tal, existem sérias preocupações de que Angola também poderá vir a ser dependente, de futuro, nos empreiteiros chineses no que diz respeito aos serviços e manutenção das infra-estruturas que estão a ser montadas.

3.5.5 O cinismo acerca das relações sino-angolanas

As relações de Angola com a China são amplamente criticadas devido a três razões principais, sendo estas a falta de transparência combinada com a magnitude dos recursos envolvidos e o ritmo rápido em que os laços bilaterais se têm vindo a intensificar. Angola funciona de acordo com uma abordagem rígida de cima para baixo, o que não é surpreendente considerando as circunstâncias. Angola está a recuperar de uma prolongada guerra civil que destruiu a infra-estrutura física, os sistemas de administração pública e desmoralizou a sua população. Alguns analistas, por isso, são da opinião de que o país precisa de uma liderança severa e visionária para orientar a sua reconstrução e desenvolvimento.

Os críticos, porém, têm sido vocíferos sobre os riscos em curso para a boa governação e democracia. Alguns entrevistados também expressaram preocupações locais, que são ainda mais complicadas pela posição avassaladora do GRN e a sua autonomia dos outros Ministérios. O GRN é amplamente criticado por instituições ocidentais pela sua falta de transparência e o seu estilo de gestão guardada, eles advertem que tal ambiente não é propício à boa governação e avisam que será, portanto, difícil de assegurar a responsabilização do GRN de servir interesses nacionais. No entanto, o GRN foi criado em 2005, durante um período em que os obstáculos institucionais e a burocracia impediam a entrega de serviços e a execução dos projectos. Foi inicialmente criado para gerir os grandes projectos financiados por empréstimos concessionários da China. Actualmente, o GRN administra a maior parte dos grandes projectos de investimento em Angola, e é exclusivamente responsável pelos relatórios perante a Presidência. A partir dos dados fornecidos no presente relatório, as evidências

sugerem que esta abordagem pode realmente ser a razão para as negociações bilaterais aceleradas, e a execução rápida dos projectos do FOCAC relacionadas com a reconstrução e desenvolvimento nacionais de Angola.

3.6 Recomendações aos parceiros sociais angolanos

A China é reconhecida em Angola como sendo uma alternativa útil e eficaz ao Ocidente, em termos de apoio político e económico. Baseado numa complementaridade das economias (óleo pelos produtos fabricados e da construção), a China e Angola têm vindo a construir uma sólida relação bilateral. O aumento das exportações de petróleo para a China tem permitido a Angola aumentar significativamente as suas receitas, o que ajudou a eliminar o défice fiscal, reduzir a inflação e estabilizar a taxa de câmbio. Os consumidores têm beneficiado da ampla disponibilidade de baixo custo chinês produtos manufaturados e as economias locais foram impulsionados pelo afluxo de importações chinesas. Os investimentos da China na infra-estrutura básica está a produzir um impacto positivo sobre o nível de vida, com os cidadãos comuns a desfrutar de maior acesso à melhoria dos transportes e outras facilidades. Nas cidades de Luanda, Huambo e Benguela, a construção de escolas, hospitais, estradas e sistemas de abastecimento de energia por empresas chinesas é muito bem-vinda e está a produzir um impacto positivo sobre a estabilidade social e o desenvolvimento económico local.

3.6.1 Implementar reformas específicas e práticas de políticas, de forma a otimizar os benefícios das relações com a China a mais longo prazo.

A dependência nas exportações de petróleo para a China é claramente uma abordagem a longo prazo, com perspectivas económicas limitadas também a longo prazo. O desafio para Angola, bem como para os outros países africanos, reside em desenvolver estratégias globais de desenvolvimento nacional e uma visão clara para o desenvolvimento sustentável, as quais deverão formar a base para um compromisso construtivo com a China¹²²

Estas incluem:

- Um clima de investimentos melhorado para promover o desenvolvimento de negócios em todos os sectores da economia e não apenas na indústria do petróleo.

- Sistemas melhorados na governância política e de negócios.
- A regulamentação financeira e de mercados mais eficaz.
- Um sistema de ensino melhorado, em especial na gestão de negócios.
- Reforço da magistratura e dos processos de aplicação da lei.

A reparação do comportamento generalizado da procura de aluguer é uma prioridade urgente e uma condição necessária para melhorar o desenvolvimento económico global. A corrupção tem diluído a actividade comercial normal e está a impedir a redução da pobreza e o desenvolvimento económico

3.6.2 Aumento de emprego entre cidadãos locais em projectos contractados a companhias chinesas

Angola deve desenvolver programas de comercialização e sistemas de captação de dados, de forma a agilizar o processo de recrutamento de locais para projectos comuns. A China deve ser encorajada a concentrar-se no desenvolvimento de programas e procedimentos para a utilização de mais mão-de-obra local.

Por conta do sucesso do regime de censo dos eleitores, em 2008, a maioria da população adulta de Angola está capturada no sistema nacional. Isto irá permitir a formação de cooperativas e associações onde os indivíduos se possam inscrever em competências profissionais que irão contribuir para o reforço das capacidades das indústrias. O Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social precisa de meios inovadores para o rápido desenvolvimento do monitoramento das habilidades, um aspecto chave para que possa haver emprego recorrente, à medida que se vai construindo sobre a base de experiência adquirida de trabalho.

Deve ser estabelecida uma equipe de trabalho para gerir o processo de recrutamento, que trabalhe de perto com o Ministério das Obras Públicas, o Ministério da Urbanização e Habitação e o GRN. Uma vez que o sistema estiver em funcionamento, poder-se-á simplificar ainda em relação aos indivíduos com experiência anterior de trabalho com empresas chinesas, em projectos semelhantes, de modo a tirar o máximo de proveito da sua afinidade cultural.

3.6.3 Desenvolver a competência local no Chinês Mandarim

Angola necessita da sua própria equipe de tradutores e intérpretes de Mandarim para garantir a transmissão correcta de todas as comunicações, salvaguardando, assim, a integridade dos seus interesses nacionais durante as negociações e discursos bilaterais.

Com a crescente importância estratégica que a China tem para Angola, faz sentido que Angola venha a desenvolver mais as competências no Chinês Mandarim. Por força dos acordos bilaterais intensificados entre os dois países e a situação das contribuições da China para a reconstrução e desenvolvimento de Angola, existem boas razões para crer que os dois países estão a cultivar a base para uma cooperação de longa duração. Além dos estudantes angolanos que estão a aprender Mandarim durante o curso normal dos seus estudos na China, Angola deverá empreender novos esforços para superar a barreira eminente da língua que tem com a China.¹²³

Os decisores políticos, certamente iriam beneficiar de uma iniciativa desse tipo, visto que o entendimento da língua seria uma forma de destilar a promoção dos seus interesses nacionais durante as negociações. Para todas as reuniões oficiais entre os dois partidos, os representantes de Angola devem, idealmente, ter os seus próprios intérpretes e tradutores à mão. Também é possível reconhecer-se o valor do mesmo a outros níveis de cooperação.

3.6.4 Construir a perícia médica no combate à malária

Angola deve orientar a cooperação da China nos cuidados médicos e saúde pública para a edificação de conhecimentos médicos no combate à malária. Dada a experiência da China, neste contexto, o FOCAC poderá ser mobilizado como quadro institucional para um importante programa de erradicação da malária em África.

A doação por parte da China de medicamentos anti-malária é um programa valioso para Angola, aliviando a situação da malária no país. No entanto, o sistema é insustentável. Angola situa-se ao longo da faixa tropical, onde a doença se desenvolve durante todo o ano e, assim, existe a necessidade de haver um abastecimento permanente de medicação anti-malária até que seja encontrada a vacina. Além do centro anti-malária no Hospital Central de Luanda, a China também poderá capacitar médicos e cientistas angolanos com as ferramentas e recursos necessários para o fabrico de medicamentos no local.

3.6.5 Reforçar o sector da fabricação através de sociedades em comparticipação sino-angolanas

Angola devia encorajar as companhias chinesas a estabelecerem sociedades em comparticipação (JVs) nas sete zonas designadas para desenvolvimento industrial. As JVs podem ajudar a edificar competências e criar uma base de fabricação que, por sua vez, pode contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A economia de Angola é dominada por uma actividade principal, a extracção de recursos minerais, principalmente o petróleo e os diamantes. Mesmo no caso destes dois minérios, é insuficiente o processamento de matéria-prima em Angola antes da exportação para os mercados estrangeiros. No entanto, Angola não pretende diversificar a sua economia. Conquanto, isto requer uma quantidade significativa de investimento para construir novas indústrias a partir do nada. Há muito pouca confiança por parte de investidores, em Angola, devido aos elevados níveis de corrupção e os riscos de se operar num ambiente de negócios severo. Embora tudo isto, geralmente, tenha tendência a afastar os prospectivos investidores, não se passa o mesmo no caso dos investidores chineses.

O Fundo Sino-Africano para o Desenvolvimento (Fundo CAD) é o financiamento de projectos empresariais em nome de empresários e empresas chineses, visando estabelecer operações em África. No entanto, Angola deve regular e limitar a actividade de todo o IDE chinês nas zonas de desenvolvimento industrial. Em face da prevalência de consumo dos produtos chineses em Angola, as JVs chinesas devem efectivamente estimular a actividade industrial e não procurar reservar a armazenagem de produtos chineses importados para venda no mercado local.

3.6.6 Aumentar a conscientização cultural de forma a encorajar o entendimento mútuo

O Governo Chinês deve contemplar a abertura dum Instituto de Confúcio em Angola de forma a cultivar um entendimento melhorado sobre a China e a cultura chinesa.

Existe um elemento de elitismo nas relações de Angola com a China. O pessoal chinês a trabalhar em Angola tem muito pouco ou nenhum conhecimento sobre o país antes da sua chegada. A nível da população geral também há um mínimo de interacção entre angolanos e chineses fora do local de trabalho. Deve ser feito algum esforço, portanto, para construir uma base sólida de sustento da longevidade das relações bilaterais, com base no entendimento mútuo e a valorização das culturas e

línguas dos dois países.

Há milhares de cidadãos chineses a trabalharem em Angola, alguns em condições muito difíceis e outros isolados em campos de base nos estaleiros de construção. Muitos habitantes locais tinham a impressão de que os trabalhadores chineses eram contratados para trabalhar contra a sua vontade e suspeitavam que fossem condenados, a cumprirem penas de prisão em Angola por meio de trabalhos manuais forçados. Tal posição é uma indicação de uma profunda segregação entre o povo local e os trabalhadores chineses. No entanto, é consistente com a visão de que ambas as partes necessitam de sensibilização cultural para melhorar a compreensão mútua e manter a longevidade e saúde das relações bilaterais.



4. A República Democrática do Congo (RDC)

4.1 Introduzindo as relações sino-congolesas

Em Outubro de 1960, a recém-independente República do Congo-Leopoldville¹²⁴ reconheceu a República da China (ROC, or Taiwan / Ilha Formosa). Em Fevereiro de 1961, Kinshasa reconheceu a República Popular da China (RPC), apenas para vir a reconhecer novamente a ROC em Setembro do mesmo ano. Em Novembro de 1972, foram re-estabelecidas relações entre a então República do Zaire e a República Popular da China, as quais têm permanecido intactas desde então.

Entre 1961 e 1972, quando a República Democrática do Congo-Leopoldville/Zaire reconheceu Taiwan, o Governo Chinês, sob a liderança de Mao Zedong, forneceu material de apoio aos rebeldes com base dentro e fora das fronteiras do país, visando derrubar o governo com apoio dos E.U.A.¹²⁵ Apesar de Mobutu, o então presidente do Zaire de longa incumbência (1965-1997) ser aliado dos E.U.A. e não ter relações especialmente estreitas com a China, ele visitou o país em 1973, 1974, 1980, 1982 e 1994. De 1978 a 1995, durante os anos de Mobutu, oito líderes chineses visitaram o Zaire.¹²⁶

Após as relações bilaterais estabelecidas em 1972, a RDC recebeu várias doações do Governo Chinês. Uma fazenda de produção de cultura tanto agrícola como pecuária, foi criada em N'Djili, um dos subúrbios de Kinshasa, na década de 1970. O Instituto Agrícola da província chinesa de Hebei apoiou o projecto financeiramente e enviou especialistas agrónomos para a fazenda. Este projecto continua em funcionamento e aparece descrito no ponto 3.3.1.

Uma iniciativa industrial chinesa tomada em 1970 foi a construção duma fábrica de açúcar em Kisangani. Esta, entretanto, foi destruída durante a guerra civil.¹²⁷ Além disso, dois edifícios bem conhecidos na capital de Kinshasa são doações simbólicas de renome, do Governo Chinês. Primeiro, o edifício da Assembleia Nacional do país, que foi construído entre 1975 e 1979. A doação foi de apenas U.S.\$ 42 milhões na altura.¹²⁸ Segundo, o Estádio dos Mártires, com capacidade para 80,000 espectadores, que foi concluído em 1994.¹²⁹

A empresa China-Congo Telecom foi criada em Junho de 2000 quando a empresa chinesa ZTE e o Governo Congolês assinaram um contrato para a criação de uma companhia em comparticipação

(JV) entre a ZTE e o Ministério dos Correios e Comunicação do Congo. A companhia em participação (JV) teve acesso a RMB 80 milhões em finanças favoráveis do Banco Exim da China.¹³⁰ No entanto, foi relatado em Abril de 2009 que a ZTE procurava vender a sua participação de 51 por cento na China-Congo Telecom e que a MTN de África do Sul tinha proposto E.U.\$ 200 milhões para uma compra de participação.¹³¹

Outrossim, o Hospital N'Djili de Amizade Sino-Congoleza é uma doação do Governo Chinês, com construção da Companhia Jiangsu da China para o Desenvolvimento da Construção. A construção do hospital começou em 2004 e o mesmo foi inaugurado e entregue ao Governo Congolês em Junho de 2006.

A Reunião Ministerial inaugural do FOCAC teve lugar em Pequim em 2000, no meio da devastadora guerra civil congoleza de 1998-2003. Ao mesmo tempo, Laurent Kabila tinha derrubado Mobutu do poder e dado ao país o seu nome actual. A reunião foi assistida por uma delegação congoleza. Pouco depois, em Janeiro de 2001, Laurent Kabila foi assassinado e sucedido pelo seu filho, Joseph Kabila, que se tornou Presidente Eleito do país em 2006.

Para melhor contextualizar o FOCAC em relação à RDC, quando a Cimeira de 2006 foi realizada nos dias 4 e 5 de Novembro, o país tinha apenas realizado as suas primeiras eleições democráticas desde 1965. Após a realização de eleições em Julho de 2006, os resultados eleitorais foram contestados depois da sessão do FOCAC em Novembro. Na altura, o país encontrava-se num estado de paz frágil, onde permanece até hoje, principalmente tendo em conta a situação precária em que se encontram algumas partes do leste do país.¹³² No entanto, uma delegação da RDC participou na Cimeira do FOCAC 2006, embora o Presidente Kabila não se encontrasse presente.

Por último, dado que a RDC ainda se encontra num estado de pós-conflito frágil, não lhe foi ainda atribuído o Estatuto de Destino Aprovado (ADS) da China. O turismo entre a China e a RDC, portanto, está ainda para ser desenvolvido.

4.2 Avaliando o Plano de Acção de Pequim: A Cooperação Política

O Plano de Acção de Pequim estipula que os países chineses e africanos devem "continuar a dinâmica de visitas e diálogo a alto nível". No caso da RDC, as relações com a China têm-se desenvolvido rapidamente desde a Cimeira do FOCAC, em 2006. Antes de 2006, a China estava presente na RDC como um parceiro, mas uma grande parte das actividades nas relações bilaterais

sino-congolesas ganhou impulso sómente após 2006, quando foram realizadas eleições no país. Realizou-se uma série de visitas oficiais entre a China e a RDC, desde o FOCAC 2006. Em Janeiro de 2008, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Yang Jiechi, visitou Kinshasa.¹³³ O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Zhai Jun, visitou Kinshasa a 23 de Março de 2009.¹³⁴ A visita oficial mais recente feita por um alto funcionário chinês à RDC foi a 27-28 de Maio de 2009, quando o Vice-Ministro Zhong Shan chefio uma delegação de comércio e economia do Governo Chinês, a Kinshasa, para a 8ª Sessão da Comissão Mista sobre o Comércio e Economia Sino-Congoleza. O Ministro Zhong reuniu-se com o Sr. Raymond Tshibanda, Ministro da Cooperação Internacional e Regional do Congo.¹³⁵ O Ministro congolês da Defesa, Chikez Diemu, visitou a China em Julho de 2007, onde se reuniu com o seu homólogo chinês, Cao Gangchuan.¹³⁶ Em Agosto de 2008, o Presidente Kabila compareceu à cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim.¹³⁷

O Embaixador Wu Zexian dirige a Embaixada da China em Kinshasa. Tendo passado uma importante parte da sua carreira diplomática na França, foi enviado para a RDC em 2007 como um dos mais experientes diplomatas de Pequim. A sugestão é que ele faz parte da "equipe de sonho" do MNE chinês, que é enviada para os países africanos onde a China tem interesses importantes. Wu tem a reputação de ser aberto à participação e colaboração, que certamente têm sido características úteis, dada a enorme atenção dedicada ao Acordo da Sicominés de permuta de géneros, pela oposição congoleza e sociedade civil, a comunidade diplomática, os meios de comunicação e imprensa nacional e internacional, bem como organizações internacionais (conforme descrito mais adiante na secção sobre a infra-estrutura).

Em termos da importância atribuída pela China à sua missão na RDC, vale a pena mencionar que a Embaixada da China em Kinshasa está actualmente a finalizar a construção da nova sede do Conselho Económico, localizada ao lado do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Congo. O novo edifício arrojado inclui grandes áreas de representação e escritórios, bem como alojamento para o pessoal Consular. A construção deste novo edifício certamente indica que o Governo Chinês prevê um futuro brilhante para as relações com a RDC.¹³⁸

Conforme foi referido na secção sobre a energia e recursos, mais abaixo, existe uma presença significativa de empresários chineses na província de Katanga, apesar do abrandamento económico global e a redução de preços das matérias-primas terem levado a uma redução drástica de actividade. Jansson et al observa que, embora muitos desses empresários chineses gostavam de ter maior contacto com a Embaixada da China do que acontece na realidade, não existem planos, de

momento, para o estabelecimento dum Consulado da China na província de Katanga, cuja capital é Lubumbashi.¹³⁹ Dado que existe uma presença significativa de empresários chineses em Katanga, seria de recomendar ao Ministério chinês dos Assuntos Estrangeiros que abrisse um Consulado em Lubumbashi para auxiliar na coordenação entre empresários chineses e as autoridades e sociedade civil congoleza.

A cooperação sino-congoleza está fortemente concentrada no gabinete do Presidente e os intervenientes-chave em torno do Presidente. A relação com a China é importante para o Presidente Kabila, cuja campanha eleitoral de 2006 foi construída sobre o programa Les Cinq Chantiers (as cinco áreas de construção), ou seja, a infra-estrutura, a saúde e educação, a água e electricidade, e a habitação e emprego.¹⁴⁰ Antes das eleições presidenciais de 2011, o Presidente Kabila terá que cumprir com as suas promessas eleitorais. O investimento chinês actual e potencial no país é, portanto, fundamental para que a Presidência possa mostrar resultados ao eleitorado.

O gabinete do Primeiro-Ministro e o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) também são intervenientes importantes nas relações sino-congolezas. A comissão de acompanhamento do FOCAC, liderada pelo MNE, tem reuniões três vezes por ano. A comissão é composta por 30 membros, cinco representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e representantes dos Ministérios de Planeamento, Agricultura, Transportes, Educação Primária e Secundária, Minas, Energia, Educação Superior e Pesquisa, bem como representantes do Banco Central do Congo, a Companhia Nacional de Energia Eléctrica, o Ministério congolês dos Correios, Telefones e Telecomunicações (OCPT) e a *Régie de distribution d'eau*, a empresa pública responsável pela distribuição de água. De acordo com um entrevistado muito bem informado no seio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o trabalho da comissão está a fazer bom progresso, principalmente desde que a Presidência colocou maior ênfase sobre as relações sino-congolezas.¹⁴¹

Além disso, como será descrito nas secções a seguir, as actividades chinesas na RDC, na sua maioria, estão concentradas na infra-estrutura e extracção de recursos. Como resultado disto, o Ministério das Infra-Estruturas, Obras Públicas e Reconstrução e o Ministério de Minas são intervenientes-chave nas relações sino-congolezas. Dentro do Ministério das Infra-Estruturas, duas agências especializadas foram formadas em Agosto de 2008 para a administração de projectos chineses de infra-estrutura. A Secretaria de Coordenação e Acompanhamento do Programa Sino-Congolês (BCPSC) e a Agência Congoleza para Grandes Trabalhos de Construção (*Major Construction Works - ACGT*) são as duas organizações especificamente encarregues de tomar em

conta a implementação de projectos sino-congoleses.

Por fim, em termos de uma política de cooperação, a secção 2.5.2 do Plano de Acção de Pequim afirma que a China irá "tomar parte activa nas operações de paz da ONU em África". Desde 2003 que a China contribui dez equipas de manutenção da paz, à força de paz das Nações Unidas, na RDC, mais conhecida pela sigla de MONUC (Mission de l'Organisation des Nations Unies en République Démocratique du Congo). A nona equipa, expedida em 2008, foi estacionada em Bukavu.¹⁴² A décima equipa de 218 membros, da província de Lanzhou na China, chegou em Julho de 2009 para integrar uma missão de oito meses.¹⁴³

4.3 Avaliando o Plano de Acção de Pequim: A Cooperação

Económica

A enorme República Democrática do Congo sofre de uma também enorme carência em termos de infra-estruturas de transporte, necessitando de apoio ao desenvolvimento em praticamente todas as áreas. A infra-estrutura social sofreu, principalmente durante a guerra que devastou a parte oriental do país, onde um grande número de pessoas ainda é internamente deslocada. Em termos dos sectores de prioridade nacional, os sectores económicos com potencial particular para o país são os da agricultura e mineração. Vários respondentes congoleses bem-informados, que trabalham na agricultura e desenvolvimento rural, confirmam que a infra-estrutura é um factor que dificulta o desenvolvimento, principalmente neste momento.¹⁴⁴ Conforme mencionado, as áreas prioritárias para a Presidência são a infra-estrutura, a saúde e educação, a água e electricidade, a habitação e o emprego (Les Cinq Chantiers).¹⁴⁵

4.3.1 Agricultura

Por intermédio do Plano de Acção de Pequim, a China comprometeu-se em "[e]nviar 100 peritos de alto nível em tecnologias agrícolas para África, criando 10 centros de demonstração de tecnologia agrícola em África" (secção 3.1.3). Conforme discutido no capítulo dois, o número de centros de demonstração agrícola aumentou, posteriormente, para 14.¹⁴⁶ Na RDC, os projectos empreendidos em conjunto com o Governo Chinês após a cimeira do FOCAC 2006, não incluíam um centro de demonstração agrícola.¹⁴⁷ Tal como foi referido na introdução, no entanto, com a ajuda dum Instituto

Agrícola da província chinesa de Hebei, foi criada uma fazenda de produção de cultura agrícola e pecuária, durante a década de 1970, em N'Djili, um dos subúrbios de Kinshasa. O Instituto Chinês agrícola apoiou o projecto de duas formas, financeiramente e através do envio de peritos agrícolas para a fazenda. Os peritos foram retirados durante a Guerra Civil da RDC de 1998-2003, no entanto, a produção continuou à escala menor.

Após o final da guerra, a equipe agrícola chinesa voltou, a produção foi novamente escalada e a fazenda continua em operação. No entanto, a fazenda tem agora uma área de terreno menor à sua disposição, desde que foi diminuído o tamanho dos terrenos afectos, com o advento do novo governo. Durante uma visita de pesquisa para a exploração em Março de 2009, a equipe de investigação do CCS foi informada que a fazenda gere a sua própria renda, principalmente através da venda de culturas locais, contudo, continua a receber algum apoio ainda do Instituto Agrícola da província de Hebei. A fazenda possui um número de funcionários congolezes, os quais recebem formação contínua de especialistas agrícolas chineses, com base na exploração. Os especialistas chineses também são responsáveis por um projecto de exploração semelhante em Brazzaville, a capital da República do Congo, situada na margem oposta do rio Congo em relação a Kinshasa.¹⁴⁸

Como será demonstrado mais abaixo, a implementação do Plano de Acção de Pequim na RDC tem-se concentrado em grande parte nas estradas e infra-estrutura de telecomunicações e, até certo ponto, na extracção mineira. No entanto, existem sinergias interessantes entre a agricultura e a infra-estrutura da RDC, se tomarmos em conta o facto de que o desafio, em termos de segurança alimentar no país, está íntimamente relacionado com a falta de infra-estrutura. Há uma ausência quase completa de estradas neste imenso país, dificultando o transporte de produtos agrícolas das zonas rurais para as zonas urbanas (as mercadorias têm que ser transportadas quer por aeronaves ou através do rio Congo). Assim, se for implementado tal como previsto, é previsível que o programa abrangente chinês de desenvolvimento de infra-estrutura (descrito na secção 4.3.5) contribua grandemente para a melhoria da segurança alimentar da RDC.

Em 2007, um Memorando de Entendimento (MdE) foi assinado entre o Ministério congolês da Agricultura, Pescas e Pecuária, e ZTE, o fornecedor de telecomunicações chinês.¹⁴⁹ O MdE diz respeito a um projecto agrícola de U.S\$ 1 bilião, à escala grande, através do qual 3 milhões de hectares de terra nas províncias de Equateur, Bandundu, Orientale e Kasai Occidental serão usados para o desenvolvimento de uma plantação de óleo de palma. Os observadores questionam a razão porque uma empresa de telecomunicações podia estar tão interessada em investir na agricultura. Além do potencial de lucro, a equipe de investigação não conseguiu estabelecer o motivo específico que levou ao interesse, por parte do ZTE, em investir no sector agrícola.

Em Março de 2009, uma delegação do ZTE visitou Kinshasa e reuniu-se com o Ministério congolês da Agricultura, Pescas e Pecuária e outros intervenientes relevantes. Um observador muito bem informado notou, nas entrevistas com a equipe de investigação, que a delegação chinesa não tinha sido concreta nos seus planos de investimento. Foram indicados o milho e o óleo de palma como potenciais culturas, mas, segundo o entrevistado, as discussões nunca chegaram a pormenores. Até Novembro de 2009, a implementação concreta do MdE ainda se estava para ver.¹⁵⁰

As plantações de óleo de palma à escala grande, conforme previsto neste caso, por várias razões, não constituem a melhor opção em termos de promoção de desenvolvimento, a longo prazo, para a RDC. Em primeiro lugar, as plantações à escala grande são problemáticas, uma vez que tornam inacessíveis grandes trechos de terra à população local, cuja única fonte de rendimento é a agricultura em pequena escala. Em segundo lugar, dado que os preços do óleo de palma são relativamente baixos em comparação com outros recursos naturais, tal como o petróleo, por exemplo, os salários passíveis de se oferecerem aos trabalhadores nessas plantações de grande escala, não são salários justos.

Por último, o óleo de palma é uma monocultura que constitui, geralmente, um desafio para a biodiversidade. Fitzherbert et al observa que "o óleo de palma é um substituto especialmente pobre, quer para florestas primárias ou degradadas, e, embora seja inevitavelmente prejudicial para a biodiversidade o resultado de qualquer conversão de floresta natural, as plantações de palma de óleo apoiam ainda menos as espécies florestais do que a maioria das outras opções agrícolas."¹⁵¹ Quando implementadas à escala grande, muitas das vezes contribuem para a desflorestação em larga escala, embora, em alguns dos casos, as plantações de óleo de palma se encontrem estabelecidas em áreas já desmatadas.

No entanto, desde que sejam estabelecidas e executadas de uma forma sustentável, as plantações de palma de óleo podem contribuir grandemente para a subsistência das populações rurais. A RDC deve exigir às empresas chinesas interessadas em investir no sector agrícola congolês, que o façam por meio da criação dos chamados esquemas de fomento da produção.

O esquema de fomento da produção é um modelo à pequena escala industrial, que envolve os pequenos agricultores locais congolezes logo a partir do início do projecto. A posse da terra fica assim nas mãos dos agricultores, que recebem insumos (sementes, fertilizantes, pesticidas, etc) por via do investidor chinês, estando os preços fixos através dum contrato entre as duas partes. Os insumos devem ser fornecidos a preços acessíveis, dado que o investidor chinês certamente terá a possibilidade de comprá-los em grandes quantidades. Os agricultores congolezes recebem o apoio

técnico do investidor chinês durante o tempo inteiro do projecto, o que garante a transferência apropriada de tecnologia. De seguida, o investidor chinês compra a produção aos pequenos agricultores congolese para posterior exportação. O preço também será fixado no contrato entre as duas partes.

Desde que os agricultores locais recebam o apoio necessário e os insumos de qualidade elevada, a sua produção provavelmente será muito boa, sendo que a rentabilidade de tal risco até poderá atingir um nível aceitável. Isto significa que, à medida que o parceiro chinês vai vendendo a produção no mercado internacional, ele até pode realizar um lucro muito bom (mesmo comparado com os lucros passíveis de serem gerados através duma plantação de palmeiras de óleo em grande escala).

A utilização do modelo de fomento seria benéfica para a segurança alimentar, já que o agricultor teria a opção de ajustar a participação entre o óleo de palma e as culturas alimentares, plantado/as sobre as suas terras para fins do seu sustento e do sustento de sua família. Com tal modelo, uma parte importante do lucro também permanece com o produtor local, o que não seria o caso na eventualidade de se estabelecer uma plantação à escala maciça.

Se o Ministério congolês da Agricultura, Pescas e Pecuária a conseguisse seguir, esta abordagem até poderia aumentar o potencial do investimento chinês, tal como acontece com a abordagem do ZTE actualmente em curso, que tem resultado em melhorias de segurança alimentar para as comunidades rurais do Congo.

4.3.2 A Cooperação nos Investimentos e Negócios

O Plano de Acção de Pequim afirma que a China e África "darão encorajamento e apoio contínuos ao investimento mútuo, explorando novas áreas e formas de cooperação alargada nos investimentos, e tomando medidas concretas para garantir o crescimento positivo do investimento" (secção 3.2.1). A título de observação geral, no contexto da RDC, trata-se dum compromisso bastante desafiador de implementar, dadas as debilidades estruturais do país. O sector privado é pequeno e pouco desenvolvido e, como resultado disto, as trocas comerciais entre a RDC e a China não estão tão avançadas como nos demais países, também eles, o objectivo de análise deste relatório. No entanto, de certeza que existe um certo número de empresas chinesas que se dedica à RDC. Estas são encontradas, principalmente, nos sectores da construção e extracção mineral, e as suas operações estão descritas em pormenor nas secções sobre a infra-estrutura e energia e recursos, que se seguem.

Os projectos de desenvolvimento da China, dedicados à RDC por meio do enquadramento bilateral de 2008, incluem uma fábrica de água mineral a ser construída em Kinshasa. O processo de concurso para o investimento, no valor de U.S.\$ 60 milhões, estava prestes a começar na China em Março de 2009.¹⁵²

Há também um grande grupo de pequenos comerciantes chineses activo em Kinshasa, tanto no centro da cidade como nos municípios (*cités*). A equipe de investigação visitou uma série desses comerciantes numa das *cités* de Kinshasa, em Março de 2009, e afirmou que, embora a concorrência fosse dura, continuava a haver margem para a execução de negócios lucrativos em pequena escala na *cité*. Contrariamente à percepção popular sobre uma estratégia existente chinesa "grande para África", não há dados completos sobre o tamanho deste grupo ou a natureza exacta das suas actividades, uma vez que estes comerciantes entram no país de uma forma descoordenada e criam negócios onde quer que identificarem o mercado.

Dado que há pouca informação disponível sobre as actividades dos pequenos comerciantes, é difícil avaliar-se o impacto sobre a economia local. No entanto, é provável que o impacto seja duplo, tal como é o caso em muitas partes de África; positivo porque os comerciantes importam e vendem bens de consumo a preços acessíveis que, de outro modo, podiam não estar disponíveis ao povo congolês, e negativo porque os comerciantes chineses, frequentemente, são muito competitivos e trabalhadores, o que pode levar a que sejam excluídos do mercado os comerciantes congolese locais.¹⁵³ Alden assinala que "é o surgimento de pequenos revendedores chineses um pouco por toda a África rural, que tanto tem feito com que a população fique com acesso directo às mercadorias novas e, simultaneamente, o que tem levado também a que os revendedores estabelecidos se sintam ameaçados com exclusão do mercado"¹⁵⁴.

4.3.3 O Comércio

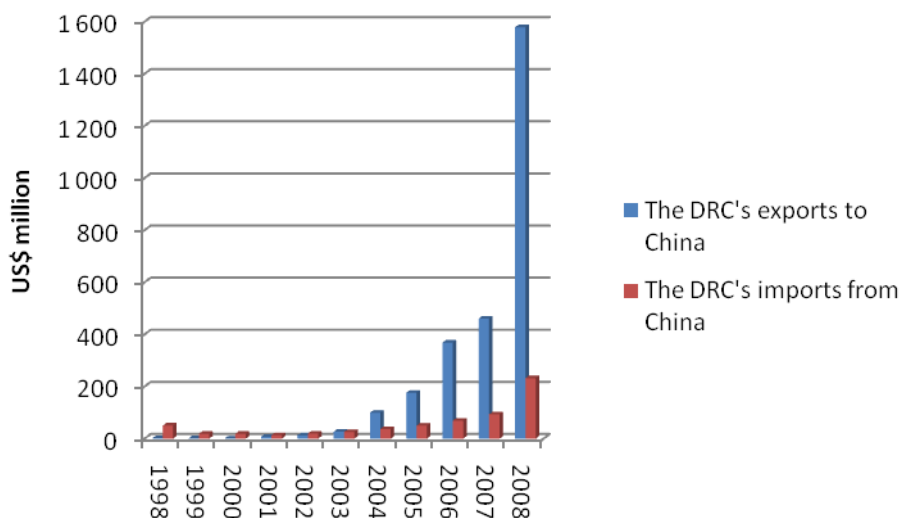
A Cooperação Comercial é uma parte importante do Plano de Acção de Pequim. As partes notaram que, ao longo dos próximos três anos, iriam "continuar a trabalhar para criar condições favoráveis ao crescimento do comércio sino-africano, de uma forma mais equilibrada" (secção 3.3). Conforme indicado no diagrama 4.1 mais abaixo, o comércio entre a RDC e a China tem certamente crescido desde 2006, porém não de uma forma particularmente equilibrada.

Diagrama 4.1: Perspectiva sobre o comércio da RDC com a China (1998-2008)

U.S.\$ milhões

■ As exportações da DRC para a China

■ As importações da RDC a partir da China



Fonte: Atlas de Comércio Mundial

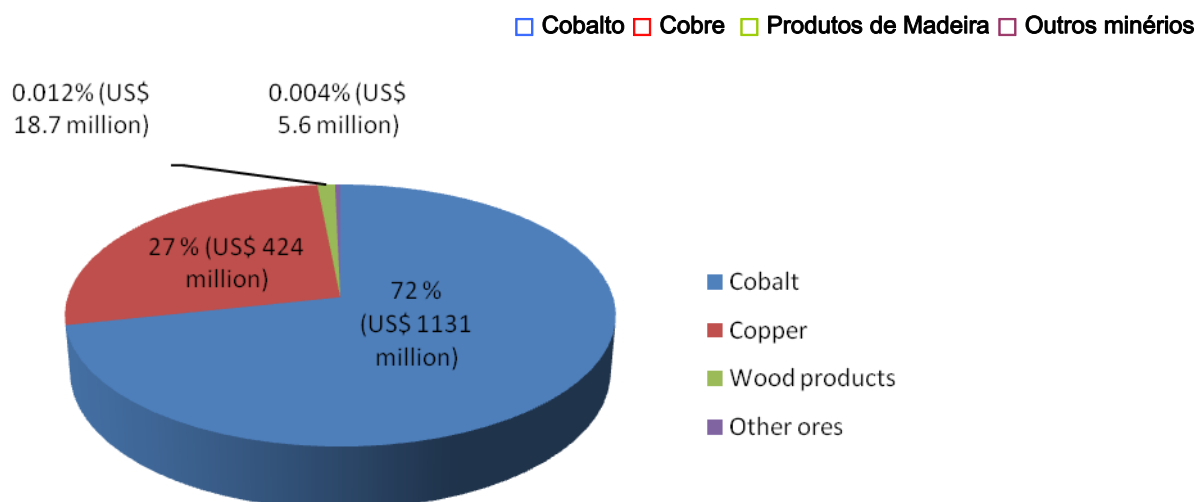
Tabela 4.1: O comércio da RDC com a China 2006-2008 (US\$ Milhões)

	2006	2007	2008
Exportações	368.46	460.25	1 578.58
Importações	68.77	92.96	231.76
Total	437.23	553.20	1 810.35

Fonte: Atlas de Comércio Mundial

Conforme indicado no diagrama 4.1 e na tabela 4.1, o aumento das exportações da RDC para a China é de longe superior ao aumento das suas importações a partir da China, dominado pela exportação do cobalto e do cobre, conforme indicado no diagrama 4.2.

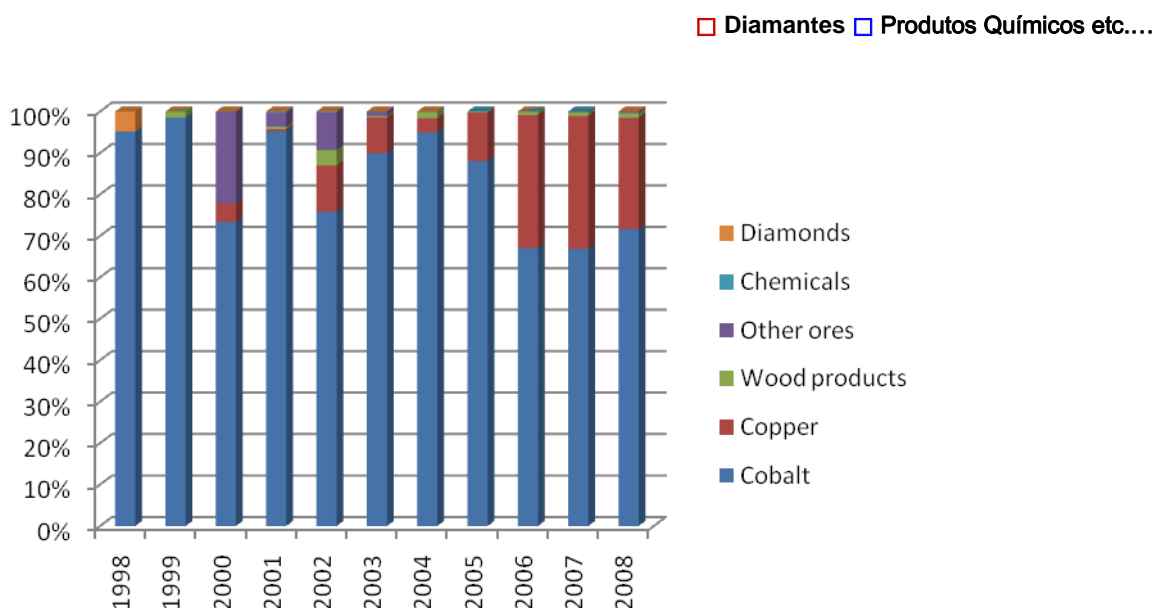
Diagrama 4.2: Composição das exportações da RDC para a China em 2008



Fonte: Dados do Atlas de Comércio Mundial

Conforme indicado no diagrama 4.3, as exportações da RDC para a China consistem em matérias primas e, nos últimos dez anos, têm sido cada vez mais dominadas por minérios de cobre e cobalto, mais especialmente por este último.

Diagrama 4.3: Composição das 20 principais exportações da RDC (nível 4 HS) para a China (1998-2008)

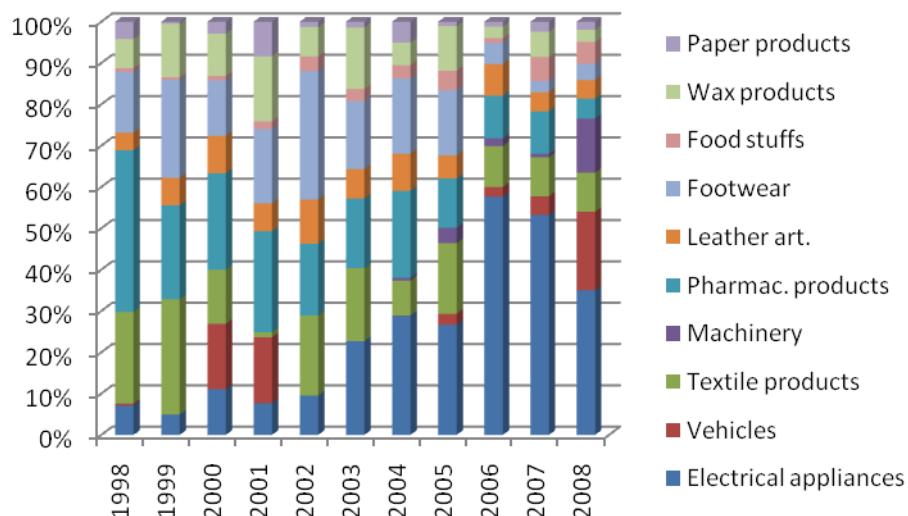


Fonte: Dados do Atlas de Comércio Mundial /análise do CCS¹⁵⁵

O desdobramento das 20 principais importações do Congo provenientes da China, conforme ilustrado no diagrama 4.4 a seguir, é uma indicação de que a composição das importações da RDC provenientes da China não difere muito, em termos de perfil geral, do resto do comércio africano com a China. Os bens fabricados, a saber, os electrodomésticos, veículos, têxteis, máquinas e produtos farmacêuticos, foram dominando as importações da RDC provenientes da China, durante a última década. À medida que o valor das importações tem vindo a aumentar, sobretudo desde 2004, a proporção de aparelhos eléctricos e veículos também aumentou de uma forma correspondente.

Diagrama 4.4: Composição das 20 principais importações da RDC (nível HS4) provenientes da China (1998-2008)

- Produtos de papel
- Produtos de cera
- Produtos alimentícios
- Calçado
- Artigos de couro
- Produtos farmacêuticos
- Maquinaria
- Produtos têxteis
- Veículos
- Electrodomésticos



Fonte: Dados do Atlas de Comércio Mundial /Análise do CCS

Por meio do Plano de Acção de Pequim (secção 3.3), foi prometido que 466 produtos de exportação dos países menos desenvolvidos de África, iriam receber tratamento tarifário zero na importação para a China. Todavia, para que os países africanos possam tirar proveito disto, seria necessário haver um sector privado em expansão. Conforme foi mencionado, o sector privado é constituído, na sua grande maioria, por empresas congolosas a operarem nas áreas da mineração, telecomunicações e construção. O sector industrial é particularmente fraco. Um representante da Agência Nacional para a Promoção do Investimentos, entre outros entrevistados, confirmou que, como resultado da capacidade de fabricação baixa do país, as quotas de isenção fiscal implementadas pelo Plano de Acção de Pequim, não tiveram ainda nenhum efeito significativo.¹⁵⁶ Este é um resultado do facto de que a economia congolosa tem pouca ou nenhuma capacidade industrial,¹⁵⁷ um aspecto que se encontra íntimamente ligado às questões de governação.¹⁵⁸ Por exemplo, o ambiente de negócios da RDC é classificado como sendo o pior do mundo, pelo relatório do Banco Mundial, Doing Business 2009 (Efectuação de Negócios 2009).¹⁵⁹

Torna-se evidente que o compromisso assumido no Plano de Acção de Pequim para "continuar a trabalhar na criação de condições favoráveis ao crescimento do comércio sino-africano de uma forma mais equilibrada" (secção 3.3), não foi respeitado no caso da RDC. No entanto, dado o ambiente congolês de negócios extremamente desafiador, não seria de esperar que o FOCAC, nem tão pouco a colaboração com quaisquer outros parceiros externos da RDC, fosse/m capaz/es de solucionar estes desafios com celeridade.

4.3.4 Finanças

O Plano de Acção de Pequim afirma que "as duas partes decidiram pressionar continuamente no sentido de haver uma cooperação relevante e apoio nos intercâmbios de negócio entre os bancos comerciais de ambos os lados, para melhorar a a cooperação económica sino-africana" (3.4.1). Vários grandes empreendimentos de infra-estrutura já se encontram actualmente na fase concluída, em andamento ou na fase de negociação, na RDC, com financiamento dos bancos de política chinesa ou bancos comerciais. Os mesmos estão descritos na secção específica sobre a infra-estrutura mais abaixo. Em Julho de 2008, o Governo Congolês e o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) assinaram um acordo de cooperação. Tal como é referido na secção sobre a infra-estrutura mais abaixo, as negociações estão em curso no sentido da CDB financiar a remodelação da infra-estrutura em Kinshasa.

Além disso, foi prometido (secção 3.4.2) que "a China iria encorajar as instituições financeiras a criarem mais filiais em África". Em Outubro de 2007, o Banco Industrial e Comercial da China Limitado (*Industrial and Commercial Bank of China Limited - ICBC*) comprou uma participação de 20 por cento no Standard Bank da África do Sul. Através da sua filial, Stanbic, o Standard Bank conta com escritórios em 17 países africanos, incluindo na RDC, com filiais em Kinshasa e Lubumbashi.

4.3.5 O Desenvolvimento de Infra-Estrutura

A infra-estrutura é um dos sectores do Plano de Acção de Pequim, onde se tem desenrolado a maior parte das actividades desde 2006, na RDC. As promessas de "continuar a construir a infra-estrutura, nomeadamente, nos sectores dos transportes, telecomunicações, conservação de água e instalações de geração de energia, como áreas chave para a cooperação" (secção 3.5.1) e "fornecer incentivos e apoio contínuos às empresas chinesas na sua participação no desenvolvimento das infra-estruturas em África" (secção 3.5.2), certamente foram cumpridas, conforme descrito mais adiante.

O Acordo da Sicominex de permuta de géneros

Estreitamente alinhado com o compromisso na secção 3.6.2 do Plano de Acção de Pequim, onde "a China dá prioridade elevada à ajuda aos países africanos para que estes possam transformar as vantagens que têm devido aos seus recursos e energia, numa força para o desenvolvimento", é o Acordo da Sicominex de permuta de géneros, celebrado a 22 de Abril de 2008. O contrato, certamente um dos mais conhecidos e controversos acordos que alguma vez se realizou ao abrigo do

Plano de Acção de Pequim, prevê a criação duma sociedade em comparticipação (JV) 68/32 entre a Sinohydro e a Companhia de Engenharia dos Caminhos de Ferro da China (*China Railway Engineering Corporation - CREC*), por um lado, e a parastatal congoleza, Gécamines, por outro. Apesar de todas as partes interessadas chinesas, congolezas e internacionais concordarem que a renovação da infra-estrutura em grande escala constitue uma necessidade para a RDC, e que um acordo de troca é uma boa forma de se conseguir o mesmo, a estrutura, as condições e os detalhes do contrato têm sido motivo de debate todo o ano, desde a assinatura do acordo.

A ideia básica do acordo é que a sociedade em comparticipação sino-congoleza iria proporcionar à RDC infra-estrutura de minas, transportes e efeitos sociais, com financiamento do Banco Exim da China, em troca de acesso a recursos minerais. O valor actual da infra-estrutura citada tem sido tema de debate, mas tal como o negócio foi originalmente anunciado, segundo alegam as autoridades congolezas, o valor está situado em U.S.\$ 9 bilhões, dos quais U.S.\$ 6 bilhões estão destinados à infra-estrutura dos transportes e social, e U.S.\$ 3 bilhões à infra-estrutura de minas nas concessões atribuídas. Os críticos argumentam que estas avaliações não estão, necessariamente, baseadas em dados correctos e que as concessões de mineração em Dima, Dikuluwe e Mashamba na província de Katanga poderão conter minérios num valor muito superior a U.S.\$ 9 bilhões, dependendo do curso dos preços das matérias-primas.¹⁶⁰

As concessões atribuídas somam 10,6 milhões toneladas de cobre e 626,619 toneladas de cobalto. Destas, 427,000 toneladas de cobalto e 6,8 milhões toneladas de cobre são depósitos minerais confirmados, enquanto que as restantes 200,000 toneladas de cobalto e 3,8 milhões de toneladas de cobre são resultados prováveis, que ainda estão para ser confirmados num estudo de viabilidade que estava programado para finais de 2009. As concessões entrarão em produção no início de 2013. Estas aguardavam avaliação através dum estudo de viabilidade que se esperava que fosse concluído até ao final de 2009.¹⁶¹

Conforme já foi mencionado, o Acordo da Sicominer de permuta de géneros tem sido amplamente debatido desde que foi anunciado. Trata-se dum longo debate, com muitos detalhes que não estão totalmente cobertos no resumo mais abaixo.¹⁶³ Na essência, a crítica formulada pelos intervenientes, tanto congolezes como internacionais, diz respeito à transparência do processo de negociação, à lisura do negócio (principalmente a concessão do empréstimo e valor real das concessões minerais e investimentos em infra-estrutura), bem como à questão da sustentabilidade da dívida.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) defende que, para que o FMI e o Banco Mundial possam

avançar com um novo prazo de três anos para o programa de Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF)¹⁶³ que acabaria por abrir caminho ao alívio substancial da dívida para este país sobrecarregado de dívida, o Acordo da Sicominer teria que ser re-negociado de modo a que não fosse estruturado como uma dívida pública. O FMI não está disposto a avançar com um programa de muitos bilhões de alívio da dívida, só para ver a RDC a contratar uma nova dívida com a China. Os interessados chineses e congolezes argumentam que o financiamento concedido pelo Banco Exim da China para a sociedade em participação da Sicominer (JV) não deve ser visto como constituindo um endividamento público, uma vez que se apoia no minério e seria levado a cabo por uma sociedade em participação (JV). No entanto, existem certas cláusulas no contrato original (artigos 10.3, 13.2 e 13.3.3), que afirmam que o Estado Congolês garantiria o reembolso do empréstimo.¹⁶⁴

Em Agosto de 2009, o mais recente desenvolvimento foi que o negócio tinha sido alterado de forma a satisfazer as exigências do FMI. No início, a parte interessada chinesa tinha solicitado ao Estado Congolês a garantia de reembolso do investimento na infra-estrutura, na eventualidade dos lucros a partir do projecto de mineração não se revelarem suficientes. Esta garantia foi agora retirada e o acordo actual é visto à luz dum contrato inteiramente comercial. Além disso, três bilhões de dólares dos seis bilhões originalmente anunciados para investimento em infra-estrutura, foram suspensos por enquanto. A RDC será agora, provavelmente, capaz de avançar com um novo programa PRGF,¹⁶⁵ muito dentro em breve.

A solução actualmente encontrada, em termos deste problema, é provavelmente a mais propícia para o desenvolvimento do Congo. A RDC tem necessidade extrema tanto de alívio da dívida como de desenvolvimento de infra-estrutura, mas o financiamento terá que ser estruturado de forma a que o país não volte a incorrer em dívidas extraordinárias. O acordo de permuta de mineral versus infra-estrutura, por si só, é uma boa maneira dum país rico em minerais, tal como a RDC, financiar a tão desejada e necessária renovação da sua infra-estrutura. No entanto, é imperativo que os contratos sejam estruturados com sabedoria para que o destinatário congolês possa beneficiar da economia, tanto quanto o seu parceiro, neste caso, a China.

Para que isso aconteça, devem ser tomados em conta três factores importantes. Primeiro, é imperativo assegurar que as delegações congolezas que negociarem os acordos com as partes interessadas chinesas, possuam a capacidade necessária para o fazer. É altamente recomendado que os recipientes congolezes de bolsas de estudo que regressaram à RDC após a sua graduação das universidades chinesas, sejam aproveitados para participar neste processo, uma vez que têm as

necessárias competências linguísticas e conhecimentos culturais, além da educação superior. Na experiência da equipe de investigação durante o trabalho de campo, isto já se verifica até certo ponto.

Segundo, é importante garantir que as delegações que efectuarem as negociações com a China, sejam, de facto, representativas do interesse público. Isto será possível, por exemplo, se forem incluídos representantes da sociedade civil. Terceiro, é imperativo assegurar, durante o processo de negociação, que os acordos consigam estabelecer, de uma forma precisa, como é que se prevê que seja feita a apropriação congoleza da infra-estrutura providenciada, inclusivé a sua capacidade de manter os investimentos.

Enquanto que o debate continua a girar em torno do Acordo da Sicominés, a fase inicial dos investimentos em infra-estrutura já se encontra em execução. Uma delegação da sede do Banco Exim da China em Paris, visitou Kinshasa durante a última semana de Março de 2009,¹⁶⁶ e o Governo Congolés tomou medidas notáveis para a implementação do projecto da Sicominés. Em Agosto de 2008, foram criadas duas agências no Ministério de Infra-Estrutura da RDC, especificamente para gerirem o programa de infra-estrutura sino-congoleza. A Agência Congoleza para Grandes Trabalhos de Construção (*Congolese Agency for Major Construction Works - AGGT*) é a entidade adjudicante dos projectos de infra-estrutura, e o Gabinete de Coordenação e Acompanhamento do Programa Sino-Congolés (*Bureau for Coordination and Monitoring of the Sino-Congolese Programme - BCPSC*) é a agência coordenadora de todas as actividades de mineração e infra-estrutura relativamente ao negócio.

Sob a supervisão destas duas agências, os primeiros projectos de infra-estrutura no valor de U.S.\$ 340,4 milhões estavam a ser implementados durante o primeiro semestre de 2009, pelos dois parceiros chineses do negócio: A Corporação de Engenharia Ferroviária da China (CREC) e a Sinohydro. Além destes, serão incluídos os seguintes projectos:¹⁶⁷

Remodelação da Avenida de Turismo, Kinshasa (contratante CREC, custo do projecto U.S.\$ 24,4 milhões);

Remodelação da estrada Lutendele, Kinshasa (CREC, U.S.\$ 21 milhões);

Remodelação da estrada entre Beni e Niania, na província Oriental (Sinohydro, U.S.\$ 57 milhões);

Remodelação da estrada entre Lubumbashi e Kasomeno, no sudeste da província de Katanga (CREC, U.S.\$ 138 milhões);

A construção do novo hospital central de Kinshasa (custo do projecto U.S.\$ 99,87 milhões). O processo de 18 meses estava, finalmente, projectado para começara 30 de Março de 2009, após seis

meses de atraso com a desocupação das terras.¹⁶⁸

Segundo representantes da Agência Congoleza para Grandes Obras, o valor total dos projectos de infra-estrutura, cuja realização estava programada para 2009, era de U.S.\$750 milhões. Estão planeados investimentos de infra-estrutura, para os próximos quatro anos, no valor de U.S.\$ 3 bilhões (U.S.\$1 bilião em 2010, U.S.\$ 750 milhões em 2011 e U.S.\$ 500 milhões em 2012), contanto que o negócio continue a progredir conforme se espera.¹⁶⁹ Resta ainda saber se a evolução acima referida, de Agosto de 2009, onde foram colocados em suspenso U.S.\$ 3 bilhões de investimentos para a infra-estrutura, irá afectar esses planos.

Estudo de caso: a Sinohydro e a CREC

Conforme descrito mais acima, a Sinohydro e a CREC são as duas partes chinesas envolvidas no grande negócio de permuta de géneros da Sicominex. No entanto, além da sua participação na sociedade em comparticipação da Sicominex (JV), ambas as empresas há já vários anos que se encontram activas na RDC na qualidade de contratantes para as agências de financiamento africanas e ocidentais, bem como para o Governo Congolês.

A Sinohydro tem sido especialmente activa como contratante de projectos rodoviários com financiamento do Banco Mundial. Em 2002, construiu uma estrada entre Matadi e Kimpesi, que foi posteriormente renovada em 2004. No mesmo ano, construiu a estrada entre Beni e Niania. A estrada está a ser remodelada, embora, desta vez, no âmbito do Acordo da Sicominex (cuja descrição aparece mais acima). Em 2005, a Sinohydro construiu uma estrada em Kikwit, província de Bandundu, e, em 2008, foi montada uma ponte, também em Bandundu. O Banco Africano de Desenvolvimento e a Sinohydro assinaram um contrato em 2008 para dois projectos rodoviários, para serem concluídos em 2010, ainda na província de Bandundu.¹⁷⁰

A maioria dos *kinois* está ciente do facto de que a CREC tem vindo a realizar trabalhos de renovação na artéria de Kinshasa, Le Boulevard du 30 Juin, uma área muito visível para a realização do trabalho. O que é menos conhecido, porém, é que o trabalho não foi financiado por dinheiros chineses, mas, sim, pela cidade de Kinshasa e o Governo Congolês.¹⁷¹

Estudo de caso: Companhia Jiangsu da China de Desenvolvimento de Construção

A Companhia Jiangsu da China de Desenvolvimento de Construção, é o empreiteiro de diversos projectos importantes de construção implementados em Kinshasa por parte do Governo Chinês. Estando incluído nestes, o hospital de Amizade Sino-Congoleza, que foi completado, em 2006, em N'Djili (conforme discutido na secção seguinte sobre cuidados de saúde). E estão actualmente em fase de realização trabalhos nos seguintes projectos: um novo escritório do Conselheiro Económico, localizado ao lado do Ministério congolês dos Negócios Estrangeiros, uma das escolas doadas ao FOCAC, actualmente em construção na Cité (município) de Ngiri-Ngiri, e um bloco de apartamentos privado.¹⁷²

Outros projectos de infra-estrutura das estradas

Outros projectos de infra-estrutura, já em curso, ou que estavam previstos para serem realizados durante o período de 2006-2009, incluem os seguintes:

- A reabilitação da estrada entre Lubumbashi e Kasumbalesa, realizada, pela CREC, entre Março e Novembro de 2008, totalizando 72 km de estrada.¹⁷³
- A reabilitação da estrada entre o Aeroporto de Bukavu e Kavumu na província de Kivu do Sul, ainda por realizar, com financiamento de uma doação a partir do Governo Chinês, e cuja implementação está a cargo da Companhia de Construção de Comunicações da China (*China Communications Construction Company - CCCC*).¹⁷⁴
- A remodelação do porto de Kalémie e do aeroporto de Lubumbashi, solicitada pelo Governo Congolês. O valor destes projectos coloca-se em U.S.\$7 milhões cada, e uma missão chinesa está a ser preparada para avaliar os custos de uma forma mais precisa, segundo o Embaixador Wu, que, na altura, também afirmou que estes projectos poderiam formar parte dos projectos de desenvolvimento para 2009, no âmbito do quadro dos acordos bilaterais, que estava programado para ser anunciado em meados do ano passado.¹⁷⁵
- O Programa Sino-Congolês, gerido pela ACGT, irá potencialmente incluir alguns projectos que não fazem parte do Acordo da Sicominer mas que são estruturados consoante princípios semelhantes de permuta de géneros. O BCPSC e o ACGT estão actualmente em negociações com a Sinosure para financiar a renovação da *Avenue de l'Université* em Kinshasa. Os empréstimos seriam repagos em concessões de níquel e cromo, e encontravam-se já a decorrer negociações com o candidato a

contratante do projecto, a Corporação de Engenharia de Auto-estradas da Província de Guanggong na China (*China Guanggong Provincial Changda Highway Engineering Corporation - CGCD*), à altura da pesquisa de campo.¹⁷⁶

- Na mesma altura, o BCPSC e o ACGT também se encontravam em negociações com o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), para o financiamento da construção duma auto-estrada que irá desde a estação central de Kinshasa, até ao Aeroporto N'Djili em Kinshasa, e a modernização deste último. O empreiteiro seria a China Communications Construction Company (CCCC) e os empréstimos seriam repagos em cobre e cobalto extraídos das concessões de Kolwezi em Potopoto, na província de Katanga.¹⁷⁷

Telecomunicações

Em termos de infra-estrutura das telecomunicações, as empresas chinesas, Huawei e China International Telecommunication Construction Corporation (CITCC), estão actualmente a implementar as primeiras fases de dois projectos das TIC, financiados por empréstimos concessionários do Banco Exim da China. Ambos os projectos estão a ser executados em nome do Ministério congolês dos Correios, Telefones e Telecomunicações (OCPT) e estiveram na calha do ano de 2008, mas foram adiados em virtude de vários entraves administrativos e outros problemas menores. Segundo um observador chinês bem informado, estes atrasos foram provocados por burocratas de nível médio, e não pelos altos funcionários.¹⁷⁸

Primeiro, em Dezembro de 2008, a Huawei começou a trabalhar num projecto de oito meses no valor de U.S.\$ 32 milhões para a construção de uma rede local de fibra óptica em Kinshasa. Este projecto será posteriormente alargado a todas as capitais das dez províncias da RDC (Bandundu, Lubumbashi, Kisangani, Matadi, Bukavu, Goma, Mbuji-Mayi, Kananga, Mbandaka e Kindu), de acordo com um Memorando de Entendimento (MdE) assinado pelo Ministério congolês dos Correios, Telefones e Telecomunicações (MPTT), e o Banco Exim da China. Os únicos fundos liberados até à data, são os U.S.\$ 32 milhões da primeira fase, mas se o projecto for executado conforme previsto, o seu valor total será de U.S.\$ 260 milhões.¹⁷⁹

Em segundo lugar, em Março de 2009, o trabalho sobre um projecto de rede óptica de transporte nacional, foi lançado pela China International Telecommunication Construction Corporation (CITCC). A primeira etapa irá ligar Kinshasa a Moanda, onde existe um ponto de conexão para o cabo submarino de fibra óptica do Atlântico. O trabalho de primeira fase estava programado para ser

concluído em oito meses e esta fase vale U.S.\$ 31,9 milhões. À semelhança daquilo que aconteceu com o acordo do cabo de fibra óptica, um Memorando de Entendimento já foi assinado pela MPTT e o Banco Exim da China, para ampliar a rede de transmissão óptica por todo o país: desde Kinshasa até Lubumbashi, ao longo do Lago Tanganica, até Kalémie e Uvira, passando a Kisangani, ao longo do Rio Congo até Mbandaka e de volta para Kinshasa. O custo total estimado do projecto é de U.S.\$ 350 milhões, no entanto, só os primeiros U.S.\$ 31,9 milhões é que já foram liberados até a data.¹⁸⁰

4.3.6 Energia e recursos

O Plano de Acção de Pequim afirma que a China e os países africanos concordam em "dar incentivo e apoio às suas empresas, por força do princípio da reciprocidade, benefício mútuo e desenvolvimento comum, na condução da exploração conjunta e racional de energia e outros recursos" (secção 3.6.1). A base de recursos da RDC é extremamente diversificada e rica: cobre, cobalto, madeira, diamantes, ouro, coltan, estanho, zinco e petróleo, entre outros. As actividades chinesas estão viradas em grande parte para a fundição e exportação do cobre e cobalto; o comércio do cobre, cobalto e diamantes, e, em certo ponto, até para a área das minas (descrito em maior detalhe mais abaixo).

Em primeiro lugar, porém, é de notar que, em termos de silvicultura, não se conhece qualquer actividade chinesa de momento. A única concessão realizada por uma empresa chinesa, foi atribuída em 2005, e abrange 188,672 hectares localizados em Ingende na província de Équateur. Como parte do acordo, a empresa chinesa, *La Société Nouvelle de Bois Yang Shushan*, havia-se comprometido em construir uma usina hidro-eléctrica no rio Ruki e uma linha de transmissão de energia entre Bandundu e Mbandaka. No entanto, a Comissão Interministerial responsável pela análise da exploração madeireira cancelou os títulos de concessão na mesma altura em que esta anunciava os seus resultados, em Outubro de 2008, uma vez que tinham sido emitidos em violação da moratória de 2002 relativamente à emissão de novos títulos de silvicultura.¹⁸¹

Em termos de mineração, existem duas grandes vertentes de actividade chinesa. Em primeiro lugar, e mais conhecido, há o Acordo da Sicominer de permuta de géneros, descrito mais acima. Em segundo lugar, as concessões mineiras também são realizadas por um número de micro, pequenas e médias empresas chinesas. Estas são, muitas das vezes, efectuadas através de sociedades em participação (JV) com intervenientes congolezes, que podem ter adquirido direitos de mineração, mas que carecem do capital necessário para explorar as concessões. Estas últimas encontram-se localizadas, principalmente, na província de Katanga, mas também a nível das províncias de Kivu Norte e Kivu Sul. Jansson et al observa que a maioria destas empresas ainda se encontra em fase de

exploração, não tendo, por enquanto, iniciado quaisquer operações de extracção.¹⁸² É difícil saber-se precisamente quantas empresas chinesas é que se encontram na posse de concessões de mineração na RDC. Numa estimativa efectuada pela associação de sindicatos do comércio, La Nouvelle Dynamique Syndicale, 21 empresas chinesas eram citadas como estando envolvidas em sociedades em comparticipação (JV) juntamente com a empresa Gécamines de mineração,¹⁸³ propriedade do Estado Congolês. Não é claro como é que a crise económica mundial e a queda dos preços das matérias-primas, têm afectado as operações destes intervenientes.

Antes da crise económica mundial, encontrava-se activo um grande grupo de empresários privados chineses, na província de Katanga, no sudeste da RDC, trabalhando na fundição do cobre e cobalto, e nas actividades relacionadas com o comércio e serviços. Alguns (poucos) intervenientes económicos de nacionalidade chinesa também executam comptoirs (entidades que comercializam os minerais¹⁸⁴), por exemplo, em Goma, capital da província de Kivu Norte. Antes da crise económica mundial, cerca de 5 000 chineses eram residentes de Lubumbashi, capital da província de Katanga.

As estimativas do número de empresas de transformação administradas por cidadãos chineses, antes do intervalo da crise, variam entre 12-70 empresas.¹⁸⁵ No entanto, a queda dos preços das matérias-primas atingiu duramente o sector e muitos dos empresários chineses foram forçados a sair do negócio e abandonar o país até ao final de 2008. À altura da redacção deste projecto de relatório, algumas das instalações de processamento chinesas de Lubumbashi tinham retomado a operação em pequena escala, mas a maioria permanecia latente. Jansson et al observa que poucos ou nenhuns dos intervenientes chineses privados que operam no sector da mineração na RDC, têm qualquer tipo de apoio do Governo Chinês ou das políticas dos bancos - sendo eles meros empreendimentos privativos à busca de oportunidades de mercado.¹⁸⁶

O paradoxo congolês de desenvolvimento é bem conhecido: o país é um dos mais ricos do mundo em termos de dotações em recursos naturais, mas, ao mesmo tempo, também é um dos mais pobres e devastados pela guerra. As complexidades em torno da forma como a RDC devia gerir melhor os seus recursos a fim de garantir os benefícios de desenvolvimento a longo prazo, tornam-se um factor importante¹⁸⁷. Conforme foi mencionado mais acima, existem dois tipos principais de investimento chinês no sector: à grande escala, o investimento do Banco Exim da China sob a direcção do estado, conforme visto no caso do Acordo da Sicominer de permuta de géneros (descrito na secção 4.3.5) e à escala das pequenas actividades empreendedoras acima descritas, conforme pode ser observado na província de Katanga. O Acordo da Sicominer de permuta de géneros e a forma como o mesmo devia ser estruturado de modo a beneficiar a RDC, é discutido na secção 4.3.5.

As actividades empresariais à pequena escala em Katanga, são de natureza altamente desagregada. Conforme foi referido no ponto 4.2, não há muito contacto entre a Embaixada da China em Kinshasa e estes intervenientes chineses, e em termos de compromisso para garantir que estas operações possam contribuir para o desenvolvimento a longo prazo da região, é recomendado que as autoridades da província de Katanga se empenhem junto da Câmara do Comércio da China, activa na capital provincial de Katanga, Lubumbashi¹⁸⁸, de forma a garantir que todas as operações chinesas em Lubumbashi e arredores, possam empregar normas de trabalho apropriadas.

Dado que muitos dos empresários chineses de Katanga percebem que estão a ser submetidos a tratos irregulares às mãos de funcionários congolezes a exigirem subornos,¹⁸⁹ tal participação favorável podia ocorrer por meio de um intermediário de etnia chinesa, de acordo com os princípios de guanxi, o que significa que os intervenientes chineses preferem interagir com pessoas com quem se podem relacionar com confiança.¹⁹⁰ Conforme mencionado na secção 4.2, uma vez que existe uma presença significativa de empresários chineses em Katanga, é também recomendado ao Ministério chinês dos Negócios Estrangeiros a abertura dum consulado em Lubumbashi para auxiliar na coordenação entre os empresários chineses, as autoridades congolezas e a sociedade civil congoleza.

4.4 Avaliando o Plano de Acção de Pequim: A Cooperação no Desenvolvimento Social

4.4.1 Apoio ao desenvolvimento

Uma parte das promessas do Governo Chinês no Plano de Acção de Pequim constitui em "proporcionar apoio ao desenvolvimento dos países africanos para melhorar a sua capacidade e, até 2009, dobrar a quantidade de assistência oferecida aos países africanos, em comparação com 2006" (secção 5.1.2). Uma vez que não existiam dados disponíveis sobre o valor exacto de apoio ao desenvolvimento, por parte da China, à RDC, em 2006, não será possível quantificar aqui precisamente se este mesmo apoio ao desenvolvimento de facto duplicou durante o período abrangido pelo Plano de Acção de Pequim. No entanto, o apoio ao Desenvolvimento, por parte da China, à RDC, tem-se verificado ao longo do período previsto, em diversas áreas, nomeadamente em termos de infra-estrutura, mas também em áreas tais como a educação e saúde, entre outras. É favor consultar as secções específicas referentes à evolução de cada uma destas áreas, desde 2006.

A China, além disso, comprometeu-se em "[p]rovidenciar U.S.\$ 3 bilhões de empréstimos preferenciais e U.S.\$2 bilhões de crédito ao comprador preferencial, para a exportação, aos países africanos durante os próximos três anos" (secção 5.1.2). Conforme delineado em cada secção relevante deste capítulo, a RDC tem sido recipiente dum grande número de doações de financiamento, desde 2006, nomeadamente em infra-estrutura e telecomunicações. Destes acordos, o mais conhecido é o Acordo da Sicominex de permuta de géneros, facilitado pela estrutura do FOCAC.

4.4.2 O Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Conforme prometido no Plano de Acção de Pequim, durante 2006-2009, a China "continuará a prestar formação específica a profissionais e pessoal de gestão dos países africanos, em resposta às suas necessidades" (secção 5.2.2). Na RDC, a formação dos funcionários tem certamente ocorrido desde o FOCAC 2006. No entanto, apesar das consultas havidas com um número de inquiridos, nomeadamente, os Ministérios congolese da Saúde e dos Negócios Estrangeiros, bem como a Embaixada da China, a equipe não foi capaz de verificar qualquer informação detalhada sobre o número de indivíduos treinados ou qual terá sido o enfoque da formação.¹⁹¹

Em entrevistas com a equipe de investigação, os entrevistados do Ministério congolês de Saúde alegaram que o reforço das capacidades burocráticas no sector de saúde, nomeadamente, a melhoria da e-saúde (CiberSaúde) e o desenvolvimento dos recursos humanos para o pessoal administrativo, muitas das vezes é esquecido pelos parceiros de desenvolvimento da RDC, não apenas a China. Segundo os inquiridos, pelo menos 20% dos recursos destinados, por doadores, aos cuidados de saúde, deviam ir para a capacitação da administração local. Foi ainda sugerido que se trata de uma área onde seria possível à China, sem qualquer dúvida, ter um impacto muito importante e positivo a longo prazo em termos de reforçar o sector de saúde.¹⁹² Curiosamente, uma proposta praticamente idêntica foi feita pelos inquiridos do Ministério de Saúde do Uganda (conforme delineado no capítulo 7).

Dado que esta sugestão foi apresentada de uma forma independente por dois Ministérios de Saúde em dois países diferentes, devia existir espaço suficiente para se conseguir a sua aceitação por parte das entidades chinesas. Por isso, é recomendado à RDC que formule um pedido de modo a que o

direccionamento de assistência ao país pudesse ser efectuado no sentido dos recursos humanos, para a capacitação administrativa do sector de saúde.

4.4.3 Educação

Por meio do Plano de Acção de Pequim (secção 5.4), as duas partes comprometeram-se em "expandir a Cooperação Sino-africana na Educação, com base na boa cooperação existente". A China faria isso, mais especificamente, através da sua promessa de "ajuda aos países africanos na criação de 100 escolas rurais dentro dos próximos três anos" e "aumentar o número de bolsas do Governo Chinês a estudantes africanos".

Na RDC, um país na era do pós-conflito com pouca ou nenhuma capacidade educacional, esta é certamente uma necessidade de abordagem urgente. Em termos do comprometimento referente ao estabelecimento de escolas rurais, a RDC recebeu três. Duas estão localizadas em Kisangani, no leste da RDC, e uma em Kinshasa, na zona de Ngiri-Ngiri. Todas as três estão actualmente sob construção.¹⁹³ A equipe de investigação do CCS visitou o local da cité (município) em Ngiri-Ngiri onde o contratante Jiangsu China está actualmente a edificar a escola.

Para as duas escolas em Kisangani, o acordo é que a RDC deveria realizar uma parte do trabalho que envolve o nivelamento do solo e abastecimento de electricidade e água. No entanto, devido às restrições de capacidade, o lado congolês abordou a Embaixada da China com um apelo ao empreiteiro chinês para que o mesmo realizasse também esta parte do trabalho. Segundo um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros, houve anuência da parte chinesa, em Fevereiro de 2009.¹⁹⁴

São concedidas anualmente bolsas de estudo do Governo Chinês, a estudantes congolezes, que abrangem cinco anos de estudo a tempo inteiro na China. Entre 1985 e 2003, 5-8 alunos receberam uma bolsa de estudos por ano. De 2004 a 2006, foram onze os alunos que receberam bolsas de estudo por ano. Em 2007, o número aumentou para 23 e, em 2008, chegou a 32.¹⁹⁵ Durante o período de tempo abrangido pelo Plano de Acção de Pequim, o número de bolsas concedido desta forma quase que triplicou.

Tabela 4.2 Registo de bolsas de estudo do Governo Chinês a estudantes congolese 1985-2008

ANO	BOLSAS DE ESTUDO
1985-2003	5-8
2004-2006	11
2007	23
2008	32

Fonte: Associação de estudantes congolese, Beijing

Embora, as escolas construídas e bolsas oferecidas sejam de enorme ajuda para as pessoas contempladas, estes são pequenos símbolos no grande esquema das coisas, dada a enorme atenção dedicada pela China ao desenvolvimento de infra-estrutura no Congo. Isto não é necessariamente negativo, no entanto, uma vez que a vantagem comparativa da China, enquanto parceira da RDC, é possível que se situe precisamente na área de desenvolvimento de infra-estrutura. Este ponto é discutido mais adiante na secção sobre os impactos políticos, sociais e económicos do FOCAC.

4.4.4 Cuidados Médicos e a Saúde Pública

Em termos de cuidados de saúde, existe uma enorme necessidade em todas as áreas, na RDC. Os respondentes entrevistados pela equipe de investigadores argumentaram que um problema importante para o sector de saúde congolês, era o governo dar prioridade a outras áreas de saúde, nomeadamente, às despesas relacionadas com os militares.¹⁹⁶

O Plano de Acção de Pequim inclui uma série de compromissos na área da saúde. Notavelmente, a China comprometeu-se em "providenciar RMB 200 milhões de subvenções para o fornecimento de medicamentos anti-malária a países africanos, e à construção de 30 centros de demonstração para a prevenção e tratamento da malária, durante os próximos três anos" (secção 5.5.3). Desde 2006, a China fez uma doação de três lotes de medicamentos contra a malária, à RDC, em 2007, 2008 e 2009, respectivamente. Segundo o Embaixador Wu, quando o primeiro lote de medicamentos chegou em 2007, levou ao Ministério da Saúde seis meses para o levantar.¹⁹⁷ Uma das razões desta ocorrência, segundo argumentaram alguns inquiridos congolenses bem-informados, é que os

medicamentos chineses doados não satisfizeram os requisitos de qualidade congolese.¹⁹⁸ Foi alocado um orçamento para a construção dum centro de investigação da malária na RDC, contudo, este centro ainda não foi estabelecido. Foram proferidas muitas e diversas explicações, por parte dum grande número de entrevistados, à equipe de investigação, acerca do atraso na implementação do centro. Por exemplo, um entrevistado bem-informado observou também que o atraso tinha sido o resultado duma greve no hospital de Amizade Sino-Congolese em N'Djili, local previsto para o estabelecimento da clínica. Os entrevistados no hospital de Ngiri-Ngiri argumentaram que a greve só tinha afectado uma parte das suas operações e que nunca tinham ouvido falar de planos sobre o estabelecimento dum centro de pesquisa da malária nesse hospital.¹⁹⁹ Um representante do Ministério da Saúde declarou que uma comissão composta por representantes da AMF, o Ministério das Infra-estruturas e a Embaixada da China, tinha em mãos a tarefa de identificar um local apropriado para a clínica, e que o atraso na construção da clínica nada tinha a ver com a greve no hospital.²⁰⁰ Isto indica que se verificaram desafios nítidos na comunicação, neste sentido, e recomenda-se que a parte congolese devia garantir a melhoria substancial dessa colaboração, para que as iniciativas prorrogadas pelo lado chinês, sob a égide do FOCAC, fossem implementadas de imediato.

Na secção 5.5.1 do Plano de Acção de Pequim, os países africanos manifestaram o seu apreço pela "assistência prestada por equipas médicas chinesas, e comprometeram-se em fornecer-lhes boas condições de trabalho e vida". O lado chinês comprometeu-se em "[c]ontinuar a enviar novas equipas médicas adicionais para África nos próximos três anos, com base na sua própria capacidade na China e de acordo com as necessidades dos países africanos" (secção 5.5.3). Na RDC, desde 1973 que equipas médicas chinesas têm estado a operar.²⁰¹ Actualmente, uma equipa médica chinesa está a operar no hospital de Amizade Sino-Congolese localizado em N'Djili, Kinshasa. A equipa é composta de 18 membros, e está dividida em quatro sub-equipas que estão estacionadas no país por um período de dois anos cada. São originárias da província de Hebei, que também está a acarretar com todas as despesas da equipa. A RDC só paga os bilhetes de avião dos membros de equipa quando regressam a casa de férias. As condições de vida, aquando da visita da equipa de investigação em Fevereiro de 2009, eram simples mas adequadas, considerando o nível de vida local, embora a acomodação sofra dos mesmos cortes de electricidade e água que o resto de Kinshasa.²⁰²

Geralmente falando, a cooperação sino-congolese em termos de cuidados de saúde, não é tão desenvolvida quanto a cooperação na infra-estrutura, por exemplo. Conforme aparece descrito mais adiante na secção sobre as recomendações, isto não é necessariamente um aspecto negativo, dado que os outros parceiros de desenvolvimento da RDC, tais como o Reino Unido e os Estados Unidos,

estão a operar programas consideráveis de cuidados de saúde no país. Conforme indicado mais acima, a prevenção da malária tem sido o foco dos esforços chineses, empreendidos na área da saúde, até à data. A RDC podia tirar lições importantes da China, já que esta última tem a sua própria experiência importante, derivada da sua luta interna contra a malária. Por isso, é recomendado que os pedidos da RDC à China, em termos de cuidados de saúde, incidam sobre a prevenção da malária.

4.5 Os impactos políticos, sociais e económicos do FOCAC

É um desafio realizar-se uma avaliação ampla do impacto económico e social do FOCAC e Plano de Acção de Pequim, na RDC. Embora haja o apreço, certamente, dos projectos previstos por meio do Plano de Acção de Pequim, as necessidades de desenvolvimento da RDC são enormes e os desafios complexos. Uma grande parte dos inquiridos congolese entrevistados na RDC, alegou que, como as necessidades são tão grandes na RDC, a China podia ajudar com "tudo". Tal como acontece com todos os esforços de assistência ao desenvolvimento, não é necessariamente o caso que os projectos da China irão ter o impacto pretendido. Isso será difícil de quantificar, sem dúvida, visto que só se passaram um ou dois anos desde a sua implementação.

Dito isto, é claro que desde a Cimeira do FOCAC e as primeiras eleições pós-conflito da RDC, ambos os quais acontecimentos significativos que ocorreram em 2006, a China tem vindo a intensificar definitivamente o seu papel enquanto parceiro de desenvolvimento activo na RDC. A atenção popular dedicada ao tema, naturalmente, tem sido focada principalmente sobre o Acordo da Sicominex de permuta de géneros, no entanto, conforme já foi descrito neste capítulo, o envolvimento da China com a RDC é tanto mais amplo e profundo do que isso.

Dado o número importante de projectos chineses implementados na RDC desde 2006, será possível postular-se que a implementação do Plano de Acção de Pequim tem sido bem sucedida, embora com esforços inclinados, nitidamente, para a infra-estrutura das estradas e telecomunicações. No entanto, isto pode não constituir necessariamente um problema, dada a imensa necessidade de construção de infra-estrutura no país e a presença importante de outros doadores tradicionais na RDC, com grande perícia em questões "mais suaves", tais como em cuidados de saúde e capacitação. Antes pelo contrário, tal divisão de trabalhos até poderá vir a ser propícia no fomento do desenvolvimento a nível do país.

Certamente, o Governo Congolês, com as suas dificuldades financeiras, e os seus representantes chineses, devem apreciar a abordagem abrangente à reabilitação das infra-estruturas. Em entrevistas com os respondentes congolese, chineses e ocidentais na RDC, ficou assente que a China é certamente o único actor que pode proporcionar o financiamento maciço necessário para remodelar completamente a infra-estrutura do país, devastada pela guerra. A grande maioria dos inquiridos consultados, a nível do Governo Congolês, alegaram que a abordagem da China é inovadora e bem-vinda, uma vez que se baseia em princípios de compreensão mútua. No entanto, as principais partes interessadas argumentaram pragmáticamente que os diferentes parceiros de desenvolvimento do

país têm papéis complementares. Enquanto que a China assiste em aspectos de infra-estrutura e oferece uma alternativa de parceria Sul-Sul, os parceiros tradicionais do país, nomeadamente o FMI e o Banco Mundial, podiam providenciar aconselhamentos cruciais em termos de questões de estabilidade macroeconómica.

Politicamente falando, o debate em torno do Acordo da Sicominés de permuta de géneros mostra que a emergência da China como um parceiro alternativo de desenvolvimento da RDC, certamente veio agitar o pote, e tem dado impulso à Presidência Congoleza vis-à-vis os doadores tradicionais. Assim, seria muito interessante se pudéssemos acompanhar a forma como as discussões em torno do papel da China no Congo, se irão desenvolver daqui para a frente, especialmente agora que o valor e a estrutura de garantia do Acordo da Sicominés foram alterados de acordo com os pedidos do FMI.

Também é importante notar que, apesar da enorme atenção em torno do Acordo da Sicominés, foram poucos os projectos implementados até então, conforme descrito mais acima. A percepção de grande parte dos intervenientes congolenses entrevistados para este estudo, baseia-se, em grande parte, no Acordo da Sicominés, e tais percepções têm propensidade a mudar à medida que, e quando, se torna possível a avaliação da implementação do acordo.

Em termos de impacto social, vale a pena notar que foram levantadas preocupações em relação às actividades dos empresários chineses na província de Katanga. Foi relatado que as instalações de processamento e tratamento, tanto chinesas como indianas, tinham práticas de remuneração dos seus trabalhadores muito piores do que as das empresas correspondentes ocidentais, e que as empresas de mineração e processamento não registadas, entre as quais estão incluídas muitas empresas chinesas, compravam minério de cobalto e cobre extraído por trabalhadores infantis das minas da Katanga.²⁰³ São acusações graves e há necessidade de haver uma pesquisa mais estruturada para se conseguirem explorar estas questões a fundo.

Jansson et al observa tentativamente que o tamanho empresarial parece ser uma variável importante para determinar o comportamento operacional entre as companhias chinesas, no sector da mineração da RDC, dado que as grandes empresas têm maior capacidade para fornecer um ambiente de trabalho seguro e salários aceitáveis.²⁰⁴ Neste contexto, é importante que se tome em conta a natureza desagregada do envolvimento da China com a RDC, onde a Embaixada da China não está em controle, ou mesmo ciente, de tudo o que os cidadãos chineses estão a fazer a nível do país.

Por fim, em relação à queixa comum das partes interessadas africanas, em conforme as empresas chinesas que operam no continente, não estão a empregar um número suficiente de trabalhadores

locais, optando em vez disso para usar os seus próprios trabalhadores chineses, foi feita uma observação interessante por um tradutor congolês numa operação de construção chinesa na RDC. Ele argumentou que, ao contrário da percepção comum, as empresas chinesas descobrem que, uma vez que recebem o treinamento, os trabalhadores congolezes até demonstram grande talento. O entrevistado notou que era preferível utilizar-se a mão-de-obra local e não apenas por razões de custo, mas também porque facilitava as operações locais. No entanto, ele argumentou, as empresas chinesas deliberadamente não escolhem substituir com muita rapidez ou em números suficientes, os seus trabalhadores expatriados com trabalhadores locais, sem terem, primeiro, a certeza absoluta de que os trabalhadores locais, de facto, têm a formação de que necessitam. O contrário, na sua experiência, pode levar à redução substancial no ritmo, tanto na implementação dos projectos como na transferência de tecnologia.²⁰⁵

4.6 Recomendações aos parceiros sociais congolezes

4.6.1 A transferência de tecnologia deve ser o enfoque das relações sino-congolezas

A maioria dos inquiridos entrevistados para este estudo, expressou que a transferência das tecnologias devia ser o foco das relações sino-congolezas, sem a qual, foi argumentado com frequência, a colaboração com a China, terá pouco ou nenhum impacto positivo sobre a RDC. Isto deveria ser feito, designadamente, através da formação de profissionais congolezes nas áreas de engenharia e de saúde.

É essencial que seja formalmente incluída a componente de formação dos trabalhadores congolese, no acordo de permuta da Sicominex a ser implementado. Isto é, acima de tudo, plena responsabilidade do Gabinete de Coordenação e Acompanhamento do Programa Sino-Congolês (BCPSC). Além disso, um entrevistado sugeriu que a China, como parte de sua ajuda ao desenvolvimento, podia construir e dirigir instalações de fabricação na República Democrática do Congo, onde os trabalhadores congolese e gestores poderiam receber formação. Após a conclusão desta formação, a fábrica seria administrada exclusivamente pela equipe congolese. Outra sugestão apresentada pelos entrevistados, foi de que a formação dos profissionais de saúde também seria de grande benefício para o desenvolvimento do Congo.

4.6.2 A colaboração sino-congolese na infra-estrutura também beneficia a segurança de saúde e alimentar

O enfoque sobre a infra-estrutura, nas relações sino-congolese, também tem um impacto positivo sobre a segurança de saúde e alimentar. Em vez de se divertirem os esforços de desenvolvimento chinês para um número excessivo de áreas diferentes, recomenda-se, portanto, que a colaboração com a China venha a cobrir, principalmente, a infra-estrutura.

Vários dos respondentes manifestaram que o desenvolvimento rural é uma prioridade que, segundo os mesmos, está a ser colocada à margem da relação sino-congolese.²⁰⁶ Em termos dos meios disponíveis para fazer avançar o desenvolvimento rural, a infra-estrutura e agricultura foram identificadas pelos inquiridos como estando entre as áreas mais importantes. Dado que a infra-estrutura foi identificada, neste capítulo, como sendo a área onde o Plano de Acção de Pequim tem sido mais bem implementado, enquanto que a agricultura é uma área que, até hoje, tem recebido relativamente pouca atenção, recomenda-se que maior ênfase seja colocado sobre a infra-estrutura. Assim, em vez de se desviarem esforços do desenvolvimento chinês para múltiplas áreas, recomenda-se que as partes congolese devem apurar os seus pedidos à China, de modo a que seja coberta, principalmente, a infra-estrutura. Uma infra-estrutura rural melhorada também irá facilitar o acesso da população rural aos cuidados de saúde.

4.6.3 Incluir a participação da sociedade civil para uma transparência melhorada

O Governo Congolês deve garantir que o processo consultivo em torno do desenvolvimento das relações sino-congolesas, é alargado para incluir os representantes da sociedade civil.

Em relação ao Acordo da Sicominés de permuta de géneros, uma grande dose de crítica tem sido levantada pela sociedade civil e outros intervenientes relevantes, referente à transparência das negociações. Representantes da sociedade civil congoleza argumentaram em entrevistas com a equipe de investigação, que não estão ao todo incluídos no processo de participação sino-congolês, já que este se centra fortemente na Presidência Congoleza. Isto é visto como sendo um problema em termos da forma como os acordos serão cumpridos e como as prioridades de desenvolvimento serão determinadas. Representantes do Governo Chinês na RDC, contudo, não colaboram com a sociedade civil, por razões de protocolo, uma vez que entendem que é o Governo Congolês, designadamente a Presidência, que deve representar o seu interlocutor legítimo. Assim, cabe ao Governo Congolês e seus representantes ampliarem o processo de consultoria em torno do desenvolvimento das relações sino-congolesas de forma a incluir os representantes da sociedade civil, uma vez que estes últimos podem desempenhar um papel importante e positivo no apoio ao planeamento e implementação dos projectos. Um número de inquiridos, todavia, argumentou que as negociações opacas constituíam um problema para a sociedade civil do Congo, não só em relação à China, mas também em termos de doadores tradicionais, tais como o IMF e o Banco Mundial.²⁰⁷

4.6.4 Garantir as capacidades culturais e técnicas e nos processos de negociação com a China

É imperativo garantir que as delegações congolezas que negociarem os acordos com os parceiros sociais chineses tenham as competências culturais, técnicas e legais necessárias para o fazer.

Dadas as críticas dirigidas pelos intervenientes congolezes e internacionais ao Acordo da Sicominés e o processo através de qual o negócio foi concebido, é importante que sejam tidos em conta três factores importantes. Primeiro, é imperativo assegurar-se que as delegações congolezas que negociarem os acordos com as partes interessadas chinesas, tenham a capacidade necessária para o fazer. É altamente recomendado que os estudantes que receberam bolsas de estudo chinesas e regressaram para a RDC a seguir à sua graduação das universidades chinesas, sejam aproveitados para participar neste processo, uma vez que possuem as competências linguísticas, os conhecimentos culturais e a educação superior para o fazer. Segundo, é importante garantir que as delegações a negociarem com a China representem, de facto, o interesse público. Terceiro, é imperativo assegurar, aquando do processo das negociações, que os contratos cumpridos venham a

indicar precisamente como é que será assegurada a apropriação congoleza das infra-estruturas, inclusivé a sua capacidade de manter os investimentos.

4.6.5 Designar uma pessoa focal para gerir a cooperação sino-congoleza na área da saúde

Durante a pesquisa de campo, foram identificados os desafios na comunicação que se colocam em termos da colaboração na área de saúde, entre a China e a RDC. Por isso, recomenda-se que, a fim de se desenvolver o impacto sobre o desenvolvimento que tem tido a assistência chinesa nos cuidados de saúde, devia ser designada uma pessoa focal no interior do Ministério de Saúde congolês, para coordenar estes assuntos.

Tal como foi demonstrado na secção sobre os cuidados de saúde, têm surgido desafios de comunicação claros a respeito da identificação dum local onde construir um centro de pesquisa da malária. Embora a equipe de investigação não conseguisse identificar precisamente onde é que reside o desafio, é recomendável que as partes congolezas assumam a responsabilidade pelo processo, de forma a garantir que as oportunidades oferecidas pela China sejam, de facto, apreendidas. Isso será possível, por exemplo, através de se designar uma pessoa focal no interior do Ministério congolês da Saúde, para coordenar as questões de saúde nas relações sino-congolezas, e a ligação com outras partes interessadas relevantes congolezas, bem como com a Embaixada da China. Esta pessoa focal também seria a responsável por assegurar o cumprimento, por parte dos medicamentos chineses doados à RDC, com os padrões de qualidade congolezes.

4.6.6 Focar o desenvolvimento de RH no sentido das capacidades administrativas do sector da saúde

A assistência nos recursos humanos, por parte da China, à RDC, deve focalizar a melhoria da capacidade administrativa e e-saúde no sector da saúde, providenciando a formação ao pessoal administrativo.

Foi argumentado pelos entrevistados do Ministério de Saúde do Congo que o reforço das capacidades administrativas do sector de saúde, nomeadamente, a melhoria da e-saúde (CiberSaúde) e o desenvolvimento de recursos humanos para o pessoal administrativo, devia

constituir a prioridade nas relações sino-congolesas em termos de cuidados de saúde. Uma sugestão praticamente idêntica foi feita por entrevistados do Ministério de Saúde do Uganda. Dado que esta sugestão foi apresentada de uma forma independente por dois Ministérios de Saúde em dois países diferentes, deveria haver um espaço importante para se conseguir a aceitação da mesma pela parte chinesa. Por isso, é recomendado que os pedidos de assistência ao país, por parte da RDC, em termos de recursos humanos, sejam direccionados à capacitação administrativa do sector de saúde.

4.6.7 Katanga deve empreender os direitos laborais através de intermediação chinesa

As autoridades provinciais de Katanga devem empenhar-se junto da Câmara de Comércio da capital de província de Katanga, Lubumbashi, através dum intermediário chinês que fale o francês ou um intermediário congolês que fale o mandarim, de forma a assegurar que todas as operações chinesas no sector da mineração, em Lubumbashi, empreguem as normas de trabalho adequadas.

Dada a presença significativa de empresários chineses no sector da mineração em Lubumbashi e arredores, é recomendado que as autoridades da província de Katanga entrem em contacto com a Câmara do Comércio da China, activa na capital da província de Katanga, Lubumbashi, de modo a garantir que todas as operações da China em Lubumbashi e arredores possam empregar adequadamente as normas laborais. Dado que muitos dos empresários chineses em Katanga percebem que estão a ser submetidos a tratos irregulares por parte de funcionários congolezes, os quais lhes exigem subornos, a participação favorável poderá ocorrer por meio de um intermediário de etnia chinesa, de acordo com os princípios de guanxi, o que significa que os intervenientes chineses preferem interagir com pessoas com quem se podem relacionar com confiança. Foi igualmente sugerido por um número de inquiridos, que um intermediário congolês que falasse o mandarim fluentemente também poderia contribuir grandemente, neste sentido, para o diálogo em curso.^{20 8}

4.6.8 Focar a cooperação sino-congolesa nos cuidados de saúde a respeito da prevenção da malária

É recomendado que os pedidos da RDC à China, em termos de cuidados de saúde, tenham como o seu principal enfoque a prevenção da malária, dado que a China tem experiência importante nesta área e devido ao facto de que a malária constitui um flagelo enorme para a saúde na RDC.

Em termos de assistência chinesa no sector de saúde, a prevenção da malária tem sido o foco dos esforços até à data. A RDC pode tirar lições importantes da China, neste âmbito, já que esta última tem experiência importante derivada da sua própria luta interna contra a malária. Por isso, é recomendado que os pedidos da RDC dirigidos à China em termos de cuidados de saúde, possam incidir sobre a prevenção da malária: a formação do pessoal de atendimento de saúde congolês, o fornecimento de medicamentos e a construção do prometido centro de investigação de malária.

4.6.9 A utilização do regime de fomento da produção para o investimento chinês, na produção de óleo de palma

O Ministério congolês de Agricultura, Pescas e Pecuária deve exigir que companhias chinesas interessadas em investir em plantações de óleo de palma no país, o devam fazer através do estabelecimento dos chamados esquemas de fomento de produção.

As plantações de palma de óleo em grande escala, tal como previstas no investimento do ZTE da China, pelas razões descritas no ponto 4.3.1, não são a melhor opção em termos de promoção de desenvolvimento a longo prazo, para a RDC. No entanto, as plantações de palma de óleo, se forem bem estabelecidas e executadas numa forma sustentável, podem contribuir grandemente para a subsistência das populações rurais. O Ministério congolês da Agricultura, Pescas e Pecuária, deve exigir que as empresas chinesas interessadas em investir nas plantações de óleo de palma no país, o façam por intermédio da criação dos ditos esquemas de fomento da produção. Desde que os agricultores locais recebam o apoio necessário e insumos de qualidade elevada, a sua produção é susceptível de ser boa e a rentabilidade de tal risco até pode revelar-se adequada. A utilização do modelo de fomento seria benéfica para a segurança alimentar, já que o agricultor tem a opção de ajustar as partes entre o óleo de palma e as culturas alimentares, plantadas nas suas terras para fins do seu próprio sustento e o sustento da sua família. Com tal modelo, uma parte importante do lucro

também permanece com o produtor local, o que já não acontece no caso de plantações à escala maciça.

4.7 Recomendações aos parceiros sociais chineses

4.7.1 Abrir um Consulado da China em Lubumbashi

É recomendado que o Ministério dos Negócios Estrangeiros da China abra um consulado em Lubumbashi para ajudar a coordenar entre os empresários chineses, as autoridades do Congo e a sociedade civil congoleza.

Existe uma presença significativa de empresários chineses no sector de mineração, na província de Katanga. Estes interessados têm expressado que gostariam de ter contacto com a Embaixada da China em maior medida do que acontece, actualmente, de modo a conseguirem receber o auxílio de que necessitam no desafiador ambiente de negócios congolês. Além disso, também os grupos da sociedade civil congoleza já expressaram a sua dificuldade em envolverem-se com as empresas chinesas. Por isso, é recomendado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da China que abra um consulado em Lubumbashi para auxiliar na coordenação entre os empresários chineses, as autoridades congolêsas e a sociedade civil do Congo.

4.7.2 A participação activa nos esforços de coordenação de apoio ao desenvolvimento

A Embaixada da China deve participar nas actividades de coordenação dos doadores em Kinshasa, de modo a ajustar a divisão de tarefas, com a China a concentrar os seus esforços principalmente sobre os aspectos de infra-estrutura, enquanto que os demais parceiros de desenvolvimento se debruçam sobre as “questões mais suaves”, tais como a saúde e a educação.

Apesar do facto de que a China não se considera um doador, e que assinou a Declaração de Paris apenas como recipiente, torna-se claro que, na RDC, esta última desempenha um papel de parceiro de desenvolvimento muito poderoso, com meios importantes de ajuda à RDC na sua trajectória de desenvolvimento. A Embaixada da China já participa em algumas das actividades de coordenação

dos doadores em Kinshasa, no entanto, seria de grande utilidade se a divisão de tarefas identificada na recomendação 4.6.1, com a China a concentrar os seus esforços na colaboração e parceria em termos de infra-estrutura, poderia ser explicada e afinada no diálogo com outros doadores, a fim de se conseguir maximizar o seu impacto sobre o desenvolvimento. Em geral, o FOCAC devia recentrar os esforços de apoio da China, de forma a aumentar as sinergias com os outros doadores, uma vez que isto seria muito benéfico tanto para África como para a China, a mais longo prazo.

4.7.3 Educar estudantes congolezes na China apenas em disciplinas não oferecidas na RDC

Foi sugerido, em entrevistas com as partes congolezas, que os estudantes do Congo deviam ser concedidos bolsas de estudo, por parte do Governo Chinês, para o ensino superior, apenas para prosseguirem os seus estudos em disciplinas que não se encontram em oferta nas universidades congolezas.

Os entrevistados citaram duas razões principais pelas quais os estudantes congolezes deviam ser concedidos bolsas de estudo, por parte do Governo Chinês, para prosseguirem apenas os seus estudos na China em disciplinas não oferecidas nas universidades congolezas. Em primeiro lugar, foi argumentado que o melhor uso das bolsas seria para ensinar aos estudantes congolezes as ciências e tecnologias avançadas, o ensino das quais não é oferecido na RDC. Em segundo lugar, segundo os respondentes, disciplinas tais como a ciência política e a saúde deviam ser ensinadas na RDC, de modo a preparar plenamente o/a aluno/a, após a formatura, para entender e trabalhar no ambiente do Congo.

5. Moçambique

5.1 Introduzindo as Relações Sino-Moçambicanas

De 1930 até 1975, a comunidade chinesa em Moçambique era composta de uma pequena comunidade de ricos imigrantes chineses, que se fixaram em Moçambique, sendo estes, na sua grande maioria, agricultores e empresários.

Esta pequena comunidade permaneceu isolada entre os locais da terra. Operava os seus próprios negócios e os seus filhos frequentavam uma escola chinesa em Maputo. Após a luta pela libertação, a maioria dos membros da comunidade emigrou para a África do Sul e para Portugal, deixando para trás toda a sua propriedade e bens.²⁰⁹

As relações de Moçambique com a República Popular da China só se começaram a intensificar no início dos anos '60, durante o período da luta pela libertação. A China ofereceu o seu apoio ao então Movimento de Libertação, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO),²¹⁰ na forma de solidariedade política e cooperação militar. Antes da independência, Samora Machel, o ex-Presidente do partido da FRELIMO, fez uma aplicação para o estabelecimento de relações diplomáticas oficiais com a China. Poucos dias após a independência, a 28 de Junho de 1975, o então Presidente Samora Machel recebeu cartas credenciais do primeiro Embaixador da China em Moçambique, com quem formalizou as relações diplomáticas entre os dois países.²¹¹

Durante os anos '80 e '90, a cooperação sino-moçambicana expressava-se através da disponibilização de uma linha de crédito para a compra de equipamentos, matérias-primas e bens de consumo. Após o lançamento do FOCAC, em 2000, a China aumentou a sua presença em Moçambique através de empréstimos, investimentos estrangeiros directos, cooperação técnica, projectos de contratação e a concessão de subsídios directos para as obras públicas. Em 2001, a China e Moçambique assinaram um Acordo de Comércio geral, bem como um Acordo sobre a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos. Também foi estabelecida uma Comissão Mista para as actividades técnicas, económicas e comerciais neste mesmo ano.

Em termos globais, segundo o Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique (CPI), a partir

de 1990 (o ano em que a China começou a investir em Moçambique), até 2007, o investimento chinês em Moçambique atingiu os U.S.\$ 148 milhões. Durante este período de 17 anos, entraram investimentos no valor de U.S.\$ 69 milhões, a seguir a 2003. Além disso, mais de 40 empresas chinesas registaram-se com o CPI, durante este período, e forneceram um número estimado de 11 214 postos de trabalho.²¹² Tal como referido mais adiante, os investidores chineses em Moçambique operam em vários sectores, incluindo no processamento agrícola, na fabricação e na construção.

Os analistas afirmam que o Governo Chinês está a investir numa rede de amigos que lhe dará o apoio político de que necessita nas arenas internacionais. Contudo, a cooperação política é, de facto, uma questão importante para os Governos Chinês e Moçambicano, e os seus respectivos partidos no poder, e isso constitui uma base suficientemente sólida para a confiança mútua. Estes sentimentos ressoaram numa declaração feita pelo ex-presidente de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, também o ex-Presidente do partido no poder em Moçambique, o Partido da Frente de Libertação:

"A amizade, unidade e cooperação entre o Partido da Frente de Libertação de Moçambique e o Partido Comunista Chinês, outras forças políticas, instituições e indivíduos, irão garantir o sucesso na nossa luta pela paz, e pela realização dos direitos humanos no desenvolvimento político, económico, social e cultural".²¹³

Muito excepcionalmente, em 2004, Chissano tornou-se no presidente honorário da Associação de Moçambique para a Promoção da Reunificação Pacífica da China. A posição é actualmente detida pelo actual Presidente do país, Armando Guebuza, enquanto que a Primeira Ministra, Luísa Dias Diogo, e o Presidente do Parlamento, Eduardo Joaquim Mulémbwè, tornaram-se conselheiros honorários desta organização no exterior da China, em 2006.²¹⁴ Este apoio simbólico foi ajuda bastante oportuna para o Governo Chinês, especialmente entre 2000 e 2008 - período durante o qual Taiwan tinha um líder com fortes ambições para a independência da nação.

Assim, o FOCAC está a facilitar a cooperação e reforçar as alianças com base nos interesses nacionais. Um símbolo da sua amizade crescente é percebido através da contribuição da China para os gabinetes de estado de Moçambique, ligados em torno de Maputo, ou seja, o gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, o Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano e o edifício do Parlamento Nacional. Como uma nota derradeira, Maputo tem parcerias com a cidade irmã chinesa de Xangai.

O ex-Embaixador de Moçambique na China, José Morais, afirma que ambos os países têm um histórico de confiança mútua, o que se torna evidente através das contribuições inestimáveis

aparentes no seu diálogo a alto nível e envolvimento diplomático. Quase dez anos atrás, foi concebida a noção dum fórum Sino-africano durante um almoço amigável entre alguns diplomatas Africanos e funcionários do Governo Chinês. Curiosamente, o então Embaixador de Moçambique na China - José Morais – encontrava-se entre os diplomatas africanos que tiveram um papel activo na elaboração do seu mandato. Este encontro desencadeou o lançamento posterior do FOCAC, em 2000, que se tornou num veículo importante para o reforço das relações de Moçambique com a China.²¹⁵

5.2 Avaliando o Plano de Acção de Pequim: A Cooperação Política

Fornecendo representação local no envolvimento da China com Moçambique, o Embaixador Chinês, Tian Guangfeng, e Conselheiro Económico e Comercial, Liu Xiaohui, gerem o dia à dia dos seus escritórios em Maputo. O Embaixador Tian, graduado com especialização linguística no português, há quase 30 anos que trabalha em países de expressão portuguesa. Em Portugal, foi o negociador especial sobre questões de Macau durante alguns anos. Em seguida, chegou a Moçambique quase logo após a conclusão do seu mandato como Embaixador na Guiné-Bissau. Desde a sua implantação em Moçambique em 2007, que a sua visão estratégica e estilo de liderança, têm sido de valor inestimável para cimentar as relações sino-moçambicanas. Na China, a Embaixada de Moçambique é liderada pelo Embaixador António Inácio Júnior. O Embaixador já antes tinha sido o director para a Ásia e Médio Oriente, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação do seu país.

A Delegação de Moçambique para a Cimeira da Reunião Ministerial do FOCAC 2006, foi liderada por Armando Emílio Guebuza - Presidente da República de Moçambique. Desde a Cimeira de Pequim, os dois países têm continuado a aumentar a sua amizade e cooperação mútuas, o que é demonstrado, em princípio, pela frequência das visitas de alto nível e a sua cooperação nas relações bilaterais. Esta tendência foi destacada pela visita subsequente do Presidente da China, Hu Jintao, a Moçambique, em Fevereiro de 2007, como parte do seu turnê de oito nações de África.²¹⁶

Entre os demais funcionários chineses a visitarem Moçambique desde a Cimeira de Pequim em 2006, estão incluídos:

- Li Zhaoxing, Ministro das Relações Exteriores, (Fev. 2007)
- Fu Ziyang - Vice-Ministro do Comércio (Setembro 2007)
- Chen Xiaohong - Vice-Ministro da Saúde (Março de 2007)
- Wang Gang - Ministro das Ciências e Tecnologia (Janeiro 2008)

- Wang Shichun-Diretor do Departamento de Ajuda Externa, MOFCOM (Abril 2008)]
- Xiong Shengwen-Vice-Governador da Província de Jiangxi (Outubro 2008)
- Jiang Zengwei - Vice-Ministro do Comércio (Março 2009)

A China também tem recebido inúmeras visitas de funcionários moçambicanos de alto nível, incluindo os seguintes:

- Armando Emílio Guebuza - Presidente da República de Moçambique (Novembro de 2006, Agosto de 2008 para a Cerimônia de Abertura dos Jogos Olímpicos)
- Alcinda Abreu - Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (Agosto 2006)
- Aiuba Cuereneia - Ministra do Planeamento e Desenvolvimento (Abril 2007)
- Fernando Sumbana - Ministro do Turismo (Novembro 2007)
- Felício Zacarias - Ministro da Habitação Pública (Outubro 2007) \
- David Simango - Ministro da Juventude e Desportos (Outubro de 2007, Agosto de 2008 para a Cerimônia de Abertura dos Jogos Olímpicos)
- António Fernando - Ministro da Indústria e Comércio (Abril 2008)
- Eduardo Joaquim Mulémbwè - Presidente da Assembleia (Julho 2008)
- Esperança Machavele - Ministra da Justiça (2008)
- Eduardo Koloma - Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (Setembro 2008)
- Filipe Nyussi - Ministro da Defesa (Maio 2009)²¹⁷

Estas visitas de alto nível, de apoio mútuo, têm feito com que se mantivessem abertos os canais de comunicação entre as autoridades, pois têm facilitado o diálogo, e é possível que também venham a acelerar o processo de tomada de decisões e de negociação, principalmente no que se refere à implementação dos projectos relevantes. Fornecem uma plataforma para a construção e / ou mecanismos de sustentação colectiva que reforçam a cooperação bilateral. Em Setembro de 2007, por exemplo, a China e Moçambique realizaram a terceira reunião da sua Comissão Conjunta para as Actividades Técnicas, Económicas e Comerciais, onde o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Eduardo Koloma, e o Vice-Ministro do Comércio da China assinaram um acordo de reforço da cooperação bilateral para o período 2008/2009.²¹⁸ Durante a visita de Koloma à China no ano seguinte, a Delegação Moçambicana foi recebida, na altura, pelo Assistente do Ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, Zhai Jun, e pelo Vice-Ministro, Zhang Yesui.²¹⁹

5.3 Avaliando o Plano de Acção de Pequim: A Cooperação

Económica

5.3.1 Agricultura

Aquando da sua visita de 2007 a Moçambique, Hu Jintao anunciou, a 9 de Fevereiro, que Moçambique seria o primeiro país Africano a receber um dos 14 centros especiais de demonstração de tecnologia agrícola em África.²²⁰ O Governo Chinês comprometeu, posteriormente, RMB 55 milhões para a sua criação.²²¹ O centro terá a sua sede em Boane, apenas cerca de 20 km a sudoeste de Maputo. À altura de aceitação do contrato de execução, em 2008, o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) tinha disponibilizado 52 hectares de terra para o projecto.

Durante todo o tempo em que a equipe de investigação visitou o local em Fevereiro de 2009, a terra estava a ser limpa de ervas daninhas e detritos, em antecipação da maquinaria pesada e equipamentos que se encontravam a caminho, enviados da China. Após um processo de concurso a nível do MOFCOM, em Outubro de 2007, a Fazenda Lianfeng da Província de Hubei foi escolhida para a implementação do centro em Moçambique. Um total de 10 técnicos chineses irá efectuar a supervisão da construção do centro de demonstração. O líder do projecto, o Snr. Shao Jiayun, já antes trabalhou na Nigéria, no Instituto Internacional de Agricultura Tropical (IITA), como perito ao abrigo dum projecto Sul-Sul da Organização de Alimentação e Agricultura (FAO), durante três anos.²²² O Snr. Shao é um de dois técnicos agrícolas que já chegaram a Maputo para supervisionar esta fase preliminar e a preparação do projecto. Mais sete técnicos especializados, com diferentes perícias, irão juntar-se à equipe mais tarde para coordenarem os programas de formação.

Embora a proposta de projecto para o centro tivesse vindo da China, os interessados moçambicanos aparentemente já tinham apresentado solicitações específicas. De acordo com o projecto inicial, o centro teria um custo estimado de RMB 4 milhões (aproximadamente U.S.\$ 580.000), mas o orçamento foi reduzido significativamente depois de algumas funções terem sido removidas. O contrato foi assinado por ambas as partes a 18 de Fevereiro de 2009, detalhando o projecto final e estabelecendo o cronograma para a implementação.²²³ Devido a mudanças estruturais ao nível do Ministério da Agricultura, o projecto está actualmente a ser administrado pelo Ministério moçambicano das Ciências e Tecnologia - com o envolvimento pessoal do Ministro Venâncio Massingue.²²⁴

Os técnicos agrícolas chineses prevêem que o centro de demonstração agrícola será um centro de

formação viável para os agricultores locais dentro dos próximos três a cinco anos, para que se possa ver uma transformação no sector daqui a dez anos.²²⁵ A sua mais valiosa contribuição seria a nível das bases comunitárias, a partir das quais as novas práticas agrícolas poderiam aumentar significativamente a produtividade agrícola do país.

No local, o Centro tem acesso a água e electricidade a partir das redes municipais. Para a irrigação, será construída uma estação de bombeamento ao longo do Rio dos Pequenos Lebombos, que fica apenas a dois quilómetros de distância. Apesar dos progressos realizados até então, ainda restavam três a cinco meses para o plantio das primeiras culturas. Quando o terreno estiver limpo, devem-se construir, em primeiro lugar, escritórios e alojamentos no local, antes da chegada dos restantes técnicos da China. Os técnicos também trarão consigo várias sementes provenientes da China para os ensaios no clima moçambicano, por exemplo, o milho, o arroz, vegetais e frutas.

De futuro, argumenta Shao, também a pecuária, a agricultura e a horticultura se poderão revelar apropriados para esta área. Este centro de demonstração agrícola é uma experiência de aprendizado para ambas as partes, tanto a chinesa como a moçambicana. Segundo o Director Geral do IIAM, Calisto Bias, o Instituto possui uma experiência mínima de iniciativas de cooperação agrícola, daí que ele irá estudar o novo centro de demonstração agrícola em Boane com muito cuidado. ²²⁶

Outros intervenientes de cooperação sino-moçambicana na agricultura, incluem organizações provinciais e particulares. As províncias irmãs de Hubei (na China) e Gaza (em Moçambique) têm um projecto de exploração comercial do gasoduto comum. Uma equipe de técnicos agrícolas, actualmente, trabalha mais de 300 hectares de terra, demonstrando as suas habilidades e técnicas aos agricultores da comunidade local. A maioria dos agricultores locais nas imediações, cultiva uma plantação em comum que, em princípio, deve ter mais do que 100,000 hectares. O grupo chinês tinha semeado, em princípio, em Outubro de 2007, tendo produzido uma boa colheita no ano seguinte. No entanto, a produtividade do algodoeiro não foi tão boa como a do arroz. Suspeita-se que são as aves selvagens o factor principal a minar a produção de algodão. Em 2009, a fazenda celebrou um contrato com o governo provincial de Gaza para o fornecimento de sementes de arroz a um consórcio de machambeiros da comunidade local. Todas as sementes seriam recolhidas a partir da colheita de uma das machambas experimentais; esta plantação específica abrange pouco mais do que 1 000 hectares.²²⁷

Apesar do aumento da APD e IDE, Moçambique continua a braços com uma forte crise alimentar, que tem abatido sobre mais do que meio milhões de pessoas nas regiões centro e sul, sem comida e

ainda mais desnutridos. As condições de pobreza, muitas das vezes, são atribuídas às más condições climatéricas, nomeadamente os ciclones tropicais, a inundação iminente ao longo do Rio Zambeze. Mesmo assim, o sector agrícola de Moçambique está extremamente sub-aproveitado.

Segundo o Dr. Fernando Songane, Coordenador da Proagri no Ministério da Agricultura, a maioria dos agricultores do país tem, geralmente, apenas operações em pequena escala, de um a dois hectares por cada agricultor. Estes agricultores representam quase 99 por cento da produção agrícola de Moçambique, mas os seus rendimentos são muito baixos. Por conseguinte, um centro de demonstração agrícola que trará conhecimentos nas áreas do desenvolvimento de sementes, e na multiplicação e métodos de agricultura, tem um potencial enorme para aumentar o rendimento.

Outras empresas chinesas estão já a tomar interesse no sector agrícola de Moçambique. Em Novembro de 2008, o Governo Chinês adiantou um empréstimo de U.S.\$ 18 milhões para financiar uma série de projectos agrícolas no Vale do Zambeze.²²⁸ Embora a região já tivesse sido reservada como um futuro centro do país para a produção de arroz, o Ministério da Agricultura, além disso, está a estudar as perspectivas para outros tipos de cultura de rendimento.²²⁹

O aumento da produção agrícola de Moçambique é crítico tanto para a segurança alimentar do país, como para a região envolvente. Daí a razão porque muitos dos agricultores que já antes tinham negócios bem sucedidos no vizinho Zimbabué, emigraram para Moçambique, Zâmbia e Botsuana. O novo financiamento do Governo Chinês poderá ser usado para importar as muito necessárias ferramentas e equipamentos agrícolas. No entanto, quase um ano se passou desde que o contrato de empréstimo foi assinado, e ainda há muito pouca informação disponível acerca do progresso realizado até agora.

5.3.2 Companhia de Investimentos e Negócio

Em 2008, a China tornou-se no segundo maior investidor em Moçambique entre todos os países estrangeiros, bem acima do sexto lugar que tinha alcançado no ano anterior. A África do Sul continua a ser o maior investidor estrangeiro em Moçambique - U.S.\$ 136 milhões em 2008, comparado com o investimento da China de U.S.\$ 76,8 milhões,²³⁰ no mesmo ano. Ao assumir esta posição importante, a China tornou-se no segundo principal parceiro de desenvolvimento de Moçambique, com potencial para impactar significativamente o caminho de Moçambique em direcção à industrialização. O foco do IDE chinês em Moçambique é, principalmente, o minério, a agricultura e os sectores de varejo. Estes

estão apenas um pouco alinhados com os sectores prioritários identificados por Moçambique para o desenvolvimento:

- Alimentos e agro-indústrias;
- As indústrias têxtil e de vestuário (actualmente não sofrem quaisquer restrições de quota);
- sabonetes e óleos;
- Indústria química;
- Metalurgia (a jusante da Mozal²³¹, e outros produtos);
- Indústria de Trabalhos de Metal (construção, equipamentos pesados, móveis, estruturas, ferramentas e peças);
- e Indústria de embalagens (caixas de madeira, garrafas de vidro, cartão canelado, embalagens flexíveis).²³²

O aumento súbito do IDE chinês para Moçambique pode ser acreditado ao Centro de Promoção de Investimento, Desenvolvimento e Comércio da China (CPIDCC). O CPIDCC foi criado em 1999 pelo Ministério chinês dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Económica, em colaboração com a província de Anhui. É um dos onze centros de promoção de investimentos que o Governo Chinês decidiu criar em África. Em Outubro de 2000, o Ministério chinês dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Económica atribuiu ao Grupo de Construção Económica Estrangeira de Anhui Co. Ltd (AFECC) o estabelecimento do centro em Moçambique.

O CPIDCC investiu U.S.\$12 milhões na iniciativa, que agora se tornou na parteira da maioria do IDE chinês em Moçambique. Com sede num edifício de 16 andares que foi construído pela AFECC, o CPIDCC está convenientemente localizado na rua à frente do CPI nacional, o centro de promoção oficial de investimentos do país, no âmbito do mandato do Ministério da Planificação e do Desenvolvimento de Moçambique. O mesmo edifício também abriga um hotel, um restaurante e um supermercado, os seus múltiplos serviços fizeram da Praça Oriental a escolha de preferência dos chineses e de outro pessoal de negócios asiático.²³³ O CPI e CPIDCC trabalham em estreita colaboração de modo a facilitar o comércio e investimento entre os dois países. Os seus serviços incluem as pesquisas de mercado, o processamento de pedidos de visto e ligações com os departamentos provinciais para a localização de locais de operações fixas.²³⁴

Sob os auspícios do Fórum de Macau (Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa), criado em 2003, foi realizada uma feira do comércio e investimentos no Centro de Conferências Joaquim Chissano, em Maputo, a 19 de Abril de 2007. A Primeira-Ministra de Moçambique, Luísa Dias Diogo, que proferiu as elocuições de abertura e

encerramento durante as cerimônias, anunciou que o evento demonstrava a cooperação para o sucesso mútuo.²³⁵

Inspirando-se no evento, o Ministro da Indústria e Comércio de Moçambique, António Fernando, liderou uma delegação à China, em Abril de 2008, onde se reuniu com o Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional (CCPIT), de modo a incentivar iniciativas semelhantes com a China continental. Entre os delegados encontrava-se João José Macaringue, Presidente do Instituto para a Promoção das Exportações (IPEX), bem como representantes da CPI.

O Ministro Fernando expressou ao CCPIT as aspirações de Moçambique para o estabelecimento duma zona de comércio livre que pudesse atrair o IDE chinês. Anunciou que Moçambique previa a importação de mais tecnologia chinesa para melhorar a produção agrícola do país e desenvolver produtos de mais valia; Fernando também convidou as empresas e técnicos chineses a exibirem as suas máquinas agrícolas em Moçambique, encorajando-os a ensinar aos moçambicanos como as operar.²³⁶

Os intervenientes da indústria uniram esforços e congratularam-se com uma delegação de empresários oriunda da província de Hubei, em Fevereiro de 2009. A delegação chinesa, representando 35 empresas, realizou uma exposição de comércio e investimento, em Maputo, talhada ao sector agrícola.²³⁷ Posteriormente, foi relatado que muitas das empresas chinesas tinham identificado futuros empreendimentos apropriados entre as 40 empresas moçambicanas que participaram na feira do Comércio durante dois dias.²³⁸

Fornecer uma plataforma para que as empresas locais se pudessem envolver com potenciais investidores, tornou-se a função de destaque para a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), que também foi instrumental na organização da feira do comércio. Fundada em 1996, a CTA é a maior organização de empresas não-governamentais do país, representando 63 associações. Para além de reforçar as relações sino-moçambicanas, a CTA também está a planejar o lançamento de outras iniciativas, de forma a incentivar o IDE chinês em Moçambique.²³⁹

Em finais de Março de 2009, MOFCOM e a divisão financeira do governo de Macau co-patrocinaram uma feira do comércio, em Maputo. O Vice-Ministro do MOFCOM, Jiang Zangwei, liderou uma delegação de mais de 30 empresas chinesas, oriundas da China Continental e de Macau.²⁴⁰

Até à crise financeira global em 2008, a maioria dos países africanos registava uma taxa de crescimento anual de 5 por cento para a última metade da década. A taxa de crescimento para Moçambique em 2008 foi de 6,5 por cento, o que representa uma queda constante dos 7 por cento em 2007 e 8,5 por cento em 2006. No entanto, uma vez que o país ainda depende muito da ajuda da comunidade de doadores para o desenvolvimento público, só a nova industrialização é que irá conseguir promover um crescimento económico sustentável. As empresas chinesas reconhecem os países africanos como sendo candidatos apropriados para o IDE, principalmente porque existem menos intervenientes e mercados contínuos estabelecidos, significativamente explorados, até à data. Mesmo assim, os economistas estão cansados de falar sobre os riscos, o que torna difícil às empresas garantir o apoio financeiro aos novos empreendimentos em África. Para se desviar disso e facilitar o IDE chinês em África, o Governo Chinês lançou o CADFund.

O CADFund já identificou alguns projectos em Moçambique, sendo um deles a criação de uma fábrica de cimento por uma empresa da província de Shandong (consultar a secção 5.3.5 sobre Recursos e Energia).²⁴¹ Os analistas antecipam que, à medida que as empresas chinesas se tornarem mais familiarizadas com o CADFund, os seus empreendimentos irão estimular o ambiente de negócios em países tal como Moçambique. O Ministério da Indústria e Comércio está, portanto, já no processo de criar um Instituto de Pequenas e Médias Empresas (IPME).

Uma vez nomeada a gestão do mesmo, o Instituto começará imediatamente a promover o investimento estrangeiro no sector das PMMEs de modo a incentivar o empreendedorismo e emprego sustentáveis. Parques industriais do país também irão oferecer um ambiente de incubação para os investidores, em particular nos sectores têxtil e de vestuário. A produção de algodão local será usada na fabricação de têxteis e tecidos, mas será importado na fabricação de vestuário. Outros dos sectores visados incluem os gráficos, metais, produtos químicos e a industrialização da agricultura.²⁴²

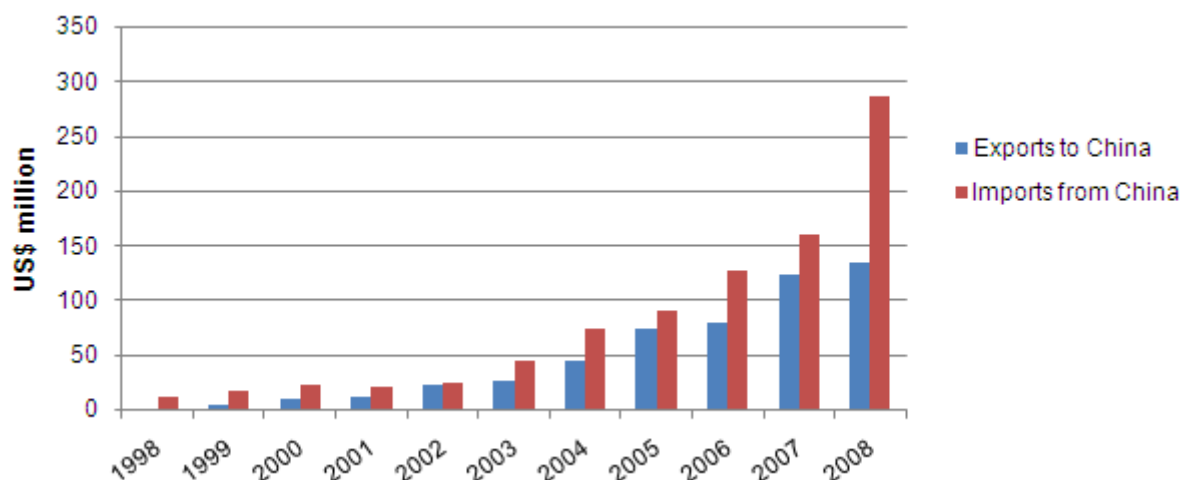
A fim de se conseguir o aumento do IDE chinês em Moçambique no sector das PMMEs, o país já fez aplicação para integrar uma das zonas de comércio e cooperação económica livres da China.²⁴³ Com a nova ênfase sobre a promoção de sociedades em comparticipação (JVs), Moçambique pretende explorar os recursos humanos e de capitais da China, e desenvolver novas áreas de desenvolvimento industrial. Uma iniciativa como esta tem potencial enorme para impulsionar o sector da fabricação de Moçambique, criando, simultaneamente, emprego sustentável. Moçambique deve ser firme em relação às suas intenções para com a zona. O seu foco principal não devia ser facilitar o acondicionamento de matérias-primas para posterior exportação para o mercado chinês, como é o caso / tendência com a exportação da madeira (principalmente da madeira para a construção).

Moçambique devia aplicar as orientações e colocar restrições sobre as actividades dos investidores chineses, de modo a garantir a sua concentração na transformação de matérias-primas e na produção de bens de valor acrescentado para consumo local e exportação. Actualmente, existe apenas uma zona livre industrial em Moçambique, em pleno funcionamento. O Parque Industrial e Zona Livre de Beluluane, que se estende por 700 hectares de terra, constitui uma parceria entre o governo de Moçambique e a Chiefton Moçambique.²⁴⁴ Encontra-se estrategicamente posicionado a cerca de 16 km da cidade de Maputo e 20 km do Porto de Maputo. Fica perto do Corredor de Maputo, que liga Moçambique à Suazilândia e à África do Sul através da artéria N4, que segue directamente para o epicentro económico da África do Sul - a província de Gauteng. O Parque Industrial e Zona Livre de Beluluane é mais conhecido como a zona que alberga as instalações 1 e 2 da MOZAL, bem como vários fornecedores da MOZAL. Moçambique está no processo de criar dois novos parques industriais - ou seja, no Dondo (Sofala) para cobrir o corredor central, e em Nacala (província de Nampula), para cobrir o corredor do norte.²⁴⁵

Na área das finanças, há novos desenvolvimentos no sector bancário. O Banco da China assinou um acordo de cooperação com o Banco Internacional de Moçambique (Millennium BIM) para facilitar as transferências bancárias por entidades individuais e empresas, entre os dois países, Macau e Hong Kong.²⁴⁶ O banco chinês também assinou um Memorando de Entendimento (MdE) com o Banco Moza.²⁴⁷

5.3.3 Comércio

Dum comércio modesto no valor de U.S.\$ 13 milhões em 1998, o comércio bilateral entre Moçambique e a China tem vindo a aumentar a passos largos, durante os últimos dez anos (ver o Diagrama 5.1). A China tem-se tornado rapidamente no terceiro maior parceiro comercial de Moçambique, depois da África do Sul e Portugal.

Diagrama 5.1: Perspectiva sobre o comércio de Moçambique com a China (1998-2008)

Fonte: Atlas de Comércio Mundial

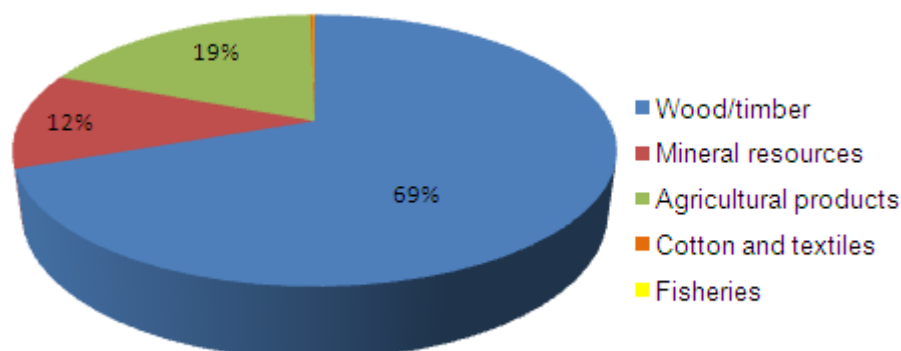
Até 2008, o volume de comércio tinha alcançado os U.S.\$ 422 milhões, o que significa um aumento de 48 por cento em relação ao ano anterior.²⁴⁸ O comércio sino-moçambicano está a aumentar rapidamente, conforme indica a Tabela 5.1. Apesar do notável crescimento das exportações de Moçambique para a China ter surtido o mínimo de efeitos para reprimir o saldo comercial negativo. O custo das importações de Moçambique, a partir da China, ultrapassa as receitas de exportação em 114 por cento.

Tabela 5.1: O comércio de Moçambique com a China 2006–2008 (US\$ Milhões)

	2006	2007	2008
Exportações	79.69	123.88	134.42
Importações	127.97	160.39	288.36
Total	207.66	284.27	422.78

Fonte: Atlas de Comércio Mundial

As principais exportações de Moçambique são os recursos naturais e minerais transformados. Tal como indica o Diagrama 5.2, a madeira em bruto (principalmente a madeira de construção) foi responsável por 69 por cento das exportações de Moçambique, em 2008. Os produtos agrícolas representam 12 por cento das receitas de exportação, enquanto que a pesca infame do país gerou uns meros U.S.\$ 30.000 em 2008. Curiosamente, os recursos minerais são uma exportação importante para a China - ou seja, o cromo, titânio, outros minérios e pedras preciosas.

Diagrama 5.2: Composição das Exportações de Moçambique para a China em 2008

Fonte: Atlas de Comércio Mundial

Como um país menos desenvolvido, Moçambique tem direito a 466 itens de exportação para a China com isenção tarifária. Além do volume de comércio crescente, por esta fase, o tratamento especial tem feito muito pouco para diversificar as exportações de Moçambique para a China. Na verdade, pode demorar alguns anos até que o país possa produzir, de uma forma eficiente, alguns dos itens na lista, tendo em conta os padrões de indústria internacional e as margens de lucro real após subtraído o custo da produção. Além disso, nem que Moçambique produza quantidades suficientes para a exportação, irá ter que enfrentar a concorrência dos outros intervenientes, mesmo no mercado chinês.

Observando atentamente o comércio sino-moçambicano entre 2006 e 2008, o único crescimento significativo nos volumes de exportação, foram nas madeiras e minério de cromo. Durante 2006/2009, as exportações de madeira, áspera e fatiada, registaram um aumento de 82 por cento. O minério de crómio, que era insignificante há alguns anos atrás, é agora o maior produto mineral do país, exportado para a China - gerando U.S.\$ 12,3 milhões em 2008.

A contrastar com isto, as principais importações de Moçambique, a partir da China, constituem os materiais de construção e equipamentos afins, motocicletas, veículos automóveis e bens de fabrico - incluindo electrónicos, malas, calçado e produtos de linha branca. A posição actual do Comércio de Moçambique com a China, é característica dos padrões comerciais sino-africanos, que podem ser observados um pouco por todo o continente, pelo que os críticos se têm manifestado acerca da sua falta de sustentabilidade. No entanto, o facto é que o realismo impõe forçosamente que os interesses nacionais dum país determinem as suas políticas económicas. Portanto, em relação ao comércio

sino-moçambicano, é do interesse nacional de Moçambique quebrar a cadeia de exportação de produtos primários.

A direcção político-económica do país em relação à China está nas mãos de Carlos Sérgio Macamo, Director Nacional das Relações Internacionais no Ministério da Indústria e Comércio. Recorrendo à sua experiência como ex- Director Geral do Ministério, o novo foco de Macamo reside em harmonizar a produção e lacunas do país com as disposições mais favoráveis dos seus parceiros estrangeiros. Os principais sectores prioritários para o desenvolvimento, encontram-se descritas mais acima, na secção 5.3.2 sobre o Investimento na Cooperação e Negócios. Mesmo assim, a China tem se tornado no centro *de facto* de produção mundial, o que deixa os seus principais parceiros comerciais com muito poucas opções para a vantagem comparativa e competitiva. No entanto, há muito potencial para investimento chinês em Moçambique.

5.3.4 O Desenvolvimento de Infra-Estrutura

Existem dois canais principais de cooperação com o Governo Chinês no desenvolvimento das infra-estruturas: o financiamento dos projectos e a prestação de serviços de engenharia civil e construção para a realização dos projectos. Estes dois estão, geralmente, inter-relacionados visto que as empresas chinesas levam a cabo, quase exclusivamente, projectos de desenvolvimento de infra-estrutura financiados pelo Governo Chinês. Além disso, houve vários casos em que as empresas chinesas também trabalharam em projectos onde o financiamento foi efectuado por fontes alternativas. No entanto, um fio condutor comum neste sector, por todo o continente, tem sido o polémico debate em torno da implantação excessiva de trabalhadores chineses envolvidos na execução de projectos de desenvolvimento de infra-estrutura.

Segundo a promessa do Governo Chinês de incentivar e apoiar as empresas chinesas a participarem no desenvolvimento de infra-estrutura em África, o envolvimento das suas companhias de engenharia e construção, implica a construção e / ou renovação de edifícios e instalações públicas. A seguir, estão indicados alguns dos projectos mais importantes envolvendo financiamento e / ou empresas chinesas.

O Escritório do Auditor-Geral

O financiamento para o novo escritório do Auditor-Geral surgiu a partir dum empréstimo concessionário fornecido pelo Governo Chinês. O projecto de U.S.\$ 40 milhões foi contratado à

Companhia Nacional de Importação e Exportação de Instalações Completas da China (*China National Complete Plant Import e Export Corporation - Complant Ltd*) e à Construção Nanquim CCM Lda, em Novembro de 2008. Existem cerca de 100 trabalhadores chineses a trabalharem lado a lado com cerca de 250 moçambicanos, no local. A construção começou em Novembro de 2008 e calcula-se que irá levar dois anos para se concluírem os trabalhos.

Com a sua entrada, pela primeira vez, no mercado moçambicano, no início de 1996, como Nanquim Construção CCM Lda, o ramo moçambicano registou, desde então, a Construção CCM a nível local e está a funcionar à maneira da maior parte das corporações multinacionais (MNCs). A empresa chinesa é hoje um actor bem conhecido na engenharia civil e sector da construção de Moçambique. Uma das suas obras mais importantes foi a construção da sede da Embaixada da Irlanda em Maputo, para os quais o Embaixador Irlandês pessoalmente solicitou os seus serviços, com base na sua boa reputação e histórico.²⁴⁹

A Construção CCM Lda tem actualmente oito projectos adicionais em Moçambique. A Complant Ltd também tem outros projectos no país, financiados pelo Governo Chinês, incluindo um projecto habitacional para 150 conjuntos de casas, a preços acessíveis, e quatro projectos adicionais, só na zona de Maputo – o Centro de Justiça, ou seja, os tribunais criminais, uma prisão e um centro anti-corrupção.²⁵⁰ A construção de infra-estrutura física para o sistema judiciário do país é um caminho ambicioso, que visa criar o respeito pela Constituição do país, mas também funciona como um instrumento necessário para incutir o prestígio e apreço pelo Estado de Direito.

O Aeroporto Internacional de Maputo

O projecto de expansão e renovação do aeroporto de Maputo tem o financiamento dum empréstimo concessionário de U.S.\$ 75 milhões, fornecido pelo Exim Bank da China. A empresa de aeroportos do país, Aeroportos de Moçambique (ADM), fez a contratação do projecto em 2006, à Companhia Anhui de Construção Económica Estrangeira da China (*Anhui Foreign Economic Construction Corporation - AF ECC*). O projecto consiste na construção dum depósito de carga, um terminal presidencial VIP, e a expansão e modernização dos terminais de passageiros.

O depósito de carga, situado a dois quilómetros de distância do edifício principal do aeroporto, já está completo e totalmente operacional. O terminal presidencial VIP, que é a segunda fase do projecto, tem sido afectado por algumas restrições administrativas que provocaram o seu adiamento. No entanto, um local apropriado já foi identificado e barricado. Os trabalhos de fase final, a expansão e modernização dos terminais de passageiros, terão início mais tarde.

Originalmente construído em 1960, o aeroporto foi projectado para a administração de 60 000 passageiros por ano. O projecto prevê o aumento da sua capacidade actual, para 600 000 passageiros por ano. O presidente da ADM, Manuel Veterano, anunciou que a AFECC também seria responsável pela construção de uma nova torre de controle no Aeroporto Internacional de Maputo. Durante a fase final, a AFECC irá ampliar e reformar o terminal existente de viajantes domésticos, bem como construir um novo terminal internacional, um avental, uma área de duty free, estradas de acesso e áreas adicionais no parque de estacionamento. O projecto inteiro está agendado para conclusão até 2010.²⁵²

O Estádio Nacional de Futebol

Em Novembro de 2008, a China assinou em excesso de U.S.\$ 22 milhões para a construção do novo Estádio Nacional de Moçambique. Este financiamento veio a acrescentar aos U.S.\$ 50 milhões que já antes tinham sido desembolsados para o projecto.²⁵³ O novo estádio de futebol é um evento histórico para Moçambique, quase tanto quanto um deleite de recreio. Moçambique possui actualmente apenas um estádio de maior no país. Um fã de futebol local observou que o estádio existente está tão terrivelmente degradado que a maioria das pessoas geralmente não tem qualquer interesse em assistir aos jogos ao vivo nessa arena.

O novo estádio nacional, situado no distrito de *Zimpeto* em Maputo, será o primeiro a ser construído após a independência, e terá uma capacidade de 42 000 lugares. O estádio pode não estar pronto antes da Copa do Mundo da FIFA, de 15 Junho - 15 Julho, 2010, na vizinha África do Sul, enquanto que a equipe do projecto previa que a marca de metade seria alcançada sómente em Novembro de 2009. Mesmo assim, quando o estádio estiver completo, as suas instalações intactas certamente farão o país orgulhoso de acolher futuros jogos internacionais e campos de prática.²⁵⁴

Este projecto, contratado à AFECC, foi temporariamente adiado, de início, devido à mudança de local. No entanto, a primeira equipe de trabalhadores chineses chegou em Abril de 2008. Depois de construir instalações de alojamento e escritórios suficientes, o projecto foi lançado oficialmente em Outubro de 2008. A equipe do projecto consiste em mais de 600 homens, a trabalharem 24 horas por dia em turnos de 12 horas. Duzentos dos trabalhadores são chineses - incluindo 60 técnicos, 20 engenheiros, dez gerentes, quatro cozinheiros e dois tradutores. A maioria dos agentes chineses é residente no local, em quartos duplos, que são impressionantemente equipados com laptops e conectividade Wi-Fi.²⁵⁵ As condições de vida aqui são muito melhores do que as condições a que

está sujeita a população em geral, pela simples razão de que estão a trabalhar numa área urbana, onde os serviços utilitários se encontram prontamente disponíveis.

A construção do estádio foi escolhida de uma 'lista de desejos' que o governo moçambicano elaborou à atenção do seu homólogo chinês. Curiosamente, na lista de prioridades do governo moçambicano, aparentemente, figurava a construção de uma estação de energia como primeira escolha. No entanto, as negociações finais revelaram que o empréstimo concessionário seria para a construção de um estádio, porque Moçambique não dispunha, na altura, dum estádio à altura internacional.²⁵⁶

O projecto do Sistema de Água de Chicamba

A China Henan International Corporation Group (CHICO) está a construir um sistema integrado de abastecimento de água em Chicamba – que fica situada na província central de Manica, Moçambique. Este irá efectuar o abastecimento de água para as áreas de Chimoio, Gondola, Mania, Messica e Bandula. O projecto de U.S.\$ 44,7 milhões é co-financiado pelos governos de Moçambique e a Holanda. O porta-voz do Ministério moçambicano das Obras Públicas e Habitação anunciou que Chico iria construir uma nova estação de tratamentos de água, bem como a reconstrução e ampliação da unidade de recolha de água existente na barragem de Chicamba. Também serão construídos seis tanques de armazenamento de água - em Chicamba, Chimoio, Manica, Gondola, Messica e Bandula - cada um com capacidade para 10 000 metros cúbicos.

Chimoio, a capital de província, irá receber o maior tanque. A taxa actual de oferta de água à população da cidade, é de apenas dez por cento. O novo projecto deverá aumentar a taxa para 60 por cento, até 2010, e 75 por cento, até 2015, bombeando água 24 horas por dia, em vez das actuais 16 horas de valor de circulação.²⁵⁷ O projecto irá, assim, melhorar as condições de vida, em termos de saneamento e saúde, proporcionando um melhor acesso a água potável.

A China investe nas telecomunicações de Moçambique

A empresa estatal de telecomunicações, a Telecomunicações de Moçambique (TDM), anunciou em Agosto de 2008 que estava a negociar uma concessão de financiamento de U.S.\$ 25 milhões com a China. O negócio visa ampliar a cobertura actual da TDM, de 82 distritos, para mais de 128 distritos, no país, antes da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul. A TDM irá centrar-se na expansão da rede de fibra ótica para as capitais provinciais - nomeadamente Tete, Pemba e Lichinga. Moçambique está igualmente disposto a licenciar novos operadores da rede de telefone fixo, para pôr fim ao

monopólio da TDM. Moçambique tem apenas 78 000 assinantes de telefonia fixa, comparado com 3.3 milhões de assinantes da telefonia movel.²⁵⁸

Remodelação do sistema de abastecimento de água de Maputo

Em Outubro de 2008, o Grupo de Construção Metalúrgica da China (MCC) terminou o trabalho no sistema de água de Maputo, num custo estimado de U.S.\$ 145 milhões. O MCC remodelou e ampliou o sistema de abastecimento de água, aumentando a capacidade de Maputo de produção de água, de 6,000 para 10,000 metros cúbicos por hora. O MCC construiu cinco tanques de armazenamento, cada um com capacidade para 35 000 metros cúbicos, e três novas torres de pressão com uma capacidade total de 1,100 metros cúbicos.

A rede de distribuição de água de Maputo foi estendida em 540 km, e foram instaladas 446 novas fontes de abastecimento de água. O impacto imediato do projecto é que 1,5 milhões de pessoas em Maputo terão agora acesso à água canalizada, o que é o dobro do número anterior.²⁵⁹ Este projecto, que tem vindo a transformar significativamente a distribuição de água no município de Maputo, demonstra o apoio da China, tão necessário, ao desenvolvimento de infra-estrutura, que aborda diversos males sociais.

Do acima exposto, torna-se claro que o desenvolvimento da infra-estrutura é um elemento central das relações sino-moçambicanas, sobretudo considerando que apenas cobre os projectos que estão a ser implementados desde a Reunião Ministerial e Cimeira do FOCAC 2006.

5.3.5 Energia e recursos

Moçambique pode não ser conhecido como um país rico em recursos minerais e produtos naturais, mas ainda corre o risco de se tornar demasiado dependente dos recursos naturais, tal como acontece com muitos países africanos. Foi previamente estabelecido no diagrama 5.2 que as principais exportações de Moçambique para a China seriam produtos naturais - madeira (ou seja, 69 por cento), produtos agrícolas (19 por cento) e minerais (12 por cento). No entanto, o Ministério do Planeamento e Desenvolvimento está preocupado com as perspectivas de Moçambique descobrir reservas viáveis de petróleo na bacia do Rovuma Norte, o que poderia torná-lo susceptível de cair na armadilha do comércio de produtos.²⁶⁰

Além disso, há também a importância do alumínio, da silvicultura e do gás para a economia do país. Os decisores políticos devem, portanto, tomar medidas preventivas para combater as ramificações da maldição dos ditos 'recursos naturais', que continua a instigar a instabilidade social em países tal como a Nigéria e o Sudão.²⁶¹ Moçambique, por isso, necessita de reunir investimentos para as indústrias secundárias, a fim de garantir o valor acrescentado antes da exportação. Como tal, a Direcção Nacional de Indústria, que se insere no âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio, está a comercializar sete propostas essenciais para o processamento de minério: uma fábrica de cimentos, uma coqueria, uma fundição de alumínio, uma fábrica de bio-combustíveis, uma usina siderúrgica, uma instalação de ligas de ferro e uma unidade de produção de carvão de lenha.²⁶²

Uma empresa chinesa até já demonstrou interesse em construir fábricas de cimento em Maputo e Nacala, especialmente considerando que há actualmente apenas um produtor local de cimento no país. O Cimentos de Moçambique, com uma quota de mercado estimada em 85 por cento, tem uma capacidade limitada de produção de 800,000 toneladas por ano. A julgar pelo consumo de cimento no país durante os últimos dez anos, que ultrapassou as 313,000 toneladas em 1998, para pouco mais do que um milhão de toneladas em 2008, a procura interna deverá duplicar nos próximos cinco anos para um número estimado de 2 milhões de toneladas. Sem um aumento significativo na produção nacional de cimento, até ao ano 2013, cerca de 69 por cento do cimento consumido em Moçambique terá que ser importado. Uma nova fábrica de cimento poderia satisfazer a crescente demanda de Moçambique, mas o significado da sua propriedade a continuar em mãos chinesas é questionável.

Segundo a Embaixada da China em Maputo, vários empresários chineses têm vindo a realizar pesquisas em determinadas partes do país, à procura de potenciais reservas minerais, mas ainda não descobriram nenhum veio promissor.²⁶³ A fábrica de cimento, no entanto, tem um potencial enorme. O Cimentos de Moçambique é uma empresa do governo que fornece emprego aos seus trabalhadores e gera rendimentos ao estado. Embora a concorrência possa ser precisamente daquilo que necessita para agilizar as suas operações, a liberalização do mercado nem sempre tem produzido esse tipo de resultado nas economias africanas.

Além disso, este factor, junto com a concorrência de uma empresa chinesa, pode ser desconcertante. As empresas chinesas envolvidas no desenvolvimento de projectos de infra-estrutura, já importam todos os seus produtos de insumo dos fornecedores chineses na China. O momento que a fábrica de cimento 'chinesa' abrir em Moçambique, as empresas chinesas estarão mais propensas a mudar as suas preferências em termos de fornecedores de cimento. Se o novo investimento for meticulosamente gerido pelas autoridades moçambicanas, a fábrica de cimento seria benéfica a

todas as partes. No entanto, também existe a possibilidade de haver uma situação de 'ganha-perde'.

A China é hoje o segundo maior investidor em Moçambique, e também um importante doador de empréstimos concessionários que estão a financiar projectos de infra-estrutura. Supomos que a nova fábrica de cimento consiga reduzir o poder do Cimentos de Moçambique, passado algum tempo e, de seguida, passe a dominar a quota de mercado. A empresa do governo poderá impedi-la, aludindo à sua aquisição *de facto* por uma empresa chinesa. Com o seu estatuto de recém-monopólio, os donos da fábrica de cimento estarão em situação apropriada para agilizar as actividades da empresa no comércio e armazenamento. Esta situação é apenas hipotética, mas é a experiência em curso na indústria têxtil, em muitos dos países africanos.

Isto não quer dizer que Moçambique (e outros países africanos) devam fechar as suas fronteiras ao IDE. Antes pelo contrário, os países africanos precisam do IDE. No entanto, o IDE deve ser gerido de forma a assegurar o desenvolvimento sustentável das economias africanas. A única forma de contornar o panorama descrito mais acima, é através de incentivar as sociedades em comparticipação entre os intervenientes nacionais e os estrangeiros. Neste caso específico, o Cimentos de Moçambique seria o candidato ideal para representar o Estado se não houverem empresas privadas disponíveis a constituírem uma sociedade em comparticipação. Desta forma, pelo menos, o investidor chinês teria a certeza de ter um parceiro activo, em vez de um que apenas exigisse os direitos de proprietário.

A energia do Governo Chinês e os interesses nos recursos de Moçambique, por outro lado, são muito diferentes dos seus interesses amplamente noticiados e alegadamente extractivistas a nível do continente. Os seus investimentos neste sector têm o objectivo principal de desenvolver as infra-estruturas em Moçambique, a fim de satisfazer as necessidades domésticas.

Em Maio de 2006, o Banco Exim da China assinou um MdE expressando o seu interesse em financiar uma usina hidro-eléctrica no Nkuwa, no valor de U.S.\$ 2,3 bilhões.²⁶⁴ A hidro-eléctrica de 1,300 megawatts de energia eléctrica, ficará situada 70 km para norte da barragem de Cahora Bassa. A energia gerada será distribuída por todo o país, com uma linha de transmissão de Maputo já incluída no pacote do empréstimos.²⁶⁵ Na sua distribuição de energia por todo o país, só o tempo dirá se esta energia será realmente para fornecer electricidade às casas das pessoas, ou se será canalizada, antes, para as unidades de transformação de recursos minerais. Todavia, este MdE expirou e, desde Junho de 2009, que não foi celebrado qualquer novo acordo.

O Ministro das Obras Públicas e Habitação, de Moçambique, Felício Zacarias, afirma que o projecto

também irá ajudar a controlar os incidentes de inundações e períodos de seca nessa parte do país.^{26 6} Além disso, a maior parte da energia gerada, será exportada para os países da SADC. Em Maio de 2009, Moçambique acordou em aumentar as suas exportações de energia para a vizinha Botswana, até 2013. De acordo com o Ministro de Minerais, Energia e Águas do Botswana, Ponatshego Kedikilwe, Moçambique aumentaria as suas exportações dos actuais 70 megawatts para 120 megawatts. A decisão está baseada, em grande parte, na escassez de fornecimento, considerando a escassez de energia na própria África do Sul, e a redução das exportações para os países vizinhos, à frente da sua anfitriagem da Copa do Mundo de 2010.^{26 7}

5.3.6 Projectos Prioritários de Infra-estrutura

Sete dos departamentos principais do Governo Moçambicano reúnem-se anualmente para determinar o progresso das relações sino-moçambicanas, as perspectivas para a melhoria das relações e os projectos específicos onde a China poderia contribuir para o desenvolvimento geral da economia do país. Os funcionários pensam em dois níveis quando consideram a interacção da China com Moçambique.^{26 8} Algumas das actividades da China são classificadas de "projectos políticos", tal como a construção chinesa de escritórios e instalações do governo. A construção do novo edifício do ministério estrangeiro de Moçambique, construído pela China, oferece instalações de cinco estrelas para conferências e escritórios de luxo, mas não tem qualquer impacto, evidente ou tangível, sobre as necessidades de desenvolvimento críticas e urgentes do país. Uma série de outros edifícios governamentais, incluindo um novo Ministério da Justiça, está a ser construído por empresas chinesas. Embora estes projectos cimentem claramente a amizade sino-moçambicana e facilitem o diálogo confortável, o impacto sobre as prioridades de desenvolvimento é quase insignificante.

Algumas autoridades moçambicanas estão a pressionar para que haja uma maior interacção constructiva, aquilo a que se chama "projecto económico", com a China, de modo a contribuir directa e significativamente para o desenvolvimento sustentável do país. Os projectos a seguir indicados estão a ser analisados neste contexto:

- Um importante programa de construção de barragens, para fornecer uma rede abrangente de irrigação que visa aumentar a produção agrícola por todo o país.
- A geração de energia está a tornar-se numa prioridade urgente. (As autoridades identificaram 16 rios que podiam ser utilizadas tanto para a geração de electricidade e irrigação).

- Planos para aumentar a produção agrícola e melhorar os níveis de segurança alimentar, estão sob consideração. Novas sementes, técnicas de agricultura mecanizada e maior aplicação de fertilizantes são considerados aspectos importantes neste contexto.
- Novos campos de carvão na Província de Tete oferecem perspectivas de fornecimento de carvão às centrais eléctricas, ou oportunidades de exportação.
- Perspectivas para o desenvolvimento de um novo porto de águas profundas e uma zona económica especial, em Nacala, estão sob investigação. Novos desenvolvimentos nesta região iriam acelerar o desenvolvimento geral, no norte do país.
- A expansão da rede de estradas e ferrovias do país iria contribuir significativamente para as perspectivas de desenvolvimento a longo prazo. A recente conclusão de uma importante ponte sobre o rio Zambeze, oferece novas oportunidades para o reforço da ligação de transporte entre o norte e sul do país.
- Vários projectos de infra-estrutura, incluindo sistemas de abastecimento de água e evolução das cidades interiores estão sob consideração.
- A necessidade urgente de se desenvolver um sector industrial é reconhecida e estratégias para promover este desenvolvimento estão sob consideração.
- Transformar a indústria da madeira numa indústria de fabricação de móveis para exportação para a China, poderia revelar-se um grande fomentador de emprego e gerador de rendas.

O planeamento nacional está em curso, mas dada a extensão da pobreza e as condições problemáticas em muitas partes do país, as prioridades são difíceis de identificar e perseguir. O desafio do desenvolvimento em Moçambique é vasto e complexo, sem respostas fáceis. Financiamento e gestão da dívida são obstáculos para qualquer nova iniciativa à medida que o governo tenta atender às exigências de redução da pobreza e globalização. Em termos do processo FOCAC da China, são identificáveis muitas sinergias com as necessidades de desenvolvimento de Moçambique. Assim, a expansão de um relacionamento económico de Moçambique com a China oferece uma oportunidade significativa para o ganho comercial mutuamente benéfico. Contudo, a gestão deste processo, por parte de Moçambique, de forma a garantir que os interesses nacionais sejam protegidos e avançados, é uma preocupação vital. Um processo que avance os interesses económicos da China e enriqueçam a pequena elite de Moçambique, não será sustentável, nem bem-vindo, como parte de uma agenda de desenvolvimento nacional.

5.4 Avaliando o Plano de Acção de Pequim: A Cooperação no Desenvolvimento Social

5.4.1 O Desenvolvimento e Alívio da Dívida

No final da guerra civil, que durou 16 anos (1977-1992), Moçambique foi oficialmente classificado como sendo um dos países menos desenvolvidos do mundo, pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Durante os anos que se seguiram, e especialmente após as suas primeiras eleições democráticas de 1994, os doadores internacionais e as ONGs prometeram uma enorme quantidade de apoio ao país, para a activação da sua economia. Até à data, Moçambique continua altamente dependente de ajuda externa e AOD (*Ajuda Oficial ao Desenvolvimento*). Em 2004, a AOD foi responsável por 20.8 por cento do PIB, e 84.3 por cento das despesas do governo central.²⁶⁹

Como os dados sobre a ajuda da China ao apoio e desenvolvimento não estão disponíveis no domínio público, é muito difícil quantificar-se a envergadura das suas contribuições a Moçambique. No entanto, o seu âmbito de apoio ao desenvolvimento abrange várias áreas – as finanças, ou seja, o desenvolvimento de infra-estrutura, a educação e a saúde. Entre outras, estas áreas de cooperação e apoio ao desenvolvimento serão abordadas ao longo de todo este relatório.

Na Conferência Ministerial do FOCAC, em 2006, a China comprometeu-se em prosseguir com esforços para apoiar financeiramente os países africanos, principalmente através da redução e cancelamento da dívida dos países pobres africanos severamente endividados (HIPC) e os PMAs. Em 2001, o Governo Chinês cancelou um montante no valor de U.S.\$ 22 milhões de dívida, a Moçambique. Um montante adicional de U.S.\$ 30 milhões foi posteriormente cancelado em 2007, durante a visita do Presidente Hu a Moçambique.²⁷⁰ Esta é uma característica muito positiva do apoio que a China presta ao desenvolvimento em Moçambique, uma vez que alivia o fardo de endividamento crescente com que o país se depara.

5.4.2 O Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Um dos principais instrumentos de cooperação no desenvolvimento social, consiste na melhoria dos recursos humanos. Portanto, com base no sucesso do Plano Inter-Governamental Sino-Africano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, o Governo Chinês comprometeu-se em treinar 15,000 profissionais dos países africanos, durante o período de 2007/2009. Até ao final de 2008, 438 profissionais tinham sido treinados em Moçambique, em diversas áreas.²⁷¹ Já que o processo de selecção desses indivíduos é pouco transparente, é igualmente difícil identificarem-se os supostos 'diplomados' dos programas de formação. No entanto, a formação de profissionais africanos, é um instrumento essencial para elevar a qualidade dos recursos humanos nos países africanos, mas apenas só se o referido país africano conseguir identificar as lacunas, prescrevendo, assim, as áreas de enfoque.

5.4.3 Educação

Desde o mandato do Ministro da Educação e Cultura de Moçambique, Bonifácio Aires Aly, o Instituto das Línguas do país foi encarregue de estabelecer um Instituto Confúcio (CI) nas suas instalações. Embora esta decisão tivesse sido tomada no início de 2007, provou ser um grande desafio na implementação. Devido à falta de comunicação com a Embaixada da China em Maputo e outras variáveis de interferência, o Instituto das Línguas de Moçambique esforçou-se para seguir o procedimento correcto para o estabelecimento de um IC.

Com ou sem o título de "Confúcio", o Instituto das Línguas está decidido a oferecer cursos de chinês mandarim no seu estabelecimento. Devido à muita frustração causada pela falta de progresso, o Instituto das Línguas recrutou um professor da comunidade de expatriados chineses de Maputo. As primeiras aulas, programadas para começar no segundo semestre do ano, foram comercializadas principalmente ao sector empresarial e à divisão dos recursos humanos e departamentos de planeamento e cooperação, no seio dos ministérios-chave - por exemplo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, o Ministério das Obras Públicas e Habitação, o Ministério das Ciências e Tecnologia, o Ministério da Agricultura, e o Ministério da Defesa.

Segundo José Dinis, o Director do Instituto das Línguas, a professora recebeu a sua formação na Universidade de Língua e Cultura de Pequim (BLCU), considerada a principal Universidade Chinesa de ensino de línguas.²⁷² Um empresário chinês local forneceu Dinis com algum material didáctico, também publicado pela BLCU. No entanto, todo o material encontra-se em inglês e chinês mandarim. Isto significa que todos os estudantes que desejam inscrever-se nas aulas de mandarim, terão que

estar familiarizados, em primeiro lugar, com o inglês.

O Instituto das Línguas já existe desde 1979. É um centro de formação que oferece cursos em inglês, francês, japonês e português. O inglês é uma disciplina obrigatória nas escolas secundárias, por isso quase 90 por cento dos alunos do Instituto estão inscritos em classes de inglês – incluindo os professores, intérpretes e tradutores. As aulas de francês são menos, mas ainda existe uma grande procura. As aulas de português estão disponíveis ao grande público, com pacotes organizados especialmente para o sector corporativo, principalmente para atender à comunidade expatriada de Maputo. O curso em língua japonesa é a mais recente adição à carteira do Instituto. Foi realizado um seminário de trabalhos investigativos em 2007, para determinar se havia interesse suficiente no japonês e chinês mandarim. O Dinis louva a devida diligência da Embaixada do Japão em Maputo, pelo seu apoio em fornecer o financiamento e o professor. Cerca de 15 alunos estão actualmente matriculados desde a classe inaugural de 2008.

Quanto aos progressos nas aulas de Mandarim, afigura-se que tenha havido algum equívoco de protocolo na criação dum Instituto Confúcio e o seu mandato. Além de ser uma base para o ensino do idioma do chinês mandarim, o CI também é um meio de cooperação social entre as pessoas de todo o mundo, para que possam adquirir conhecimentos sobre a cultura chinesa. Há também algumas vantagens na criação de um Instituto Confúcio oficial:

- Governo Chinês irá financiar a criação do Instituto e um orçamento anual de, pelo menos, US \$ 100,000, durante 3 anos;
- professor de Mandarim e os seus assistentes serão disponibilizados pelo Governo Chinês;
- São providenciados diversos programas culturais, linguísticas e de matéria curricular do curso; e Faria parte de uma rede global de Institutos Confúcio.²⁷³

As autoridades do governo e as universidades, reconhecem a importância de se superar a barreira da língua, daí o interesse em estabelecer um IC no país. Além disso, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) também planeia lançar um curso de chinês no seu Departamento de Línguas, no âmbito da Faculdade das Artes e Ciências Sociais.²⁷⁴ O Dr António Bernardo, Director do Escritório das Relações Internacionais da UEM, anunciou que a Universidade também estava a tentar estabelecer um IC. Uma vez que o chefe do Departamento de Línguas, João Gomes da Silva, só recentemente é que foi nomeado para o cargo, não podia oferecer qualquer comentário sobre o seu progresso até então.²⁷⁵

A maior universidade privada de Moçambique, a Universidade Politécnica, ia iniciar um curso de chinês, durante o ano de 2009, no seu recém-criado Centro de Estudos Asiáticos (CEA). O CEA foi criado em Agosto de 2008. É uma das três organizações no âmbito da Escola Superior de Altos Estudos e Negócios (ESAEN) da Universidade. Rafica Abdul Razac, Directora da ESAEN, nomeou um cidadão moçambicano, fluente no português, mandarim, inglês e francês, para ministrar o curso de línguas. Além de oferecer cursos práticos, o CEA tem planos para estabelecer uma secção de consultoria para a sua carteira. Uma vez que tiver desenvolvido um banco de dados das redes de toda a Ásia, a CEA irá realizar um estudo de mercado para os potenciais investidores asiáticos.²⁷⁶

Com o número de expatriados chineses a trabalharem em Moçambique e as suas famílias relocadas com eles, a comunidade chinesa de Maputo está a crescer rapidamente e encontra-se já bem estabelecida. O Centro de Formação de Línguas, SINOMOZ, é um exemplo de uma das novas instalações de gestão privada, que os empresários chineses estão a montar em Maputo.

O programa das bolsas de estudo de Moçambique, foi previamente administrado pelo Departamento de Bolsas de Moçambique, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura. O departamento foi responsável por todos os programas de bolsas no país, e pelos estudos no estrangeiro e nas instituições nacionais. O aumento do financiamento e capacitação, em 2008, viu o lançamento do Instituto de Bolsas de Estudo (IBE). O Instituto ainda é abrangido pelo Ministério da Educação e Cultura, mas é baseado nas suas próprias instalações. O IBE gere os programas das bolsas de estudo, financiado por mais do que uma dúzia de países e organizações. Os seis principais países são Portugal, Argélia, Rússia, China, Índia e Cuba, que na totalidade fornecem cerca de 400 bolsas a estudantes moçambicanos todos os anos.

O programa de bolsas do Governo Chinês para Moçambique, começou em 2003. O pacote de bolsas de estudo para cada um dos alunos inclui o financiamento para um bilhete de regresso, as aulas, material de estudo, alojamento e um subsídio modesto. Durante o primeiro ano, os alunos na China aprendem o chinês mandarim, familiarizam-se com a cultura e estilo de vida, além de receberem também alguns ensinamentos sobre a história da China. Posteriormente, os alunos seguem caminhos separados nas várias universidades por todo o país, participando nos seus respectivos cursos.

Tabela 5.2: Registo de Moçambicanos com Bolsas de Estudo do Governo Chinês

ANO	BOLSAS DE ESTUDO
2003	2

2004	1
2005	1
2006	12
2007	35
2008	22
2009	20

Fonte: Instituto de Bolsas de Estudo²⁷⁷

É perceptível o aumento radical na concessão de bolsas de estudo, desde 2006. Háverão, certamente, mais fundos disponíveis para bolsas de estudo, principalmente desde a declaração feita pela República Popular da China, em 2006, em conforme tencionava duplicar o número de bolsas de estudo concedidas a estudantes africanos, das então 2,000 por ano, para 4,000 por ano até 2009. Nota-se que, no ano seguinte, em 2007, que o número de bolsas de estudo concedidas a estudantes moçambicanos quase que triplicou. Vinte alunos foram identificados para 2009. Visto que o começo do ano académico é em Setembro, os alunos partiram para a China durante o mês de Agosto.

O Ministério da Educação e Cultura e o IBE fazem recomendações sobre as áreas de estudo, de acordo com os sectores prioritários do país. De seguida, as bolsas de estudo são anunciadas em linha da rede (www.mec.gov.mz) e comercializadas através das várias escolas e universidades por todo o país.

O IBE faz uso dos seguintes critérios para a atribuição de Bolsas de Estudo:

- O/As candidato/as devem, preferencialmente, ser de idade inferior a 24 anos;
- O/As candidato/as devem possuir um excelente histórico académico para comprovar os seus méritos;
- É dada preferência a candidato/as do sexo feminino, ou seja, três entre cada cinco bolsas de estudo são atribuídas a mulheres; e
- O/A candidato/a deve provar a sua debilidade financeira.

As direcções provinciais do Ministério da Educação e Cultura, auxiliam na coordenação das aplicações feitas nas suas respectivas regiões. Para os alunos que receberem bolsas de estudo, é fornecido o apoio adicional durante o seu estudo no exterior e ao regressarem a Moçambique. Cada aluno deve receber U.S.\$100 por mês, um montante distribuído por intermédio da Embaixada de Moçambique em Pequim. Aquando do seu regresso a Moçambique, o IBE faz circular uma nota das habilitações dos alunos, a nível de todos os departamentos de estado, empresas paraestatais e o

sector privado, de forma a agilizar o processo de procura de emprego por parte dos graduados. Ao tudo que indica, os cidadãos moçambicanos a estudarem na China, voltam para casa logo que terminam o curso, mas isso também acontece, na generalidade, com os que estudam noutros países.

Ainda no campo da educação, o Governo Chinês comprometeu-se em construir 200 escolas nas comunidades rurais de África, como parte do Plano de Acção do FOCAC 2006, de Pequim. Moçambique já recebeu duas destas escolas, bem como uma escola de artes, e outra escola através do Fórum de Macau. O Governo Chinês tem um orçamento de RMB 5 milhões (cerca de U.S.\$ 700,000) para cada uma das escolas, o que representa um orçamento significativamente maior do que a contribuição do Governo Japonês, de U.S.\$ 100,000, feita recentemente para a construção de uma escola em Moçambique. Talvez, neste caso, isto possa servir como refutação do argumento de que as empresas chinesas trabalham com cortes exagerados de orçamento, comprometendo a qualidade dos seus serviços. Além das salas de aula e escritórios, o financiamento do Governo Chinês será dirigido à construção de uma sala de entrada, centro de lazer e recreação, e actividades paisagísticas.

A única dificuldade que se sentiu até agora, foi em relação à identificação de locais adequados para as escolas, mas sómente porque ambas as partes contemplavam a colocação das escolas em Maputo. Na verdade, supõem-se que as escolas prometidas ao abrigo do acordo FOCAC, ficarão nas zonas rurais, onde existe uma necessidade premente de melhoria das instalações educacionais, para que possa haver um aumento nas matrículas e taxas de alfabetização, a nível das comunidades.

5.4.4 Cuidados Médicos e a Saúde Pública

No campo dos cuidados médicos e a saúde pública, o estabelecimento dum centro anti-malária em Moçambique não foi um processo pacífico. Os atrasos têm sido, até agora, o principal problema, provocados pela controvérsia em torno das localizações sugeridas. As autoridades moçambicanas tinham indicado que o centro anti-malária poderia ser, simplesmente, colocado numa instalação médica existente, ou seja, o Hospital Psiquiátrico de Infulene. No entanto, a sugestão foi rejeitada pelos chineses em razão da inadequação, visto o hospital ser conhecido por tratar pacientes com doenças mentais.²⁷⁸ Este caso demonstra como é que as simples diferenças culturais podem interferir com o processo bilateral da tomada de decisões. Existe um estigma associado às doenças mentais na China, onde esses pacientes sofrem enorme desprezo. Não é essa a imagem que o Governo Chinês deseja que fique associada com a sua doação generosa dum centro anti-malária. Dado este facto, ambas as partes estão actualmente a explorar locais alternativos.

Quanto à distribuição dos medicamentos anti-malária, o Embaixador Chinês, Tian, anunciou, um ano após a Reunião Ministerial do FOCAC, de 2006, que a China ia fornecer medicamentos no valor de cerca de U.S.\$ 700,000, a Moçambique, para o período compreendido de 2008/2010.²⁷⁹ Apesar das doações anuais de medicamentos anti-malária por toda a África, terem contribuído de uma forma positiva, isto irá ajudar a China a subsidiar as suas empresas farmacêuticas. Sendo assim, não se trata dum modelo sustentável para os países africanos. Tal como foi sugerido no estudo de caso supra sobre Angola, Moçambique também devia considerar a edificação de conhecimentos de medicina para a produção local de medicamentos anti-malária.

A implantação das equipas médicas chinesas em África, não é um acordo exclusivo do FOCAC. Tal como acontece neste caso, tem vindo a constituir um programa activo da República Popular da China desde antes da altura da independência de Moçambique. No entanto, só muito recentemente é que a prática atraiu muita atenção, mais especialmente desde Março de 2009, quando a medalha para "O Chinês Mais Influente do Mundo" foi atribuído a um médico, membro de uma equipa médica chinesa. Na maioria dos países africanos, as equipas médicas chinesas continuam a trabalhar nas comunidades rurais em circunstâncias muito difíceis - por exemplo, com o mínimo de infra-estruturas de medicamentos ou instalações de serviços. Portanto, em comparação, as equipas médicas em Moçambique até ficaram relativamente bem alojadas, conforme a descrição mais abaixo.

Desde 1976 que o Governo Chinês tem vindo a enviar equipas médicas para Moçambique. Ao todo, já foram enviadas 17 equipas para Moçambique, cada uma delas com um mandato de dois anos. A última expedição de médicos chineses chegou a Maputo a 20 de Setembro de 2008. A equipa de doze médicos estava acompanhada de um cozinheiro e um/a intérprete. O seu horário de trabalho era das 07h00 às 15h00, excluindo sábados, domingos e feriados. Foram encaminhados para trabalhar no Hospital Central de Maputo (HCM) e no Hospital Geral de Mavalane. Os médicos chineses trabalham lado a lado com os médicos moçambicanos, bem como com médicos de outras equipas oriundas de Cuba e da Coreia do Sul.

Numa situação onde os médicos estrangeiros são recrutados para partilhar os seus conhecimentos com os médicos moçambicanos, a barreira da língua continua a colocar um enorme desafio. A língua oficial neste caso é o português, uma língua estrangeira que não goza de grande saída na China. Em princípio, é exigido que todos os membros da equipa médica atendam cursos intensivos do português, durante seis meses, na China, mas muitos deles continuam a depender do/a intérprete que é uma entidade de valor inestimável para a equipa médica.

Uma das médicas aspirantes, também ela intérprete, já tinha trabalhado no Centro de Saúde da China, antes de ser enviada para Moçambique. Apesar do choque esperado de culturas, enquanto intermediária, o que achou mais difícil foi compreender o elo de ligação entre as diferentes éticas de trabalho e o profissionalismo médico. O CHM é o maior hospital de Maputo, mas, na sua opinião, não é suficientemente grande, nem está dotado de uma forma adequada, para conseguir fazer frente ao enorme fluxo de pacientes que os médicos recebem numa base diária. Além disso, os médicos comentaram que, a julgar pelas condições insalubres que têm observado nos arredores da cidade, é predizível que se verifiquem a propagação e a frequência de certas doenças. Por conseguinte, foi sugerido que o governo investisse em banheiros públicos e campanhas mais visíveis para aumentar a conscientização sobre a saúde e o saneamento, principalmente através de outros meios que não unicamente a televisão.

Uma falha no modelo utilizado pela equipe médica chinesa é que o/a intérprete só consegue trabalhar, fisicamente, numa sala de cada vez, o que significa que os outros 11 médicos são, efectivamente, sub-utilizados porque simplesmente não conseguem transmitir os seus procedimentos médicos durante as sessões de formação. A única solução encontrada até agora foi que os estagiários locais da Universidade Eduardo Mondlane observam as suas operações e, de seguida, efectuem o registo dos procedimentos para a sua referência, documentando os relatórios para futuros estudos.

Os casos que dão entrada com maior frequência no HCM, são relacionados com o HIV / SIDA ou a malária, ou então são de vítimas de acidentes rodoviários. Há pessoas que aguardam vários dias até conseguirem receber qualquer tipo de assistência médica, e outras que aguardam vários meses até poderem ser atendidas ou operadas. Os médicos chineses observaram que, devido aos longos períodos de espera, já presenciaram muitos pacientes a morrerem sem tratamento, mas isso também faz parte das consequências das condições do hospital. Na CMH, e não se trata duma excepção em muitos outros países em vias de desenvolvimento, muitos dos médicos locais têm as suas próprias "práticas privadas", após as horas normais do expediente, a que só as famílias ricas é que podem ter acesso. Efectivamente, alguns pacientes são atendidos durante o dia, altura em que a consulta é subsidiada pelo Estado.

A equipe médica chinesa reside em quatro apartamentos, num prédio que fica do outro lado da rua do hospital. Os apartamentos estão mobilados de uma forma simples, mas, mesmo assim, há aparelhos televisivos em cada quarto. O Dr. Hu Youzhi, chefe da equipe médica, é anestesista. Uma vez que têm que partilhar um único cozinheiro, todos os outros médicos se reúnem no seu apartamento para as refeições diárias.

Os médicos chineses, na generalidade, são muito respeitados em Moçambique, principalmente o Dr. Jiang Yongsheng, que tem uma posição aclamada no país. O Dr. Jiang chegou a Moçambique durante a década de '90, integrando, de início, uma equipe médica, mas juntando-se, mais tarde, ao Hospital Militar de Moçambique após o cumprimento do seu mandato de dois anos. É conhecido como o médico pessoal do ex-Presidente Chissano, durante o seu mandato, bem como do actual Presidente Guebuza. O Dr. Jiang também é muito respeitado em Maputo entre a média dos moçambicanos, mais especialmente devido ao seu magnífico talento no ramo da acupuntura. Como Presidente da Associação de Moçambique para a Promoção da Reunificação Pacífica da China, o Dr. Jiang convidou os acima-referidos Presidentes de Estado para serem os Presidentes de Honra da associação. É evidente que esse tipo de "diplomacia de médico" só pode contribuir para cimentar as relações sino-moçambicanas.

5.4.5 Turismo

Na Reunião Ministerial do Focac, de 2006, foi anunciado que Moçambique acabava de se tornar no décimo terceiro país africano a ser concedido estatuto de destino aprovado (ADS) para turistas chineses. Além disso, através do CPIDCC, existe um crescente número de turistas chineses que prospectam oportunidades de negócio em Moçambique. Uma vez que, actualmente, não existem vôos directos entre Moçambique e a China, os viajantes são obrigados a tomar vôos de ligação, e a maioria geralmente transita do Aeroporto Internacional Oliver Tambo, em Joanesburgo, na África do Sul, donde saiem os vôos directos para Pequim, Hong Kong e Xangai.

5.4.6 O Intercâmbio dos Jovens e das Mulheres

O acordo bilateral de Cooperação no Desenvolvimento Social também envolve as áreas de intercâmbio entre as pessoas jovens e entre as mulheres. Os críticos questionam a relevância de alguns destes programas, e alegam que o dinheiro poderia ter sido melhor aplicado. Como parte do intercâmbio dos jovens, por exemplo, o Governo Chinês convidou 500 jovens africanos a participarem numa excursão de dez dias até à China. Além de ser uma campanha de relações públicas dispendiosa, a intenção é de promover a compreensão mútua entre a juventude africana e chinesa.

Na Reunião de Intercâmbio dos Jovens Sino-Africanos, em 2008, cerca de 182 jovens homens e mulheres de 38 países africanos foram acolhidos pelos representantes da juventude da China, quando visitaram quatro das maiores cidades do país - ou seja, Pequim, Hangzhou, Xangai e Zhengzhou. Os membros da delegação moçambicana, vindos do Ministério da Juventude e Desporto

do país, comentaram que a viagem lhes tinha proporcionado uma nova apreciação das relações do seu país com a China. Muito embora os meios de comunicação de imprensa tenham um papel importante a desempenhar na comunicação das notícias e influência de opinião, Moçambique ainda é muito susceptível aos meios de comunicação social do Ocidente e o seu alegado sino-pessimismo.

Assim, para reduzir os efeitos negativos do mesmo, o país assinou um acordo com o Gabinete de Informação do Conselho de Estado da China, comprometendo-se em obter as suas notícias sobre a China directamente de fontes chinesas. O objectivo desta iniciativa foi para reforçar a compreensão mútua, eliminando a interferência das entidades externas, que supostamente apoiam as suas intenções.

5.5 Os Impactos Políticos, Sociais e Económicos do Processo do FOCAC

5.5.1 A Internacionalização em África

Históricamente-falando, só à relativamente pouco tempo é que as empresas chinesas (públicas e privadas) operam em África, comparado com outros grandes intervenientes internacionais. Na verdade, a maioria desses grandes intervenientes tem uma quota de mercado estabelecida em muitos dos países africanos, onde também opera através das suas respectivas filiais e escritórios de representação no país. No entanto, as companhias chinesas têm que competir em processos de concurso na China, para projectos contratados a empresas chinesas em países africanos. Após a conclusão de um projecto, a maioria das empresas chinesas encerra todas as suas operações e volta para a China.

No entanto, as empresas que já trabalharam nalguns desses países, acabaram por criar redes de valorização e experiência inestimáveis, assim, o seu conhecimento institucional sempre lhes dará uma vantagem competitiva na China. Além disso, algumas empresas chinesas têm vindo a desenvolver fluxos de negócios alternativos no país africano onde operam, o que as mantém ocupadas durante muito tempo após a conclusão dos seus contratos com o Governo Chinês.

No caso de Moçambique, este modelo de negócios de internacionalização de África, é usado pelos AF ECC e CCM, que operam a partir dos seus respectivos escritórios em Maputo. Como tal, já implementaram a maior parte dos projectos financiados pelo Governo Chinês desde o início dos anos '90, bem como trabalhos noutros projectos. Considerando que o seu trabalho é realizado principalmente na construção e engenharia civil, também possuem a perícia geográfica, em relação ao país de trabalho, que nem sempre se encontra facilmente.

5.5.2 Revisão de regulamentos referentes ao local de trabalho

Com uma população de 22 milhões e uma mão-de-obra responsável por metade deste número, a taxa de desemprego de Moçambique está calculada em 21 por cento. Mesmo assim, a proporção de trabalhadores expatriados comparado com locais, nos projectos chineses de infra-estrutura do país, nunca foi um grande problema em Moçambique - até à contratação dum número cada vez maior de projectos de desenvolvimento de infra-estrutura a empresas chinesas, cujas práticas, muitas das

vezes, são criticadas pelos sindicatos e grupos da sociedade civil, um pouco por todo o mundo.²⁸⁰

Para abordar esta questão em Moçambique, em 2008, o Ministério das Obras Públicas e Habitação efectuou uma alteração à Lei Laboral no país, instituindo uma nova lei ditando que todas as companhias deviam empregar o equivalente de 10 trabalhadores locais por cada trabalhador estrangeiro, na sua força de trabalho.²⁸¹ Embora isto, certamente, irá fornecer o espaço político necessário para assegurar a responsabilização das empresas chinesas, Moçambique, provavelmente, terá que enfrentar desafios institucionais na aplicação desta nova lei, visto que a tarefa de implementar e regulamentar a mesma exige um esforço bastante pesado. As partes interessadas que, idealmente, deviam estar envolvidas neste processo, são as seguintes:

- Ministério do Trabalho – que aprova a contratação dos trabalhadores estrangeiros;
- Ministério do Interior - que emite as licenças de trabalho e autorizações de residência temporária;
- Ministério das Obras Públicas e Habitação - que supervisiona os contratos das grandes empresas envolvidas nos projectos de desenvolvimento de infra-estrutura; e
- Os sindicatos moçambicanos do trabalho - aqueles que representam os trabalhadores locais no sector da construção.

As autoridades moçambicanas tinham que efectuar a auditoria de todas as empresas relevantes, de forma a avaliar o seu cumprimento com a Lei Laboral local. Posteriormente, as autoridades deviam fornecer instruções a cada uma das entidades em falta, detalhando os prazos em que todos os erros deviam ser corrigidos. Todas as empresas que não cumprissem com os respectivos termos e condições, acabariam por enfrentar um processo jurídico em Moçambique.

Essencialmente, esta nova lei serve o interesse nacional de Moçambique. Através da aplicação de acções afirmativas sobre as nacionalidades dos trabalhadores, Moçambique irá garantir o emprego dos seus cidadãos. Mais importante, a lei prevê uma plataforma de estímulo para o desenvolvimento de competências e a transferência de tecnologia. No que se refere às relações sino-moçambicanas, a temporização desta legislação é também muito oportuna, dadas as intenções de Moçambique de recrutar mais IDE chinês e, eventualmente, criar uma zona especial de cooperação económica e de comércio para atender às mesmas.

5.5.3 Tradução para Mandarim do Direito Laboral

Vários dos gestores que trabalham para as empresas chinesas disseram que estavam muito preocupados com as limitações da sua compreensão em relação aos regulamentos moçambicanos, mais especialmente no que toca às leis do trabalho e práticas sociais. Além disso, o sistema jurídico de Moçambique baseia-se no sistema de Direito Civil português e no direito consuetudinário, os quais, na generalidade, são desconhecidos das empresas chinesas. Para resolver este problema, em 2007, Moçambique publicou uma versão, em chinês mandarim, de 209 páginas, sobre a Lei do Trabalho.²⁸² O grande afluxo de empresas chinesas contratadas ao abrigo dos projectos de desenvolvimento de infra-estrutura, absolutamente exige que haja a tradução do documento em mandarim, de forma a facilitar a consulta e garantir a compreensão adequada.

Alguns gerentes de projecto chineses louvaram esta iniciativa e mencionaram que a Lei Laboral é hoje uma ferramenta eficaz para a resolução de litígios, já que ambas as partes têm acesso à lei na sua própria língua. Durante o processo, os trabalhadores locais têm vindo a aprender cada vez mais sobre a Lei Laboral de Moçambique, sendo que, agora, sabem quase tanto quanto os trabalhadores chineses. Curiosamente, um gerente chinês afirmou estar bem impressionado com determinados artigos da Lei Laboral, os quais oferecem protecção, aos trabalhadores, contra os empregados, estipulando direitos dos trabalhadores tais como salário mínimo, horas de trabalho e saída. Como tal, o gestor informou às empresas chinesas no exterior que deviam aprender com as suas experiências, a fim de melhorar a gestão do projecto, agora que os trabalhadores chineses se estão a tornar mais vocais em relação aos seus próprios direitos e interesses, principalmente quando trabalham longe de casa, num país estrangeiro.²⁸³

5.5.4 Recomendações das Melhores Práticas Sino-Moçambicanas para os Países Africanos

Em resposta ao crescente envolvimento comercial chinês, Moçambique desenvolveu uma gama de ferramentas de gestão e processos que fornecem orientação para a interacção de África com a China no que se refere à questão das melhores práticas. As principais características do esforço de Moçambique para gerir eficazmente o envolvimento da China incluem:

- Melhoria na comunicação com os empresários chineses através da tradução das leis trabalhistas de Moçambique para o chinês mandarim.

- A legislação exige que as empresas chinesas empreguem trabalhadores moçambicanos. Nas grandes empresas, é obrigatória a contratação de uma percentagem maior de trabalhadores locais.
- As empresas chinesas são fortemente encorajadas a formar o pessoal local e garantir a transferência de competências em todos os projectos. (O foco é garantir que as actividades de manutenção sejam bem geridas quando as empresas chinesas completarem o seu trabalho.)
- Numa tentativa de criar emprego e desenvolver uma estratégia de beneficiamento, as empresas chinesas são obrigadas, por lei, a agregar valor à madeira, antes da sua exportação para a China. Quotas rigorosas de exportação de madeira também são aplicadas num esforço para promover a sustentabilidade deste sector em Moçambique. (Os inquéritos a nível de trabalhos de campo e comentários por parte das ONGs, sugerem que existem problemas com a execução do beneficiamento e das quotas, mas os processos estão a ser melhorados.)^{28 4} No sector da agricultura, o foco está em incentivar a China a desenvolver o agro-processamento, com vista a aumentar as exportações para o mercado chinês.
- Um Grupo de Trabalho do Sector Privado (composto por gestores de empresas e empresários locais) está a trabalhar com os departamentos de governo relevantes, no sentido de melhorar as condições de investimento e estimular as actividades de sociedade em comparticipação (JVs) com empresas chinesas. Moçambique estabeleceu um Instituto de PMME para desenvolver os pequenos empreendimentos em colaboração com os investidores estrangeiros.
- Moçambique estabeleceu um instituto de qualidade para garantir os padrões de qualidade para todos os itens importados, incluindo os produtos fabricados na China. (Um dos enfoques chave da actividade do instituto é verificar a rotulagem e garantir que os produtos se encontram em conformidade com as garantias escritas e documentação de acompanhamento).
- Os procedimentos aduaneiros foram melhorados no sentido de se evitar que os produtos falsificados da China, ou de qualquer outra origem, cheguem aos atacadistas e varejistas de moçambicanos.

- O Centro de Promoção das Exportações de Moçambique está centrado no aumento das exportações para a China, dado que através do FOCAC, a China agora permite o acesso não-tarifário, ao mercado de consumo chinês, a uma vasta gama de produtos moçambicanos.
- Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique – CPI, oferece informação detalhada, publicada aos potenciais investidores chineses, em chinês mandarim.
- O CPI da equipe de promoção de investimentos visita regularmente a China para fornecer informações sobre novas oportunidades em Moçambique.
- O pessoal do CPI inclui é no chinês mandarim (um empregado do CPI, Danubio Lado, foi recentemente o beneficiário de uma bolsa de estudos para a China e desempenha agora um papel fundamental na melhoria das comunicações com os empresários chineses em Moçambique).
- O CPI tem vindo a desenvolver uma estratégia de investimento detalhada, destinada a incentivar novos investimentos em sectores-chave da economia.^{28 5} Um sucesso recente neste contexto, Seven Star Steel da China, Africa Star Steel da África do Sul, e um grupo de empresas moçambicanas, constituíram uma sociedade em participação, no valor de U.S.\$ 50 milhões dólares, para abrir uma fábrica de tubos de aço na zona de comércio livre de Belulane, fora de Maputo.
- Os programas da CPI são complementados por esforços do Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique, para melhorar o clima de investimento global no país, com vista a atrair maiores investimentos chineses e estrangeiros em geral. Apoiado pela GTZ, a ONG alemã, o Ministério está a implementar uma estratégia global para melhorar o clima de investimentos no país em geral. A estratégia baseia-se na consultoria do Banco Mundial (BM) para melhorar o potencial entrante dd IDE.^{28 6}
- Os departamentos de estado do governo de Moçambique, têm um programa activo de intercâmbio com a China, que permite que os funcionários sejam expostos à China, com vista a melhorar a comunicação nos dois sentidos e a interacção.
- Encontra-se em vigor o quadro para o desenvolvimento dum modelo de melhores práticas de participação, conforme descrito mais acima, e os departamentos de estado fundamentais estão a melhorar a gestão da presença chinesa em Moçambique. Dado o enfoque abrangente de Moçambique sobre a China, as perspectivas de um forte relacionamento mutuamente benefice, são promissores. As ONGs, académicos e representantes dos meios

de comunicação social são, na generalidade críticos do envolvimento da China com Moçambique, sugerindo que a regulamentação do trabalho e a legislação não são rigorosamente aplicadas pelos empresários chineses, nem devidamente aplicadas pelas autoridades moçambicanas.^{25 7} O leque de críticas identificadas por investigadores incluem: comportamento ilegal e falta de respeito pelos direitos humanos; o percebido "salto da China às matérias-primas de África"; más relações com os trabalhadores locais; as estratégias chinesas em África; padrões de investimento chinês e influências culturais da China.^{25 8} A responsabilidade é com Moçambique, para garantir que a legislação seja aplicada de uma forma eficaz e as transgressões devidamente punidas, a fim de produzir uma relação constructivo onde ambas as partes ficam a ganhar.

5.6 Recomendações aos parceiros sociais moçambicanos

O processo do FOCAC oferece oportunidades significativas para um relacionamento sino-moçambicano alargado e constructivo. Sempre que Moçambique for capaz de priorizar a sua agenda de desenvolvimento e atrair investimento e participação chinesa, as perspectivas para o desenvolvimento sustentável serão reforçadas.

5.6.1 Desenvolver o sector agrícola em Moçambique

O desenvolvimento do sector agrícola de Moçambique devia ser uma prioridade a longo prazo para Moçambique, no âmbito do quadro do FOCAC.

Os projectos agrícolas fundados nas províncias de Tete e Zambézia oferecem perspectivas de aumentos significativos na produção de alimentos e estratégias de segurança alimentar. Planos chineses para aumentar a produção do arroz das actuais 100,000 toneladas, para mais de 500,000 toneladas, poderiam tornar-se decisivos para se enfrentar a fome e a pobreza no norte do país. Neste contexto, a prioridade deveria ser o consumo interno e não a exportação para a China. Uma participação ampliada chinesa no agro-processamento, com valor acrescentado, deveria ser a prioridade para a criação de emprego e a obtenção de receitas de exportação.

5.6.2 Expandir os sistemas de abastecimento e gestão da água

Dada a experiência da China na construção de sistemas de abastecimento e gestão de água, na própria China, bem como em países asiáticos e outros países africanos, isto devia constituir uma prioridade na interacção sino-moçambicana no FOCAC.

A oferta dispersiva e abundante de água em Moçambique, oferece uma oportunidade única para as redes globais de sistemas de irrigação nas províncias férteis no norte do país. As actividades agrícolas chinesas já identificaram o grande potencial para o arroz e legumes. Um sistema de irrigação baseado nos rios Zambeze e Lúrio Licunga, poderia fornecer novas oportunidades significativas para a produção agrícola aumentada em Tete, Zambézia e Nampula. A transformação do sector agrícola de Moçambique poderá derivar benefícios positivos para um aumento da segurança alimentar por toda a região da SADC.

5.6.3 Desenvolver as redes rodoviárias e ferroviárias moçambicanas

O desenvolvimento da rede de estradas e ferrovias de Moçambique, juntamente com um processo para harmonizar as redes de transporte regionais, oferece uma oportunidade de desenvolvimento significativa, tanto a nível nacional e regional.

Numerosas redes bem-sucedidas de construção de estradas e ferroviárias, realizadas por empresas chinesas na própria China, assim como noutras partes do mundo, oferecem uma oportunidade significativa a Moçambique. Apresentam-se dificuldades no transporte dos alimentos a partir do norte do país, o que podia ser superado por um sistema de transportes global. Uma ligação confiável de transporte por via terrestre entre o norte e o sul do país, iria avançar a mobilidade dos produtos e contribuir para o desenvolvimento nacional. Melhores ligações de transporte entre a província de Tete rica em minério, e o porto de Nacala (via Malawi, como o caminho mais curto), oferecem uma oportunidade nova para o desenvolvimento económico e a criação de emprego.

5.6.4 Expandir o abastecimento de energia de Moçambique com enfoque na energia hidro-eléctrica

Moçambique tem 16 rios com o potencial de fornecer electricidade a nível nacional e regional. A capacidade comprovada, por parte da China, de construção de barragens em África poder-se-ia mobilizar através do FOCAC de modo a contribuir para a produção de energia hidro-eléctrica para o país inteiro.

A falta de energia é amplamente reconhecida como constituindo um dos principais obstáculos ao desenvolvimento económico em Moçambique. O fornecimento inadequado de, e interrupções periódicas ao fluxo de energia, prejudicam com regularidade a produção, provocando a frustração nos

cidadãos. O grande potencial para a geração de energia hidro-eléctrica que existe em Moçambique, poderá ser aproveitado, através do processo do FOCAC, de forma a proporcionar uma base para o desenvolvimento económico a nível do país inteiro. O aumento da oferta de energia oferece oportunidades de desenvolvimento nacional, juntamente com uma significativa oportunidade de exportação para a África do Sul, a potência económica da região. Na África do Sul, a escassez da oferta de energia sugere que um importante consumidor de electricidade está disponível para assumir o excesso da capacidade de geração própria de Moçambique.

5.6.5 Implementar uma estratégia de desenvolvimento dos recursos humanos

Moçambique deve usar o FOCAC para exigir às empresas chinesas a operarem no mercado doméstico, a emprega de programas de implementação e o seguimento das competências. Isto faria com que o FOCAC se afirmasse como um processo fundamental na promoção do desenvolvimento e reforço das competências em África. Ao mesmo tempo, devia ser dada prioridade à assistência na formação das mulheres africanas.

Dado que o Governo Chinês já se comprometeu em apoiar o desenvolvimento dos recursos humanos em África, Moçambique devia desenvolver metas concretas e um plano nacional de acção, nesta matéria. Além da formação de profissionais moçambicanos na China, existe a oportunidade para influenciar as empresas chinesas actualmente a operarem a nível do país. A nova política de trabalho, sobre o aumento do número de trabalhadores locais na força da mão-de-obra, é uma plataforma oportuna para capacitar os trabalhadores locais. Outras directivas sobre estratégias de desenvolvimento de recursos humanos, deviam prescrever posições, à força de trabalho local, principalmente na gestão média e em áreas técnicas.

A julgar pela razão (1:10), cada equipe estrangeira poderia emparelhar-se com um aprendiz local. O enfoque devia ser afastado da implementação e incidido, em vez disso, sobre o treino e a formação, durante o período do projecto. Para atender a esta iniciativa, os prazos de projecto terão que ser prorrogados conformemente. Sempre que as circunstâncias o permitirem, mais especialmente no caso de projectos mais extensos, poder-se-á considerar, inclusivamente, a supressão da participação de alguns funcionários estrangeiros.

Ao colocar a responsabilidade sobre os ombos de cada um dos trabalhadores estrangeiros, as empresas terão mais facilidade em implementar o sistema de capacitação, podendo, assim, efectuar a monitoria da eficácia do programa de formação. Os aprendizes poder-se-ão identificar a partir de sindicatos e associações de indústria. As empresas locais privadas também podem ser co-optadas

por meio de acordos especiais e sociedades em comparticipação, com o objectivo de envolverem o seu pessoal. A regra de ouro é que cada trabalhador estrangeiro devia ter um aprendiz local. Se uma empresa considerar de valor trabalhar com qualquer cidadão estrangeiro em Moçambique, esta deveria aparelhá-lo/a com um aprendiz local.

5.6.6 Influenciar os graduados receipientes de bolsas de estudo do Governo Chinês

Os graduados moçambicanos com bolsas de estudo do Governo Chinês devem ser recrutados para cargos estratégicos. Através do FOCAC, África e a China devem planificar a utilização máxima dos recursos humanos, mediante a oferta da China de formação ao povo africano.

A barreira da língua entre as partes interessadas, moçambicana e chinesa, é um obstáculo imenso, que perturba o diálogo e, muitas das vezes, leva a problemas de comunicação. O esforço dos interessados chineses para comunicarem em português e / ou inglês, devia ser retribuído. Os graduados moçambicanos com bolsas de estudo do Governo Chinês, são um recurso significativo para o país. Tendo vivido na China, entre o povo chinês, entendem a sua cultura e também falam o Mandarim. Enquanto graduados recentemente regressados ao seu país, estes cidadãos moçambicanos, naturalmente, buscam emprego. Devem ser contratados para cargos-chave onde os seus conhecimentos recém-adquiridos possam ser empregues, bem como para situações onde possa haver uma procura acentuada pela sua competência linguística. O Instituto de Bolsas de Estudo aparentemente circula memorandos, comercializando os graduados que passaram pelo seu programa, a fim de se identificarem novos recrutas e aprendizes.

5.6.7 Fortalecer as alfândegas moçambicanas de forma a proteger a fabricação doméstica

Os procedimentos das alfândegas devem ser melhorados, de forma a garantir que as importações não enfraqueçam as tentativas de indústria por parte de Moçambique. Moçambique devia usar o processo do FOCAC para fazer avançar os processos e procedimentos que fornecem a melhor protecção à indústria local.

Moçambique é um mercado poroso, com uma ocorrência elevada de contrabandos e a importação de produtos contrafeitos. O país precisa de actualizar o seu sistema de desalfândegamento, em especial os instrumentos e tecnologia utilizados para o processamento das mercadorias. Esta é uma das áreas

de potencial cooperação com o Governo Chinês; a China dispõe de sistemas de controle sofisticados que fazem a despistagem do tráfego das mercadorias dentro do seu próprio mercado. Os recursos humanos são um elemento fundamental para a modernização eficaz da agência das alfândegas de Moçambique.

As alfândegas deverão preparar programas intensivos de formação de forma a promover a produtividade eficiente, bem como para a realização de auditorias dos sistemas e a adopção de medidas disciplinares para assegurar o profissionalismo absoluto na resolução de problemas de corrupção e suborno.

5.6.8 Ultrapassar a burocracia na atribuição de terras para os projectos

O sucesso do FOCAC depende em parte das respostas apropriadas de África, para assegurar a implementação do projecto. As autoridades moçambicanas devem simplificar o processo dos títulos das terras, de modo a agilizar a nomeação de gentes locais para os projectos.

Foi mencionado por várias vezes, que muitos dos projectos tinham sido adiados principalmente porque as autoridades moçambicanas não podiam confirmar um local adequado para um determinado projecto. Os interessados chineses afirmaram que, apesar do seu compromisso de honrar as oito medidas das políticas apresentadas pelo presidente Hu, não conseguiam avançar sem a cooperação efectiva de todos os intervenientes em Moçambique. Mais preparação poderia ser atribuída às propostas e decisões finais, em especial, à consulta com especialistas e tecnocratas. Como tal, talvez o maior problema aqui resida nos recursos humanos do lado moçambicano. No entanto, compete referir aqui que é possível que os atrasos prolongados e repetidos também estejam a colocar problemas à prestação de serviços e à cooperação.

5.6.9 Colocar o enfoque sobre centros de combate da malária

Moçambique e todos os outros países africanos, deviam encorajar o FOCAC a focalizar as atenções sobre a luta contra a malária em África. Dado que a China tem sido bem-sucedida na sua abordagem deste problema no seu próprio país, terá para oferecer a África neste sentido.

Lamentavelmente, têm-se vindo a verificar atrasos na construção dum centro de investigação da malária em Moçambique, mas os esforços para mobilizar o apoio chinês de modo a enfrentar o desafio da malária, devem ser reforçados. A liderança chinesa numa campanha alargada contra a

malária, a todo o nível continental, poderá revelar ser-se decisiva para livrar o continente deste flagelo. A necessidade urgente que existe em África de se tratarem as questões de saúde, faz da China um parceiro bem-vindo na luta contra a malária. O FOCAC poderia constituir um quadro institucional para o aumento da co-operação sino-africana na área da saúde, o que representaria um contributo positivo no combate deste grande problema em África.

6. Tanzânia

6.1 Introduzindo as relações sino-tanzanianas

Situada na costa leste de África, a Tanzânia fornece terreno perfeito para a encenação do envolvimento da China com o resto do continente. A China estabeleceu relações diplomáticas com a Tanganica (1961) e Zanzibar (1963), a seguir à independência de cada um destes estados. Posteriormente, a 26 de Abril de 1964, no mesmo dia que a Tanganica e Zanzibar se uniram, a China reconheceu a Tanzânia. Após a independência, a capital da Tanzânia, Dar es Salaam, tornou-se na sede de vários movimentos de libertação reconhecidos pela recém-criada Organização de União Africana (OUA).²⁸⁹

Como um dos principais patrocinadores externos dessas lutas de libertação, a China estabeleceu fortes laços com a Tanzânia durante o período da Guerra Fria. O Presidente Nyerere foi muito activo em nutrir as relações políticas com a China, visitando a República Popular da China cinco vezes durante a sua presidência, com numerosas outras visitas a seguir. Os dois países têm mantido extensas relações políticas, económicas, militares e culturais. No entanto, apesar de ser ferozmente não-alinhada, a Tanzânia explorava com êxito as rivalidades da Guerra Fria, recebendo assistência de ambos os protagonistas.²⁹⁰

Em Junho de 1964, os dois governos assinaram um acordo de cooperação económica e técnica, segundo o qual a China concordou em prestar assistência económica e técnica à Tanzânia, no valor de U.S.\$ 28 milhões, na forma dum empréstimo sem juros, pagável ao longo de mais do que dez anos. Durante uma visita à China, em 1965, o presidente Nyerere assinou o Tratado de Amizade Sino-Tanzâniano e, em 1967, foi criada a Corporação Conjunta de Navegação Sino-Tanzâniana para facilitar o transporte entre os dois países. Em 1969, a China concordou em financiar o famoso caminho-de-ferro de Tazara, através dum empréstimo gratuito durante 30 anos, no valor de U.S.\$ 400 milhões. Ligando Dar es Salaam e Kapiri Mposhi na Zâmbia, o mesmo foi concluído, com financiamento chinês, em 1976.²⁹¹

Durante os anos '80 e inícios dos anos '90, a China voltou a sua atenção para o interior, e as relações

entre a Tanzânia e a China passaram temporariamente para segundo plano, enquanto o Banco Mundial e o FMI articulavam as suas relações com a Tanzânia através dos seus programas de ajustamento estrutural (SAP). No entanto, em meados dos anos '90, com a reforma económica da China e o programa de liberalização, sob Deng Xiaoping, a começar a surtir efeito, a China iniciou o seu envolvimento geral com África e, portanto, também com a Tanzânia.

Desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre a Tanzânia e a China, um número crescente de chineses tem estabelecido a sua residência na Tanzânia. Alguns chineses na Tanzânia até aprenderam o suaíli, e, geralmente, existe muito pouco sentimento anti-chinês no país.

Em termos do número de chineses actualmente a residirem na Tanzânia, as estimativas variam muito. Um representante da Embaixada da China em Dar es Salaam, informou a equipe de investigação que, de acordo com as estimativas da Embaixada da China, cerca de 5,000 chineses eram actualmente residentes na Tanzânia.²⁹² Um cidadão chinês baseado em Dar es Salaam e muito activo na comunidade de expatriados, coloca o número de chineses, só em Dar es Salaam, em 40,000, e um total de 60,000 em toda a Tanzânia. O entrevistado explicou à equipe de investigação que a maioria era originária das províncias de Fujian e Liaoning.²⁹³ Outro observador muito bem informado, com laços com o Governo da Tanzânia, calculou que o número não era inferior a 50,000 e explicou que muitos chineses não assinalavam a sua presença à Embaixada da China na Tanzânia, o que, segundo o entrevistado, podia ser a razão pelo número tão baixo fornecido pela Embaixada em Dar es Salaam.²⁹⁴

Os trabalhadores africanos entrevistados pela equipe de investigação, observaram que os empreiteiros chineses, os comerciantes e as suas famílias, geralmente fecham-se em si, vivendo juntos, tipicamente, em grupos e, normalmente, não socializando ou interagindo com os locais.²⁹⁵

Apesar disto, alguns comerciantes africanos têm conseguido construir relações com os residentes chineses e aprender como acessar e originar produtos mais baratos, directamente da China. Em alguns casos, isso tem levado à agregação das suas necessidades por parte dos comerciantes africanos e chineses, garantindo melhores preços para ambas as partes. Tanto os comerciantes chineses como os africanos podiam encontrar-se em concorrência directa com outros comerciantes africanos que também originam as suas mercadorias directamente da China.²⁹⁶

Numa entrevista com um empresário chinês que havia estabelecido negócios em Dar Es Salaam três anos mais cedo, foi explicado que os habitantes locais estavam ansiosos por aprender novas

habilidades, no entanto, devido à complexidade da tarefa e à barreira da língua, o tempo necessário para ensinar aos locais era muito longo, afectando a produtividade do trabalho. Segundo o entrevistado, isto constitui um desafio comum para todos os gerentes chineses, que estavam, por isso, inclinados a dar apenas tarefas simples aos trabalhadores locais.²⁹⁷

6.2 Avaliando o Plano de Acção de Pequim: A Cooperação Política

Um tema que tem surgido fortemente através de toda a pesquisa de campo, é que a China mantém relações fortes e duradouras, sociais, políticas e económicas, com a Tanzânia. Este recurso não é, contudo, um resultado das fortes relações pessoais entre os indivíduos, mas, sim, de uma memória institucional que é difícil de definir. Os departamentos de estado da Tanzânia não são necessariamente fortes em termos de capacidade institucional em geral, e muito poucos dos indivíduos envolvidos no estabelecimento das relações entre a Tanzânia e a China, ainda são vivos hoje. Sómente uma mão-cheia dos inquiridos consultados é que foi capaz de traçar as suas carreiras, ou envolvimento nas relações entre os dois países, para além das duas décadas passadas; porém, a grande maioria das pessoas consultadas refere-se à história das relações entre os dois países em termos 'românticos'. O impacto destas percepções é tão difícil quantificar quanto emular, mas ainda assim representa um aspecto importante e interessante nas relações entre os dois países.

As relações entre a China e a Tanzânia, como é o caso com muitos dos países africanos, continuam a ser mais eficazes ao mais elevado nível político. Apesar da longa história de envolvimento entre a Tanzânia e a China, a interacção em geral parece ser extremamente formal. Apesar do papel fundamental das relações pessoais e o clientelismo na política africana em geral, os investigadores não encontraram qualquer evidência que apontasse para o facto das relações pessoais desempenharem algum papel nas relações entre os dois países.²⁹⁸ Um funcionário aposentado do Governo da Tanzânia, lamentava que se poderia na verdade fazer uso mais eficaz dos ex-funcionários públicos e os seus conhecimentos e contactos pessoais na China.²⁹⁹ Um alto funcionário da Tanzânia sugeriu que as relações sino-tanzanianas podiam certamente ser melhoradas de modo a "traduzir o FOCAC num tipo de envolvimento entre indivíduos".³⁰⁰

O Gabinete do Primeiro-Ministro é o ponto focal das relações sino-tanzanianas. Embora o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional esteja encarregue da coordenação dos aspectos práticos da relação,³⁰¹ um informante privilegiado, falando sob condição de anonimato, explicou que isto tem sido problemático, já que "o Ministério dos Negócios Estrangeiros não tem a

capacidade, e os outros ministérios não consideram o Ministério dos Negócios Estrangeiros como um parceiro em pleno direito ou igualdade".³⁰² Na verdade, o Departamento de Ásia e Oceânia, responsável pela a China, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, tem apenas três funcionários para a região do Leste Asiático / Pacífico.³⁰³

Outro alto funcionário explicou à equipe de investigação que os gabinetes do Presidente e Primeiro-Ministro fornecem orientações de uma forma muito ampla, às relações sino-tanzanianas, e que cabe, de seguida, aos departamentos de estado debruçarem-se sobre os detalhes.³⁰⁴ Esta situação tem resultado na falta de coordenação e comunicação entre os departamentos que, muitas das vezes não estão cientes do facto de que se deviam visitar os funcionários chineses dentro do tempo alocado nas suas deslocações ao país. Isto não facilita qualquer planeamento pró-activo, visto que os funcionários não têm a informação necessária para poderem tomar decisões, o que se traduz num nível de frustração para o Governo Chinês e, portanto, numa falta correspondente de aproveitamento adequado da visita em benefício da Tanzânia.

No entanto, não obstante as questões de capacidade, a concorrência entre as instituições do governo apresenta um importante obstáculo às relações eficientes, segundo confidenciaram, de forma cândida, diversos entrevistados.³⁰⁵ Vários dos altos funcionários do governo explicaram que as autoridades chinesas, tanto públicas como privadas, em vez de lidarem com os seus homólogos directos, geralmente preferiam lidar com os mais altos funcionários do governo. Tal comportamento parece ser atribuível aos sistemas burocráticos, que os funcionários chineses consideram como sendo extremamente lentos e, geralmente, ineficazes. Como resultado disso, as autoridades chinesas acham mais conveniente evitarem os canais formais e ignorarem o protocolo, orientando a Embaixada em Dar es Salaam para contactar com o ministério ou instituição governamental competente da Tanzânia, directamente, em vez de prosseguirem através de canais formais através do Ministério dos Negócios Estrangeiros.³⁰⁶

Foi argumentado igualmente nas entrevistas com a equipe de investigação, que alguns altos funcionários do Governo, nos canais formais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, carecem de conhecimentos profundos e experiência em lidar com as autoridades chinesas e os seus homólogos. Aumentar os seus conhecimentos sobre a China, o protocolo, cultura e língua chineses irá, certamente, promover uma maior compreensão dos seus pares, de modo a permitir a sua participação mais efectiva. Isto irá ao mesmo tempo, orientar e incentivar as autoridades chinesas no sentido de manterem um diálogo e cooperação mais construtivos com as autoridades governamentais competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em termos de mecanismos de acompanhamento do FOCAC, na Tanzânia, a equipe de investigação não conseguiu estabelecer com segurança a existência de qualquer mecanismo tal. Um alto funcionário dum dos principais ministérios da Tanzânia, explicou que existe um acompanhamento contínuo em relação aos compromissos do FOCAC e relações bilaterais entre os dois países,³⁰⁷ enquanto que outra informação privilegiada do governo sugere que isto, certamente, nem sempre foi o caso, questionando até que ponto é que a situação tem vindo a melhorar.³⁰⁸

Neste contexto, sugere-se que as relações e comunicação sino-tanzanianas, poderiam ser melhoradas se houvesse o seguimento regular dos compromissos, por parte de funcionários do Governo da Tanzânia, por exemplo, através de visitas aos locais de construção dos projectos do FOCAC. Estas informações poderão ser posteriormente utilizadas na tomada de decisões informadas com base numa investigação aprofundada. Tais resultados deviam ser distribuídos através dos canais de comunicação formal, a todos os diversos departamentos, de modo a que os mesmos possam ser actualizados sobre o progresso mais recente. Desta forma, todas as partes na Tanzânia estariam adequadamente informadas e preparadas para as discussões com os chineses, e, assim, as estratégias pró-activas podiam ser aplicadas por ambas as partes, com o intuito de se assegurar a entrega dos compromissos, conforme inicialmente previsto.

Foi sugerido que o Governo Chinês tinha sido sempre muito claro sobre a necessidade da existência dum ponto focal no seio do governo. Embora os representantes do Governo Chinês normalmente se apresentam bem preparados nas reuniões, tendo, muitas das vezes, até considerável autoridade, com claros mandatos, o que lhes permite agir de uma forma decisiva, os mandatos dos funcionários da Tanzânia são limitados e, muitas das vezes, pouco claros, obrigando-nos a consultar constantemente os seus superiores.³⁰⁹

Segundo uma entrevista com um funcionário da Tanzânia, as propostas para 17 projectos que, à altura da pesquisa de campo tinham acabado de ser submetidas a Pequim por parte do Governo da Tanzânia, foram escolhidas mais ou menos ao acaso. Não foi estabelecido qualquer critério específico, e nunca foram tomadas em consideração estudos de viabilidade ou uma grande estratégia. O funcionário sugeriu que, na verdade, todos os ministérios e departamentos de estado deviam estar envolvidos no processo de desenvolvimento de tais propostas, além de que o procedimento deveria incluir realmente uma análise mais alargada de custo-benefício.³¹⁰

Na verdade, o Presidente Kikwete da Tanzânia tem uma experiência extensa de diferentes ministérios e é considerado como sendo um administrador muito eficaz. Vários entrevistados do governo

explicaram que ele introduziu procedimentos rigorosos para enfrentar o desafio da coordenação no interior do seu governo, tornando mandatória a participação dos representantes dos ministérios competentes, em encontros de preparação para as visitas ao exterior, e o envio de informação antes da reunião. No entanto, um entrevistado sugeriu que continuava a ser um desafio chegar-se a qualquer tipo de consenso, dado que as questões de capacidade e as lutas políticas internas impediam a efectiva prioritização dos pedidos e o desenvolvimento e implementação de estratégias de envolvimento global.³¹¹

Em termos de visitas oficiais entre os dois países, pode-se mencionar que o Presidente Jakaya Kikwete visitou a China, pela primeira vez, em Junho de 2001, na sua então qualidade de Ministro das Relações Exteriores. Como Presidente, voltou a visitar a China em Novembro de 2006 e Abril de 2008. Durante a visita em Abril, o Presidente Hu Jintao apresentou uma proposta de quatro pontos para intensificar a cooperação bilateral, incluindo o aprofundamento da cooperação no âmbito das Nações Unidas e outras instituições multilaterais, e aumentar o contacto sobre as grandes questões internacionais, tal como a cooperação para o desenvolvimento internacional, os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio, da ONU, o mecanismo multilateral de comércio e as alterações climáticas.³¹²

Visitas recentes à Tanzânia por altos dirigentes chineses, incluem a do membro do Gabinete Político do Comité Central do PCC, Li Changchun, em Novembro de 2005, e a do Primeiro-Ministro, Wen Jiabao, que visitou o país em Junho de 2006.³¹³ Enquanto estave na Tanzânia, Wen Jiabao assinou cinco acordos para o estímulo das relações diplomáticas entre os dois países e para assistência ao desenvolvimento nos ramos da saúde, agricultura, transportes e comunicações da Tanzânia.³¹⁷

Durante a visita do presidente Hu Jintao à Tanzânia, em Fevereiro de 2009, o mesmo finalizou negócios com o Presidente Kikwete totalizando U.S.\$ 21.9 milhões.³¹⁸ O Presidente Hu, além disso, anunciou que a China estava "impressionada com o papel da Tanzânia na busca da paz e resolução de conflitos nos países vizinhos e por toda a África", principalmente durante o mandato do Presidente Kikwete como Presidente da União Africana.³¹⁹

A votação da Tanzânia no Conselho de Segurança da ONU, em grande parte, alinhava com, ou pelo menos, em apoio à posição da China. Face à oposição veemente por parte da China, à inclusão de Mianmar na agenda permanente do Conselho de Segurança da ONU, como constituindo uma ameaça à paz e segurança internacionais a nível do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), a 15 de Setembro de 2006, a Tanzânia absteve-se.

Enquanto que, embora a Tanzânia votasse a favor da Resolução 1706, em Agosto de 2006, autorizando a implantação de uma robusta força de paz da ONU para fornecer protecção ao povo de Darfur, enfatizando a importância do engajamento diplomático entre o Conselho de Segurança e Cartum, a China absteve-se.

Em Julho de 2008, a Tanzânia apoiou o veto da China de uma resolução do Conselho de Segurança, com o patrocínio dos E.U.A., para a imposição de sanções sobre o Zimbabué. Apesar das críticas severas do regime de Mugabe, por parte do Governo da Tanzânia, o Embaixador da Tanzânia à ONU, Augustine Mahiga, exortou que "[a] opção política deve prevalecer sobre a opção punitiva".³²⁰

Em termos das trocas entre as pessoas, não existem programas voltados especificamente para os intercâmbios entre as mulheres da China e as mulheres da Tanzânia, identificados pela equipe de investigação. No entanto, o intercâmbio de voluntários chineses e alunos da Tanzânia, além dos 5,000-50,000 cidadãos chineses residentes na Tanzânia, apoiados por mais de 45 vôos por semana entre os dois países (conforme descrito na secção 6.4.5), fornece uma plataforma muito sólida para o intercâmbio entre o povo dos dois países.

6.3 Avaliando o Plano de Acção de Beijing: A Cooperação Económica

A Tanzânia continua a ser um dos países mais pobres do mundo, classificada de 164 entre 177, segundo o Índice de Desenvolvimento do PNUD (IDH).³²¹ A economia do país depende fortemente da agricultura, que abrange 85 por cento das suas exportações e emprega 80 por cento da mão-de-obra. O turismo é uma fonte importante de capital estrangeiro e a mineração constitui um sector de crescente importância económica, embora as actuais operações comerciais estejam limitadas à extracção do ouro, diamantes e pedras preciosas. Estão actualmente em exploração depósitos potencialmente grandes de níquel, estanho, cobre, platina e cobalto.³²²

6.3.1 Agricultura

O Primeiro Ministro, Wen Jiabao, anunciou, durante a sua visita em Junho de 2006, que um dos 14 centros de demonstração agrícola, prometidos a África no Plano de Acção de Pequim, seria localizado na Tanzânia.³²³ O Centro já desde Março de 2009 que tinha sido identificado, mas ainda não se verificou qualquer progresso. A equipe de investigação não foi capaz de identificar as razões pelas quais a construção e entrega do centro de demonstração agrícola tinham sido adiadas, mas recomenda-se que o lado Tanzaniano deve apropriar-se do processo, de forma a aproveitar esta e

outras oportunidades oferecidas pela China.³²⁴

Durante a visita do Presidente Hu à Tanzânia em 2009, foi assinado um acordo de promessa de U.S.\$17,5 milhões em actividades de cooperação agrícola.³²⁵ Esta promessa significativa indica que a China reconhece a importância e o impacto da melhoria das tecnologias e processos agrícolas para a Tanzânia. A agricultura é uma prioridade-chave do desenvolvimento nacional para a Tanzânia, e o país pode aprender com a China em termos de alavancar as tecnologias agrícolas (sementes, fertilizantes, equipamentos e processos) para ajudar a melhorar as condições de vida dos seus cidadãos. No entanto, os funcionários do Governo da Tanzânia nos ministérios relevantes são muito discretos em relação aos pormenores deste acordo, sugerindo que nada em concreto foi estabelecido por enquanto.³²⁶

Através da implantação de centros agrícolas de demonstração e a utilização de especialistas agrícolas para o aumento da transferência de conhecimentos e habilidades, tipos novos e melhorados de alimentos e vegetais também se podem testar, e novas competências promovidas. Isso irá ajudar a promover uma alimentação mais equilibrada para os Tanzanianos e, através da melhor utilização das tecnologias, a terra poderá ser utilizada de uma forma mais eficaz. Tudo isto ajudará a aliviar a pobreza, mais especialmente nas áreas rurais, entre os pequenos agricultores. Um alto funcionário diplomático chinês explicou numa entrevista com a equipe de investigação, que a China tinha vindo a intensificar a cooperação, estendendo a mesma às tecnologias aplicáveis e recursos humanos, em consonância com as promessas feitas no Plano de Acção de Pequim. A título de cumprimento da promessa feita a África, para fornecer 100 técnicos agrícolas no âmbito do Plano de Acção de Pequim, a China enviou três peritos em máquinas agrícolas, economia agrícola e irrigação para trabalhar no Ministério da Agricultura da Tanzânia e Cooperativas de Segurança Alimentar, em resposta a um pedido do Governo da Tanzânia.³²⁷

Apesar dum alto funcionário do Governo da Tanzânia e um representante do Governo Chinês terem dado a entender que existem desafios associados com a disponibilidade de terras vistoriadas e longos processos exigidos no acesso à terra, que dificultam o investimento na agricultura, outro alto funcionário do Governo da Tanzânia alegou que não existem problemas para os investidores internacionais na garantia da terra para o desenvolvimento agrícola do país.³²⁸ Numa entrevista com o Centro de Investimentos da Tanzânia (TIC), foi afirmado que os investidores estrangeiros "queriam investir aqui, mas as leis actuais estão a afastá-los."³²⁹ Apesar desta crítica, no entanto, os actores

chineses já haviam arrendado terras agrícolas na Tanzânia, antes da execução do Plano de Acção de Pequim.³³⁰

6.3.2 A cooperação no investimento e comércio

Segundo o PNUD, a Tanzânia tem um enorme potencial como destino de IDE para os países asiáticos, à medida que este se torna mais plenamente desenvolvido na economia de mercado.³³¹ Os principais sectores onde o Governo da Tanzânia está actualmente a promover o investimento, são o turismo, infra-estrutura, indústrias extractivas e a agricultura. O Departamento de Promoção de Investimentos do Centro de Investimentos da Tanzânia (TIC),³³² é responsável pela promoção do investimento, organizando missões regulares até à Ásia, incluindo a China, e recebendo as delegações visitantes. Pode-se notar que, para adquirir uma licença de investimento na Tanzânia, é necessário estabelecer-se um investimento mínimo de U.S.\$ 300,000 em terrenos, edifícios, máquinas, móveis e materiais de trabalho. Além disso, os investidores potenciais podem utilizar até um máximo de cinco trabalhadores expatriados, para os quais devem solicitar autorização para trabalho especializado.

O Governo da Tanzânia está actualmente muito interessado em estabelecer uma zona económica chinesa especial (ZEE). Esta ambição coincide perfeitamente com o plano estratégico industrial da China, de estabelecer cinco zonas preferenciais de comércio e indústria em África, uma iniciativa que incluída no Plano de Acção de Pequim. O componente de financiamento e infra-estrutura destas zonas, será designado de ajuda externa, pelo Ministério do Comércio, na próxima Cimeira do FOCAC, a ser realizada em Novembro de 2009, em Sharm El Sheikh.³³³ Localizada em Dar es Salaam, a ZEE ficaria ligada pela linha ferroviária da faixa de cobre da Zâmbia, e seria um centro de transportes estratégico para expedição ao longo da costa oriental de África.³³⁴ Até à data, tinham sido formalmente proclamadas sete ZEE chinesas; na Zâmbia, Ilhas Maurícias, Egipto, Argélia, Etiópia e duas na Nigéria.³³⁵

Uma Lei das Zonas Económicas Especiais foi aprovada pelo Parlamento da Tanzânia, em 2006, como pré-requisito para o estabelecimento de uma Autoridade de ZEE. A primeira iniciativa posteriormente implementada para o efeito, foi a zona económica especial de Benjamin William Mkapu (BWM-ZEE) em Mabibo, Dar es Salaam. A Tanzânia pode aprender da sua experiência na criação desta zona, à medida que procura desenvolver uma ZEE chinesa.

A BWM-ZEE obteve financiamento através dum investimento de U.S.\$ 24 milhões por parte do governo da Tanzânia, e tinha acabado de entrar em funcionamento no momento da pesquisa de

campo, no entanto, ainda não tinha sido efectuado qualquer investimento. As Zonas de Processamento de Exportação da Tanzânia (Autoridade EPZA) fornecem a infra-estrutura básica, tal como a água, electricidade e estradas, para a zona que alberga cerca de 21 fábricas na totalidade, e estão, de preferência, orientadas para a exportação de instalações fabrís.³³⁶ O investimento chinês na actual ZEE deve ser incentivado através do processo do FOCAC. Em especial, o investimento na zona devia estar centrado na fabricação de produtos especificados encontrados na lista dos 466 produtos que irão receber tratamento tarifário zero na importação para a China, conforme especificado no Plano de Acção de Pequim.

Em Abril de 2008, o Presidente Chinês, Hu Jintao, e o Vice-Presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete, reuniram-se para discutirem a possibilidade de haver o investimento chinês numa ZEE na Tanzânia. Isto seria em consonância com a estratégia da Tanzânia intitulada 'Plano Mini Tigre 2020', que visa acelerar a tramitação do crescimento económico e a redução da pobreza. O plano visa aumentar o investimento na produção, destinado a ser orientado tanto para a exportação como para o mercado interno. Na sequência das discussões entre os dois presidentes, foram submetidas duas propostas para a criação duma ZEE, ao CDB, em Agosto de 2008. No entanto, nunca foi tomada qualquer decisão sobre uma proposta ou outra, até à data.

A primeira proposta descreve o estabelecimento de uma zona industrial chamada Mbegani-Bagamoyo, que ficaria baseada a 7 km para sul de Bagamoyo e a 60 km para norte de Dar es Salaam. O projecto incluiria a construção dum aeroporto internacional, um porto de águas profundas e comunicações via satélite, e o valor total do investimento seria de U.S.\$ 2 bilhões. A segunda proposta vem solicitar o apoio chinês para a criação duma zona económica em Kigoma que pudesse estimular o comércio. Kigoma é um dos portos mais movimentados do Lago Tanganica, com uma ligação ferroviária em funcionamento e um elo directo até ao Porto de Dar es Salaam. As ligações rodoviárias até Kigoma, porém, são pobres e a baía está a sofrer de sedimentação provocada pela erosão do solo. O investimento chinês na renovação da infra-estrutura seria, portanto, um aspecto bem-vindo para Kigoma.

Outra medida realizada por MOFCOM para facilitar um maior investimento chinês na Tanzânia, foi a criação do Centro Chinês para a Promoção do Investimento na Tanzânia (um de dez em África).³³⁷

Este centro ajuda os empresários chineses a montarem operações na Tanzânia, através da introdução de novos operadores à rede de comerciantes chineses, tornando-nos familiar com as várias estruturas governamentais e facilidades de negócios. Curiosamente, quando a equipe de investigação visitou este centro, descobriu que o mesmo também estava a ser usado como um centro

de distribuição de produtos chineses para os comerciantes.³³⁸

Tais serviços de introdução das empresas chinesas parecem ser de grande utilidade na Tanzânia. Um comerciante chinês de atacado queixava-se numa entrevista com a equipe de investigação, que achava os departamentos de estado da Tanzânia lentos e sem resposta, que, segundo o entrevistado, muitas das vezes resultava em empresárias chinesas se sentirem desencorajadas a investir na Tanzânia, levando-nas a escolher outros destinos em África.³³⁹

Outra instituição que ajuda a facilitar o investimento chinês em África, é o Conselho de Negócios Sino-Africano (*China-Africa Business Council*), criado em 2005 como uma iniciativa conjunta entre a China e o PNUD, para apoiar o investimento do sector privado chinês na Tanzânia, Camarões, Gana, Moçambique, Nigéria e África do Sul.³⁴⁰ Em Março de 2009, quando a equipe de investigação visitou o Conselho de Negócios da Tanzânia,³⁴¹ este encontrava-se em fase final de assinatura dum Memorando de Entendimento para representar o China-Africa Business Council na Tanzânia.³⁴²

Segundo um entrevistado bem informado, consultado pela equipe de investigação, o número de delegações comerciais do Governo Chinês a nível central e provincial, a visitar à Tanzânia, está a aumentar rapidamente. Em Abril de 2008, a Tanzânia recebeu a maior delegação até hoje, composta por mais de 150 pessoas. Segundo o entrevistado, a mais recente delegação chinesa a visitar a Tanzânia, chegou em Outubro de 2008 para efectuar estudos no sector dos petróleos da Tanzânia.³⁴³

Broadman et al argumenta que, embora não existam números confiáveis disponíveis, a Tanzânia está, provavelmente, entre os principais destinatários do IDE chinês.³⁴⁴ Durante os últimos anos, tem havido uma proliferação de pequenos comerciantes chineses a negociarem numa vasta gama de bens de consumo e o número de empresas chinesas a entrar na Tanzânia continua a crescer a um ritmo de velocidade elevado. Muitas PMMEs chinesas com actividades na Tanzânia, começam por se estabelecer como comerciantes, passando gradualmente ao investimento à medida que vão identificando e explorando as oportunidades de negócio. Outros investidores chineses para à Tanzânia directamente da China, muitas das vezes com assistência dos amigos, familiares ou contactos de negócio na Tanzânia.

Burke e Corkin notam que, juntamente as mais de 40 companhias chinesas com financiamento, na Tanzânia, especializadas em cooperação orientada para a área dos projectos e programas, existem

mais do que 85 empreendimentos registados na Tanzânia com investimentos chineses vocacionados para os contratos de trabalho e serviços. Salientam ainda que um número crescente de empresários chineses está envolvido no sector de serviços, incluindo restaurantes, saúde e a construção.³⁴⁵

Um alto funcionário do Governo da Tanzânia, entrevistado pela equipe de investigação, sugeriu que cerca de 90 por cento das empresas de construção estrangeiras actualmente activas na Tanzânia, são chinesas.³⁴⁶ Apesar das sociedades em participação (JVs) entre as empresas chinesas e da Tanzânia não serem muito frequentes, em determinadas áreas tais como na radiodifusão e extracção mineral (mais designadamente, o tanzanite), os investidores estrangeiros são obrigados por lei a estabelecer sociedades em participação com actores de negócio da Tanzânia. Em 2006, um número de sociedades em participação sino-tanzaniano deveras genuínas, encontrava-se em operação.³⁴⁷ Esta prática garante que os benefícios chegam à população local através da criação do emprego, a transferência das competências e a cooperação económica e empresarial.

Uma estratégia de entrada comum para as empresas chinesas parece ser o seu ingresso na Tanzânia inicialmente como comerciantes, antes de passarem a outras actividades económicas. Segundo as entidades do Centro de Investimento da Tanzânia (TIC), entrevistadas pela equipe de investigação, esta estratégia não é diferente de qualquer uma adoptada por outros investidores internacionais, que se asseguram de licenças de importação só para as passar a comercializar com o objectivo de testar o mercado e acumular capital para a iniciação de negócios. Os funcionários entrevistados descrevem as empresas chinesas como sendo, geralmente, extremamente competitivas. Sugerem ainda que os investidores chineses na Tanzânia "integram-se bem", misturando-se melhor do que outros investidores com a comunidade local, e citou exemplos de chineses que falam a língua suaíli. Também foi sugerido que os chineses são diferentes de outros investidores porque, uma vez resolvidos a investir, as coisas sucedem-se muito rapidamente, estabelecem metas e trabalham árduamente no sentido da sua implementação.³⁴⁸

Um caso interessante em ponto é o sector de saúde. O chefe da equipe médica chinesa na Tanzânia, informou a equipe de investigação que os médicos chineses enviados para a Tanzânia por meio do quadro bilateral sino-tanzaniano, partilhavam frequentemente os seus conhecimentos, habilidades e experiência de ensino com os médicos locais da Tanzânia, em aspectos práticos e idoneidade da medicina tradicional chinesa. Os princípios deste tipo de tratamento tradicional são semelhantes às práticas de *sangoma* tradicionais africanos. Segundo o entrevistado, este tipo de transferência de competências tem resultado nos Tanzanianos atingirem cuidados de saúde mais acessíveis, assim

como também tem aliviado as filas no hospital local.³⁴⁹

Dadas as semelhanças de antecedentes e experiências de desenvolvimento nos dois países, também foi sugerido que a China estava a fazer uma "contribuição importante na transferência de tecnologia".³⁵⁰ Burke et al notam que, nos sectores tal como a construção, o processamento agrícola e a fabricação, a tecnologia chinesa é consideravelmente mais barata e, geralmente, muito mais simples e directa do que a tecnologia do Ocidente, que muitas vezes está além do alcance dos Tanzanianos em termos de custo e acessibilidade.³⁵¹

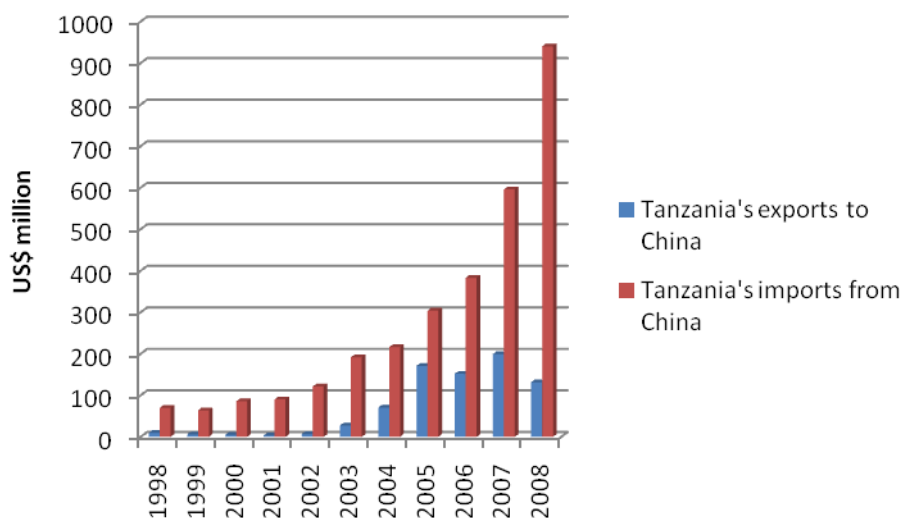
6.3.3 Comércio

O comércio da China com a Tanzânia tem crescido rapidamente na última década, de U.S.\$ 79,7 milhões em 1998, para U.S.\$ 1 bilião em 2008, como mostra o gráfico 6.1 em baixo. Apesar da iniciativa do Governo Chinês para remover as tarifas sobre a importação de 466 itens de alguns países em vias de desenvolvimento, o excedente comercial da China com a Tanzânia tem vindo a aumentar rapidamente desde o FOCAC 2006, como mostra a tabela 6.1. As importações da Tanzânia, provenientes da China, quase que duplicaram, de U.S.\$ 596 milhões em 2007, para U.S.\$ 940 milhões em 2008, enquanto que as exportações dos países africanos para a China, caíram de U.S.\$ 199 milhões em 2007, para U.S.\$ 132 milhões em 2008. Está-se a tornar numa prioridade urgente haver mais diálogo sino-africano, no âmbito do processo FOCAC, para resolver o problema dos crescentes desequilíbrios comerciais.

Diagrama 6.1 Perspectiva sobre o comércio da Tanzânia com a China (1998-2008)

Exportações da Tanzânia para a China

Importações da Tanzânia provenientes da China



Fonte: Dados do Atlas Mundial do Comércio

Tabela 6.1 O comércio da Tanzânia com a China 2006-2008 (US\$ milhões)

	2006	2007	2008
Exportações	151.78	199.46	131.66
Importações	382.98	595.85	940.26
Total	534.76	795.31	1071.92

Fonte: Dados do Atlas Mundial do Comércio

A maioria das exportações da Tanzânia para a China incluem minérios metálicos, especialmente os metais preciosos, e cobre, além da madeira e produtos agrícolas. É também muito interessante notar que, em 2008, também houve um forte aumento na procura por bens de capital, incluindo equipamentos de terraplanagem, ferramentas manuais, máquinas, materiais da construção, bem como ferramentas agrícolas e fertilizantes.

Estão a ser importadas grandes quantidades de bens de consumo fabricados na China, por parte da Tanzânia. Embora o acesso aos bens de consumo a preços acessíveis, seja de benefício claro para os consumidores, tem resultado na concorrência, directa e indirecta, entre a China e a Tanzânia, em particular na área dos têxteis.³⁵² Kaplinsky et al frisam que a China também compete com a Tanzânia em mercados terceiros.³⁵³ A equipe de investigadores discutiu a concorrência no mercado terceiro

com um observador bem informado, que sugeriu que as importações chinesas, de facto, têm um impacto no sector da fabricação incipiente na Tanzânia, que já estava a lutar para ser competitivo nos mercados regional e internacional.³⁵⁴

Segundo o entrevistado, esses desafios são muito elevados, dados os "custos de mediação e das utilidades", associados a deficiências na infra-estrutura, à falta de mão-de-obra qualificada, ao regime de tributação da Tanzânia e à corrupção. As violações dos direitos da propriedade intelectual, devido à importação de produtos falsificados, também têm apresentado problemas. Em Agosto de 2008, um enviado especial da China sobre os Assuntos Africanos, Liu Guijin lamentou que os produtos falsificados na China estavam a entrar na Tanzânia, afectando os produtores locais e pondo em causa a credibilidade dos produtos chineses.³⁵⁵

Devido ao facto de que os minerais constituem uma percentagem relativamente pequena das exportações da Tanzânia, é imperativo que o valor acrescentado de outros serviços de fabrico sejam identificados, a fim de se reduzir o défice comercial crescente da Tanzânia, e os tornar competitivos com outros produtos. O investimento chinês numa zona económica especial, juntamente com o seu investimento na infra-estrutura, poderão ajudar a aliviar este desafio.

Em 2008, foram conduzidos estudos de delimitação por parte de investigadores japoneses em nome do Governo da Tanzânia, para avaliar o potencial da ZEE para atrair investidores à Tanzânia. O objectivo foi identificar as actividades onde seria possível desenvolver o valor acrescentado em áreas distintas de fabricação, em diferentes partes do país. Estas podiam incluir oportunidades tais como um porto de águas profundas em Mwara para a melhoria da infra-estrutura no sul da Tanzânia. Árvores -a soja, o bambu e as plantações de biocombustíveis também foram identificados como constituindo potenciais oportunidades. Estas são as oportunidades que o governo da Tanzânia podia propor ao Governo Chinês antes do FOCAC para ajuda na redução do défice comercial, a criação de emprego e a promoção da transferência de conhecimentos e habilidades.³⁵⁶

6.3.4 Finanças

A cooperação sino-tanzaniana no sector das finanças tem sofrido uma quantidade razoável de desenvolvimento desde 2006. Durante a sua visita à China em Abril de 2008, o Presidente Kikwete da Tanzânia veio a solicitar o apoio chinês para ajuda com o desenvolvimento da infra-estrutura e agricultura, com uma forte ênfase sobre o financiamento das tecnologias agrícolas (mais

especificamente as sementes, fertilizantes, técnicas de irrigação e equipamentos agrícolas).³⁵⁷ Em Fevereiro de 2009, durante a sua visita à Tanzânia, o presidente Hu Jintao concordou, em princípio, em reforçar as relações entre os dois países na área das finanças, com especial atenção para a agricultura, indústria da transformação, mineração e infra-estruturas. Foi relatado que, logo após a visita, seria estabelecido um banco de desenvolvimento agrícola, embora não tivessem sido feitas quaisquer declarações formais até ao mês seguinte, quando o presidente do CDB, Chen Yuan, assinou um acordo com o professor Benno Ndulu, governador do Banco da Tanzânia, para o estabelecimento dum quadro de acordo sobre o financiamento para o desenvolvimento da cooperação entre a China e a Tanzânia.³⁵⁸

O acordo descrevia a cooperação sob a forma de apoio técnico e financeiro, incluindo estudos de viabilidade sobre a concessão de empréstimos a empresários chineses na Tanzânia, assim como outros programas de financiamento, na Tanzânia. À altura da pesquisa de campo, os termos de referência para um consultor estavam a ser preparados para os estudos de viabilidade que seriam realizados neste contexto, um com o Banco de Desenvolvimento da Tanzânia e outro referente à criação dum banco de desenvolvimento agrícola.³⁵⁹ O estudo de viabilidade fará recomendações sobre a estrutura adequada e o tamanho do banco. Um alto funcionário do governo sugeriu à equipe de investigação que o capital do banco deveria ser superior a U.S.\$ 100 milhões.³⁶⁰

Outro observador informado sugeriu que a China deveria contribuir com cerca de 30 por cento do capital, e o Governo da Tanzânia com os restantes 70 por cento.³⁶¹ Curiosamente, um relatório recente do Grupo de Trabalho sobre Agricultura do Conselho Nacional de Empresas da Tanzânia (TNBC), sugeriu que um capital inicial mínimo de U.S.\$ 500 milhões seria necessário para o arranque de uma iniciativa desse tipo.³⁶² Enquanto que um respondente informado da Tanzânia sugeriu à equipa de investigação que um dos desafios principais ao sucesso dos bancos de desenvolvimento agrícola é o abuso de informações privilegiadas, com os funcionários do governo a concederem empréstimos a si próprios e aos seus conhecidos,³⁶³ o Governador do Banco da Tanzânia apresentou garantias públicas que todos os projectos estão a ser "executados de uma forma competitiva".³⁶⁴

No entanto, a equipe de investigação identificou algumas dúvidas quanto à probabilidade do desenvolvimento agrícola na verdade vir a ser estabelecido. Um funcionário muito bem informado, aposentado do governo da Tanzânia, sugeriu nas entrevistas à equipe de investigação, que "o Banco de Agricultura já há, pelo menos, 15 anos que estava em discussão".³⁶⁵

Além do banco de desenvolvimento agrícola, outros programas também deviam ser levados em conta, incluindo as sociedades em comparticipação com empresas chinesas reconhecidas, recomendadas pela CDB.³⁶⁶ Enquanto que um observador estrangeiro bem colocado acredita que a China não está a ganhar nada excepto a boa fé, no negócio,³⁶⁷ um alto funcionário do governo da Tanzânia sugeriu que o projecto até podia render retornos elevados, embora com maior risco numa altura em que os retornos da UE e América do Norte são muito baixos como resultado da crise económica internacional.³⁶⁸

Além disso, existe a presença chinesa indirecta numa série de iniciativas financeiras na Tanzânia. É possível notar que, desde Dezembro de 1945, que a China tem sido membro do Grupo do Banco Mundial, que é muito activo na Tanzânia, com 26 projectos num valor total de mais do que U.S.\$ 2 bilhões em todos os principais sectores da economia, a partir de Março de 2009.³⁶⁹ As empresas chinesas conseguiram obter um grande número de contratos de infra-estrutura para o desenvolvimento, junto do Banco Mundial na Tanzânia, no entanto, três empresas de construção chinesas a operarem actualmente na Tanzânia (China Road e Bridge Corporation, a China State Construction Corporation e a China Geo-Engineering Corporation) foram recentemente colocadas na lista negra do Banco Mundial devido às suas práticas de fraude e corrupção nas Filipinas. Enquanto terão autorização para completar os projectos em curso, devem ser excluídas dos concursos para cerca de oito projectos no valor de U.S.\$ 400,8 milhões, actualmente em preparação.³⁷⁰

Mais, a China aderiu ao Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) e ao FDA em 1985. Em 2008, o Export-Import Bank of China e o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), ambos estabeleceram relações formais com o AfDB, que está actualmente a financiar um número importante de projectos na Tanzânia, com o enfoque sobre a energia de saneamento, agricultura e educação.³⁷¹

Podem-se referir outras ligações directas entre a China e a Tanzânia, na área das finanças. O Banco Popular da China (PBC) é o único investidor não-africano no Banco da Área de Comércio Preferencial (PTA).³⁷² A China tem uma quota de 12,3 por cento no Banco PTA, que tinha uma base de activos de U.S.\$ 353 milhões em 2007, e tem investimentos significativos numa fábrica de cimento, bebidas, turismo e telecomunicações, na Tanzânia.³⁷³ O Ministro das Finanças da Tanzânia, Mustafa Mkulo, faz parte do conselho de governadores do PTA, juntamente com o governador do PBC e dois administradores executivos chineses. Em conformidade com o Plano de Acção de Pequim, o Banco

de Desenvolvimento da China estendeu uma linha de crédito de U.S.\$ 50 milhões ao PTA, em 2008, para projectos de telecomunicações nos Estados-Membros, incluindo na Tanzânia.³⁷⁴

Além disso, durante a visita do Primeiro-Ministro, Wen Jiabao, à Tanzânia, em 2006, o CDB assinou um acordo com o Banco de Desenvolvimento do Leste Africano (BID EADB) para financiar projectos de desenvolvimento.³⁷⁵ As ligações financeiras indirectas sino-tanzanianas foram reforçadas em Julho de 2007, quando o CDB investiu U.S.\$ 3 bilhões para comprar uma participação de 3,1 por cento no Barclays Bank da Grã-Bretanha, que tem 24 agências e 8 centros de vendas por toda a Tanzânia.³⁷⁶ Segundo o acordo, o CDB pode levantar uma participação de até 8 por cento no Barclays, para o futuro, e pode comprar livremente acções adicionais no mercado aberto, com um limite de participação de 10 por cento.³⁷⁷

Mais tarde em 2007, o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) adquiriu uma participação de 20 por cento, avaliada em aproximadamente U.S.\$5,5 bilhões, no Standard Bank da África do Sul, que, através da sua subsidiária, Stanbic, tem uma presença em 16 países africanos, incluindo na Tanzânia.³⁷⁸

Apesar de todas estas opções financeiras oferecem múltiplas oportunidades para a Tanzânia, é imperativo que haja acesso ao capital por parte das PMMEs, através destes veículos de financiamento. É sugerido que o Governo da Tanzânia providencie uma série de seminários de trabalho sobre o comércio, cursos de formação profissional, bem como programas de treinamento e orientação, tanto a empresários africanos como chineses. Assim, os principais intervenientes seriam informados sobre as facilidades financeiras disponíveis e como as aproveitar para criar novos negócios, gerar emprego e aumentar a Cooperação Económica entre a China e a Tanzânia.

6.3.5 O desenvolvimento de infra-estrutura

A infra-estrutura inadequada continua a ser um dos principais desafios para o desenvolvimento da Tanzânia. Assim, o foco tradicional da China sobre a infra-estrutura, nos seus esforços de ajuda ao desenvolvimento do continente africano, está bem em linha com as necessidades da Tanzânia. Burke e Corkin notam que a China realmente se tem empenhado numa ampla gama de projectos de desenvolvimento de infra-estrutura na Tanzânia, incluindo edifícios, rodoviárias, ferrovias, pontes, portos, água e irrigação, e continua a ter uma contribuição concreta no desenvolvimento, enquanto

vai consolidando a sua presença na Tanzânia.³⁷⁹ Foster et al sugere que os empreiteiros chineses têm sido particularmente bem sucedidos nos sectores das estradas e da água.³⁸⁰

Apesar da indústria da construção na Tanzânia ser relativamente grande, o papel das empresas locais continua a ser limitado, simplesmente porque não têm capacidade para projectos de grande escala.³⁸¹ Segundo um alto funcionário do Governo da Tanzânia que concedeu uma entrevista à equipe de investigação, as empresas locais continuam a dominar os pequenos e médios projectos, enquanto que as empresas chinesas dominam no mercado dos projectos mais vastos. Como resultado disto, há muito pouca concorrência directa entre as empresas de construção chinesas e as locais.³⁸² Dado que a maioria dos grandes contratos não é das sociedades em participação, existe uma cooperação limitada entre empresas locais e chinesas, o que dificulta as competências e transferência de tecnologia das empresas chinesas para a Tanzânia. Também há subcontratação limitada de secções menores dos projectos aos empreiteiros locais.

Em termos de empreendimentos de infra-estrutura à grande escala, é de notar que a China Sonangol International Holding, com a sua base em Hong Kong, firmou um acordo com o governo da Tanzânia para desenvolver o Terminal III do Aeroporto Internacional de Julius Nyerere. Foi reportado que o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) poderia oferecer apoio sob a forma de participação no capital ou outras formas de financiamento, para este projecto. As reportagens dos meios de comunicação alegam que os direitos de exploração do petróleo foram fornecidos em troca de assistência, dando origem a acusações de graves irregularidades relacionadas com o tratamento por parte do Governo, do processo de adjudicação.³⁸³ Contudo, esses relatórios são, obviamente, muito difíceis de comprovar e nenhum dos funcionários do governo consultado tinha qualquer comentário a fazer sobre o assunto.

No entanto, é importante que o acordo referente à remodelação do aeroporto seja estruturado de uma forma justa. É recomendado que os conselheiros com a experiência necessária, técnica e comercial, estejam envolvidos nas negociações. Além disso, dadas as especulações de eventuais irregularidades, seria construtivo se se incluíssem representantes da sociedade civil no processo de garantia da transparência e certeza de que o negócio está estruturado de forma a representar os interesses públicos. Outrossim, a transferência dos conhecimentos e competências deve ser assegurada e a responsabilidade pela manutenção do aeroporto claramente indicada, no contrato.

Também é possível observar-se que os Governos da China e Tanzânia são proprietários, e operam,

em conjunto, uma empresa de navegação chamada a Sinotaship, que foi criada em 2001. A sociedade em comparticipação está a operar com sucesso e, actualmente, busca a aquisição de duas novas embarcações, um navio de 54,000 toneladas e um barco de 37,000 toneladas. Os altos funcionários do Governo, no seio do Ministério de Desenvolvimento de Infra-Estrutura, mostraram-se satisfeitos com o processo de colaboração, nas entrevistas com a equipe de investigação.³⁸⁴

6.3.6 Energia e Recursos

A China também tem demonstrado interesse crescente na faixa de mineração da zona centro de África Austral, que inclui a Zâmbia, Tanzânia e Moçambique.³⁸⁵ A Tanzânia também possui depósitos comprovados de níquel e grandes quantidades de urânio. Embora existam algumas jazigas de carvão, não foram encontrados depósitos substanciais de petróleo apesar da exploração extensiva que tem vindo a decorrer na Tanzânia.³⁸⁶ Em Maio de 2009, foi relatado que a empresa China Sonangol International Holding,³⁸⁷ com base em Hong Kong, recebeu três licenças de exploração do petróleo, em Rukwa no sudoeste da Tanzânia, ao longo da fronteira com a RDC. Além disso, segundo um oficial da Tanzânia que foi entrevistado, à altura da pesquisa de campo, o Governo da Tanzânia tinha acabado de submeter 17 propostas de projectos a Pequim. Vários projectos de infra-estrutura de energia e recursos estavam incluídos na proposta.

6.4 Avaliando o Plano de Acção de Beijing: A Cooperação no Desenvolvimento Social

6.4.1 Apoio ao desenvolvimento

Apesar do facto de que 34 por cento do PIB da Tanzânia é composto de ajudas de doadores, mesmo assim é um dos poucos países africanos com parâmetros à altura para poder avaliar os tipos de ajuda de que está disposto a aceitar. E a ajuda da China sempre foi aceitável.³⁸⁹ Nos primeiros anos dos laços com África, a China concentrava a sua ajuda em apenas alguns países, incluindo a Tanzânia, Argélia, Gana, Congo-Brazzaville e Mali.³⁹⁰ À medida que Angola, o Sudão, Zâmbia e a Etiópia também começam a receber níveis significativos de assistência da China, o enfoque especial continuou a ser a Tanzânia, como o seu "aliado mais constante", e a sua localização estratégica

enquanto porta de entrada do lado do Oceano Índico, à riqueza mineral de África Austral.³⁹¹

Foster *et al* observa que, como um dos principais beneficiários da ajuda da China em África, a Tanzânia já recebeu mais de 100 projectos e programas de cooperação, totalizando em excesso de U.S.\$ 2 bilhões, desde o início dos anos '60.³⁹² É difícil determinarem-se as mudanças no nível de ajuda ao desenvolvimento que a China oferece à Tanzânia, tendo em conta o sigilo em torno destes números; todavia, o que é certo é que a assistência de Pequim não está em nada reduzida e a China já cancelou a dívida da Tanzânia, em conformidade com os compromissos do Plano de Acção de Pequim, que dizem respeito à anulação de juros, por parte do governo, sobre os empréstimos contraídos pelos PPMEs e PMDs.

6.4.2 O desenvolvimento dos recursos humanos

Os inquiridos no Ministério da Agricultura, explicaram à equipe de investigação que existe uma grande necessidade de capacitação no sector de agricultura da Tanzânia.³⁹³ A China parece realmente estar interessada nesta tarefa e tem vindo a intensificar a cooperação, a extensão das tecnologias aplicáveis e os recursos humanos, em consonância com os compromissos assumidos no âmbito do Plano de Acção de Pequim. O Embaixador Chinês na Tanzânia, declarou numa entrevista à equipe de investigação, que o Governo Chinês tinha enviado três técnicos agrícolas (peritos em máquinas agrícolas, economia agrícola e irrigação) para trabalhar no Ministério da Agricultura da Tanzânia.³⁹⁴

É recomendado à Tanzânia que devia encorajar a China, através do processo do FOCAC, a analisar o modo de formalizar as relações entre as instituições de pesquisa científica da Tanzânia e o sistema altamente desenvolvido de academias científicas, da China, com especial atenção para a expansão e melhoria dos apoios à ciência e tecnologia, a média e longo prazos, no novo Plano de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia de 15 anos.³⁹⁵ Por exemplo, o foco da China no desenvolvimento do investimento no sector privado, na área da pesquisa, pode facilmente ser estendido a outros países de África, na área específica das indústrias de extracção. A Tanzânia deve solicitar que o foco da China no desenvolvimento dos investimentos do sector privado na pesquisa científica e tecnológica, também devia incluir a ciência e especialistas de pesquisa da Tanzânia, nas áreas de exploração do petróleo.³⁹⁶ A colaboração na pesquisa, nestes domínios, irá ajudar a

construir capacidades e incentivar à participação efectiva nos sectores internacionais das ciências e tecnologia.

6.4.3 O ensino

Em 1962 e 1992, respectivamente, os dois países assinaram dois acordos de cooperação cultural para a facilitação do intercâmbio entre estudantes. Bem mais do que 600 alunos da Tanzânia já tiraram os seus cursos na China desde que foram estabelecidas relações entre os dois países, com mais de 70 novos alunos da Tanzânia a estudarem na China em 2008.³⁹⁷ Muitos dos graduados de universidades chinesas, oriundos da Tanzânia, são fluentes em mandarim, estando actualmente a trabalhar com empresas chinesas na Tanzânia, nomeadamente, nas empresas de construção. Também é de-se notar que o mandarim é uma das disciplinas ensinadas na Universidade de Dar Es Salaam.

Os diplomados da Tanzânia, com diplomas de universidades chinesas e competentes no chinês mandarim, são recursos valiosos para a economia da Tanzânia. Não só podem ajudar a preencher as lacunas nas áreas da língua e cultura, como também podem auxiliar o governo, através da sua experiência, na elaboração de estratégias pró-activas, de forma a alcançar um engajamento sino-tanzaniano mais eficaz.

No cumprimento do Plano de Acção de Pequim, o Governo Chinês ofereceu-se para construir três escolas primárias, incluindo salas de aula, biblioteca, banheiros e quartos especiais para meninas, além de campos de recreio para cerca de 300 alunos. O valor das escolas está calculado em cerca de U.S.\$ 750.000 cada uma.³⁹⁸ Vários planos arquitectónicos foram apresentados ao Governo da Tanzânia que, de seguida, seleccionou aqueles que considerou mais apropriados. Segundo um alto funcionário do Ministério da Educação (MdE) que foi consultado pela equipe de investigação, os locais foram posteriormente escolhidos em consultas com todas as partes interessadas.³⁹⁹ Segundo o entrevistado, os locais escolhidos e os critérios utilizados, são os seguintes:

- a) O Concelho de Kiteto, Região de Mayara, no norte da Tanzânia, que se encontra atrasado em relação ao resto do país na maioria dos indicadores de desenvolvimento humano. É uma área pecuária, onde as taxas de abandono escolar são extraordinariamente elevadas;
- b) A Região de Pwani no Concelho de Bagamoyo, na costa, que é uma região desfavorecida; e
- c) O centro da cidade capital de Zanzibar, que, segundo um entrevistado, foi escolhido por razões

políticas.⁴⁰⁰

Segundo um respondente do MdE, o lado chinês espera uma "pequena contribuição", quer a partir do governo central ou local, da Tanzânia, para o processo de construção das escolas. Esta contribuição, que, segundo o entrevistado pretende "criar um sentido de apropriação" das escolas, pode ser feito em dinheiro ou espécie, na forma de terras ou materiais de construção. As escolas, inicialmente, eram para ser construídas dentro dum prazo de seis meses, mas verificaram-se alguns atrasos na consulta e coordenação de todos os interessados, e as contribuições da Tanzânia estão ainda por assegurar. Segundo um alto funcionário do Governo Chinês consultado pela equipe de investigação, as máquinas, os trabalhadores e as ferramentas já se encontram na Tanzânia e estão prontos para iniciar o trabalho de construção, uma vez concluídas as consultas entre o Governo da Tanzânia e todas as partes interessadas.⁴⁰¹

Existe uma carência grave de professores na Tanzânia. Cerca de 52,000 professores são necessários no país, neste momento, e, numa entrevista com a equipe de investigação, o funcionário acima mencionado do Ministério da Educação queria saber se a China seria capaz de ajudar a enfrentar este desafio, particularmente nas áreas da matemática e ciências. Outras áreas possíveis, que carecem de assistência e que já antes foram mencionadas, são o fornecimento de materiais de ensino e o estabelecimento de centros de recursos para os professores.⁴⁰² De facto, segundo um alto funcionário do Governo Chinês, um quadro de acordo estabelecido com o Plano de Acção de Pequim, já se encontra em vigor para a China empregar voluntários na Tanzânia, em especial na área da educação.⁴⁰³

6.4.4 Cuidados médicos e a saúde pública

A saúde é um aspecto fundamental das relações sino-tanzanianas. Desde 1968 que a China tem vindo a despachar equipas médicas para o lado oriental da Tanzânia, compostas por cerca de 24 médicos, a todo e qualquer momento. De acordo com um entrevistado informado, os membros da equipa médica são destacados de Shandong, na China Oriental, por dois anos de cada vez. Cerca de 1,000 funcionários médicos chineses foram encaminhados para a Tanzânia, desde o início do programa. Também têm sido fornecidas quantidades significativas de equipamentos e remédios através deste programa.⁴⁰⁴

Além dos benefícios médicos tangíveis para a população da Tanzânia, o programa tem proporcionado uma oportunidade inestimável para a transferência das competências entre o pessoal médico chinês e o da Tanzânia, além de trocas individuais entre as pessoas. Conforme referido no ponto 6.3.2, um número de médicos chineses envolvido nestas trocas, estabeleceu, desde então, os seus próprios consultórios particulares, na Tanzânia, oferecendo tanto medicina chinesa como ocidental.⁴⁰⁵

Um estudo de caso sobre a medicina tradicional chinesa na Tanzânia, revelou que as percepções da medicina chinesa como tendo 'efeitos rápidos' têm atraído os locais às clínicas chinesas. Segundo o relatório, os pacientes da Tanzânia acham a medicina chinesa eficaz, devido à forma como os chineses fornecem os cuidados, o modo em que as drogas chinesas são comercializadas e consumidas, e os efeitos terapêuticos do tratamento, que combinam a administração hábil da medicina chinesa com a ocidental. Os pacientes da Tanzânia apreciam a brevidade das visitas e o seu custo acessível. Como resultado disso, o Ministério da Saúde da Tanzânia e o Ministério do Comércio começaram, em meados da década de '90, a emitir licenças às empresas privadas de medicina tradicional chinesa.⁴⁰⁶

O impacto mais vasto do desenvolvimento das clínicas chinesas, ainda está por medir. No entanto, como a medicina chinesa se mostra facilmente aceite pelos moradores da Tanzânia, a mesma poderá estender-se para as áreas remotas rurais, através da formação na Tanzânia ou através de se incentivarem os praticantes de medicina tradicional chinesa a entrarem nessas áreas. Isto também faria um estudo de caso interessante, para contemplação por parte de outros países africanos.

Mais, foi anunciado durante a visita do Primeiro-Ministro, Wen Jiabao, à Tanzânia, em Junho de 2006, que o Governo Chinês iria explorar a possibilidade de criar uma sociedade em comparticipação numa fábrica de medicamentos anti-malária em conjunto com a Tanzânia.⁴⁰⁷ De acordo com um entrevistado consultado pela equipe de investigação, a China fornece actualmente medicamentos contra a malária, a pedido da sequência de negociações entre os ministérios relevantes da Tanzânia, no entanto, parece ter havido maior desenvolvimento em relação à fábrica planeada para a produção de drogas anti-malária.⁴⁰⁸

Como resultado da promessa da China de entregar 10 hospitais à África, em conformidade com o Plano de Acção de Pequim, está projectado que a Tanzânia irá receber um hospital especializado de cardiologia, conforme solicitado pelo governo da Tanzânia. Um alto funcionário médico chinês

explicou à equipe de investigação que a formação na luta contra a malária e o centro de tratamento prometido durante a visita de Wen Jiabao, em 2006, deviam ficar alojados no hospital especializado de cardiologia.⁴⁰⁹

Segundo outras fontes superiores do Governo Chinês, o projecto do hospital de cardiologia já foi concluído, mas houve um atraso de seis meses na execução da construção como resultado da incapacidade do Governo da Tanzânia de fornecer alojamento ao pessoal chinês.⁴¹⁰ Também foi relatado que a Tanzânia manifestou o desejo de cooperação com a China no uso da medicina tradicional chinesa para tratar o VIH / SIDA.⁴¹¹ Dada a notável contribuição da China aos cuidados de saúde em África ao longo dos últimos trinta anos, a ampliação da cooperação neste sentido seria vantajosa para a Tanzânia.

6.4.5 O turismo

À Tanzânia foi concedido o Estatuto de Destino Aprovado (ADS), pelo Governo Chinês, no entanto, conforme reparou um observador informado, numa entrevista com a equipe de investigação, o turismo chinês na Tanzânia tem sido muito pouco até a data.⁴¹² Na sua grande maioria, os turistas chineses registados que visitam o país africano, de facto, são pessoas de negócio. O número de vôos para África Oriental a partir da China tem vindo a aumentar consideravelmente nos últimos anos, com quatro companhias aéreas a oferecerem actualmente um total de 45 vôos por semana através de vôos de ligação a partir de países vizinhos.

O Departamento de Turismo da Tanzânia podia valorizar o processo do FOCAC e trabalhar com os actores chineses para desenvolver um programa sob medidas de modo a encorajar as empresas chinesas e turistas de lazer, a visitarem a Tanzânia. Isto podia incluir uma variedade de iniciativas, tais como as de patrocínios de grupos de agentes de viagens chineses, para que realizassem uma turnê experimental até à Tanzânia, ou através de programas de intercâmbio para profissionais de viagens. A partir disso, os pacotes de negócios e de lazer podiam ser projectados especificamente para atender a grupos de turistas chineses. Isto podia incluir o alojamento com cozinha chinesa, a utilização de guias turísticos chineses, a impressão e distribuição de brochuras e sítios web, em chinês.

Além disso, o Governo da Tanzânia teria que avaliar se os vistos seriam mesmo necessários para os visitantes chineses e re-avaliar a disponibilidade dos vôos entre os dois países, de forma a acomodar

um futuro aumento. Podia-se considerar a convocação de conferências sobre o turismo, ao mesmo tempo que os governos da Tanzânia e China fossem a incentivar a constituição de sociedades em participação junto dos operadores de viagens.

6.5 Os impactos políticos, sociais e económicos do FOCAC

Conforme descrito a seguir neste capítulo, um importante número de compromissos assumidos no Plano de Acção de Pequim, já foi implementado na Tanzânia, embora muitos outros ainda se encontrassem em fase de planeamento e implementação. Na verdade, o principal desafio identificado em termos de implementação dos compromissos do FOCAC, dizem respeito às questões de capacidade e coordenação no seio do Governo da Tanzânia. Os inquiridos chineses explicaram que as instituições de estado locais da Tanzânia normalmente são muito lentas a responderem às solicitações e consultas.

Os entrevistados chineses também alegaram que tinham surgido disputas com as instituições do governo local sobre o fornecimento de infra-estruturas tal como a água, electricidade, estradas e instalações de telecomunicações, necessárias para a implementação e execução de projectos de desenvolvimento. Os desafios sentidos em relação aos processos burocráticos necessários para se garantir a terra, também foram descritos como constituindo obstáculos.

Numa série de entrevistas, a equipe de investigação foi informada de que as autoridades chinesas activas na Tanzânia, os funcionários do governo e os representantes das empresas, muitas das vezes ignoravam os oficiais juniores do Governo da Tanzânia, dirigindo-se directamente aos altos funcionários para acelerarem as decisões e prestação de serviços. Assim, os principais desafios para a implementação efectiva do Plano de Acção de Pequim, parecem residir do lado Tanzaniano, como resultado de problemas de capacidade e organização.

Um entrevistado informado argumentou que, apesar da profundidade do envolvimento entre os dois países, o conhecimento de, e interesse pela China entre muitos dos Tanzanianos, permaneciam, em grande parte, muito reduzidos.⁴¹³ A maioria dos Tanzanianos continuava a concentrar-se sobre o Ocidente, ignorando oportunidades para tirar vantagem do potencial apresentado pela China. Com efeito, os intercâmbios estudantis e pessoal médico e, mais especialmente, talvez a crescente interacção entre os empresários chineses e os da Tanzânia, podem-se caracterizar pela sua característica informal, e já contribuíram enormemente para as relações entre os dois países. No entanto, os principais desenvolvimentos no envolvimento da China com a Tanzânia, continuarão a ser

moldados pelas reuniões de alto nível entre os líderes superiores, estando os efeitos das relações sino-tanzanianas e o FOCAC ainda por articular de uma forma clara, ou reflectidos aos níveis mais baixos do sector público e privado. Diversas formas de intercâmbio para o aumento da interacção entre os dois países, deviam ser aproveitadas, ainda através do processo do FOCAC.

Tal como foi referido, as empresas chinesas estão a investir na construção e exploração de minério da Tanzânia. Se aplicado de uma forma correcta, com o emprego resultante dos trabalhadores locais da Tanzânia, isto até poderia levar ao desenvolvimento de competências e a transferência de tecnologias, nestes sectores. Em termos de evolução da cooperação científica e tecnológica, até à data presente, as mesmas têm sido limitadas à construção pendente dum centro de demonstração agrícola e um centro de formação anti-malária.

6.6 Recomendações aos parceiros sociais da Tanzânia

6.6.1 A estrutura do processo de participação sino-tanzaniano

Os gabinetes do Presidente e Primeiro-Ministro devem comunicar o mandato para as relações sino-tanzanianas, de uma forma clara, partilhando o mesmo com todos os departamentos de estado e funcionários de governo da Tanzânia e China.

Os gabinetes do Presidente e Primeiro-Ministro terão que comunicar, urgentemente, de uma forma clara, qual o mandato das relações sino-tanzanianas, compartilhando-no, de seguida, com todos os departamentos e funcionários de governo da Tanzânia. Devem tornar claro a todos que o Departamento da Ásia e Oceânia no seio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, é o ponto de coordenação para a participação sino-tanzaniana. A estrutura organizacional e o processo de comunicação também devem ser claramente comunicados à Embaixada da China em Dar es Salaam. Isto irá permitir a prioritização efectiva dos pedidos e o desenvolvimento e implementação das estratégias de envolvimento global.

6.6.2 Estabelecer um comité de monitorização do FOCAC para a Tanzânia

Deve ser colocado no lugar um mecanismo formal e eficaz, a nível da Tanzânia, para se efectuar o seguimento do FOCAC, com a coordenação do Departamento para a Ásia e Oceania no seio do Ministério dos Assuntos Estrangeiros e Cooperação Internacional.

Esta comissão devia ser coordenada pelo Departamento de Ásia e Oceania e de Cooperação Internacional no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e composta por representantes dos ministérios, departamentos de estado, organizações da sociedade civil, organizações do sector público e agências de promoção de investimentos e financiamento. Os mesmos devem reunir-se regularmente para discutir o andamento das diversas iniciativas, os desafios sentidos e as oportunidades que se desenham. Também devem discutir os eventos programados, de forma a garantir a existência do consenso e a coordenação entre as diversas partes interessadas.

6.6.3. Utilizar o processo do FOCAC para abordar os crescentes desequilíbrios comerciais

O Governo da Tanzânia deve pedir ajuda ao Governo da China para aliviar os constrangimentos em relação aos suprimentos, e abordar os desafios associados à falta de acesso ao mercado chinês por parte dos produtos oriundos da Tanzânia.

Dado que os itens na lista de tratamento tarifário zero, anunciados para a Tanzânia durante o FOCAC 2006, não são os produtos mais importantes para exportação, a lista devia ser analisada junto dos funcionários do Governo Chinês, para garantir um maior impacto sobre os volumes de exportação da Tanzânia. Além disso, as especificações sobre normas de exportação, tais como os requisitos de embalagem, as normas de higiene e os ingredientes, precisam de ser mais detalhadas de forma a evitarem-se as barreiras não-tarifárias, nas exportações para a China.

6.6.4 Edificar competências no Ministerio dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional

Deve ser recrutado pessoal adicional com experiência nas relações Ásia-África, para o Departamento de Ásia e Oceania no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, de forma a reforçar as capacidades.

Sugere-se que se verifique o recrutamento do pessoal mais experiente nas relações Ásia-África, para a divisão do Leste Asiático / Pacífico, no Departamento, para aliviar a carga de trabalho e questões actuais de capacidade humana. Sempre que for necessário, é recomendado que sejam utilizados consultores técnicos e comerciais experientes na área da negociação de contratos, de modo a garantir o reforço das capacidades dos departamentos de estado, e assegurar o melhor cumprimento do acordo. Além disso, o pessoal do Departamento de Ásia e Oceania, deve participar em cursos específicos e seminários de trabalho de forma a melhorarem a sua compreensão da cultura, língua e protocolo chineses, isto para melhor interagirem com os seus homólogos chineses.

6.6.5 Facilitar o acesso às opções de capital e financiamento para os Tanzanianos

O Governo da Tanzânia deve trabalhar em estreita ligação com as instituições financeiras, tanto locais como chinesas, de modo a garantir que as PMMEs na Tanzânia tenham maior acesso ao capital a longo prazo, e que sejam capacitadas com as competências necessárias para conseguirem tomar partido destas facilidades.

É imperativo que as diversas possibilidades de financiamento e instrumentos de investimento disponíveis aos interessados na Tanzânia, por meio do quadro do FOCAC, venham a facilitar o acesso ao capital por parte das PMMEs. Sugere-se que o governo leve a cabo uma série de seminários de trabalho sobre o comércio, cursos de formação de profissionais, bem como programas de tutoria. Prevê-se que tais medidas iriam melhorar a conscientização dos empresários, tanto os africanos como chineses, acerca de tais facilidades, e como aproveitá-las, para se criarem novos negócios e empregos e aumentar a Cooperação Económica entre a China e a Tanzânia.

6.6.6 Aumentar as oportunidades para a transferência das competências e tecnologia

O aumento da transferência de capacidades e tecnologia para os Tanzanianos, das companhias chinesas, devia ser facilitado através do quadro do FOCAC.

A Tanzânia devia propor formas de facilitar a transferência de competências e tecnologia da China, através do processo do FOCAC, quer através de sociedades em comparticipação, ou duma maior subcontratação às empresas locais. Também se devem contemplar formas de aumentar a aquisição

de insumos locais, em termos de material e trabalho. Um exemplo seria a inclusão destas cláusulas nos acordos com as empresas chinesas contratadas para efectuar trabalhos na Tanzânia. A Tanzânia também podia considerar implementar, a nível do mercado interno, algumas das políticas de transferência de tecnologia, aplicadas na China, que surtiram um efeito positivo imediato.⁴¹⁴ Estas foram especificamente implementadas nas áreas da tecnologia agrícola, tais como as técnicas de irrigação económicas em termos de água, a tecnologia de fertilização do solo, a criação de projectos de pecuária, as tecnologias e processos de armazenamento de grãos, mediante a utilização de novos fertilizantes e a actualização de equipamentos para o agro-processamento de produtos. Podem-se transferir competências para os agricultores, através de explorações agrícolas e formação no local de trabalho, na Tanzânia.

6.6.7 Utilizar as perícias necessárias na negociação dos acordos

Nas negociações de contratos de infra-estrutura à grande escala, é importante que haja o envolvimento de todas as partes interessadas, de forma a assegurar a transparência nas negociações e evitar que o negócio das finanças resulte em maior endividamento para a Tanzânia.

No âmbito das negociações, antes da construção do Terminal III do Aeroporto Internacional Julius Nyerere pela China Sonangol International Holding Limited, é importante que todas as partes interessadas sejam envolvidas, de modo a garantir a transparência nas negociações, e para garantir que o acordo será estruturado de modo a possibilitar um acordo justo. Isto poderá exigir a utilização de consultores com conhecimentos técnicos e comerciais. Dada a especulação nos meios de comunicação, sobre eventuais irregularidades, seria construtivo se fossem incluídos representantes da sociedade civil nas negociações, para garantir a estruturação do negócio de forma a representar o interesse público. Além disso, o contrato deve assegurar a transferência de conhecimentos e competências e indicar claramente a responsabilização pela manutenção do aeroporto.

6.6.8 Formalizar laços entre instituições científicas e de pesquisa africanas e chinesas.

A Tanzânia devia encorajar a China a formalizar as ligações com instituições africanas de ciência e pesquisa.

Através do processo do FOCAC, a Tanzânia deve encorajar a China a examinar maneiras de formalizar as ligações entre as instituições de ciência e pesquisa da Tanzânia, e o sistema altamente desenvolvido das academias científicas da China. Atenção especial deve ser dedicada à expansão, melhoria e apoio à ciência e tecnologia, em particular na área das indústrias de extracção. A Tanzânia deve solicitar que o enfoque da China sobre o desenvolvimento de investimentos do sector privado na pesquisa científica e tecnológica, também possa incluir a ciência da Tanzânia e os seus especialistas em pesquisa nas áreas da exploração petrolífera.

6.6.9 Enfoque sobre a participação conjunta da Tanzânia e a China em determinados sectores de importância vital.

A participação em conjunto com a China deve estar virada para os sectores onde existem necessidades urgentes, onde a vantagem comercial da Tanzânia possa vir a ser alavancada e onde a China é competente.

Tais sectores são:

- Agricultura - Ao longo dos últimos anos, a China tem providenciado U.S.\$ 500 milhões para o desenvolvimento das pequenas explorações. Dado que mais de 80 por cento dos tanzanianos são empregados na agricultura, o apoio chinês, neste contexto, poderá vir a ser decisivo no reforço da segurança alimentar e no combate à pobreza, em todo o país.
- Transporte - Tanzânia está actualmente a tentar melhorar o transporte rodoviário com vista à construção de uma rede eficaz de comunicação nacional. A experiência comprovada da China na construção de estradas por quase todo o continente, é vista como sendo um factor importante e positivo de modo a facilitar os principais projectos rodoviários, tais como as ligações ao Aeroporto de Mafia Island.
- Energia - Uma grande melhoria no fornecimento de electricidade é uma prioridade para a Tanzânia, dada a necessidade urgente de garantir a disponibilidade de energia e reduzir os cortes de electricidade. Uma fonte de electricidade confiável é considerada chave para garantir o crescimento a longo prazo e a prosperidade.
- A gestão da água – A melhoria do abastecimento e gestão de água tanto para as cidades e para os projectos de agricultura, é agora uma grande preocupação. A expansão do sistema

de abastecimento de Morogoro, foi identificada como sendo um processo que teria um impacto positivo sobre grande parte dos Tanzanianos.

- Centros de Tratamento da Malária – A Tanzânia está a trabalhar em estreita colaboração com o Instituto de Pesquisa, Research Triangle Institute (RTI), no combate da malária. A melhoria da cooperação com a China, neste contexto, poderia ser decisiva para enfrentar o desafio da malária, que é agora a principal doença responsável pela mortandade infantil na Tanzânia.
- Investimento - A Tanzânia está a procurar melhorar o seu ambiente de investimentos global para atrair os investidores chineses (e outros). O IDE é considerado fundamental para resolver os problemas económicos e fornecer uma plataforma para o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

6.7 Recomendações aos parceiros sociais chineses

6.7.1 Facilitar o acesso dos parceiros sociais da Tanzânia ao capital

Os bancos chineses a operarem em África, devem facilitar maior acesso ao capital a longo prazo, às pequenas e médias empresas na Tanzânia.

Durante a pesquisa de campo, a equipe de investigação identificou que maior acesso ao capital a longo prazo para as pequenas e médias empresas na Tanzânia, seria muito benéfico para o desenvolvimento da Tanzânia. Recomenda-se aos bancos chineses a operarem em África, que estendam o seu crédito directamente às companhias da Tanzânia, em vez de através de intermediários, visto que, assim, iriam reduzir a dispersão dos dinheiros. Espera-se que isto venha a produzir maiores compromissos para com a secção de empréstimos do banco, mas que também facilite uma maior interacção entre o pessoal da China e da Tanzânia. O Banco da Tanzânia e o Banco de Desenvolvimento da China devem concordar em cooperar no desenvolvimento das instituições financeiras de modo a agilizar o fornecimento de crédito à maioria dos pobres. Isto deve ser efectuado na forma do financiamento a médio e longo prazo.

7. Uganda

7.1 Introduzindo as relações Sino-Ugandenses

As relações diplomáticas entre a China e o Uganda foram estabelecidas a 18 de Outubro de 1962, nove dias depois da Uganda ter recebido a independência do Reino Unido. Um marco importante nas relações sino-africanas, de um modo geral, e nas relações sino-ugandenses em particular, veio em 1971, quando a Uganda apoiou a retomada dum assento nas Nações Unidas (ONU), por parte da China. Doações anteriores, à Uganda, por parte do Governo Chinês, incluíram o Estádio Nelson Mandela e os Gabinetes do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), em Kampala.

Os primeiros empresários imigrantes chineses a negociarem no Uganda, eram donos de restaurantes, que chegaram em finais dos anos '80 e início dos anos '90, tanto da China continental e de Taiwan. Como a política da China de portas abertas, iniciada por Deng Xiaoping em finais de 1970, foi reforçada e aprofundada na década de '90, as empresas estatais (empresas públicas) do estado chinês, começaram a entrar no Uganda. A reestruturação da economia chinesa levou a cortes nas empresas públicas do país entre 1996 e 2000,⁴¹⁵ e muitos empregados dispensados dessas empresas, ficaram no Uganda para montar as suas próprias empresas, em grande parte na qualidade de comerciantes ou proprietários de fábricas, em pequena escala, de produção de bens tais como o calçado, plástico, papel e gelados.⁴¹⁶ O número de empresas chinesas a operarem no Uganda, desde então, tem vindo a crescer, conforme discutido na secção 7.3.2 mais abaixo. Em termos de cidadãos chineses a residirem actualmente no Uganda, o número está estimado em 8,000-10,000. No entanto, uma vez que muitos deles viagem de ida e volta para a China, o número encontra-se mais perto de 2,000-4,000 a qualquer dada altura.⁴¹⁷

O comércio bilateral entre os dois países situa-se actualmente em U.S.\$ 247 milhões (2008). Este número tem aumentado rapidamente nos últimos dez anos, numa base muito baixa. Em 1998, o valor do comércio bilateral sino-ugandense tinha ascendido a uns meros U.S.\$11 milhões. Para uma análise mais aprofundada dos padrões de comércio sino-ugandenses, é favor consultar a secção 7.3.3.

7.2 Avaliando o Plano de Acção de Beijing: A cooperação política

Uma indicação da importância que a liderança do Uganda liga à relação entre a China e o seu país, foi o facto da delegação do Uganda à Cimeira ter sido liderada pelo então Presidente, Yoweri Museveni, que se reuniu com o presidente Hu Jintao, na véspera do início da Cimeira. No mesmo dia, este reuniu-se também com Li Ruogu, presidente do China Exim Bank.⁴¹⁸ Os funcionários de Uganda também se reuniram com o Vice-Primeiro-Ministro chinês, Zeng Peiyan, à margem da cimeira.⁴¹⁹

Uma delegação do Uganda também participou na 2ª Conferência de Empresários Chineses e Africanos, que foi realizada em Pequim a 5 de Novembro de 2006, à margem da Cimeira do FOCAC. Além do Uganda, a conferência de alto nível foi assistida pelo Egipto, Etiópia, África do Sul, Nigéria, Quênia, Gana, Zâmbia, Ilhas Seychelles, Lesoto e Cabo Verde.⁴²⁰ Durante a cerimônia de encerramento do evento, 14 acordos no valor total de U.S.\$ 1,9 bilhões foram assinados entre 11 empresas chinesas e os governos e empresas africanos. Os acordos cobriram as infra-estruturas, telecomunicações, energia e desenvolvimento de recursos, finanças e seguros. Embora a equipe de investigação não fosse capaz de verificar todos os dados precisos sobre a proporção assinada dos negócios que envolveram as empresas do Uganda, é previsível que os resultados da Conferência de Negócios tivessem beneficiado o Uganda.

O FOCAC 2006 também provou ser o ponto de partida para a intensificação da troca de visitas oficiais entre os dois países. Em termos dos líderes chineses a visitarem o Uganda desde 2006, a visita inicial foi feita pelo Primeiro-Ministro, Wen Jiabao, em Junho de 2006, antes da Cimeira do FOCAC. A 23 de Novembro de 2006, Yuan Chen, Governador do CDB, reuniu-se com o Presidente Museveni do Uganda. Em 2007, as visitas chinesas à Uganda incluíram uma delegação de dez, chefiada pelo Director de Ajuda Externa, do Ministério chinês do Comércio, e uma delegação de doze advindos do Ministério chinês do Comércio, para discutir a implementação das oito medidas anunciadas pelo presidente Hu Jintao durante a Cimeira do FOCAC, em 2006.⁴²¹

Apesar de não ter havido referência específica aos intercâmbios militares, como objectivo do Plano de Acção de Pequim, é possível mencionar-se que, em Setembro de 2007, o Ministro da Defesa chinês, Cao Gangchuan, reuniu-se com o Comandante das Forças Armadas do Uganda, Aronda Nyakairima, e comprometeu-se a promover os laços militares entre as duas forças armadas.⁴²²

Em Abril de 2008, uma delegação de boa vontade, do Partido Comunista da China (PCC), deixou Pequim para visitar o Uganda, a convite do partido no poder do Uganda, o Movimento de Resistência Nacional (NRM).⁴²³ Ainda em Abril de 2008, Hu Deping, presidente do China-Africa Business Council,

visitou o Uganda.⁴²⁴ Mais recentemente, em Janeiro de 2009, o Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Yang Jiechi, chegou ao país para uma visita oficial de dois dias.⁴²⁵ Durante a sua visita, uma série de promessas foram feitas, uma das quais foi a doação duma pequena quantia (menos do que RMB 1 milhão) para o MFA do Uganda, para melhorar a coordenação entre os chineses e os Ministérios das Relações Exteriores do Uganda o que, na essência, foi uma tentativa de melhoria da cooperação entre as duas partes.⁴²⁶

Além disso, uma série de delegações do Uganda tem visitado a China durante o período de tempo abrangido pelo Plano de Acção de Pequim. O Secretário-Geral do MRN e o Ministro ugandense de Segurança, visitaram a liderança do CPC em 2007. Também em 2007, um grupo de estudo do MRN, uma delegação do Ministério da Defesa do Uganda, uma delegação da Autoridade de Investimentos do Uganda (UIA) e a delegação do Uganda para o BAD, visitaram Pequim. Uma delegação de vinte funcionários ugandenses de vários departamentos de estado, também visitou os seus homólogos chineses, no mesmo ano. O Presidente Museveni participou na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, no qual participaram 35 atletas do Uganda.⁴²⁷

O grande número de visitas indica que a relação política de alto nível entre os dois países está realmente em boa forma. No Uganda, como em muitos outros países africanos, o poder político está centrado na presidência e as relações entre o Governo Chinês e a Presidência de Museveni são, sem dúvida, fortes. Durante uma visita à Alemanha, em Junho, Museveni assegurou o Presidente Alemão, Horst Kohler, que a China não era uma ameaça para África, afirmando que "os líderes africanos já identificaram as suas prioridades e são capazes de proteger os interesses do continente."⁴²⁸

Todavia, as relações fortes entre as elites de liderança africana e chinesa não se podem traduzir automaticamente em progresso no desenvolvimento, para a média dos africanos⁴²⁹, e daí que cada actividade iniciada sob a égide do FOCAC, devia ser prática e adequadamente adaptada, de modo a atender as reais necessidades do sector específico da sociedade em causa. É esse o objectivo das recomendações feitas neste relatório.

O desafio de traduzir as relações inter-governamentais sino-ugandenses, em progresso no desenvolvimento, foi discutido com um número de respondentes. Argumentaram que a China tem uma clara preferência pela participação bilateral inter-governamental, enquanto que os parceiros ocidentais de Uganda, nomeadamente a UE, prosseguem com engajamentos multilaterais que focalizam o povo do Uganda, em vez das elites ugandenses. Argumentou-se que seria vantajoso se a

China poderia envolver, em maior medida, outros doadores activos no Uganda, de modo a aumentar a eficácia da ajuda e sinergias para o desenvolvimento económico do Uganda.⁴³⁰

Na altura da pesquisa de campo (Fevereiro 2009), a Embaixada da China, chefiada pelo Embaixador Sun Heping e o Conselheiro Económico, Zhang Aiming, tinha, segundo o Embaixador Sun, abordado as Autoridades Nacionais de Planeamento (ANP), solicitando uma lista de propostas de prioridades, à frente da reunião do FOCAC no Uganda, em 2009. A Embaixada da China na altura, no entanto, não tinha ainda recebido uma resposta da ANP.⁴³¹ Embora isso possa ter sido o resultado da mudança de liderança da ANP apenas na época da pesquisa de campo,⁴³² também podia ser indicação de que a comunicação e colaboração entre a Embaixada da China e o departamento de Governo do Uganda responsável pelo planeamento de iniciativas tais como o FOCAC (o ANP e o MFA), careciam de uma melhoria e ampliação substanciais de modo a assegurar que as prioridades de desenvolvimento do Uganda possam ser levadas em conta na preparação para a próxima reunião do FOCAC.

7.3 Avaliando o Plano de Acção de Beijing: A Cooperação Económica

Esta secção visa avaliar se a Cooperação Económica facilitada pelo FOCAC no Plano de Acção de Pequim, conseguiu atingir as áreas prioritárias relevantes no Uganda. Segundo a Estratégia do Clima de Competitividade e Investimento⁴³³, de 2006-2010, do país, o objectivo destas serviria para aumentar a produtividade e competitividade nas áreas da agricultura (principalmente o café e a pesca), fabrico, serviços, turismo, infra-estrutura (especialmente a energia, estradas, ferrovias e o desenvolvimento de parques empresariais), comércio e competitividade de investimento (nomeadamente através do desenvolvimento do Mercado Comum do Leste Africano).⁴³⁴

O crescimento económico do Uganda foi de 6.6 por cento em 2006, 8.6 por cento em 2007 e 6.9 por cento em 2008.⁴³⁵ Em 2007, o crescimento pode ser atribuído principalmente aos sectores da construção, fabricação e electricidade. No sector da construção, esperava-se um crescimento de 17 por cento em 2008. No sector agrícola, o algodão e cacau deram indicação de taxas de crescimento mais elevadas, de cerca de 19 por cento e 79 por cento, respectivamente, em 2007.⁴³⁶

Além disso, em termos de comércio, o Uganda tem um potencial especial já que o país tem a situação geográfica para se tornar num centro principal de África do Leste e Central. Segundo um representante para o Conselho de Promoção de Exportação do Uganda, as re-exportações (ou seja, produtos importados pelo Uganda, que são posteriormente re-exportados para outras partes da

região) são a exportação em crescimento mais rápido no Uganda.⁴³⁷ À semelhança, Burke et al observa que "um número estimado de 80 milhões de pessoas na região, consome mercadorias transportadas através de Kampala – o que representa, aproximadamente, 10 por cento da população total de África sub-sariana".⁴³⁸

No que se refere à China, o Governo do Uganda tem-se esforçado principalmente no sentido de estimular o investimento chinês nos seguintes sectores: o fabrico, agro-processamento, infra-estrutura dos transportes, tecnologias de informação e comunicação, energia, mineração, a indústria têxtil, actividades relacionadas com o petróleo (refinarias, exploração e transporte), a infra-estrutura turística e a montagem de automóveis.⁴³⁹ É de se notar que estas prioridades correspondem às áreas de enfoque descritas na Estratégia do Clima de Competitividade e Investimentos, de 2006-2010, mais acima.

As secções abaixo avaliam as áreas prioritárias do Uganda cobertas pelo Plano de Acção de Pequim e a cooperação sino-ugandense, em geral, desde 2006, e em que medida é que os projectos implementados têm vindo a ser úteis, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento do Uganda.

7.3.1 Agricultura

Uganda é um país fértil, com um enorme potencial de desenvolvimento na área da agricultura. Na verdade, a agricultura já constitui o sector mais importante da economia do país, empregando 80 por cento da mão-de-obra, e responsável por 29 por cento do PIB, do país.⁴⁴⁰ No entanto, existem, actualmente, lacunas importantes em termos de capacidade, no agro-processamento, em Uganda. Como resultado disso, o potencial agrícola do país, neste momento, não se traduz necessariamente em progresso para o desenvolvimento do país. Por conseguinte, é uma prioridade importante para o Governo do Uganda promover as actividades de valor acrescentado na agricultura. De facto, tal como já foi mencionado, a agricultura é uma prioridade absoluta para o combate da pobreza a nível do país, e o Plano de Acção sobre a Pobreza e Educação e a Estratégia do Clima de Competitividade e Investimentos (CICS), de 2006-2010, salientam especificamente o plantio de culturas comerciais e a melhoria do acesso, por parte do agricultor local, à tecnologia e aos mercados.⁴⁴¹

Em consonância com isto, um tema claro, emergente da pesquisa de campo, é que, de acordo com uma grande variedade de entrevistados tanto dos departamentos de governo, como do sector privado, a agricultura constitui a principal área onde a China pode ter o maior impacto no

desenvolvimento do Uganda. A piscicultura foi apresentada como uma área de potencial importância, especialmente em relação às espécies da perca do Nilo e tilápia.

Mais especificamente, muitos dos entrevistados mencionaram que existe uma falta de capacidade de processamento agrícola a nível do país, o que significa que, no Uganda, os produtos agrícolas são exportados, na maioria dos casos, num estado não-transformado. Além disso, grande parte da produção excedente é desperdiçada porque não existe capacidade de processamento. No caso das frutas, por exemplo, as duas principais opções em termos de tratamento são a preservação ou a secagem da produção, ambos métodos que não se verificam, hoje em dia, tanto quanto podia ser.⁴⁴²

Outro desafio é a falta de capacidade de infra-estrutura em termos de transporte de mercadorias a partir das áreas rurais.

Nestas circunstâncias, foi sugerido que os intervenientes chineses certamente teriam capacidades tecnológicas que podiam ser de grande utilidade no contexto do Uganda. Por exemplo, muitos inquiridos mencionaram que a assistência chinesa na área da agricultura, poderia ocorrer por meio do estabelecimento de sociedades em comparticipação sino-ugandenses, que facilitassem o processamento de frutas (manga e ananás, nomeadamente) ou o café. Dado o regime liberal de investimentos da Uganda (descrito na secção 3.2 abaixo), o estabelecimento de tais sociedades em comparticipação de certeza que será viável, com o incentivo do processo do FOCAC.

Certamente, a necessidade de desenvolver o sector agrícola do Uganda é reconhecido no Plano de Acção de Pequim, onde foi apresentada uma garantia geral para intensificar a cooperação agrícola durante 2006-2009 (secção 3.1). Além disso, o facto da agricultura e segurança alimentar serem dois temas do FOCAC 2009 (juntamente com a infra-estrutura), podia ser promissor para futuros desenvolvimentos na área, obviamente tudo dependendo do resultado do Fórum de 2009.

Na sequência da cimeira do FOCAC, em 2006, a primeira actividade com enfoque na agricultura dentro do quadro sino-ugandense, teve lugar em Julho de 2007, quando os especialistas em agricultura do Uganda viajaram até Pequim para assistir ao Seminário Internacional de Extensão Agro-Tech para África. O seminário incluiu palestras sobre o algodão geneticamente modificado e tecnologias de produção de sementes e o uso das tecnologias de poupança de água e biológicas na agricultura.⁴⁴³

Um dos mais recentes desenvolvimentos em termos de sector da agricultura do Uganda, veio em Junho de 2009, durante uma visita a Kampala de uma delegação do Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), liderada pelo Presidente Jiang Jianqin. Foi então que o ICBC anunciou que pretendia

investir na agricultura e indústria de extracção do Uganda.⁴⁴⁴

Além disso, conforme está estipulado no Plano de Acção de Pequim, a cooperação agrícola entre a China e África após o FOCAC 2006, estava especificamente direccionada para o aumento, através do envio de 100 especialistas superiores em tecnologias agrícolas chineses, para África, e dez centros de demonstração agrícola com características especiais, projectados para serem estabelecidos entre 2006 e 2009. O número de centros de demonstração agrícola prometido foi posteriormente aumentado para 14.⁴⁴⁵ No Uganda, o mais importante desenvolvimento em termos de agricultura, por parte do FOCAC, desde 2006, foi o facto de lhe ter sido atribuído um destes centros de demonstração agrícola. O Centro está prestes a ser construído em Kajansi, perto de Entebbe. O processo de conceptualização do enfoque das actividades do centro (conforme descrito no caso de estudo mais abaixo), tem sido bem sucedido no Uganda, e pode ser que existam importantes lições a tirar disto por parte dos demais países africanos.

Estudo de caso: A conceptualização do centro de demonstração de aquicultura do Uganda

O centro de demonstração agrícola do Uganda, deve ser estabelecido sob a forma dum centro de aquicultura, que irá incidir sobre a geração de conhecimentos para os aquicultores, pescadores e investigadores. Um número de profissionais chineses estará activo no centro, durante quatro anos, para começar. O Centro terá uma série de lagoas com uma variedade de espécies. O centro de aquicultura tenciona debruçar-se sobre a área de investigação que averigua se as variedades de alimentos de marisqueira, tal como a perca do Nilo, podem ser produzidas com sucesso num centro de aquicultura.⁴⁴⁶

A escolha de criar um Centro especialmente virado para a aquicultura, no Uganda, é apropriada, dado que, conforme referido anteriormente, vários dos inquiridos mencionaram a criação de peixes como sendo uma das áreas onde gostavam de ver assistência chinesa no seu país. O processo de criação do Centro começou quando uma delegação chinesa de especialistas em agricultura foi expedida para conduzir um estudo de viabilidade, em Maio de 2007, logo a seguir ao FOCAC 2006. Após a visita e discussões entre o Uganda e as partes chinesas, a pesca foi identificada como sendo uma área prioritária que deveria ser o foco das actividades do Centro.⁴⁴⁷

Posteriormente, em Junho de 2008, uma segunda delegação chinesa composta de peritos sobre a pesca, foi enviada para conduzir um segundo estudo de viabilidade. De seguida, ficou decidido que o Centro de demonstração de aquicultura, seria estabelecido em Kajansi, perto de Entebbe. O Governo

Chinês atribuiu a construção de um centro de demonstração de aquicultura ao Grupo Phoenix, uma empresa da província chinesa de Sichuan. O prazo de construção está calculado em 12 meses a partir do início da construção, o que, na altura da pesquisa de campo, foi estimado ser Março ou Abril de 2009.⁴⁴⁸

Conforme já foi mencionado, a criação do centro de demonstração de aquicultura é em sintonia com as prioridades definidas por uma grande variedade dos inquiridos ugandeses dos departamentos de estado e sector privado, nas entrevistas com o CCS. Se os esforços de investigação do centro forem bem sucedidas e as competências dos pescadores e piscicultores locais do Uganda aprimorados conforme previsto, as actividades do Centro terão potencial para renderem resultados importantes comerciais e de desenvolvimento, por exemplo, através do aumento da capacidade do cultivo em grande escala, da perca do Nilo e tilápia.

O processo de consultas que precedeu a decisão para estabelecer precisamente este centro de demonstração de aquicultura no Uganda, pode servir como exemplo a outros países africanos, em termos de melhorar a forma de assegurar que os projectos do FOCAC no campo da agricultura sejam realmente benéficos para as necessidades do país.

7.3.2 A cooperação nos investimentos e comércio

Em termos de investimentos, o Plano de Acção de Pequim de 2006, prevê que o investimento mútuo entre a China e os países africanos devia ser incentivado (secção 3.2.1). De forma correspondente, uma das prioridades actuais do Governo Ugandês, é para melhorar o ambiente operacional das empresas estrangeiras que operam no país; simplificar o processo de registo e criar um sistema confiável com todas as infra-estruturas financeiras e instalações de protecção jurídica necessárias.⁴⁴⁹ Como resultado disto, o Uganda é uma economia altamente liberalizada, com regulamentos limitados para as empresas estrangeiras a operarem no país.⁴⁵⁰

Segundo os representantes do sector privado chinês, entrevistados pela equipe de investigação, as empresas chinesas estão actualmente a saírem-se muito bem no Uganda, operando principalmente na área da informática, construção, indústria transformadora (papel e plásticos), instalações de montagem, serviços (que vão desde as agências de viagens, à perfuração de poços), comércio, venda a retalho e atacado de bens de consumo, bem como as indústria de restaurantes e hotelaria.⁴⁵¹

Porém, existe a falta de dados sobre o número de empresas chinesas a investir no Uganda. Os respondentes da Autoridade de Investimentos do Uganda (*Uganda Investment Authority - UIA*) argumentaram que o FOCAC estava a desempenhar um papel importante na abertura do sector privado para o intercâmbio entre o Uganda e a China. Desde o FOCAC de 2006, que um grande número de empresas chinesas tem evidenciado interesse em investir no país e em muitas das empresas registadas do Uganda.⁴⁵² No entanto, a UIA, até à data, não tinha possibilidades de fazer um acompanhamento estruturado das empresas registadas, de forma a recuperar os dados respeitantes a quais as empresas que permanecem latentes e quais as activas. Por isso, é difícil avaliar o valor dos investimentos chineses no Uganda.⁴⁵³

Um membro muito bem colocado na comunidade de negócios chinesa em Kampala, observou numa entrevista com a equipe de investigação, que a maioria dos empresários chineses activa a nível da cidade, prefere dedicar-se ao comércio por atacado em vez do varejo, devido à sua falta de habilidade no Inglês e conhecimento da cultura local.⁴⁵⁴ No entanto, a equipe de investigação não foi capaz de verificar todos os dados sobre a percentagem de comerciantes chineses ocupados no varejo e atacado, respectivamente.

Os respondentes bem-informados ugandenses e chineses, consultados pela equipe de investigação, estavam claros na sua percepção de que a cooperação do sector privado é que conduz as relações sino-ugandenses, e que o papel do FOCAC é para abrir e facilitar o intercâmbio do sector privado. Na verdade, vários dos representantes chineses que operam companhias médias e de grande porte, no Uganda, concordaram, em entrevistas com a equipe de investigação, que vêem o Uganda como um lugar relativamente bom onde fazer o seu negócio, e que o processo do FOCAC, onde os dois governos oficialmente salientam a necessidade de se abrirem ao envolvimento comercial, é visto como sendo útil.

Em termos das reuniões ministeriais do FOCAC propriamente ditas, vários dos representantes do sector privado, entrevistados para o estudo, entenderam o FOCAC como sendo rigorosamente um acontecimento de governo para governo, e argumentaram que seria de grande valia se os representantes do sector privado das empresas africanas poderiam ser incluídos no processo consultivo. Nenhum dos entrevistados tinha conhecimento da 2ª Conferência de Empresários Chineses e Africanos, que foi realizada em Pequim em 2006, à margem da Cimeira do FOCAC.⁴⁵⁵ Conforme foi mencionado na secção 2, a Conferência contou com a participação do Uganda, no entanto, a equipe de investigação não foi capaz de conseguir informações detalhadas sobre as empresas envolvidas ou os acordos assinados.

Enquanto seria de grande utilidade ter-se um número mais significativo de empresas africanas, numa mais ampla gama de países, com representação nas conferências africanas de alto nível empresarial, à margem da Cimeira do Focac, deve-se observar que tais conferências são realizadas longe da realidade das PMMEs africanas e chinesas activas nas economias africanas. Por isso, é sugerido que, sob a égide do FOCAC, como parte das relações da China com cada um dos países africanos, ou cada organização regional africana, podiam ser organizadas conferências anuais ou bi-aneais, para os empreendedores africanos e chineses, activos em cada país ou região africana, de modo a criarem-se sinergias para a comunidade empresarial sino-africana. Isto é de particular importância, dado que o comércio de produtos transformados, as empresas locais de investimento e a transferência de tecnologia, são chaves importantes para o desenvolvimento sustentável das economias africanas.

Não obstante a ausência actual de fóruns de consulta formal, os entrevistados do sector privado argumentaram que o processo do FOCAC tinha, de facto, sido muito útil para a abertura de oportunidades de negócio entre a China e o Uganda. No entanto, é difícil quantificar como e até que ponto é que o FOCAC tem vindo a desempenhar, especificamente, um papel neste processo, visto que o desenvolvimento do intercâmbio do sector privado, entre o Uganda e a China, certamente depende de uma série de factores para além do FOCAC, nomeadamente, o regime liberal de investimentos, a posição do país como um centro de comércio regional, o seu ambiente político estável e, por último mas não menos importante, a lógica da economia globalizada.

A Zona de Comércio Livre do Lago Victória (LVFTZ)

Também foi prometido no Plano de Acção de Pequim (secção 3.2.6) que a China iria "encorajar, durante os próximos três anos, empresas chinesas bem estabelecidas a definirem três a cinco zonas de cooperação económica e comercial, no exterior, nos países africanos com condições apropriadas".^{4 5 6} Nenhuma destas zonas designadas se encontra localizada no Uganda. No entanto, uma zona de comércio livre de potencial no Uganda, com investimento chinês significativo, é a Eco-Cidade autónoma de Ssesamirembe, que desde 2005 que está em curso no distrito Rakai do Uganda. No entanto, apesar de aprovação oficial da Zona, por parte do Presidente Museveni, em Fevereiro de 2005, a realização da mesma, como resultado das controvérsias que cercam o projecto, ainda está longe de arrancar, segundo os observadores bem informados.^{4 5 7}

Embora o projecto esteja longe de ser implementado, a discussão em torno da sua criação tem tido um impacto sobre a percepção das relações sino-ugandenses. Assim, para fins de contextualização, os desenvolvimentos em torno da Eco-Cidade de Ssesamirembe, estão descritas em pormenor mais

abaixo.

Oficialmente designada de Zona Livre do Lago Victória (LVFTZ), a Zona é um empreendimento totalmente privado que, se for implementado, será a maior zona econômica livre de impostos em África, com 200 quilómetros quadrados, que, uma vez concluída, irá abranger as cerca de 500,000 pessoas que se espera virão a mudar-se para a área para realizar negócios.⁴⁵⁸

Os proprietários de Kagera Eco-Cities (Eco-Cidades), a empresa responsável pelo desenvolvimento da zona, são membros do alto escalão de um grupo religioso, a Fundação Espiritual Sserulanda de Ssesamirembe, no distrito de Rakai. Na sequência de acusações de que Sserulanda é um culto, uma investigação sobre as actividades do grupo foi iniciada em Abril de 2008.⁴⁵⁹ As conclusões da comissão de investigação estão ainda para ser apresentadas.⁴⁶⁰ Tem-se verificado grande resistência ao projecto, o que tem provocado atrasos na sua execução. Como resultado destes atrasos, as empresas locais têm sido hesitantes em instigar negócios com empresas registadas no LVFTZ.

Em termos de investimento chinês no LVFTZ, foi anunciado, em Setembro de 2008, que a empresa chinesa, Paradise International Investment, ia investir U.S.\$ 1,5 bilhões na Eco-Cidade de Ssesamirembe. Se for implementada, esta quantidade representará o maior investimento privado em África Oriental, até à data. Os principais projectos de investimento que incluiriam um aeroporto, que, segundo se consta, seria maior do que o aeroporto de Entebbe (também o aeroporto que serve a capital, Kampala), uma Universidade de Amizade Internacional Sino-Africana, um centro financeiro internacional, um porto, o Lago Victória Casino Hotel, estradas e infra-estruturas de telecomunicações, um centro de formação agrícola, bem como as áreas residenciais.⁴⁶¹

Um memorando de entendimento para o investimento, foi assinado a 12 de Agosto de 2008. Uma delegação de dez, segundo o que se consta, foi enviada pelo Presidente da Uganda, Yoweri Museveni, a Pequim, para a cerimônia de assinatura. Graças ao investimento, a Paradise Investment irá obter uma participação maioritária na gestão da zona, e a empresa já elaborou um plano de cinco anos para o desenvolvimento da área.⁴⁶²

Em Agosto de 2008, uma delegação do Paradise International Investment visitou Rakai. Após a visita, a delegação, supostamente, voltou à China e incentivou outras empresas chinesas para a criação de empresas na zona de comércio livre. Antecipa-se que cerca de 40 empresas chinesas, na totalidade, irão estabelecer companhias na Zona.⁴⁶³

A 3 de Janeiro de 2009, Zhang Aiming, o Conselheiro Económico na Embaixada da China em Kampala, liderou uma delegação de três funcionários à área, visitando o distrito de comércio central proposto para a zona livre de negócios, em Mweyanjale. O objectivo da visita, segundo o que se consta, foi enfrentar os actores locais de Rakai antes do arranque deste projecto com um valor de muitos bilhões de dólares. Em termos das preocupações públicas sobre o LVFTZ, os representantes do Paradise Investment afirmaram que não tinham ouvido falar em qualquer controvérsia em torno da Eco-Cidade de Ssesamirembe.⁴⁶⁴

Em termos de impacto no desenvolvimento, o LVFTZ, naturalmente, tem potencial importante se for levado a cabo conforme previsto. No entanto, isto ainda está para se ver.

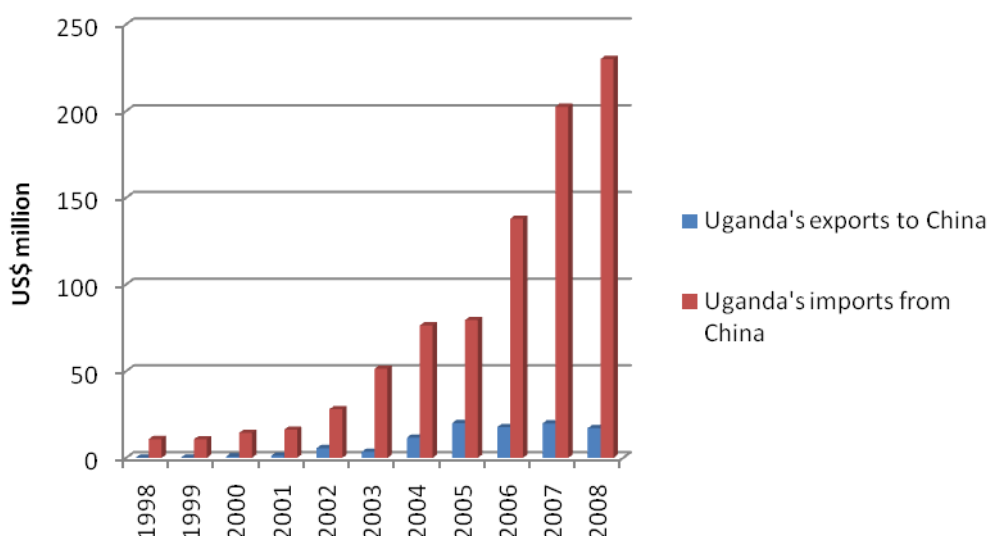
7.3.3 Comércio

Um dos objectivos definidos no Plano de Acção de Pequim é de "fazer crescer o comércio sino-africano de uma forma mais equilibrada" (secção 3.3). Também está prometido no Plano de Acção, que a China irá "abrir mais os seus mercados a África, aumentando de 190 para mais do que 440, o número de itens de exportação para China elegíveis para tratamento de taxa tarifária zero, para os países menos desenvolvidos de África". Entre estes produtos encontram-se os bens agrícolas, materiais de pedra, minérios, couro, têxteis e vestuário, máquinas e produtos electrónicos e móveis de madeira.⁴⁶⁵

Durante o FOCAC 2006, o Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, prometeu que a China ia aumentar as importações do Uganda numa tentativa de fortalecer o comércio bilateral, afirmando que "a China encorajava as empresas chinesas a investirem no Uganda e a expandirem a cooperação com os homólogos do Uganda nos domínios da agricultura, conservação de água e construção de infra-estrutura".⁴⁶⁶

Conforme indicado na tabela 7.1 e diagrama 7.2 mais abaixo, durante o período abrangido pelo Plano de Acção de Pequim, o comércio agregado entre o Uganda e a China aumentou de U.S.\$156 milhões em 2006, para U.S.\$ 247 milhões em 2008, o que representa um aumento de 58.3 por cento.

Diagrama 7.1 Perspectiva do comércio do Uganda com a China (1998-2008)



Fonte: Atlas Mundial do Comércio

Conforme ilustrado no diagrama 7.1 e tabela 7.1, o balanço comercial está, no entanto, distorcido, com as exportações chinesas para o Uganda sendo muito maiores do que as suas importações do Uganda. Em 2008, o Uganda importou bens chineses no valor de U.S.\$ 230 milhões, e exportou um valor de U.S.\$17 milhões de mercadorias para a China.

Tabela 7.1 O comércio do Uganda com a China 2006-2008 (US\$ milhões)

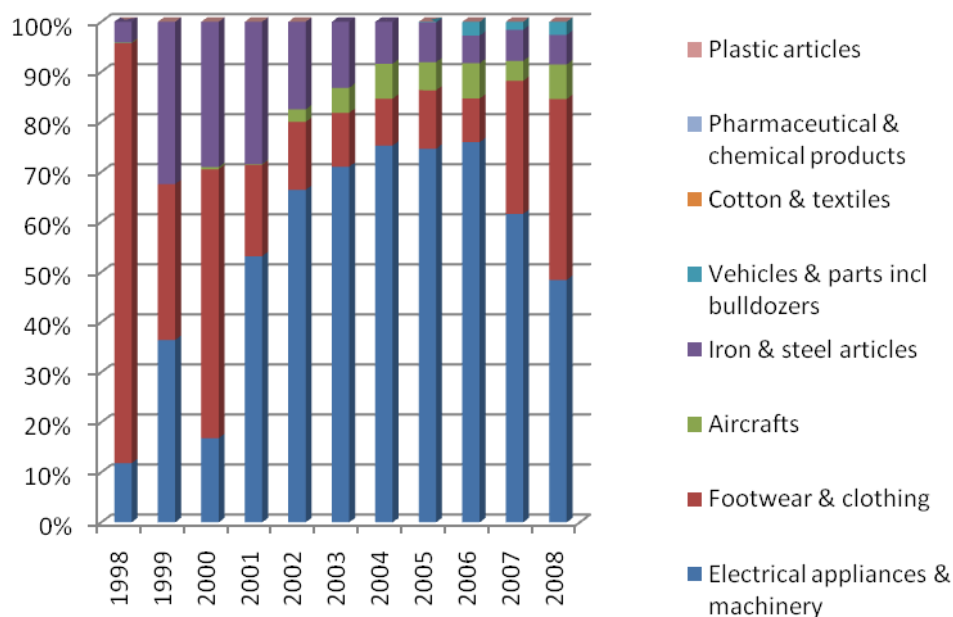
	2006	2007	2008
Exportações	17.70	19.85	17.11
Importações	137.85	202.45	229.94
Total	155.55	222.30	247.04

Fonte: Atlas Mundial de Comércio

De facto, desde o FOCAC 2006, o valor das importações da China, do Uganda, tem vindo a diminuir. Em 2006, mercadorias no valor de U.S.\$ 17,7 milhões foram importadas pela China, do Uganda. Em 2007, o número aumentou ligeiramente para U.S.\$ 19,85 milhões em 2007, no entanto, as importações diminuíram novamente em 2008, sendo o seu valor total de U.S.\$17,11 milhões. Esta diminuição foi atribuída, pela maioria dos entrevistados, à fraca capacidade de fabricação do Uganda. Este desafio e as possíveis soluções são discutidas ao pormenor, mais adiante nesta secção.

Em termos do desdobramento de itens importados pela Uganda da China, os mesmos englobam, em grande parte, bens fabricados, electrodomésticos, calçado, vestuário, veículos, peças e produtos têxteis. Estes produtos são importados para o Uganda por actores de negócio tanto ugandenses e chineses.⁴⁶⁷ O valor dos aparelhos eléctricos e máquinas importados da China para o Uganda, sofreu um enorme aumento entre 2006 e 2009. Em 2006, o valor das importações do mesmo grupo de produtos, tinha sido de U.S.\$ 12,87 milhões. Em 2007, o comércio atingiu o seu auge com U.S.\$ 65,15 milhões, caindo para U.S.\$ 45,52 milhões em 2008. Assim, a quota de aparelhos eléctricos e máquinas, no perfil das importações, por parte do Uganda, oriundas da China, tem vindo a aumentar consideravelmente desde 2006, conforme indicado no diagrama mais abaixo.

Diagrama 7.2 Composição das 20 principais importações do Uganda (nível HS4), provenientes da China, 1998-2008

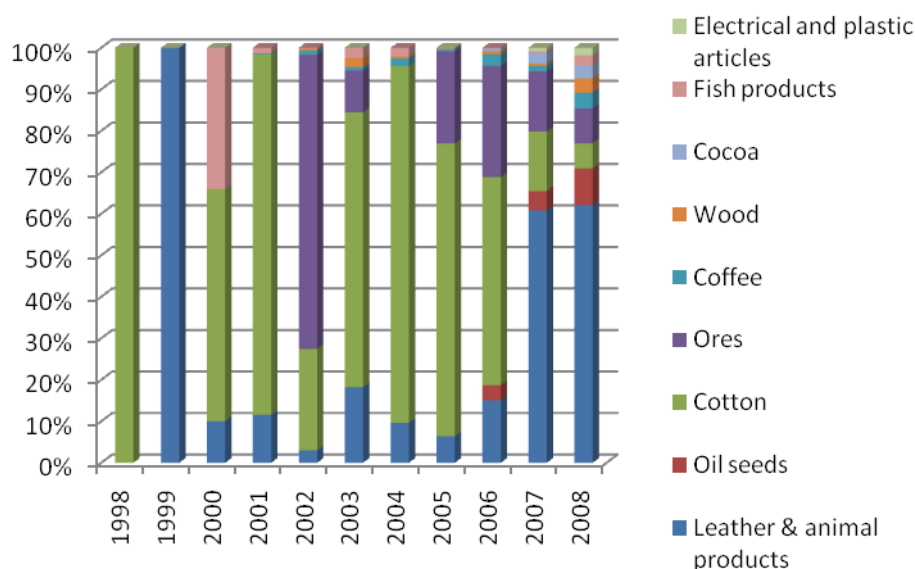


Fonte: Dados do Atlas Mundial do Comércio, análise do CCS⁴⁶⁸

Também, em termos de importações do Uganda de artigos de calçado e roupas de fabrico chinês, o valor tem vindo a aumentar de uma forma considerável ao longo deste período. Do valor de U.S.\$ 26,57 milhões em importações de vestuário e calçado chinês, registados em 2005, houve um aumento de 60.3 por cento, em 2006, para o valor de U.S.\$ 42,59 milhões. Posteriormente, os valores mantiveram-se relativamente constantes ao longo de 2007 e 2008 (U.S.\$ 44,56 milhões e U.S.\$ 49,23 milhões, respectivamente). Também é de se notar que, em 2008, o Uganda importou aviões chineses pela primeira vez, no valor de U.S.\$ 8,1 milhões.

As exportações do Uganda para a China são, em grande parte, compostas de peles de couro, algodão, sementes oleaginosas e minérios. Desde 2006, é observado um aumento considerável nas importações chinesas de produtos de couro do Uganda. Certamente, isto pode-se atribuir em parte à retirada dos impostos chineses sobre a importação de peles de couro, implementada por meio do Plano de Acção de Pequim (secção 3.3), e confirmada pelos entrevistados que se dedicam à indústria da exportação de peles de couro, nas entrevistas com a equipe de investigação.⁴⁶⁹ A exportação de sementes oleaginosas, também aumentou desde 2006, de U.S.\$ 0,52 milhões nesse ano, para U.S.\$ 1,49 milhões em 2008. Mais, verificou-se uma diminuição notável na exportação de algodão do Uganda para a China durante este período.

Diagrama 7.3 Composição das 20 principais exportações do Uganda (Nível HS4) para a China 1998-2008



Fonte: Dados do Atlas Mundial do Comércio, análise do CCS

Análise: Comércio

Tendo em conta o actual desequilíbrio no comércio entre a China e o Uganda, tanto em termos de valor e composição, o objectivo definido no Plano de Acção de Pequim para "fazer crescer o comércio sino-africano de uma forma mais equilibrada" não se pode considerar que foi realizado, no caso do Uganda. A pesquisa efectuada para este estudo tentou compreender estas dinâmicas. Tem-se argumentado, muitas das vezes, que a importação de produtos chineses fabricados cria problemas de exclusão no mercado para os comerciantes do Uganda e dificulta o desenvolvimento das indústrias fabris no Uganda.⁴⁷⁰ Frequentemente, isto é colocado lado a lado com os problemas de capacidade no sector de fabricação do Uganda, e pode ser que tenha alguma relação com a discussão de Kaplinsky et al em torno dos impactos complementares e competitivos das ligações directas e indirectas do comércio da China com África.⁴⁷¹

Numa nota sobre a metodologia, é, portanto, importante salientar-se que, a fim de se conseguir uma análise global sobre a forma como a economia da China, orientada para a exportação, tem tido impacto sobre o desenvolvimento dum sector competitivo de produção no Uganda, antes de tudo, será necessário efectuar-se uma análise profunda, tanto a nível quantitativo como qualitativo. O objectivo deste estudo não é para realizar uma análise abrangente, mas, sim, para tentar entender, em discussões com os interessados no Uganda, o papel que o Plano de Acção de Pequim tem tido

em termos destas dinâmicas, e se as soluções para estes problemas poderão ser potencialmente identificadas por meio do quadro do FOCAC.

Uma característica geral das relações sino-africanas é que o aumento de acesso aos bens de consumo acessíveis chineses nos mercados nacionais africanos, tem melhorado o poder aquisitivo dos consumidores africanos. Por meio do acesso a produtos importados chineses, os consumidores podem agora aceder a bens africanos que antes não tinham possibilidades para comprar. Este desenvolvimento, no entanto, tem implicações, sem precedentes, em termos de concorrência, para a fabricação doméstica africana. A equipe de investigação observou que, neste contexto, seria importante tomarem-se em conta dois factores: em primeiro lugar, a capacidade dos fabricantes do Uganda, e em segundo lugar, o poder de compra dos consumidores do Uganda.

Capacidade de fabricação do Uganda

Os entrevistados dos departamentos de estado relevantes, confirmaram que , efectivamente, subsistiam desafios relacionados com a disponibilidade da indústria transformadora do Uganda para concorrer, tanto em termos de competição nacional, com bens de consumo chineses importados no mercado do Uganda, como em termos de exportações de bens do Uganda para a China.⁴⁷²

O contingente de 466 produtos elegíveis para tratamento tarifário zero, conforme o Plano de Acção de Pequim (secção 3.3) pouco impacto teve em termos de aumentar os volumes de exportação do Uganda para a China. Segundo os entrevistados informados, há grande interesse por parte da China em produtos do Uganda (por exemplo, as peles de couro, o café, artes e artesanato, sementes de sésamo e soja) e a qualidade das mercadorias de exportação do Uganda é, de facto, percebida como sendo adequada ao mercado chinês. De acordo com vários entrevistados bem informados, o entrave ao crescimento substancial no volume de exportações para a China, por parte de Uganda, encontra-se antes na capacidade de oferta. Nomeadamente, em termos de fornecimento das quantidades exigidas, mas também em termos de capacidade de gerenciamento dos requisitos de embalagem, validade e normas de higiene, para grandes quantidades de mercadorias e satisfação da vontade do consumidor.

Indivíduos empreendedores , porém, certamente têm aproveitado a oportunidade proporcionada pela quota de isenção fiscal. Por exemplo, a equipe de investigação do CCS visitou uma fábrica bem-sucedida, de propriedade chinesa, que produz peles de couro, e que foi criada logo após anunciadas, em 2006, as quotas expandidas de isenção de tarifas aduaneiras. Embora o destino da maior parte das exportações da fábrica, era a Europa, mais especialmente a Itália, **uma parte importante** das

exportações da fábrica tinham como destino a China.

Sugere-se que seria ideal se houvesse a continuação de iniciativas tais como esta. É de importância particular que seja facilitada a criação de sociedades em comparticipação com empresários ugandenses, de modo a aumentar a capacidade empresarial local. Por exemplo, os fundos de iniciação dos empreendimentos, no Uganda, voltados para a fabricação, e as actividades de valor acrescentado, poderiam ser prestados através do quadro do FOCAC. Na altura da pesquisa de campo, as negociações estavam em curso entre o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o Uganda Desenvolvimento Bank (UDB) no sentido de haver uma oferta de tais fundos de iniciação de negócio (é favor consultar a secção 7.3.4 para acesso ao relatório completo). Todavia, tais facilidades podiam ser expandidas dum modo significativo, com exigências na prática que assegurassem a participação significativa dos agentes económicos locais do Uganda nestas sociedades em comparticipação.

O poder de compra do Uganda e a qualidade dos bens chineses

O segundo factor identificado como desempenhador dum papel importante em termos da forma como a economia da China, orientada para a exportação, contribue para os impactos no desenvolvimento dum sector competitivo de produção no Uganda, é o poder de compra dos consumidores do Uganda.

A acessibilidade dos preços dos produtos chineses disponíveis no mercado do Uganda, fala aos consumidores do Uganda, que têm poder de compra limitado e a quem falta a sensibilização em relação ao consumidor. Conforme foi mencionado, muitas das vezes estes produtos a preços acessíveis, são precários. Esta questão tem uma relação íntima com a estrutura da economia globalizada, onde a economia de exportação chinesa se tem orientado de forma a tornar-se 'na fábrica do mundo'. Embora fosse desejável, o Governo Chinês não tem necessariamente capacidade de controlar a qualidade de todos os bens a saírem da China. As complexidades envolvidas são importantes, e a capacidade de medidas de políticas decorrentes sómente do quadro do FOCAC, para resolver a questão, é limitada. Eventualmente, à medida que o poder de compra dos consumidores e a educação dos consumidores africanos, crescer, a procura por produtos de melhor qualidade, também terá a tendência a aumentar.

A colaboração aduaneira

O Plano de Acção de Pequim compromete-se em "[r]eforçar a cooperação em matéria aduaneira, fiscal, de inspecções e quarentena, de modo a facilitar o crescimento saudável e ordenado do comércio sino-africano" (secção 3.3). Em relação a este ponto, vários dos respondentes sugeriram

que questões de fabrico chinês de versões falsificadas de produtos locais de marca ugandense, deviam ser levadas a sério, no desenvolvimento das relações sino-ugandenses. O baixo poder de compra dos consumidores do Uganda, torna o fabrico e venda de produtos falsificados, originários na Uganda, num mercado lucrativo, provocando graves danos à marca local, para os proprietários e construtores. Um entrevistado do Uganda mostrou à equipe de investigação versões falsificadas de fabrico chinês, do principal produto da empresa. O entrevistado disse à equipe de investigação, que até que a origem do problema fosse descortinada, tal prática ilegal só iria resultar numa queda significativa de vendas com a passagem do tempo. O argumento foi que se tratava dum desafio que devia ser abordado pelas alfândegas do Uganda.⁴⁷³

A equipe do CCS discutiu o desafio da falta de capacidade por parte da alfândega do Uganda, com uma série de inquiridos do Uganda.⁴⁷⁴ Embora houvesse o reconhecimento das quantidades muito significativas de dinheiro que têm surgido da tributação dos produtos chineses a entrarem no Uganda, foi alegado que um número elevado, que até está estimado em 50%, do valor das exportações chinesas, continuava a escapar aos procedimentos aduaneiros. Embora reconhecendo a doação, por parte da China, de leitoras ópticas, à alfândega do Uganda, em 2007, que têm sido de benefício enorme no trabalho diário de digitalização das mercadorias importadas⁴⁷⁵, o inquirido alegou que as autoridades alfandegárias chinesas podiam estar mais sensibilizadas, em termos de resposta, aos pedidos de averiguação de licenças de exportação dos indivíduos, a verificação de declarações apresentadas por importadores chineses, bem como a outras questões que necessitam de ser resolvidas numa base diária, entre as duas partes.

Em comparação, um inquirido da Autoridade de Fisco do Uganda (URA) afirmou que os funcionários do governo indiano eram mais receptivos, um facto que pode muito bem estar relacionado com as questões da língua. Segundo o entrevistado, as condições comerciais melhoradas num mundo globalizado exigem a abertura e colaboração, sendo que certamente ajudaria muito se este aspecto fosse melhorado do lado chinês⁴⁷⁶. Notou-se que havia um número de funcionários aduaneiros do Uganda a visitar a China, em 2009, com o objectivo de fazer avançar o diálogo sobre as questões aduaneiras, no entanto, até à data, as mesmas continuavam a ser tema de discussão⁴⁷⁷.

Os litígios comerciais

O Plano de Acção de Pequim promete mais medidas para "[a]dequadamente abordar, num espírito de compreensão e tolerância mútuos, os atritos e disputas comerciais, por meio de consultas amigáveis bilaterais e multilaterais" (secção 3.3). Um membro proeminente da comunidade de negócios de Kampala elucidou com um exemplo, explicando à equipe de investigação que um dos

seus fornecedores em Cantão, de repente, parou de enviar os produtos que a sua empresa já tinha pago. Na luta legal para conseguir o reembolso dos U.S.\$ 55,000, o respondente tinha recebido ajuda muito limitada da Embaixada da China em Kampala, o que, segundo alegou o requerido, só complicou mais a situação.

Além disso, o entrevistado observou que se tratava dum problema não só para os actores de maior dimensão, como para a empresa em questão e para as pequenas empresas, que até podiam estar mais afectadas pelos mesmos tipos de desafios, como resultado da sua dimensão. Seria de grande benefício, segundo o entrevistado, para as relações sino-ugandenses, se a Embaixada do Uganda fosse a colocar um ênfase muito maior na ajuda aos comerciantes do Uganda que se encontrem em semelhantes apuros. Só iria reforçar a confiança que a comunidade de negócios deposita na China enquanto parceiro comercial, se existissem mecanismos para lidar com estes problemas de uma forma eficiente. O entrevistado afirmou que isto é extremamente importante, pois a comunidade de negócios dum país actua como uma Embaixada *de facto* do seu país, e o seu comportamento afecta a forma como as pessoas dos outros países, vêem o seu.

7.3.4 Finanças

Quando o Presidente Museveni se reuniu com o Governador do Banco de Desenvolvimento da China (CDB), o Sr. Chen Yuan, no Uganda, em Novembro de 2006, o Sr. Chen divulgou que o seu banco estava disposto a partilhar experiências com o Banco de Desenvolvimento do Leste Africano e o Banco de Desenvolvimento do Uganda, nomeadamente, em termos de financiamento para as áreas de energia, transportes, irrigação, indústria e mineração.⁴⁷⁸

Além disso, a reunião de Museveni durante o FOCAC, em Novembro de 2006, com Li Ruogu, O Presidente do China Exim Bank, também demonstrou ser bem sucedida e o Uganda já foi capaz de avançar com o primeiro componente dum projecto estrutural (espinha dorsal) nacional de transmissão de fibra óptica, com financiamento do Banco EXIM no valor de U.S.\$ 106 milhões (ver mais pormenores no ponto 7.3.5).

Por fim, e mais recentemente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Yang Jiechi, e Sam Kutesa, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uganda, assinaram quatro contratos de concessão e empréstimo, em Janeiro de 2009, no valor de cerca U.S.\$ 75,8 milhões. A maior parte do empréstimo é para ser empregue durante as fases de acompanhamento do projecto abaixo-indicado de estrutura (espinha dorsal) nacional de transmissão de fibra óptica. Os fundos também serão utilizados para a

cooperação económica e técnica entre os dois governos, a construção dum hospital e um bloco de escritórios do governo, a aquisição de equipamentos de engenharia para a Câmara da Cidade de Kampala, bem como um subsídio para o Ministério dos Negócios Estrangeiros (estes projectos estão detalhados nas respectivas secções do presente capítulo).⁴⁷⁹

O Uganda Development Bank (UDB), esteve em negociações com o CDB, à altura da pesquisa de campo, para estender uma linha de crédito no valor de U.S.\$ 10 milhões ao banco. 40 por cento de cujo montante se destina para uso como financiamento para os comerciantes do Uganda (um financiamento mínimo de U.S.\$ 200,000 para cada projecto) e 60 por cento como linha de crédito com base nos projectos, para as empresas que operam no Uganda (na produção de bens tal como a farinha, o café, o chá, flores, biscoitos, além de serviços tais como hotéis). Deste último, 1 / 3 deve ser reservado para operações de propriedade chinesa. Estas negociações, todavia, há quase dois anos que já se arrastam, e ainda se está para ver se haverá acordo.⁴⁸⁰

A comunidade de negócios chinesa no Uganda possui, sem dúvida, habilidades e experiências que podem ajudar a desenvolver os actores de negócios do Uganda. Estas competências terão que ser transferidas, no entanto, e a melhor forma de assegurar que tal possa acontecer, será através de facilitar o estabelecimento de sociedades em comparticipação sino-ugandenses no sector das PMMEs, nomeadamente, em termos de produção, comércio e agro processamento (este último foi discutido na secção 7.3.1 supra).

Uma forma prática do Uganda levar avante esta agenda, pode ser através de garantir que os termos das linhas de crédito, conforme descritos mais acima, do CDB para com o UDB, passem a exigir que uma determinada percentagem, se não a totalidade, das linhas de crédito, seja estendida às sociedades em comparticipação sino-ugandenses, na indústria à pequena escala / de fabricação, venda por atacado e / ou retalho de bens de consumo e agro processamento. É imperativo que os parceiros de comparticipação nestas sociedades, no Uganda, sejam realmente activos nas operações, e não apenas parceiros latentes formais.

Isto até pode ser visto como representando uma acção arrojada ou mesmo restrictiva, dado o actual regime liberal de investimentos do Uganda, onde não existe a necessidade de haver apropriação por parte do Uganda para que as empresas possam operar no Uganda. No entanto, embora o investimento privado chinês e outro investimento directo estrangeiro possam continuar a operar sob o actual regime liberal regulatório, é recomendado que as linhas de crédito estendidas ao Uganda, por intermédio do quadro do FOCAC (tal como a linha de crédito acima discutida do CDB, actualmente

em negociação) sejam aplicadas com condições ligeiramente mais rigorosas, a fim de se garantir o reforço de idoneidade por parte da capacidade industrial e económica local.

Durante uma visita a Kampala, em Junho de 2009, para discutir oportunidades de investimento no Uganda com o Presidente Museveni, o Presidente do Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), Jiang Jianqing, ICBC, afirmou que estava a analisar as oportunidades de investimento na agricultura do Uganda, bem como numa refinaria de petróleo e a construção de oleodutos. Durante a mesma reunião, o Presidente Museveni sugeriu também que o ICBC considerasse o investimento em projectos de mineração e infra-estrutura do país.⁴⁸¹ Em linha com as sugestões acima, recomenda-se que o Uganda, em futuras negociações com o ICBC para as linhas de crédito, garanta a ocorrência de tal investimento, principalmente, através de sociedades em comparticipação com sócios activos do Uganda.

Por fim, há que se referir que os funcionários de governo do Uganda, consultados para este estudo, observaram que os empréstimos da China podiam ser difíceis de gerir, dado que a maioria dos bancos no Uganda são de propriedade e controle estrangeiros. Recomenda-se, portanto, que os empréstimos da China ao Uganda, sejam canalizados através do UDB.

7.3.5 O desenvolvimento de infra-estrutura

Há necessidade urgente de desenvolvimento de infra-estrutura na maioria dos países africanos, e o Uganda não é excepção. Os funcionários ugandenses entrevistados para o estudo destacaram que a melhoria da rede de transportes é considerada vital para o crescimento económico a longo prazo. Actualmente, a má condição da rede das estradas e ferrovias do Uganda, o que leva a elevados custos de transporte, é um entrave para os empreendedores que pretendem criar e executar negócios no país, e, por sua vez, tem vindo a resultar na subida de preços.⁴⁸²

No Plano de Acção de Pequim, as infra-estruturas, “nomeadamente, os transportes, as telecomunicações, a conservação da água e as instalações de geração de energia”, foram identificadas como sendo uma área-chave de cooperação (secção 3.5). No Uganda, um número de projectos já foi realizado nesta área desde o FOCAC 2006.

Mais notavelmente, está actualmente em execução um projecto de telecomunicações de grande porte, em quatro fases. O objectivo global do projecto é para ligar todos os ministérios do Uganda a uma única rede de área vasta, estabelecer um centro de dados do governo e conectar 28 distritos do

Uganda com a espinha dorsal das TIC. O custo total para as três primeiras fases do projecto, é de U.S.\$ 106 milhões, que serão prestados por meio de empréstimos concessionários da China Exim Bank, e executados ao longo de três anos. A fase quatro, que irá cobrir as partes do norte do Uganda, será financiada principalmente pela China, mas também pelo Banco Mundial e outros doadores.⁴⁸³

A primeira fase, no valor de US\$ 30 milhões, foi aplicada pela Huawei e concluída em Junho de 2008. Abrangeu a instituição e infra-estrutura do e-governo-(EGI) e a infra-estrutura vital de transmissão de dados nacionais (NBI). Mais especificamente, trata-se da ligação dos ministérios do governo do Uganda a uma rede de e-governo, e inclui equipamentos de videoconferência, bem como a ligação dos municípios de Kampala, Entebbe, Bombo, Mukono e Jinja, à espinha dorsal nacional dos TIC. Foram colocados 183 km de cabos de fibra óptica durante a primeira fase.⁴⁸⁴

Na altura da visita do Ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, Yang, em Janeiro de 2009, foi assinado um acordo para a iniciação dos trabalhos na segunda fase do projecto (com financiamento de U.S.\$ 61 milhões em empréstimos concessionários do China Exim Bank). Na altura da pesquisa de campo, a aprovação final do Governo Chinês ainda se encontrava pendente. O Parlamento do Uganda aprovou as fases tanto segunda e terceira do projecto, com a ligação, à semelhança, de mais 20 municípios do Uganda, prevista para a primeira fase, e a criação dum centro de dados do governo. Está actualmente a ser programada a implementação destas duas fases (financiadas por empréstimos concessionários do China Exim Bank no valor de U.S.\$ 61 milhões e U.S\$ 15 milhões, respectivamente.)

A capacidade de Internet do Uganda tem sérios limites, o que constitui um obstáculo importante para o desenvolvimento do sector privado. A implantação de cabos de fibra óptica em terra, portanto, tem um enorme potencial para melhorar a infra-estrutura. Actualmente, o uso da espinha dorsal das TIC, construída pela Huawei, tem sido limitado aos serviços do governo, mas a sua utilidade e impacto no desenvolvimento devem aumentar à medida que é expandida para além dos edifícios do governo, de modo a fornecer capacidade de Internet também às empresas e famílias. Na época da pesquisa de campo, estava em curso um processo para encontrar uma companhia adequada que pudesse gerir o processo de ampliação de utilização da espinha dorsal dos TIC, também para o sector privado.⁴⁸⁵

Além disso, em termos das necessidades de infra-estrutura do Uganda, pode-se notar que a capacidade da estrada de Kampala central é muito limitada, uma vez que o sistema viário da cidade

não evoluiu com a mesma rapidez que o número de veículos em circulação na cidade, além do facto de que a intensidade de uso dos veículos também tem vindo a aumentar. O centro da cidade é, portanto, bloqueado por engarrafamentos durante grande parte do dia, o que tem tido um impacto enorme na actividade económica. Durante a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang, em Janeiro de 2009, foi assinado um acordo de empréstimo de U.S.\$ 10 milhões em doações para financiar um projecto de estradas e saneamento em Kampala. O projecto deve ser gerido pela Câmara Municipal de Kampala. Embora esta iniciativa específica seja de âmbito limitado, todos os esforços do Governo Chinês para melhorar a capacidade da estrada de Kampala, deveriam ter um impacto positivo sobre o desenvolvimento, com incentivo do lado ugandês.

Uma característica proeminente nas relações da China com países africanos é o costume, por parte da China, de doar prédios às capitais africanas; parlamentos, edifícios do Senado, edifícios dos ministérios de negócios estrangeiros, estádios, edifícios para congressos e outras instalações públicas. Embora estas estruturas tenham grande valor simbólico, representando o esforço do Governo Chinês para melhorar a imagem da China a nível dos países de África, é discutível se o seu impacto tem sido muito positivo para o desenvolvimento dos povos africanos.

No caso do Uganda, o Plano de Acção de Pequim tem vindo a facilitar uma série de projectos neste sentido. O Governo Chinês anunciou que ia financiar novos edifícios governamentais em Kampala; escritórios do Presidente, Primeiro-Ministro e Vice-Presidente. Este projecto, de U.S.\$ 20 milhões, segundo um representante do Ministério das Finanças, foi objecto de concurso na China à altura da pesquisa de campo, com o começo da sua construção programado para o segundo semestre de 2009⁴⁸⁶

É esperado que estes escritórios sejam enorme utilidade enorme para as elites do Uganda empregadas pelo Presidente, o Primeiro-Ministro e o Vice-Presidente. No entanto, argumenta-se que, quando se pedir uma doação da China de edifícios para instalações públicas para o país, o que, naturalmente, constitue uma boa iniciativa, seria apropriado indicar que as instalações doadas devem ter alguma utilidade e amplitude maiores para a população do Uganda como um todo, de modo a conseguir-se um impacto mais forte sobre o desenvolvimento. Por exemplo, um Centro Empresarial Sino-Ugandense em Kampala, pode ser muito benéfico para o desenvolvimento do sector privado do Uganda. Em tal Centro Empresarial, as Autoridades de Investimento do Uganda, a Câmara de Promoção de Exportações do Uganda, os empresários chineses que operam no país, e a comunidade empresarial do Uganda, em colaboração com a Embaixada da China, poderão todos trabalhar em sentido de facilitarem o estabelecimento de sociedades em comparticipação sino-ugandenses, para a

fabricação e agro-processamento (conforme definido na secção 7.3.4 supra), como também para salvaguardar o crescimento contínuo de tais operações, ao longo do tempo.

7.3.6 Energia e Recursos

Em termos de energia e recursos, foi acordado, no Plano de Acção de Pequim, que a China e África iriam prosseguir "a exploração conjunta e racional, da energia e outros recursos, através de formas diversificadas de cooperação" (secção 3.6.1). Os oficiais ugandenses consultados para este estudo também salientaram que o abastecimento de electricidade é uma prioridade chave para o desenvolvimento do país, durante os próximos anos⁴⁸⁷.

O Uganda possui um enorme potencial em termos de recursos naturais. A exploração do petróleo na área de Lago Albert no lado oriental do Uganda, encontra-se nas fases iniciais, as expectativas das autoridades do Uganda são elevadas e calcula-se que os campos descobertos, até agora, na área, poderão conter para cima de um bilião de barris.⁴⁸⁸ As estimativas da produção podem eventualmente chegar a 150,000 barris por dia. Em Fevereiro de 2009, foi noticiado que a China National Petroleum Corporation (CNPC) e Sinopec, duas das 'três grandes' empresas estatais de petróleo, da China, estavam entre as dez empresas finalistas escolhidas para se tornarem parceiras da Tullow Oil, na exploração de petróleo na área de Lago Albert, à medida que a mesma prosseguia com a sua intenção de vender parte das suas participações neste campo.⁴⁸⁹ Além disso, conforme foi mencionado mais acima, uma delegação do ICBC afirmou, durante uma visita a Kampala, em Junho de 2009, que o banco estava a estudar oportunidades de investimento em refinarias de petróleo e construção de oleodutos no Uganda.⁴⁹⁰

O Uganda tem importantes recursos minerais, por exemplo, ouro, zinco, minério de ferro, cobre e diamantes. O Governo do Uganda tem enveredado esforços no sentido de incentivar os investidores, através, por exemplo, de cancelar na íntegra determinadas despesas de capital. O sector continua subdesenvolvido, no entanto, e nenhum investimento significativo chinês foi presenciado até agora, embora as empresas chinesas tenham sido incentivadas a investir pelas autoridades ugandenses.⁴⁹¹

A participação chinesa no sector dos recursos naturais do Uganda está, portanto, para aumentar num futuro muito próximo. Isto significa que o Uganda terá uma oportunidade de ouro para assegurar a participação e beneficiamento do seu país, logo à partida. Recomenda-se que as sociedades em comparticipação com sócios activos no Uganda (conforme descrito na secção 7.3.4) sejam a forma

dominante de organização em termos de colaboração sino-ugandense, no domínio dos recursos naturais.

Dada a importância económica dos recursos naturais para as economias de África, muitas das vezes, os acordos importantes relativos ao sector, são negociados ao mais alto nível político possível, o que, na maioria dos países africanos, equivale à Presidência. Recomenda-se que a equipe de negociação da Presidência junto da potência chinesa, inclua especialistas com a necessária competência técnica e jurídica, bem como membros fluentes no chinês mandarim. Desta forma, o Uganda irá aumentar as probabilidades do seu país negociar acordos justos com as empresas chinesas, no sector dos recursos naturais.

7.4 Avaliando o Plano de Acção de Beijng: A Cooperação no Desenvolvimento Social

7.4.1 O desenvolvimento e alívio da dívida

Uma das observações mais famosas do Presidente da China, Hu Jintao, a partir da Cimeira do Focac em 2006, foi a promessa de duplicar a ajuda da China aos países africanos em vias de desenvolvimento, entre 2006 e 2009.⁴⁹² Dado que não se encontra publicada qualquer figura precisa do valor de assistência anterior ao desenvolvimento, por parte da China ao Uganda, é difícil avaliar se esta promessa foi cumprida no caso do Uganda.

Além disso, é difícil fazerem-se estimativas correctas dos níveis de ajuda ao desenvolvimento, por parte da China à Uganda, dada a natureza do pacote chinês de apoio ao desenvolvimento, o que torna problemático distinguir-se entre a ajuda, o comércio e o investimento.⁴⁹³ A secção mais abaixo apresenta a assistência relacionada com a ajuda ao desenvolvimento, desde 2006, no entanto, pelas razões mencionadas mais atrás, não há qualquer tentativa feita para quantificar se a ajuda, de facto, duplicou ou não.

O Plano de Acção de Pequim estabelece ainda que o Governo Chinês tenciona "[c]ancelar os empréstimos gratuitos (i.e. sem juros), pagáveis até ao final de 2005, contratados pelos HIPC's e PMD's endividados e menos desenvolvidos de África com relações diplomáticas com a China" (secção 5.1.2). Desde o FOCAC 2006, foram cancelados U.S.\$ 17 milhões (o equivalente de 3

bilhões de xelins ugandenses) de dívida do Uganda para com a China. Isto ocorreu em 2007 quando uma delegação chefiada pelo vice-ministro chinês do Comércio, Fu Ziyang, realizou debates com o Ministério de Planeamento de Finanças e Desenvolvimento Económico do Uganda. Além disso, em 2007, foi assinado um acordo de concessão de U.S.\$ 6,8 milhões.⁴⁹⁴ O alívio da dívida é uma forma eficiente da China ajudar as economias africanas, com a condição de que os fundos que, em princípio, são destinados para o pagamento da dívida, sejam efectivamente alocados aos gastos sociais. No entanto, isto só se poderá garantir através da liderança do Uganda, e não por parte da China.

7.4.2 O desenvolvimento dos recursos humanos

A formação de funcionários africanos é uma componente importante de assistência ao desenvolvimento, por parte da China, a África. Por meio do Plano de Acção de Pequim, o Governo Chinês comprometeu-se em "continuar a dar formação específica aos profissionais e pessoal de gestão dos países africanos, em resposta às suas necessidades" (secção 5.2.2). Um tema emergente das entrevistas da equipe de investigação, com as partes interessadas numa selecção extraída dos departamentos de governo ugandenses, é que a China é vista como sendo um parceiro capaz, do Uganda, nomeadamente em termos de cuidados de saúde e agricultura. De facto, para efeitos de avaliar se a formação providenciada veio de encontro às necessidades do Uganda em termos de desenvolvimento de recursos humanos, é de se notar que a maior parte da formação recai precisamente nessas duas áreas.

Cerca de 250 funcionários e profissionais do Uganda receberam formação na China, em 2007 e 2008, na sua grande maioria por períodos de 1-2 meses.⁴⁹⁵ As áreas onde tem recaído a formação, incluem a agricultura, pesca, cultivo de bambu, saúde urbana, gestão hospitalar, educação e tecnologia. Outros 110 profissionais serão treinados no Uganda, principalmente na área da pesca, em 2009. Segundo Zhang Aiming, Conselheiro Económico na Embaixada da China em Kampala, isto irá completar a quota prometida pelo Governo Chinês para o Uganda.⁴⁹⁶

Argumenta-se que a China, dada a sua experiência na luta contra a malária, tem grande potencial, neste sentido, no que se refere à assistência aos países africanos, em geral, e ao Uganda, em especial. Podemos até indicar exemplos específicos de assistência. Por exemplo, de 26 a 29 Novembro de 2006, cinco peritos chineses sobre a malária, foram enviados para o Uganda para

treinarem 48 profissionais de saúde do Uganda.⁴⁹⁷ Além disso, em Outubro de 2007, 20 funcionários do Uganda dos governos locais, hospitais, prisões e centros preventivos de doença, atenderam cursos de formação de controle da malária, em Wuxi, na província de Jiangsu.

Dado o número de áreas onde o Uganda poderá usar a assistência chinesa para desenvolver os seus recursos humanos, recomenda-se que deveria concentra o seu pedido neste sentido, principalmente para a cobertura dos cuidados de saúde. Este aspecto é discutido mais a fundo na secção 7.4.4 a seguir. A agricultura, que também constitui uma prioridade muito importante nas relações sino-ugandenses, no entanto, está a progredir, e recomenda-se que a colaboração no sector da agricultura pudesse passar pela criação de sociedades em comparticipação sino-ugandenses, no processamento agrícola, tal como descrito nas secções 7.3.1 e 7.3.4 supra.

7.4.3 Educação

Em 2007, 40 estudantes receberam bolsas de estudo chinesas, do Governo do Uganda, para seguirem cinco anos de estudo, a tempo inteiro, na China. Em 2008, o número de bolsas concedidas a estudantes ugandenses, atingiu os 31. Segundo o Embaixador Sun, cerca de 60 por cento dos estudantes oriundos do Uganda, permanece na China após a formação, para trabalharem em empresas multinacionais, enquanto que cerca de 40 por cento volta para o Uganda. Foi argumentado por um número de inquiridos, que um dos factores que afecta a decisão dos estudantes do Uganda de regressarem ou não para o seu país após a graduação, reside na forma como os seus diplomas chineses são vistos. Alegadamente, não são tão bem aceites quanto os diplomas europeus ou americanos.

Além disso, vários dos respondentes do Uganda argumentaram que o impacto sobre o desenvolvimento, possível por parte das bolsas de estudo, seria muito maior se os alunos do Uganda, ao invés, pudessem ser encorajados a estudar no Uganda, aumentando assim as probabilidades da permanência de estudantes no país, após a graduação. Ainda no mesmo tema, outros entrevistados alegaram que os diplomados que permaneciam na China, muitas das vezes criavam sinergias para as economias de casa, já que se dedicavam, frequentemente, ao comércio ou trabalho em empresas chinesas com ligações a África.

É vital para o Uganda aproveitar as competências adquiridas pelos seus formandos na China. A melhor forma de fazê-lo é através de aumentar os factores de “puxão” (“pull-factors”) da economia doméstica. Os prospectivos empregadores no Uganda - as empresas e os departamentos de estado - devem manter-se atentos ao valor dos cursos tirados na China. Isto será possível com a criação dum

centro permanente de bolsas chinesas onde os graduados ugandenses de universidades chinesas possam receber assistência em termos de tradução dos seus diplomas, teses, certificados de estágio chineses, etc, bem como uma abordagem de potenciais empregadores no próprio Uganda. O centro também poderá funcionar como uma agência para as empresas do Uganda a procurarem candidatos à altura.

Seria importante que os alunos do Uganda, escolhidos para estudarem na China com bolsas de estudo do Governo Chinês, fossem introduzidos às actividades do Centro, antes de partirem para a China, de modo a que, logo no início dos seus estudos, pudessem estar cientes do apoio que estará à sua disposição no seu regresso. Posteriormente, devia ser possível aos estudantes reunirem-se numa base contínua com o Centro, ainda durante a sua fase de estudo, ao regressarem de férias ao Uganda. Com a assistência do Centro, podiam ser desenvolvidos contactos com a economia local e os empregadores no Uganda, ainda durante a fase de estudo, facilitando, desse modo, a sua integração bem sucedida na economia doméstica após a sua formação. Um modelo apropriado passível de se desenhar também para o Uganda, no presente caso, é o modelo utilizado pelo Instituto de Moçambique para as Bolsas de Estudo (consultar o capítulo 5).

Além disso, no Plano de Acção de Pequim (secção 5.4.4), o Governo Chinês comprometeu-se em "[a]judar os países africanos a criarem 100 escolas rurais nos próximos três anos". Num acordo bilateral assinado a 18 de Setembro de 2007, foi estipulado que o Uganda iria receber duas destas escolas rurais e que as mesmas ficariam localizadas nos distritos de Sembabule e Kanungu, respectivamente. Ambas as escolas foram completadas e entregues ao Governo do Uganda, em Maio de 2009.⁴⁶⁴ No distrito de Sembabule, Jiang Xi International Company foi o empreiteiro de construção. Em Kanungu, Ershisan Ye Construction Group foi o empreiteiro responsável. Este último também construiu a Casa de Estado e a casa do presidente em Kampala.

A escola em Kanungu foi projectada por um engenheiro do Uganda, graduado da Universidade de Harvard, e a construção foi concluída dentro dum prazo de seis meses. A escola foi financiada por uma doação do Governo Chinês, no valor de U.S.\$ 700,000. Este montante era considerado suficiente para construir um edifício escolar adequada, dado o facto de que, com a excepção do cimento que foi comprado localmente, todo o material de construção foi originado na China. O custo do material de construção, segundo um entrevistado chinês informou, ficou de seis a sete vezes no preço que teria sido se tivesse sido comprado no Uganda. Toda a mão-de-obra utilizada na construção, foi contratada localmente, com a excepção de 18 técnicos.⁴⁹⁹

A prática de se originarem os materiais da construção na China, é um tema recorrente e muito

criticado em termos do envolvimento geral, da China, com África. Os projectos financiados pelo China Exim Bank, obtêm 50 por cento, ou mais, do seu material de construção da China, de acordo com os regulamentos do EXIM Bank: "[e]quipamentos, materiais, tecnologias ou serviços necessários para o projecto devem ser adquiridos na China, à frente de outros países. Em princípio, não menos de 50% das aquisições devem vir da China."⁵⁰⁰

Para as empresas privadas chinesas que operam em África sem ligações com o Governo Chinês e sem acesso aos fundos do China Exim Bank, a prática de originarem o material de construção na China, relaciona-se exclusivamente com a questão dos preços serem muito mais competitivos no mercado doméstico. Este último ponto também é aplicável às empresas chinesas contratadas para construir escolas doadas por intermédio do quadro do FOCAC. Tal como foi indicado numa das entrevistas do CCS com um respondente que trabalha numa dessas empresas, não seria possível construir-se a escola dentro do orçamento alocado, se todo o material de construção não fosse originado na China.⁵⁰¹ Tudo considerado, o que resulta é uma situação onde pouco ou nenhum material da construção é originado no continente africano, quer no país em causa, quer nas economias vizinhas africanas.

Neste contexto, podem-se apresentar dois argumentos principais. Em primeiro lugar, é possível argumentar que a coisa mais importante é assegurar que as escolas, hospitais e estradas, nos países africanos, serão construídas da melhor forma possível. Deste ponto de vista, a questão da origem do material de construção, torna-se irrelevante, pois o objectivo final é maximizar o valor de cada Yuan doado pelo Governo Chinês.

Também é possível argumentar-se que, para cada Yuan chinês doado para obter o máximo impacto no desenvolvimento sustentável a longo prazo, seria mais vantajoso se o material fosse de origem local, quer do país africano em causa ou das economias vizinhas africanas. Mesmo que o processo de utilização do material de construção fique mais caro, significando que apenas seria implementado um terço ou um quarto do número de escolas, estradas ou hospitais actualmente sob construção, mesmo assim, os efeitos do desenvolvimento poderiam ser muito mais amplos, dadas as sinergias económicas mais vastas que um *modus operandi* destes pudesse vir a criar. Embora os encadeamentos da causalidade económica sejam mais complicados, requerendo uma pesquisa mais aprofundada, é possível que uma abordagem destas também possa correr o risco do processo do FOCAC se traduzir numa maior dependência de África, sobre a China, no que se refere ao fornecimento de materiais da construção.

Dado que a abordagem anterior (aquisição do material de construção da China, a fim de obter uma

máxima saída quantitativa) até agora tem sido utilizada, na maioria dos casos, um pouco por todo o continente, seria interessante ver quais seriam os impactos no desenvolvimento se o Uganda insistisse que se devia usar a abordagem referida em segundo lugar (a construção dum número menor de escolas / hospitais / estradas, mas com material local / regional de África) para as doações de infra-estrutura chinesas ao Uganda, dentro dum futuro próximo. A recomendação apresentada neste estudo é, portanto, que o Uganda e outros países africanos, devem exigir que uma proporção maior (80-100 por cento) do material da construção utilizado nos projectos de infra-estrutura chinesa em cada um dos países africanos, seja adquirida quer localmente, ou dos países vizinhos.

Outrossim, o Plano de Acção de Pequim estipula que o Governo Chinês iria "[e]stabelecer Institutos Confúcio em países africanos de modo a satisfazer as suas necessidades de ensino na língua chinesa" (secção 5.4.4). No Uganda, ainda não foi estabelecido qualquer Instituto Confúcio, embora exista uma forte necessidade, a nível deste país, de profissionais com as competências necessárias no mandarim e conhecimentos de cultura chinesa. A equipe de investigação veio a saber que um professor da Universidade de Makerere, apresentou um pedido para que fosse criado um Instituto Confúcio, que, entretanto, a Embaixada da China tinha recusado, dando como motivo o facto deste último ter efectuado a aplicação na sua capacidade como indivíduo.⁵⁰² Na opinião da equipe de investigação, não existe qualquer falta aparente de conhecimento entre diplomatas chineses no Uganda, em termos dos procedimentos necessários para o estabelecimento de Institutos Confúcio, o que pode constituir um dos motivos pela falta de sucesso da aplicação advinda do Uganda.

Dado que a comunicação foi identificada como sendo um dos grandes desafios para as relações sino-ugandenses do dia-à-dia, em especial para os actores comerciais do Uganda com a China, e dado o facto de que a importância da China como parceiro do Uganda, provávelmente, irá aumentar ao longo dos próximos anos, é imperativo que a formação no mandarim, a nível do país, receba orientação o mais depressa possível. Um conhecimento melhorado do chinês mandarim, entre os estudantes universitários do Uganda, funcionários públicos e agentes do sector privado, será crucial para assegurar que os interesses do Uganda serão suficientemente atendidos nas relações sino-ugandenses em evolução. O Instituto Confúcio camaronês, baseado na Universidade de Yaoundé II, por exemplo, pode servir como um modelo bem sucedido, passível de ser emulado pelo Uganda, em termos do modo como se poderão fazer chegar os cursos em língua mandarim a uma variedade de municípios.⁵⁰³

Recomenda-se que esta situação seja uma das prioridades para o Uganda, à medida que as relações sino-ugandenses se desenvolvem cada vez mais. Recomenda-se também que a Embaixada da China

no Uganda efectue o reforço das capacidades em termos de informar as partes interessadas ugandenses dos procedimentos necessários para a criação dum Instituto Confúcio.

7.4.4 Cuidados médicos e a saúde pública

A saúde é uma das pedras angulares de ajuda da China a África. Assim, as promessas no que se refere a cuidados de saúde, constituem uma parte importante do Plano de Acção de Pequim de 2006. Em termos de equipas médicas chinesas activas em África, o lado chinês comprometeu-se em "[c]ontinuar a envidar esforços no sentido de enviar novas e adicionais equipas médicas para África durante os próximos três anos" (secção 5.5.3), enquanto que o lado Africano prometeu "a prestação de condições adequadas de vida e de trabalho para estas"(secção 5.5.1).

No Uganda, uma equipa médica da província de Yunnan, incluindo oito membros, um/a intérprete e um cozinheiro, encontra-se activa em Jinja, uma unidade que fica a duas horas de Kampala. A equipa de investigação do CCS observou, durante uma visita em Fevereiro de 2009, que as condições de vida da equipa médica, são muito simples. A equipa compartilha uma casa, com banheiro e cozinha comunitários. Comparado com os padrões locais, o alojamento da equipa médica até que pode ser considerado adequado. No entanto, também pode ser considerado demasiado simples, uma vez que são profissionais estrangeiros que, por vezes, recebem visitas dos seus familiares.

Em discussões com a equipa de investigação, os membros da equipa médica observaram que, embora eles mesmos fossem, de facto profissionais altamente qualificados, que tinham sido especialmente seleccionados, viajando até ao Uganda para tentarem fazer alguma diferença, de acordo com o espírito de humanismo e solidariedade internacionais, percebiam, no entanto, que a utilidade das suas qualificações não estava, necessariamente, a ser maximizada no seu dia-à-dia no Uganda, como resultado das barreiras da língua e diferenças culturais. Além disso, notavam que a população local do Uganda não estava, necessariamente, sensibilizada para o facto da sua missão, enquanto equipa médica chinesa, ser precisamente uma missão humanitária, daí que tinham optado por viver em África durante dois anos, deixando os seus familiares para trás.⁵⁰⁴

Geralmente, cada missão de equipa médica chinesa nos países africanos, tem um membro que trabalha como intérprete. Dadas as denúncias acima mencionadas, isto é nitidamente insuficiente no contexto do Uganda. Seria, obviamente, ideal se um número maior de intérpretes fosse colocado à disposição da equipa médica, porém, isso também implicaria custos adicionais significativos. É, portanto, argumentado que a maneira mais eficaz de melhorar o impacto de desenvolvimento do

trabalho da equipe médica no Uganda, seria através de se conduzir a formação linguística adequada a nível dos membros da equipe médica.

Dado que cada país africano recebe a equipe médica com a melhor competência para ensinar a língua oficial do país a estrangeiros, deve ser da responsabilidade do país destinatário garantir que essa formação terá lugar. A formação poderá, no entanto, ser co-financiada pelo Governo Chinês. Por exemplo, uma semana de formação intensiva da língua, centrada no vocabulário médico, podia ser providenciada no momento de chegada ao país africano, seguida de formação, na parte da tarde, durante a semana, ao longo de todo o período de duração da estadia da equipe.

Além disso, por meio do Plano de Acção de Pequim, Pequim comprometeu-se em construir centros de demonstração para a prevenção e tratamento da malária nos países africanos. A escolha do enfoque sobre a malária, de entre as muitas doenças que assolam o continente africano, é interessante, dado que a China tem experiência importante que advém da sua própria luta contra a malária, e será possível recorrer aos seus conhecimentos enormes, neste sentido. No Uganda, especificamente, a malária é um perigo muito importante para a saúde.⁵⁰⁵

No Uganda, o centro de investigação anti-malária, doado por meio do quadro do FOCAC, é abrigado no Instituto de Doenças Infecciosas do Hospital Mulago em Kampala. O custo da criação do Centro foi alegadamente de U.S.\$ 400,000, tendo o mesmo sido inaugurado a 15 de Maio de 2008.⁵⁰⁶ Um acordo bilateral assinado a 8 de Novembro de 2007, estipulou que o Governo Chinês iria fornecer equipamentos e medicamentos ao centro, como também ia enviar quatro peritos chineses, especializados no controle da malária, para formar 31 peritos ugandenses durante duas semanas. Esta formação foi implementada em três grupos distintos; técnicos de laboratório, clínica médica dos trabalhadores e pessoal de prevenção e controle da malária. Em termos do impacto no desenvolvimento que irá ter o centro de pesquisa sobre a malária, este, provavelmente, revelar-se-á ser de importância vital, dada a necessidade enorme de assistência que tem o Uganda, na sua luta contra a malária. No entanto, ainda não se encontra em utilização a tempo suficiente para que seja possível quantificar o seu impacto, por enquanto.

Além disso, conforme salientado na secção 4.2 acima, sobre o desenvolvimento humano, cinco peritos de malária chineses foram enviados para o Uganda de 26-29 de Novembro de 2006, pouco tempo depois da Cimeira do FOCAC, para treinarem 48 profissionais de saúde no Uganda.⁵⁰⁷ Além disso, em Outubro de 2007, 20 funcionários ugandenses, vindos de governos locais, hospitais, prisões e centros de prevenção da doença, atenderam um curso de formação sobre o controle da

malária, em Wuxi, na província de Jiangsu.

O Governo Chinês também doou medicamentos contra a malária, no valor de cerca de U.S.\$ 250.000 à Uganda. A droga, chamada ARCO, é um novo tipo de medicamento anti-malária, do qual apenas um comprimido é tomado pelo paciente. Após os procedimentos bem-sucedidos dos testes, foi aprovado para uso, por parte da Autoridade de Drogas do Uganda, em Maio de 2009.⁵⁰⁸ Geralmente-falando, muitos pacientes africanos, em especial aqueles que vivem nas zonas rurais, são analfabetos e lutam para tomar os medicamentos segundo as instruções dadas por escrito, muitas das vezes, no momento da prescrição.⁵⁰⁹ Assim, correm o risco de interromper a medicação muito cedo, desenvolvendo resistência a certos medicamentos. Por isso, seria apropriado nestas condições, se houvesse um tratamento contra a malária que envolvesse apenas um comprimido, argumentando-se, portanto, que o ARCO poderia vir a ser o modelo a introduzir, por parte da China, no seu trabalho a nível de todo o continente africano.

Além disso, no Plano de Acção de Pequim de 2006, o Governo Chinês também se comprometeu a "[a]ssistir os países africanos na construção de 30 hospitais" (secção 5.5.3). O Uganda é o recebedor dum desses hospitais, que ficará localizado em Naguru, Kampala, e será concluído em 2011. Durante a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang, em Janeiro, foi assinado um acordo económico e técnico que define os custos para a construção do hospital. Na época da pesquisa de campo, MOFCOM estava a preparar-se para o processo de concurso na China. A equipe médica chinesa, actualmente baseada em Jinja, será transferida para o hospital de Naguru após a conclusão do mesmo.⁵¹⁰

Embora os apoios materiais, tais como os hospitais, as clínicas e os medicamentos, bem como a capacitação dos recursos humanos através da formação na China, sejam recursos de assistência chineses muito apreciados no sector de saúde do Uganda, os respondentes bem colocados sugeriram que, na generalidade, o reforço das capacidades burocráticas (tais como nas áreas dos recursos humanos e sistemas de saúde) para o sistema de saúde do Uganda, seria de grande utilidade em termos de garantia do reforço das capacidades a longo prazo. Os respondentes comentaram que este pedido se aplicava a todos os parceiros de desenvolvimento do Uganda, não apenas à China. Esta preocupação foi repetida em entrevistas com os funcionários congolezes (conforme descrito no capítulo 4). Dado que este pedido foi expresso tão fortemente, é recomendado que seja tomado em consideração antes do FOCAC 2009.

7.4.5 Turismo

O Plano de Acção de Pequim afirma que África “congratula-se com mais visitas de turistas chineses e deseja incentivar mais turistas africanos a viajarem para a China” (secção 5.7.2). Para o Uganda, o turismo é um sector económico com grande potencial de crescimento, dado o seu clima tropical e fauna exótica.⁵¹¹ Ao país foi concedido o Estatuto de Destino Aprovado (ADS) em 2003, para turismo vindo da China. Potencialmente, um grande número de turistas chineses poderão, deste modo, eventualmente, optar por passar as suas férias no Uganda.

Dado que o sector de fabricação está a lutar para competir com as importações chinesas, o sector do turismo, juntamente com a agricultura, é de grande importância económica para o Uganda, em termos da criação de emprego, (conforme descrito na secção 7.3.3). Se o Uganda conseguisse atrair investidores chineses que fossem capazes de criar sítios web com informações no chinês mandarim, e fornecer pacotes de viagens turísticas com guias chineses, hotéis e restaurantes chineses, então o potencial de desenvolvimento seria importante. Seria desejável que tais empresas fossem configuradas no sentido de constituírem sociedades em comparticipação entre actores de negócios chineses e ugandenses, Conforme mencionado na secção 7.3.4.

Segundo um entrevistado muito bem colocado no Ministério de Turismo, Indústria e Comércio do Uganda, aguardava-se um maior número de turistas chineses no Uganda do que aquilo que, até agora, se tem vindo a materializar. O entrevistado reconheceu que o Uganda necessitava de maior exposição à comercialização, como destino para a China, juntamente com pesquisas sobre o gosto do consumidor chinês. Isto, no entanto, foi reconhecido pelo inquirido como algo a ser conduzido, em grande parte, pelo sector privado, embora pudesse ser facilitado pelo quadro do FOCAC, e também através da garantia de que os processos de visto estavam a decorrer sem sobressaltos.

Segundo um entrevistado chinês a trabalhar com organizações de viagens para viajantes de negócio chineses para o Uganda, os vistos para o Uganda são caros e a sua obtenção torna-se morosa.⁵¹² O entrevistado no Ministério do Turismo, Comércio e Indústria não estava ciente desses problemas, e sugeriu que tais impedimentos para o intercâmbio deviam ser imediatamente abolidos. Recomenda-se que a Embaixada do Uganda em Pequim garante o desenrolar dos procedimentos de visto, de forma a facilitar o desenvolvimento do turismo chinês até ao Uganda.

Em termos de transporte entre os dois países, não existem vôos directos disponíveis. No entanto, existem vôos diários para Pequim, através de Dubai e Adis Abeba, e diversos vôos por semana para

Hong Kong, através de Nairobi, e para Guangzhou, através de Banguecoque.

Em termos duma agenda mais ampla de turismo África-Ásia, pode-se notar que, de 15-27 de Junho de 2009, o Uganda acolheu o 5º Fórum de Negócios África-Ásia (AABF). A conferência, organizada pela ONU, o Banco Mundial e o Ministério das Relações Exteriores do Japão, reuniu representantes do sector privado e altos funcionários de 65 países de África e Ásia, bem como representantes de organizações internacionais, para "rever, analisar e avaliar as estratégias existentes em África para um turismo sustentável".⁵¹³ Embora o AADF não se concentre exclusivamente no turismo entre o Uganda e a China, o certo é que tem potencial para impulsionar as relações neste sentido.

7.5 Os impactos políticos, sociais e económicos do FOCAC

Tal como já foi indicado neste capítulo, as relações entre a China e o Uganda, na verdade, aprofundaram-se em muito, tanto em termos de cooperação política, social e económica, durante os nove anos que se passaram desde a iniciativa do FOCAC de 2000. Muitas das partes interessadas do Uganda e da China, que foram consultadas no próprio país para os efeitos deste estudo, observaram que o FOCAC é ainda um quadro institucional muito jovem comparado com outros quadros institucionais, tal como a Convenção de Lomé, que há já várias décadas que vigora.⁵¹⁴ No entanto, nove anos é um período de tempo significativo, sobretudo tendo em conta o rápido aumento nas diversas formas de interacção chinesa com o Uganda. Será, por isso, apropriado avaliar-se o impacto do FOCAC no país até à data.

Ao discutir-se a implementação e o impacto do Plano de Acção de Pequim no Uganda, um tema emergente é que existe uma diferença entre as secções que se referem ao compromisso do governo (projectos implementados pelos dois governos) e essas que dizem respeito à participação do sector privado.

7.5.1 Envolvimento a nível do governo

Em termos das promessas do FOCAC, que devem ser implementadas em colaboração com os Governos Chinês e do Uganda, bem como com outros projectos facilitados pelo Plano de Acção de Pequim, a execução foi amplamente satisfatória. A implementação bem sucedida irá depender, em

grande medida, no empenho dos funcionários individuais africanos e chineses envolvidos. Embora, tal como foi mencionado em algumas das entrevistas, tivesse havido a ocorrência de mal-entendidos decorrentes de problemas surgidos na comunicação entre os representantes dos Governos Chinês e do Uganda, a observação global da equipe de investigação foi que, no caso do Uganda, a experiência de cooperação, ao todo que indica, foi bastante positiva e suficientemente produtiva.

Conforme referido nas secções relevantes mais acima, a maioria dos projectos prometidos já está concluída ou em fase de implementação. A cooperação entre o Uganda e os representantes do Governo Chinês, tem trabalhado de uma forma satisfatória em termos de identificação de locais apropriados para projectos de construção, tais como as escolas e os hospitais.

A colaboração no âmbito do FOCAC tem coberto a maior parte dos sectores nacionais de prioridade do Uganda (conforme descrito na secção 7.3), embora em graus variáveis. Mais especialmente, as áreas de saúde, educação e as TIC, que têm recebido muito apoio por meio do quadro de FOCAC. Resta ainda fazer-se mais na área prioritária da agricultura, onde pouco se tem feito até agora, a nível do país, além do centro de demonstração agrícola previsto. No entanto, está previsto acontecer muito mais, de futuro, no sector da agricultura, a título de seguimento da Reunião Ministerial do FOCAC de 2009, que teve como temas principais a agricultura e a segurança alimentar, bem como o desenvolvimento de infra-estrutura.

Em última análise, tal como já foi mencionado, é difícil saber-se até que ponto é que estas doações e as acções de formação, poderão surtir efeitos positivos, a longo prazo, e ter impacto sobre o desenvolvimento. O objectivo mais importante de todos os esforços de ajuda ao desenvolvimento é, naturalmente, promover a auto-suficiência, e é mesmo aqui que a abordagem chinesa, com a sua mistura de doações, empréstimos e formação, poder-se-á revelar à altura. No entanto, é cedo de mais, por esta fase, para se conseguir efectuar qualquer avaliação decisiva.

7.5.2 O envolvimento do sector privado

Conforme observado na secção pertinente mais acima, o envolvimento do sector privado, mais designadamente, no comércio, terá um papel importante a desempenhar nas relações sino-ugandenses. Enquanto que a maioria dos representantes consultados, do sector privado, concorda que o FOCAC realmente tem sido útil em termos de aumentar o intercâmbio a nível do sector privado, também foi identificada um certo grau de atrito, nomeadamente do lado ugandês. O mesmo emana, em grande parte, da distância cultural e problemas de comunicação entre os empresários do Uganda, comerciantes chineses no Uganda e fornecedores da China.

Conforme observado nas secções 7.3.2 e 7.3.3, os problemas práticos de interacção entre as partes, bem como as questões das mercadorias de contrabando, certamente afectam a rentabilidade e o potencial de desenvolvimento das trocas em si, mas também afectam a percepção da China e dos chineses no Uganda. Um representante do sector privado chinês, entrevistado pela equipe de investigação, alegou que os agentes do sector privado, activos no Uganda, raramente se aproximavam para pedir conselhos em relação à compreensão do ambiente empresarial do Uganda, ou para construir parcerias.⁵¹⁵ Isto é certamente uma área com espaço para grandes melhorias, durante os próximos três anos, no quadro do FOCAC.

7.6 Recomendações aos parceiros sociais do Uganda

7.6.1 Garantir a priorização do agro processamento

O suprimento de fundos de arranque para as sociedades em comparticipação sino-ugandenses no agro-processamento de propriedade ugandense, bem como na beneficiação local, devem constituir a principal prioridade da relação sino-ugandense para o futuro.

Conforme foi referido no ponto 7.3.1, a agricultura e o agro-processamento são os sectores económicos do Uganda com o maior potencial de crescimento. De acordo com uma grande maioria dos inquiridos do Uganda, a agricultura deve ser a prioridade número um nas relações sino-ugandenses para o futuro. Os actores chineses certamente têm capacidades tecnológicas que poderão ser de grande utilidade no contexto do Uganda. Isto deveria ocorrer, notavelmente, por intermédio da constituição de sociedades em comparticipação sino-ugandenses, focalizando o processamento de frutas (designadamente, a manga e o ananás) ou o café. A fim de garantir o reforço da capacidade industrial e do conhecimento económica dos povos locais, é imperativo que os parceiros do Uganda em tais sociedades em comparticipação sejam realmente activos na operação, e não apenas latentes parceiros formais.

7.6.2 Estabelecer um Centre de Bolsas de Estudo Chinesas em Kampala

Deve ser estabelecido um Centro de Bolsas de Estudo Chinesas em Kampala, para ajudar a integrar os graduados do Uganda, com diplomas tirados na China, na economia do Uganda, a fim de encorajar os estudantes a regressarem a casa a seguir à graduação.

Foi referido por vários entrevistados, que a ajuda ao desenvolvimento por parte da China, na forma de bolsas de estudos para o ensino superior na China, arrisca-se a que seja desperdiçada uma grande parte de graduados, que não regressa ao Uganda após a graduação. A escolha por parte do estudante acabado de formar, para ficar ou não na China, pode ser pessoal, porém, conforme se refere o ponto 7.4.3, os diplomas chineses, muitas das vezes, não são tão conceituados no Uganda como aqueles obtidos na Europa ou na América do Norte. A fim de se contrariar esta situação, é recomendado que sejam empreendidos esforços para impulsionar os “factores de puxão” da economia doméstica. Isso poder-se-á conseguir por meio da criação de um Centro permanente de Bolsas Chinesas onde os graduados ugandenses das universidades chinesas poderão receber apoio, e através do qual os empregadores do Uganda poderão entrar em contacto com estes últimos quando procurarem candidatos à altura. Um modelo apropriado passível de projecção também no Uganda, no presente caso, é o Instituto de Bolsas de Estudos de Moçambique (consultar o capítulo 5).

7.6.3 Focar o desenvolvimento dos RH chineses sobre a prevenção da malária

Recomenda-se ao Uganda que concentre os seus pedidos em termos de desenvolvimento de recursos humanos, de modo a cobrir, principalmente, os cuidados de saúde, com enfoque especial no combate da malária.

Dado que a malária é um importante desafio ao desenvolvimento do Uganda, é muito importante que seja aproveitada a experiência chinesa neste sentido. Uma parte importante do desenvolvimento dos recursos humanos, a ser fornecido aos funcionários do Uganda a partir da China, até à data, centra-se no desenvolvimento das competências para o combate da malária, entre os funcionários de cuidados de saúde no Uganda. Recomenda-se que o Uganda continue a concentrar os seus pedidos de auxílio aos chineses, em termos do desenvolvimento de recursos humanos, no reforço das competências entre profissionais de saúde do Uganda, no combate da malária. Isto poderá incluir o fornecimento, em larga escala, da droga anti-malária, ARCO, que exige apenas um comprimido por paciente, sendo, por isso, adequado às áreas rurais, onde muitos dos pacientes são analfabetos e lutam por tomar os medicamentos consoante as instruções, frequentemente escritas, dadas na altura da receita médica.

7.6.4 Fortalecer a capacidade administrativa do sistema de saúde do Uganda

Os ugandenses devem pedir que a assistência aos cuidados de saúde por parte da China, seja concentrada sobre a edificação das capacidades administrativas; melhorando os recursos humanos e avançando as questões da e-saúde.

Representantes do Ministério de Saúde do Uganda reconheceram que a China tinha providenciado uma ajuda preciosa ao Uganda, na forma de hospitais, pessoal médico, formação de pessoal médico e administrativo do Uganda, bem como no fornecimento de medicamentos. No entanto, uma sugestão adicional identificou que seria benéfico para a edificação, a longo prazo, da capacidade dos sistemas nacionais de saúde, se a colaboração com a China pudesse ser concentrada, em maior medida, no reforço da capacidade administrativa, melhoria dos recursos humanos (mais formação de pessoal administrativo) e promoção de questões de e-saúde (fornecimento de equipamentos e formação para a digitalização de sistemas de cuidados de saúde). Isto é algo que as partes interessadas do Uganda devem sugerir à parte chinesa.

7.6.5 Estabelecer uma conferência anual do FOCAC sobre os negócios Sino-Ugandenses

As conferências anuais para os empresários ugandenses e chineses, activos no Uganda, devem ser organizadas em Kampala, sob a égide do FOCAC de forma a criar sinergias para a comunidade de negócios sino-ugandense.

Embora pudesse ser de enorme utilidade se houvesse um número maior de empresas africanas numa variedade ampla de países, representado nas conferências africanas a alto nível empresarial, à margem da Cimeira do Focac, tais conferências são realizadas longe da realidade das PPMes africanas e chinesas activas nas economias africanas. Por isso, sugere-se que, sob a égide do FOCAC, como parte das relações da China com cada país ou organização regional africanos, fossem organizadas conferências anuais ou bi-anuais para os empresários africanos e chineses activos em cada país ou região africano/a, de forma a criarem-se sinergias para a comunidade empresarial sino-africana. Isto é de particular importância, dado que o comércio de produtos transformados, as empresas locais de investimento e a transferência das tecnologia são chaves importantes para o desenvolvimento sustentável das economias africanas. Estas conferências poderão ser organizadas com fundos do FOCAC e co-organizadas pela Embaixada da China, a Autoridade de Investimentos do Uganda (Autoridades da UIA) e os locais, as câmaras do Uganda e as câmaras do Comércio da

China. Além disso, acredita-se que processos semelhantes seriam benéficos noutros países africanos.

7.6.6 Fazer avançar as sociedades em comparticipação sino-ugandenses para fortalecer a capacidade de fabrico do Uganda

Assegurar que uma determinada percentagem, se não a totalidade, das linhas de crédito chinesas, oferecidas como forma de financiamento de arranque no Uganda, possam ser alargadas para incluir as sociedades em comparticipação sino-ugandenses, de modo a reforçar a capacidade de fabrico sino-ugandense.

A comunidade chinesa de negócios no Uganda, certamente, tem as habilidades e experiências necessárias para poder ajudar a desenvolver os actores de negócios do Uganda. Estas competências terão que ser transferidas, no entanto, e a melhor maneira de o fazer, será de facilitar o estabelecimento de sociedades em comparticipação sino-ugandenses, no sector dos PPMes, nomeadamente em termos de produção, comércio e agro-processamento. Uma forma prática para o Uganda poder continuar com esta agenda, pode ser através de assegurar que uma determinada percentagem, se não a totalidade, das linhas de crédito chinesas oferecidas para o fornecimento de financiamento de arranque no Uganda, seja alargada para incluir as sociedades de comparticipação sino-ugandenses na indústria / fabrico, comércio por grosso e / ou a retalho, de bens de consumo e agro-processamento. A fim de garantir que a capacidade industrial local e conhecimentos económicos possam ser reforçados, é imperativo que os parceiros do Uganda em tais sociedades de comparticipação, estejam realmente activos na operação, e que não sejam apenas parceiros latentes formais.

7.6.7 Estabelecer um Centro Empresarial Sino-Ugandense em Kampala

O Uganda deve requerer que o próximo edifício público em grande escala, doado pela China ao Uganda, seja um Centro Empresarial Sino-Ugandense em Kampala, que poderá tornar-se no núcleo das actividades no que diz respeito à facilitação do trabalho das sociedades em comparticipação sino-ugandenses.

O Uganda deve pedir à China que, se quiser doar edifícios de instalações públicas ao país, o que, naturalmente, é uma boa iniciativa, seria mais apropriado se doasse instalações que fossem de maior utilidade para a população geral do Uganda, tendo, portanto, um maior impacto no desenvolvimento.

Por exemplo, um Centro Empresarial Sino-Ugandense em Kampala, podia ser muito benéfico para o desenvolvimento do sector privado do Uganda. Com um Centro Empresarial deste tipo, a Autoridade de Investimentos do Uganda, a Câmara de Promoção das Exportações do Uganda, os empresários chineses a operarem no país e a comunidade empresarial do Uganda, em estreita colaboração com a Embaixada da China, poderiam trabalhar no sentido de facilitar o estabelecimento de sociedades em comparticipação sino-ugandenses nas áreas da fabricação e agro-processamento (conforme definido no ponto 7.3.4 supra), e salvaguardar o crescimento contínuo desse tipo de operação ao longo do tempo.

7.6.8 Investimento chinês no sector dos recursos, através de sociedades em comparticipação sino-ugandenses (JVs)

Com o objectivo de garantir que as sociedades em comparticipação sino-ugandenses se possam transformar na principal forma de organização, à medida que a extracção de recursos começa a avançar a nível do Uganda, será essencial garantir que os membros da equipe de negociação em negócios com potenciais investidores chineses possuem a perícia necessária.

Recomenda-se que as sociedades em comparticipação com sócios activos no Uganda (conforme descrito na secção 7.3.4), sejam a forma dominante das organizações em termos de colaboração sino-ugandense, no domínio dos recursos naturais. É imperativo que tais sociedades sino-ugandenses em comparticipação facilitem a transferência de competências adequadas, aos parceiros do Uganda, em termos de uma gestão eficaz dos recursos. Dada a importância económica dos recursos naturais para as economias africanas, os acordos importantes relativos ao sector, muitas das vezes, são negociados ao mais alto nível político possível, o que, na maioria dos países africanos, equivale a Presidência. Recomenda-se que a equipe da Presidência, que irá negociar com potenciais investidores chineses, inclua especialistas com a necessária competência técnica e jurídica, bem como membros fluentes em chinês mandarim. Desta forma, o Uganda aumentará a probabilidade de negociar acordos justos com empresas chinesas, no sector dos recursos naturais.

7.6.9 Originar o material para os edifícios doados pelo FOCAC no Uganda

O Uganda deve requerer que 80 a 100 por cento do material de construção usado em projectos de infra-estrutura chinesa a nível do país, sejam originados quer no próprio Uganda ou em países vizinhos africanos.

Para que cada Yuan chinês doado possa vir a fornecer o máximo de impacto para poder haver um desenvolvimento sustentável a longo prazo, seria vantajoso se o material de construção usado para construir os prédios doados por meio do quadro do FOCAC, fosse proveniente do Uganda ou das economias vizinhas africanas. Nem que o processo implicasse a utilização de material de construção mais caro, levando à implementação, apenas, de um terço ou um quarto do número de escolas, estradas ou hospitais actualmente sob construção, mesmo assim os efeitos do desenvolvimento podiam até ser maiores, dadas as sinergias económicas mais amplas que seriam criadas através dum *modus operandi* deste tipo.

7.6.10 Lançar a Formação Linguística do Mandarin

A fim de garantir a satisfação adequada dos interesses do Uganda, à medida que a relação sino-ugandense se vai desenvolvendo, seria imperativo haver o lançamento dum Instituto Confúcio no Uganda, de modo a que se pudesse oferecer a formação no idioma Mandarin, logo que fosse possível.

No Uganda, o Instituto Confúcio ainda não foi estabelecido, embora exista uma grande necessidade no país do Uganda de profissionais com as competências necessárias no idioma Mandarin e conhecimentos sobre a cultura chinesa. Durante a pesquisa de campo, a comunicação foi identificada como sendo um grande desafio em termos de garantir que os interesses do Uganda serão suficientemente bem-atendidos, à medida que as relações sino-ugandenses continuam a desenvolver, em especial nas negociações dos actores de negócios da Uganda com a China. Dado que a importância da China como parceiro da Uganda, com toda a probabilidade, só pode crescer ao longo dos próximos anos, é imperativo que a formação na língua Mandarin para os estudantes universitários, funcionários públicos e agentes do sector privado, do país, venha a receber destaque, logo que for possível. Recomenda-se que esta situação seja tornada numa prioridade para o Uganda, à frente do FOCAC 2009. Recomenda-se também que a Embaixada da China no Uganda, faça o reforço das suas capacidades em termos de informar as partes interessadas ugandenses dos procedimentos necessários inerentes à criação dum Instituto Confúcio.

7.6.11 Providenciar a formação na língua Inglesa para a equipe médica chinesa

A forma mais eficaz, em termos de custo, para melhorar o impacto no desenvolvimento do trabalho da equipe médica chinesa no Uganda, seria através do fornecimento adequado de formação linguística do inglês para os membros da equipe médica.

A equipe médica chinesa a operar em Jinja, no Uganda, argumentou que a sua capacidade não é totalmente utilizada dadas as barreiras linguísticas e os desafios culturais. Argumenta-se que a forma mais eficaz de melhorar o impacto no desenvolvimento que tem o trabalho da equipe médica no Uganda, será através duma formação linguística adequada para os membros da equipe médica. Por exemplo, uma semana de formação intensiva na língua inglesa, com concentração no vocabulário médico, poder-se-ia providenciar logo aquando da chegada ao país africano, seguido de formação à tarde, durante a semana, ao longo de toda a estadia da equipe. Apesar de ser da responsabilidade do país anfitrião africano, a formação poderia, no entanto, ser co-financiada pelo Governo Chinês.

7.7 Recomendações aos parceiros sociais chineses

7.7.1 Assistência aos intervenientes comerciais do Uganda no seu comércio com a China

A Embaixada da China em Kampala deve assistir os negociantes ugandenses na orientação e, talvez, até nos aconselhamentos práticos, no caso de se verificarem disputas com os seus fornecedores na China.

Embora se deva reconhecer (conforme discutido na secção 7.3.3) que o comércio sino-ugandense é um fenómeno altamente desagregado, sobre o qual os governos chinês e ugandense podem exercer sómente um controle limitado, o mesmo influencia fortemente a percepção local acerca da China. Por conseguinte, deve ser do interesse do Governo Chinês atenuar as externalidades negativas provenientes do comércio, na medida dos possíveis. Baseando-se em exemplos apresentados na secção 7.3.3, uma sugestão concreta que surgiu a partir das entrevistas conduzidas pela equipe de CCS, é que a Embaixada da China em Kampala, no Uganda, poderia ajudar os comerciantes com orientações e, talvez até mesmo, aconselhamentos, no caso de entrarem em litígio com os seus fornecedores na China.

7.7.2 As alfândegas chinesas melhoram a colaboração com os seus homólogos ugandenses

As autoridades alfandegárias chinesas devem melhorar a sua disponibilidade em relação aos seus homólogos ugandenses para que assuntos relacionados com o comércio possam ser resolvidos com maior rapidez do que acontece actualmente.

Um entrevistado das autoridades aduaneiras ugandenses mencionou que os laços de colaboração com as autoridades alfandegárias chinesas não são tão desenvolvidos quanto as relações que têm com as autoridades indianas, por exemplo, ou com a alfândega sul africana. Muitas das vezes, a fim de parar com as importações de mercadorias de contrabando, as autoridades aduaneiras do Uganda necessitam de verificar se houve a duplicação de licenças de exportação realizadas por pessoas estrangeiras. O entrevistado expressou que, muitas das vezes, tem dificuldade em estabelecer qualquer contacto de trabalho com o lado chinês, e que seria benéfico se esta colaboração pudesse ser reforçada ainda mais.

7.7.3 Maior envolvimento com os outros parceiros de desenvolvimento do Uganda

Foi recomendado por um número de entrevistados do Uganda que seria benéfico se a China tivesse um envolvimento maior com outros doadores activos no Uganda. Prevê-se que isto poderia aumentar a eficácia de ajuda e criar sinergias para o desenvolvimento económico do Uganda.

Alguns dos inquiridos afirmaram que a China tem uma preferência clara pelo envolvimento bilateral intergovernamental. Eles observaram que os parceiros ocidentais do Uganda, nomeadamente, a UE, prosseguem uma estratégia de envolvimento multilateral que incide mais sobre o povo do que as elites, propriamente, do Uganda. Argumentou-se que seria vantajoso se a China pudesse criar um envolvimento maior com os outros doadores activos no Uganda, de modo a aumentar a eficácia de ajuda e a criação de sinergias para o desenvolvimento económico do Uganda.

8. A Comunidade do Leste Africano (EAC)

A Comunidade do Leste Africano (EAC) foi criada em Julho de 2000, quando o tratado da sua fundação que foi ratificado em Novembro de 1999, pelo Quênia, Uganda e Tanzânia, entrou em vigor. Ruanda e Burundi aderiram à organização em Julho de 2007. A sede da organização está localizada em Arusha, na Tanzânia.⁵¹⁶

O principal objectivo da criação da EAC foi para fortalecer a cooperação, infra-estrutura e desenvolvimento regionais através da plena integração política, económica e cultural dos Estados-Membros. A EAC também colabora nos assuntos políticos, incluindo na defesa, segurança, política externa e questões judiciais. A EAC estabeleceu uma união aduaneira em 2005 e está actualmente a trabalhar sobre a criação dum Mercado Comum em 2010. Uma união monetária deve ser colocada em funcionamento até 2012, e o objectivo final é estabelecer uma federação política (a Federação do Leste Africano), até 2013.⁵¹⁷

Segundo um alto funcionário do Secretariado da EAC entrevistado pela equipe de pesquisa, a EAC sofre muitos dos mesmos desafios que as outras comunidades económicas regionais, face à escassez de capacidade.⁵¹⁸ Estes desafios são, além disso, muitas das vezes agravados pelo facto de que as instituições multilaterais são regularmente utilizadas como plataformas para as “polituques” entre os Estados-Membros. As tensões por toda a região estão a lançar dúvidas sobre a possibilidade da criação de uma federação política tão cedo. Estas tensões são, em parte, devidas a divergências sobre questões relacionadas com a identificação e os direitos de residência dos cidadãos do Leste Africano, e à manipulação recente da disputa territorial entre o Quênia e a Tanzânia. Esta questão, por exemplo, foi levantada durante a Cimeira dos Chefes de Estado da EAC, em Abril de 2009, em Arusha⁵¹⁹

8.1 O envolvimento da China com a EAC

8.1.1 A cooperação política

Conforme foi observado, por exemplo, no estudo de caso anterior sobre o Uganda, o envolvimento entre a China e os Estados-Membros individuais da EAC está a aumentar rapidamente. No entanto,

apesar do interesse crescente da EAC no aumento do número de parceiros de desenvolvimento, pouco compromisso formal entre a China e a EAC tem ocorrido até à data, além de um número limitado de delegações de alto nível.

Em discussões com os funcionários do Secretariado da EAC, foi sugerido que o envolvimento da China com África poderia ser aproveitado de uma forma mais eficaz se, para além dos quadros bilaterais, este pudesse ser canalizado através das organizações regionais tais como a EAC. Embora o papel de coordenação mais larga, da Comissão da UA, continue a ser fundamental para o avanço da agenda africana em relação à China, as comunidades económicas regionais (CER) oferecem oportunidades à China para aprofundar o envolvimento com as diferentes regiões africanas. Além disso, verificou-se que o interesse da China nas CERs tais como a EAC, foi reforçado pelo desejo de reduzir a miríade de desafios institucionais inerentes às relações bilaterais com os países africanos.⁵²⁰

O mandato do Embaixador Chinês na Tanzânia, está limitado ao governo da Tanzânia, não incluindo a representação da EAC enquanto organização. No entanto, no dia 2 de Setembro de 2009, o Secretário-Geral da EAC, o Embaixador Juma Mwapachu, realizou uma reunião em Arusha com o Embaixador da República Popular da China na República Unida da Tanzânia, Sua Excelência, Liu Xinheng. O Embaixador Mwapachu informou o Embaixador Chinês que a EAC permanecia muito interessada numa parceria com a China, para os empreendimentos económicos regionais, especialmente na promoção do investimento e no desenvolvimento de infra-estrutura, uma vez que este último era um problema de dimensões regionais importantes. O Embaixador Chinês assegurou o Secretário-Geral do apoio firme da China em relação à agenda de integração regional da EAC.⁵²¹

Além disso, uma delegação ministerial da EAC, liderada pelo Presidente do Conselho de Ministros da EAC, visitou a China em Maio de 2008, para discutir a colaboração em assuntos políticos e económicos. Durante a visita, a delegação da EAC afirmou que procurava aprender com a experiência chinesa no desenvolvimento da infra-estrutura e atrair parcerias e apoio.⁵²²

A cooperação do Japão com a EAC foi mencionada como representando um modelo que a China poderia adotar. Citando um Memorando de Entendimento entre o Governo do Japão e a EAC, os altos funcionários do Secretariado da EAC explicaram à equipe de pesquisa que o Japão tinha enviado um representante ao Secretariado da EAC como observador. Também salientaram que o Japão tinha sido convidado a participar numa reunião de Parceria do Fundo da EAC, um fundo geral que fornece apoio financeiro aos Estados-Membros, sem condicionamentos nem garantias individuais. Este mesmo é comparável ao orçamento de apoio a nível nacional. Foi sugerido que a China deveria ser convidada a integrar o fundo, já que, assim, podia ser facilitada a identificação de

oportunidades de investimento para as empresas chinesas, e os Estados-Membros da EAC podiam, igualmente, identificar empresas chinesas capazes.⁵²³

O envolvimento do Japão com a EAC tem lugar através do quadro da Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD)⁵²⁴, um fórum que vai desde o nível de Embaixadores até ao nível de Ministros. Um elemento central do processo TICAD é a apropriação do processo por parte dos Africanos, garantindo que a focalização da colaboração é o desenvolvimento e redução da pobreza africanos. O aumento da apropriação africana a nível do processo do FOCAC poderia fazer muito para aumentar o impacto directo e indirecto do FOCAC sobre o desenvolvimento económico geral de África. Assim, foi sugerido que a China também pudesse considerar uma modalidade de envolvimento semelhante e canalizar o envolvimento através do FOCAC tal como acontece com o modelo utilizado pelo Japão.⁵²⁵

Além disso, os funcionários do Secretariado da EAC citaram o exemplo dum acordo de Comércio e Investimento EAC-EUA, que abrange uma ampla gama de questões, incluindo o comércio, investimento e controle de qualidade. Foi mencionado que a Índia também tinha interesse em assinar um acordo parecido. Os funcionários do Secretariado da EAC referiram que gostariam de encorajar a China a considerar uma modalidade de cooperação semelhante, juntamente com o órgão regional.⁵²⁶

8.1.2 A cooperação económica

Os funcionários do Secretariado da EAC entrevistados pela equipe de pesquisadores, admitiram que a transformação do sector de agricultura no Leste Africano era um desafio importante. Foi sugerido que a EAC tinha que se abrir mais para as empresas agrícolas com fins comerciais, e que a China poderia desempenhar um papel importante neste aspecto. Notou-se que a Arábia Saudita tinha investido significativamente na EAC, na produção de alimentos, mas que, até à data, os investidores chineses tinham feito relativamente pouco nessa área. Nota-se que existe um grande potencial para a expansão das actividades agrícolas chinesas, nos Estados-membros da EAC.⁵²⁷ O Secretariado da EAC, por isso, deveria assumir como prioridade o fornecimento de orientações em termos de requisitos para o desenvolvimento de actividades agrícolas nos Estados-Membros.

Além disso, o sector da agro-química (defensores) agrícola tem um potencial importante em África Oriental. Existe uma carência grave de fertilizantes na região e um oficial do Secretariado da EAC

sugeriu que a produção de fertilizantes e outros insumos agrícolas poderia constituir uma oportunidade atraente para os investidores chineses. No entanto, existem incertezas acerca do modo mais adequado a usar de forma a aproveitar-se esta oportunidade.⁵²⁸

A infra-estrutura é um desafio para a integração regional e o acesso ao mercado da EAC. Os funcionários do Secretariado da EAC entrevistados para este estudo, tinham conhecimento do envolvimento chinês significativo no desenvolvimento da infra-estrutura da região. Expressaram que gostariam de ver a China a concordar em prestar assistência em termos de modernização das redes rodoviárias, ferroviárias, portos, sistemas de transporte marítimo no Lago Vitória e outros lagos navegáveis da região e infra-estrutura de energia, de modo a facilitar a circulação de mercadorias e pessoas dentro da região da EAC.⁵²⁹

Apesar de descobertas recentes em contrário,⁵³⁰ os entrevistados expressaram preocupação com o uso excessivo do trabalho chinês à custa da mão-de-obra local. Foi sugerido que as empresas chinesas faziam pouco ou nada para desenvolver as habilidades e transferência de tecnologia para a população local.⁵³¹ Em muitos dos casos, isso não é verdade, mas esta informação não está largamente divulgada. Foi sugerido que os países membros da EAC deviam procurar activamente parcerias de trabalho com a China, de modo a garantir o uso maior da mão de obra local e o aumento da transferência de competências. A tecnologia chinesa é de relativamente baixo custo e adaptável aos países africanos no seu nível actual de industrialização.⁵³² O Secretariado da EAC poderia encorajar a China a incorporar aspectos sobre o direito laboral e a transferência de competências e tecnologia, num acordo de cooperação semelhante ao acordo sobre o Comércio e Investimento da EAC-EUA.

Em termos do comércio entre a EAC e a China, os entrevistados expressaram preocupação com a violação dos direitos de propriedade intelectual e o elevado número de produtos falsificados chineses, exportados para a região. Sugeriu-se que se devia fazer mais no sentido do controle de qualidade de forma a regular a qualidade das exportações chinesas, importadas para a EAC. Argumentaram que as importações de produtos chineses tinha tido um impacto negativo sobre a indústria transformadora do Leste Africano. Os entrevistados sugeriram que, enquanto que a capacidade da EAC estava actualmente a ser melhorada, continuava a carecer de capacidade para controlar adequadamente as importações dos produtos chineses. Os funcionários, aparentemente, não estavam cientes das duas máquinas de raio-x fornecidas pelo Governo Chinês, às Autoridades Alfandegárias do Uganda, para a digitalização dos contentores de transporte, bem como de outras formas de assistência fornecidas para alvejar as mercadorias de contrabando (descrito em mais pormenor no estudo de caso sobre o

Uganda).⁵³³

Os altos funcionários do Secretariado da EAC, manifestaram grande interesse nos financiamentos da China e, geralmente, viam mais o valor do investimento privado chinês do que a ajuda dos parceiros de desenvolvimento tradicionais com as suas condições e restrições. Os funcionários consultados pareciam ter um conhecimento limitado da CDB e do CADFund e estavam especialmente interessados em saber mais sobre as perspectivas de financiamento chinês, com acesso através do FOACAC.⁵³⁴ Sugere-se que o Secretariado da EAC devia identificar projectos específicos onde seria necessário solicitar o financiamento do CADFund. Além disso, o Secretariado da EAC deveria encorajar, através da implementação de incentivos financeiros, que as instituições financeiras chinesas e locais tornem mais acessível o capital local às PMMEs africanas.

No campo da energia, pode-se notar que a EAC está actualmente a desenvolver uma instituição para gerir o desenvolvimento de fontes alternativas de energia. A instituição irá coordenar as oportunidades oferecidas pela comunidade dos doadores neste sentido. A instituição está ainda a ser conceptualizada, no entanto, uma vez estabelecida, recomenda-se que a mesma realize um inventário regional dos recursos actuais e potenciais, e se envolva com a China a fim de identificar potenciais investidores para projectos de energia tanto nova e renovável. Tais investimentos até podiam ser conduzidos de uma forma favorável através de parcerias público-privadas (PPP) e sociedades em comparticipação sino-africanas. Os altos funcionários consultados referiram que a EAC está, de facto, de olho na China para que seja esta última a providenciar serviços adequados de energias e tecnologias alternativas.⁵³⁵

8.1.3 A Cooperação no Desenvolvimento Social

No que se refere ao Desenvolvimento dos Recursos Humanos, recomenda-se que o Secretariado da EAC identifique quais são as habilidades específicas exigidas pelos Estados-Membros, a fim de se criar uma economia competitiva regional. O Secretariado da EAC deverá posteriormente incentivar tanto o Governo Chinês e as empresas chinesas, a desempenharem um papel activo no desenvolvimento das competências relevantes aos Estados-Membros da EAC. Isso poderá ocorrer, por exemplo, através da organização de cursos de formação e treinamento no local de emprego, para trabalhadores africanos nas empresas chinesas.

Na área do intercâmbio cultural, é possível notarmos que tem havido um número considerável de intercâmbios entre as pessoas, em questões sociais, de políticas e económicas, entre os Estados-

Membros da EAC, e a China, ao longo das últimas décadas. Embora muito progresso já tivesse sido feito no intercâmbio cultural, através das artes, com o Kiswahili a ser ensinado na Universidade de Pequim e o Mandarim a ser ensinado em diversos Estados-Membros da EAC, incluindo na Universidade de Nairobi e no Instituto de Línguas da Universidade de Makerere, não existem actualmente em curso iniciativas para fins sociais ou intercâmbio cultural com a EAC, propriamente dita. Programas expandidos de formação na língua Mandarim, seriam benéficos para a melhoria da comunicação entre o Secretariado da EAC e a China.

Em termos de ajuda ao desenvolvimento, a China tem estado fortemente envolvida na execução de apoio e iniciativas de desenvolvimento, um pouco por toda a região (ver, por exemplo, o estudo de caso sobre o Uganda supra), e o Secretariado da EAC estaria muito bem posicionado para apoiar a coordenação de tais exercícios. Os altos funcionários da EAC, entrevistados para este estudo, ressaltaram a necessidade de haver uma abordagem regional ao desenvolvimento, financiamento e cooperação. Eles argumentam que a ajuda ao desenvolvimento, por parte dos chineses, nos países membros da EAC, não está, de momento, sincronizada o suficiente na região, com o resultando de que há falta de coordenação e o desperdício de recursos.⁵³⁶

Aparentemente desconhecendo que a 'ajuda' da China corresponde, em termos gerais, à definição do CAD (*Comité de Assistência ao Desenvolvimento*) observada pelos doadores tradicionais, embora seja, sem dúvida, mais ampla e ambígua, os altos funcionários do Secretariado da EAC sugeriram que os países africanos deviam apropriar-se, invariavelmente, dos seus próprios programas de ajuda no desenvolvimento, em conformidade com a Declaração de Paris sobre a ajuda. O Secretariado da EAC tem coordenado projectos de ajuda com doadores tais como o Banco Mundial e o DFID (*Departamento para o Desenvolvimento Internacional*), que atribuíram U.S.\$ 20 milhões à EAC durante um período de cinco anos. Sugeriram que também a China pudesse considerar uma abordagem semelhante.⁵³⁷ Seria de recomendar que o Secretariado da EAC abordasse a China com a sugestão de que esta última poderia ajudar na coordenação dos esforços de desenvolvimento chinês na região.

Os funcionários do Secretariado da EAC que foram entrevistados, reconheceram que existe um grande número de estudantes do Leste Africano a estudarem na China, e sugeriram que devia ser feito mais para incentivar os estudantes a estudarem o chinês em África. Também foi observado que existem alguns estudantes chineses em Universidades Africanas, mas que os números são extremamente limitados. O Concelho Inter-Universitário de África Oriental (IUCEA), é uma agência de desenvolvimento de capacidade de coordenação humana, criada para harmonizar a qualidade da educação por toda a África Oriental. A IUCEA tem acordos de colaboração com a Alemanha e através

da Fundação Ford, e os entrevistados perguntaram se não seria possível ao IUCEA estabelecer um acordo parecido com uma instituição chinesa de tipo semelhante.⁵³⁹

Os entrevistados também sugeriram que podia ser útil estabelecer-se uma relação entre a EAC e a Academia Chinesa de Ciências (CAS), para o desenvolvimento dos recursos humanos, visto que a investigação da CAS para o desenvolvimento tem focalizado cada vez mais a ajuda às pessoas nos países em vias de desenvolvimento, a construção das capacidades de realização de investigação, através da cooperação científica na transferência das tecnologias, a ciência básica, e a cooperação na área da tecnologia elevada, incluindo a biotecnologia.⁵⁴⁰ Os pedidos e propostas específicos da EAC, no que diz respeito à educação, podiam ser facilmente encapsulados no quadro actual do FOCAC, e dariam uma nova oportunidade significativa ao envolvimento positivo com a China.

No sector da saúde, nota-se que mais do que U.S.\$ 15 milhões estão a ser contribuídos por um número de países europeus, sobretudo os países escandinavos, para a questão da gripe das aves. A EAC também está a receber um importante apoio financeiro dos doadores europeus, na luta contra a malária. Neste contexto, os inquiridos da EAC sugerem que ainda há espaço para o apoio e envolvimento chineses no sector da saúde.⁵⁴¹ Mais notavelmente, o sucesso da China em erradicar quase por completo a malária a nível nacional. A China pode fazer um contributo muito significativo no combate à malária, na região da EAC.

A China já tem experiência e envolvimento significativos no combate à malária, um pouco por todo o continente africano, conforme é descrito nos estudos de caso supra. O Secretariado da EAC pode coordenar a implementação das iniciativas de erradicação da malária, junto do Governo Chinês, de modo a poderem beneficiar a todos os Estados-Membros. Isto até poderá incluir iniciativas tal como o estabelecimento da investigação e formação conjuntas, em centros específicos de excelência, por todos os Estados-Membros, com concentração especial sobre as estratégias pró-activas no tratamento da malária.

Além disso, o Secretariado da EAC deverá solicitar uma intervenção a partir do Governo Chinês para construir a necessária infra-estrutura das TIC de modo a fornecer informações actualizadas e precisas sobre a saúde. O Secretariado da EAC também deve harmonizar as normas farmacêuticas para que os medicamentos chineses tradicionais contra a malária sejam receitados cada vez mais por profissionais de saúde do Leste Africano.

Em 2008, a EAC estabeleceu a Comissão da Bacia do Lago Vitória, uma instituição com foco no meio

ambiente e na agricultura.⁵⁴² A EAC está actualmente empenhada na protecção do Lago Vitória e a Bacia do Rio Nilo. No entanto, foi reconhecido que a EAC podia ser mais pró-activa em termos de protecção e gestão ambientais. Dado que a China tem uma enorme experiência em lidar com os desafios ambientais, incluindo questões tais como a invasão do mar e o esgotamento do solo, foi sugerido que o Governo Chinês talvez pudesse ajudar neste sentido, por exemplo, em termos de protecção do ambiente natural em redor da Bacia do Lago Victoria.⁵⁴³

Além disso, a EAC está agora a desenvolver uma lei sobre as alterações climáticas e o meio ambiente, onde a China poderia considerar prestar assistência. Regulamentações recentes implementadas na China sobre o envolvimento da China na indústria madeireira do Sudeste Asiático, também poderiam, eventualmente, ser exploradas para a sua aplicabilidade a África Oriental. A comissão de investigação da EAC deveria ser levada a contemplar as melhores práticas e lições tiradas da indústria madeireira do Sudeste Asiático.

A respeito do turismo, é possível ver que a Tanzânia e o Uganda já ambos têm Estatuto de Destino Aprovado (ADS) para o turismo chinês, mas ainda é possível fazer-se muito mais no sentido de se estudarem novas formas de atrair os turistas chineses para a região. A EAC está actualmente a promover o turismo na região, incluindo a implementação de estatuto de visto único para a EAC, com a possibilidade de receber um ADS da China. 54 vôos internacionais por semana, ligam actualmente a China aos Estados-Membros da EAC, conforme descrito na tabela mais abaixo.

Table 8.1: Vôos entre o Leste Africano e a China (a partir de Março de 2009)

Destinos:	Pequim	Guangzhou	Hong Kong	Xangai	Total
Linhas Aéreas:					
Linhas Aéreas dos Emirados Unidos	Diariamente	Nenhum	Diariamente	Diariamente	21
Linhas Aéreas da Etiópia	Seg, Qua, Sex, Sáb	Ter, Qua, Qui, Sáb, Dom	Seg, Qua, Sex	Nenhum	12
Linhas Aéreas do Catar	Seg, Qua, Qui, Dom	Seg, Qua, Qui, Sáb, Dom	Diariamente	Nenhum	16
Linhas Aéreas do Quênia	Nenhum	Seg, Qui, Sex	Qua, Sáb	Nenhum	5

Fonte: *Linhas Aéreas dos Emirados, da Etiópia, de Catar e do Quênia*⁵⁴⁴

Existe uma carência significativa de infra-estrutura aérea em África Oriental. Há o desejo por parte dos transportadores nacionais, tais como as Linhas Aéreas do Quênia, para operarem a um nível intra-estadual, em vez da actual situação de operação apenas ao nível interestadual. Acredita-se que esta mudança poderá provocar o aumento da concorrência e reduzir o preço das viagens aéreas, promovendo o turismo. Os funcionários entrevistados do Secretariado da EAC, perguntaram se os investidores chineses não poderiam estar eventualmente interessados em entrar neste sector.⁵⁴⁵

Além dum MdE de longa data, entre a Agência Noticiosa Xinhua e o Secretariado da EAC, sobre a troca de notícias e serviços de informação (embora fosse feita a sugestão de que o acordo pudesse ser decorrente de revisão), tem-se conseguido muito pouco acerca da questão dos meios de intercâmbio de notícias entre a China e a EAC. Foi reconhecido que existe um grande número de correspondentes chineses na região e que até se encontram activas algumas estações de radiodifusão do Mandarim, no Quênia e na Tanzânia. No entanto, vários altos membros do Secretariado da EAC sugeriram que a China pudesse ser mais pró-activa na prestação de informações, estabelecendo um entendimento mais bem-informado sobre o seu compromisso com África. Calcula-se que a reportagem precisa podia reforçar consideravelmente o entendimento entre as comunidades chinesa e africana.⁵⁴⁶

8.1.4 Perspectivas para as Relações EAC-China

Os funcionários da EAC estão desejosos de se envolverem com a China e querem expandir a cooperação tanto política e comercial. Uma preocupação central de toda a EAC é a necessidade urgente de lidar com a pobreza e o subdesenvolvimento. O recente sucesso da China na luta contra a pobreza na própria China, é amplamente admirado na EAC. Muitos funcionários da EAC estão à espera que a experiência que tem a China no combate à pobreza, possa ser transferida para África Oriental. Para esse efeito, a EAC procura uma "parceria verdadeira" com a China, o que facilitaria o comércio e o investimento para benefício mútuo. Ao mesmo tempo, os funcionários da EAC queixam-se que a sua posição económica relativamente fraca inibe a sua capacidade de negociar com a China e garantir acordos que são totalmente benéficos para os interesses africanos. Outra dificuldade reside na falta de planos de desenvolvimento e projectos detalhados que podiam ser apresentados aos potenciais investidores chineses. Esta situação é agravada devido à falha da EAC de identificar projectos adequados e concluir processos de planificação.

Entre as prioridades da EAC, estão incluídas:

- Melhorar as comunicações com a China para realçar a interacção diplomática.
- Promover o aumento do investimento chinês na região. Neste contexto, o destaque recai sobre a melhoria do clima de investimentos global na região da EAC.

- Foi identificada a necessidade de haver uma maior capacidade no idioma Chinês Mandarim, no seio da EAC, como chave para a melhoria das comunicações com a China. A assistência da China no fornecimento da formação na língua seria bem vinda.
- Mecanismos para conseguir o envolvimento da China, tais como os seminários com enfoque específico, os workshops e as conferências, foram identificados como um meio de expandir a interação positiva.
- A interação da EAC com o Japão através do processo do TICAD é considerado um potencial modelo para a participação mais alargada e incrementado por parte da China.

Os funcionários da EAC estão entusiasmados com o potencial para um maior envolvimento da China na região do Leste Africano e as implicações deste processo. A eventual participação da China nas principais redes rodoviárias, ferroviárias e projectos de energia, teria um impacto muito positivo em todos os países membros. Incentivar uma maior participação da China e gerir eficazmente este processo são os dois desafios que se colocam à EAC ao traçar o caminho a seguir com Pequim.^{5 4 7}

8.2 Recomendações aos parceiros sociais da EAC

8.2.1 Estender um convite à China para aderir ao Fundo de Parceria da EAC

A EAC devia estender um convite à China para aderir ao Fundo de Parceria da EAC, de modo a facilitar o envolvimento formal da China com a EAC.

O Fundo de Parceria é um fundo geral através de cujo as organizações doadoras têm possibilidade de apoiar as prioridades de investimento dos Estados-Membros da EAC. Isto irá oferecer à EAC uma oportunidade formal de envolver a China, facilitar o encaminhamento de novos fundos e estabelecer sociedades em comparticipação sino-africanas. Este processo poderá ser facilitado pelo quadro do FOCAC.

8.2.2 Enviar um representante diplomático chinês à EAC

O estabelecimento de relações formais com a EAC, possivelmente através da implantação de um representante diplomático chinês no Secretariado da EAC, seria útil para fazer avançar as relações EAC-China.

Devia ser designado um diplomata chinês para gerir as relações EAC-China. Um exemplo deste tipo

de arranjo é observado na nomeação do Embaixador da China no Botsuana, como o representante da China na Comunidade de Desenvolvimento de África Austral (SADC), em 2005. Recomenda-se que seja seguido um procedimento igual, ou parecido, no caso do Secretariado da EAC.

8.2.3 Encorajar o investimento do CADFund em África Oriental

O Secretariado da EAC devia incentivar o envolvimento directo por parte de investidores chineses na região, e intensificar esforços para facilitar o envolvimento do CADFund, nos sectores público e privado, por toda a África Oriental.

É feita a recomendação ao Secretariado da EAC que devia desenvolver projectos específicos e passíveis de atrair o financiamento, dirigindo-se ao CADFund, de seguida, para aí obter o financiamento para esses projectos. Além disso, o Secretariado da EAC devia criar e coordenar departamentos regionais de informação para fornecer as associações empresariais com informações sobre o CADFund e as suas opções de financiamento. Na generalidade, é a função do Secretariado da EAC garantir que as instituições financeiras chinesas que operam em África, tornem acessível o capital local às PMMEs africanas. É também de grande importância para a construção de capacidades do sector privado local africano que hajam investidores capazes que, ao mesmo tempo, sejam receptores de financiamento do CADFund.

8.2.4 Estabelecer um acordo comercial e de investimento EAC-China

A EAC deve explorar a possibilidade de estabelecer um acordo de comércio e investimento com a China através do qual seja possível abordarem-se assuntos relacionados com o comércio, investimentos e controle de qualidade.

A EAC devia dirigir-se à China com o exemplo do acordo de Comércio e Investimento EAC-US, que abrange uma ampla gama de questões, incluindo o comércio, investimento e controle de qualidade. Recomenda-se que a EAC devia encorajar a China a considerar uma modalidade de cooperação semelhante, incorporando no acordo aspectos relacionados com o direito laboral, as competências e a transferência de tecnologia. O Secretariado da EAC deve incentivar o Embaixador Chinês na Tanzânia a assiná-lo pessoalmente, demonstrando assim a importância que a China atribui à iniciativa.

8.2.5 Os contratos com companhias chinesas devem incluir a utilização de mão-de-obra local

A EAC deve tornar mandatário o melhor uso, por parte de companhias chinesas que operam nos Estados-Membros, da mão-de-obra local, de forma a assegurar a transferência de tecnologias e o desenvolvimento de competências.

A fim de garantir que as empresas chinesas que operam em África, possam utilizar os trabalhadores locais, as cláusulas específicas relativas ao emprego e formação nos locais de trabalho, de trabalhadores locais africanos, devem ser incluídas nos contratos com as empresas chinesas. Além disso, aspectos do direito laboral, bem como as competências e transferência de tecnologias, devem ser incorporados nos acordos comerciais e de investimento assinados a nível regional com a China.

8.2.6 Organizar seminários de trabalho para melhorar o entendimento mútuo EAC-China

A colaboração entre a EAC e a China pode ser melhorada através duma série de seminários de trabalho onde os parceiros sociais chave de África Oriental e a China possam discutir desafios e oportunidades chave.

Recomenda-se que seja organizada uma série de workshops em Arusha, permitindo que os políticos influentes de África e China se reunam para discutir com os seus colegas os principais desafios à integração regional de África, e como melhor os ultrapassar. Permitirá ainda que os principais interessados possam construir redes e relações directas com os seus homólogos, a nível dos ministérios e departamentos de estado, o que facilitará uma melhor cooperação entre a EAC e os funcionários do governo chinês.

8.2.7 Estabelecer um sub-comité para as relações FOCAC-EAC

Recomenda-se que a EAC estabeleça uma sub-comissão da EAC-FOCAC com o envolvimento de académicos e arquitectos das políticas de todos os Estados-Membros. A Comissão poderia formular a posição a tomar pela EAC sobre a China e o papel do FOCAC no seio da EAC.

Devia ser criada uma sub-comissão da EAC-FOCAC para formular uma posição da EAC sobre a China e o papel do FOCAC. Esta devia, igualmente, abordar as oportunidades e os desafios das relações da EAC com a China e, em conjunto com os principais interessados, desenhar uma

estratégia sobre como melhor aproveitar o processo do FOCAC. Esta estratégia devia formar a base dum plano regional de desenvolvimento, com o apoio da China, por via do FOCAC. Teria sido ideal a convocação duma reunião à margem do FOCAC 2009, em Sharm El Sheikh, para a apresentação desta estratégia e a posição da EAC comunicada à China.

8.2.8 Implementar iniciativas em conjunto com os chineses para eradicar a malária

A EAC deve procurar a assistência da China em termos do combate à malária na região. O Secretariado da EAC deve desempenhar um papel fulcral em termos de identificar as necessidades a nível dos Estados-Membros, nesta área, e coordenar a cooperação com a China neste sentido.

Dado que a China tem sido bem sucedida no seu próprio combate à malária, a EAC pode aprender muito dessa experiência chinesa. Por isso, é recomendável que a EAC procure a assistência da China em termos do combate contra a malária na região. O Secretariado da EAC deve desempenhar um papel fundamental em termos de identificar as necessidades dos Estados-Membros, e coordenar a cooperação com a China, nesta área. Através da coordenação do Secretariado da EAC, a China podia estabelecer equipas de investigação e formação nos Estados-Membros, com enfoque especial no tratamento da malária. O Secretariado da EAC deve, além disso contribuir para harmonizar as normas farmacêuticas de modo a que os medicamentos tradicionais chineses para o tratamento da malária possam ser utilizados com segurança por profissionais de saúde do Leste Africano.

8.2.9 Pedido de assistência da China para o desenvolvimento dos RH na região da EAC

Existe um significativo potencial contributivo, por parte da China, ao desenvolvimento dos RH na região da EAC, de forma a criar uma economia competitiva regional. O Secretariado da EAC deve identificar as necessidades da região, neste sentido, e coordenar com a China para a escolha de iniciativas apropriadas de formação.

O Secretariado da EAC deve incentivar tanto o Governo como as empresas privadas chinesas que se dedicam à região, a desempenhar um papel activo no desenvolvimento das competências de RH nos Estados-Membros. O Secretariado deve identificar as necessidades da região neste sentido, e coordenar com a China na escolha de iniciativas de formação adequadas. Este processo pode ser facilitado através do FOCAC. Recomenda-se também que os certificados para a formação dos

profissionais do Leste Africano, por meio do quadro do FOCAC, devem ser emitidos e reconhecidos por toda a região da EAC. O Secretariado da EAC também deve implementar incentivos de investimento por parte de empresas chinesas, para o desenvolvimento de RH, tais como subsídios aos locais de formação de trabalhadores africanos, mais especialmente em sectores de prioridade nacional, tal como a construção das TIC e a ciência e tecnologia.

8.2.10 Pedido de assistência dos peritos das linhas aéreas da China, na formação de pilotos de África Oriental

A EAC deve pedir que a China se envolva na reabilitação das escolas de aviação do Leste Africano. Tais esforços teriam o potencial de melhorar em muito a formação do sector dos transportes aéreos de África Oriental.

É recomendado que os peritos das companhias aéreas da EAC encaminhem pedidos aos chineses para ajuda na reabilitação das escolas de aviação na região, incluindo da Escola de Aviação do Leste Africano, no Quênia, o Centro de Formação de Aviação Civil na Tanzânia e a Academia de Aviação Civil do Leste Africano, em Soroti, no Uganda. A formação de pilotos poderá ser incorporada no processo FOCAC e estima-se que isso iria melhorar em muito a formação no sector dos transportes aéreos do Leste Africano.

8.2.11 Fornecimento de informação por parte dos meios de comunicação de imprensa chineses aos meios de comunicação de imprensa da EAC sobre as relações Sino-Africanas

Calcula-se que o aumento nas reportagens sobre os assuntos chineses, nos meios de comunicação de imprensa do Leste Africano, como resultado das relações sino-africanas, irá realçar grandemente o entendimento entre as comunidades chinesa e africana.

Seria benéfico se o MdE de longa data, entre a Agência Noticiosa Xinhua e o Secretariado da EAC, sobre o intercâmbio de notícias e serviços de informação, pudesse ser submetido a revisão. Recomenda-se também que a EAC considere formas de aumentar o intercâmbio entre os meios de comunicação do Leste Africano e chineses. Desta forma, a população do Leste Africano seria capaz de aprender mais sobre as perspectivas chinesas das relações sino-africanas, um desenvolvimento que está calculado que iria promover uma maior compreensão entre as comunidades chinesa e africana, na África Oriental.

8.2.12 O Secretariado da EAC deve coordenar as emendas à lista de itens isentos de tarifas

É recomendado que a EAC possa desempenhar um papel coordenador no sentido de se dirigir ao Governo Chinês com emendas sugeridas à lista dos 466 itens de exportação para a China com isenção de tarifas aduaneiras. A lista deveria ser emendada para incluir bens de fabrico produzidos na região da EAC.

Foi mencionado pelos funcionários da EAC, consultados para este estudo, que a lista dos 466 itens de exportação, a partir de África, para China, com isenção de tarifas aduaneiras, não iria ter um impacto positivo para as exportações africanas. Por isso, é recomendado que a EAC efectue a coordenação das alterações à lista, de modo a incluir os produtos fabricados na região da EAC. A EAC podia, assim, dirigir-se ao Governo Chinês, com os aditamentos propostos à lista.

8.2.13 Ajuda da EAC na coordenação do apoio chinês ao desenvolvimento

O Secretariado da EAC deve ajudar a coordenar o apoio chinês ao desenvolvimento, na região da EAC.

O Secretariado da EAC encontra-se muito bem posicionado para assistir com a coordenação da ajuda ao desenvolvimento, dos chineses, aos países da EAC, com a finalidade de aumentar a eficiência em termos de conceptualização e implementação de projectos de assistência chinesa.

8.2.14 Abordagem dos investidores chineses para melhoria de capacidade dos aeroportos da EAC

É recomendado que o Secretariado da EAC se dirija aos investidores chineses para assistência na remodelação e expansão dos aeroportos na região da EAC, de forma a melhorar o potencial das viagens de negócio e lazer.

Actualmente, a capacidade dos diferentes aeroportos na região da EAC varia muito, tornando difícil viajar a nível inter-regional. Por isso, é recomendado que o Secretariado da EAC peça ajuda aos investidores chineses para a renovação e expansão dos aeroportos na região da EAC, de forma a melhorar o potencial das viagens de negócio e lazer.

8.2.15 Estabelecer intercâmbios de investigação: ciências, agricultura, tecnologia

O Secretariado da EAC deve dirigir-se junto das universidades chinesas para estabelecer intercâmbios maiores de pesquisa, designadamente, nas áreas chave da agricultura, ciências e tecnologia.

Foi sugerido pelos funcionários da EAC, entrevistados para este estudo, que os académicos chineses podiam acrescentar grande valia às instituições científicas na África Oriental. Recomenda-se, portanto, que as instituições científicas chinesas sejam convidadas a participar no intercâmbio de pesquisa junto das universidades do Leste Africano, nomeadamente, nos domínios da agricultura, ciências e tecnologia.

9. A Comunidade de Desenvolvimento de África Austral (SADC)

A Comunidade de Desenvolvimento de África Austral (SADC) foi criada em 1980. No início, a organização intitulava-se a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento de África Austral (SADCC), e o seu principal objectivo era coordenar projectos de desenvolvimento e diminuir a sua dependência económica sobre a África do Sul, que, na altura, era governada pelo regime do apartheid.⁵⁴⁸ Em 1992, a organização foi transformada numa comunidade de desenvolvimento formal (SADC) quando a sua Declaração e Tratado de fundação foram assinados numa cimeira de alto nível, em Windhoek, na Namíbia. No seu trabalho, o Secretariado da SADC tem contacto extensivo com outras organizações regionais, tais como a EAC, a Comunidade Económica dos Estados Africanos Ocidentais (CEDEAO) e a UA.⁵⁴⁹

Um alto funcionário do Secretariado da SADC reconheceu nas entrevistas com a equipe de pesquisa, que as metas globais da SADC para integrar os mercados da região e unificar os seus sistemas de segurança até à data, estavam colocadas em segundo plano, de momento, já que as preocupações mais imediatas em termos de desenvolvimento socio-económico, tinham tomado precedência sobre as mesmas.⁵⁵⁰ O entrevistado afirmou que a SADC, actualmente, continuava a centrar-se na tarefa de orientar o processo de desenvolvimento dos Estados-Membros, debruçando-se sobre questões de crescimento económico, segurança e desenvolvimento humano.

Em anos recentes, as estruturas institucionais da SADC têm sofrido alterações de modo a facilitar a implementação da Agenda Comum da SADC, que inclui o desenvolvimento sócio-económico, o alívio da pobreza, a promoção dos valores democráticos e a manutenção da paz e segurança. O documento mais recente adoptado sobre as políticas, em relação à cooperação da SADC com os seus Parceiros de Cooperação Internacional (ICP), é a Declaração de Windhoek, adoptada a 27 de Abril de 2006.

A equipe de pesquisa observou que, durante o processo de reestruturação que precedeu a aprovação da Declaração, o Secretariado da SADC tinha concentrado a consolidação da cooperação existente com os ICPs, em vez do desenvolvimento de cooperação com novos ICPs tais como a

China. Até à data, não foi emitida qualquer directiva formal, referente à colaboração com a China. Os ICPs actuais da SADC incluem: Áustria, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Holanda, Suécia, Suíça, Reino Unido e os E.U.A. A SADC também tem interacção com ICP multilaterais, tais como a Comissão Europeia, o Banco de Investimento Europeu, o Banco de Desenvolvimento Africano, o Banco Mundial e o PNUD.

A cooperação da SADC com os seus ICPs é governada, sobretudo, a nível ministerial, onde são formuladas directivas de alto nível. Posteriormente, o grupo de trabalho conjunto SADC-ICP (JTF) funciona como um elo entre os decisores do topo e os vários grupos de intervenientes temáticos. Estes últimos são compostos por representantes do Secretariado, o ICP, a sociedade civil e agências de implementação, com o seu enfoque recaíndo sobre áreas específicas de actividade tais como a infra-estrutura, agricultura e educação. Os grupos temáticos reúnem-se em encontros anuais ou bianuais *ad hoc*. O papel do Secretariado em termos de colaboração por parte da SADC com os seus ICPs, é para melhorar a coordenação, o diálogo e a comunicação.

9.1 O envolvimento chinês com a SADC

9.1.1 A cooperação política

Todos os Estados-Membros da SADC, à excepção da Suazilândia, têm relações diplomáticas com a RPC. No entanto, não é esperado que a falta de reconhecimento Suazi da China, possa vir a ter qualquer relação significativa ao nível do potencial envolvimento chinês com o Secretariado da SADC.

Vários dos entrevistados do Secretariado da SADC, consultados para este estudo, não estavam familiarizados com as Autorizações do FOCAC e o Plano de Acção de Pequim. Um alto funcionário comentou que, embora a China estivesse muito activa nas relações bilaterais com os Estados-Membros da SADC, através de fornecimentos de assistência ao desenvolvimento em várias áreas, existe uma interacção muito limitada entre a China e o Secretariado da SADC. De facto, em termos de desenvolvimento social, pouca ou nenhuma actividade colaborativa Sino-SADC se tem presenciado, até hoje.

Até à data, os Embaixadores da China aos respectivos Estados-Membros da SADC, não se envolviam de uma forma significativa com a SADC enquanto organização. Assim, hoje em dia, o envolvimento da China com o Secretariado da SADC, em grande parte, é efectuado em seguimento a

respostas pontuais às propostas de empresas privadas chinesas. Vários dos entrevistados consultados expressaram a opinião de que seria realmente benéfico se o papel da China enquanto parceiro nos esforços do Secretariado da SADC para o desenvolvimento, fossem expandidos.⁵⁵¹

Todavia, a SADC já foi convidada a participar nas cimeiras do FOCAC como observador, em conjunto com a União Africana e outras comunidades económicas regionais. Recomenda-se que a SADC, através do quadro do FOCAC, dê início a um compromisso formal com a China, convidando, por sua vez, a China a tornar-se num ICP da SADC e num membro activo do grupo de trabalho conjunto da SADC (JTF).

A fim de estar em conformidade com o protocolo, o desenvolvimento das relações entre a China e o Secretariado da SADC, segundo um oficial superior da SADC, em primeiro lugar, teria que ser discutido com os chefes dos grupos temáticos. Posteriormente, a directiva devia vir do Secretário Executivo da SADC, antes de se poder levar a colaboração avante.⁵⁵²

No início de 2005, o Embaixador Chinês no Botsuana também foi nomeado como representante da China na SADC. Este é um desenvolvimento interessante, dado que o mesmo procedimento não foi seguido no caso da EAC, conforme descrito mais acima. A equipe de investigação não consultou com o Embaixador Chinês no Botsuana sobre este assunto, no entanto, o mesmo indica que a China realmente acha importante acompanhar os desenvolvimentos a nível da SADC.

Finalmente, em termos de questões relacionadas com a segurança, foi observado, durante a pesquisa de campo, que, embora a China estivesse a desempenhar um papel cada vez mais activo na manutenção da paz em África, a SADC, até à data, não se tinha envolvido directamente com Pequim sobre esta questão. Foi, contudo, defendido numa entrevista com a equipe de investigação, que a contribuição crescente da China para com a manutenção da paz em África, implicava que as perspectivas eram boas para as questões relacionadas com a interacção da SADC-China em matéria de segurança.⁵⁵³

9.1.2 A cooperação económica

Segundo um alto funcionário entrevistado, o Secretariado da SADC já tinha identificado 71 projectos de infra-estrutura que gostaria de ver implementados um pouco por toda a região. Os projectos dizem respeito, em grande parte, a transportes e energia. A possibilidade de se verificar um determinado

número destes projectos, está actualmente a ser investigada através de estudos de viabilidade. Uma vez concluídos estes estudos, haverá abordagem dos ICPs para o financiamento.⁵⁵⁴

Além disso, o Secretariado da SADC identificou a necessidade de fortalecer as parcerias público-privadas (PPP) na provisão de infra-estruturas. Uma componente importante do Plano Regional Indicativo da Estratégia para o Desenvolvimento (RISDP), da SADC, implementado em Março de 2001, está centrado na procura e manutenção dos PPP. O Secretariado da SADC visa financiar mais de 400 projectos estratégicos, em andamento em 23 sectores identificados a nível dos Estados-Membros, por meio de PPPs. Os mesmos constituem projectos onde o envolvimento chinês poderá ser facilitado através do processo do FOCAC.

Os representantes da SADC e da Fundação Comercial da NEPAD (NBF) reconheceram em entrevistas com a equipe de pesquisa, que um dos principais impedimentos ao investimento privado na infra-estrutura regional da SADC, reside na falta de comercialização dos estudos de viabilidade concluídos.⁵⁵⁵ Seria recomendável se os projectos apresentados fossem descompactados, mais no sentido de se tornarem negociáveis e atraírem financiadores do tipo dos chineses. No entanto, antes de se conseguir envolver a China, teria que se assinar um acordo formal estabelecendo a China como ICP da SADC.

Em Julho de 2008, a SADC e a NEPAD organizaram uma conferência sobre Projectos de Infra-Estrutura Regional. Segundo o representante do NBF entrevistado pela equipe de pesquisa, existe uma variedade de projectos que representam quer investimentos imediatamente financiáveis quer oportunidades de financiamento, para o Governo Chinês, bem como o envolvimento do sector privado, entre os quais estão incluídos:⁵⁵⁶

- O Governo Sul Africano está a planear empregar mais do que ZAR 400 bilhões (U.S.\$ 40 bilhões) em infra-estrutura até 2010, concentrando-se principalmente nos aeroportos, energia, portos, redes ferroviárias e estradas;
- A Agência do Fundo Nacional das Estradas da Zâmbia desenvolveu um programa de 10 anos para a expansão, modernização e manutenção das estradas, a um custo total de U.S.\$ 1,6 bilhões. Esta iniciativa incluirá a construção de estradas de portagem, utilizando as PPPs;
- A Tanzânia está actualmente a desenvolver um projecto para a expansão e modernização da infra-estrutura portuária de Dar es Salaam. O estudo de viabilidade já se encontra em progresso, e a sua execução estava prevista para começar dentro de 6 a 18 meses;
- A redução de barreiras não-tarifárias é um imperativo para a facilitação da circulação transfronteiriça na região da SADC. Com o apoio de programas financiados por doadores, incluindo o próprio

Programa de Facilitação do Comércio Regional (RTFP), poder-se-ão ser facilitadas iniciativas para a criação dos chamados postos fronteiriços de “uma paragem só”.

Em termos de infra-estrutura energética, pode-se mencionar que a região da SADC está a operar a uma capacidade muito limitada de geração de potência, com cerca de 55,000 MW. A Reserva de Energia Sul Africana (*South African Power Pool - SAPP*) calcula que só a África do Sul necessitava de mais de metade dos 102,871 MW de capacidade necessários para toda a SADC, até 2025. Além disso, os cabos com capacidade de alta tensão tornar-se-iam necessários quando as linhas de transmissão propostas no seio da SADC fossem construídas para ligar a Zâmbia e a República Democrática do Congo, à África do Sul, por um lado, e Angola, Namíbia e Botsuana, por outro. Outras linhas de transmissão previstas, iriam ligar a Tanzânia, Zâmbia e o Quênia, enquanto que uma linha separada ligaria Moçambique à África do Sul e o Malawi. A região, em princípio, iria necessitar de cerca de U.S.\$ 43 bilhões para financiar os projectos de geração de energia regional.

Neste contexto, é interessante de se notar que o Concelho Internacional de Electricidade da China (*China Electricity Council International - CEC*), durante a discussão dos investidores da SADC no sector eléctrico, realizada na Zâmbia em Julho de 2009, tinha manifestado interesse em partilhar os seus conhecimentos de energia com a África do Sul e os seus vizinhos, para ajudar a SADC a aumentar a sua capacidade de geração de energia. O CEC afirmou, no entanto, que se trataria duma transacção comercial e não de ajuda.⁵⁵⁷ Não foram divulgados mais pormenores na altura, mas sugere-se que este projecto devia ser facilitado através do processo do FOCAC.

9.1.3 Perspectivas para as Relações SADC-China

A SADC já iniciou um diálogo mais expansivo com a China, com o intuito de identificar áreas de co-operação e interacção alargada. É reconhecido o contributo significativo da China para o desenvolvimento económico um pouco por todo o continente, e espera-se que a China será capaz de desempenhar um papel fundamental na construção das economias da SADC. A harmonização das redes rodoviárias e ferroviárias através da região, foi identificada como sendo um dos principais meios para o crescimento económico, com benefícios para todos os estados membros. Como um primeiro passo na montagem dum quadro abrangente para a interacção a longo prazo, a EAC está a contemplar o diálogo acrescido com as principais equipas chinesas de pensamento estratégico, o que poderia levar à oportunidade de se expandirem os contactos oficiais. Os funcionários da SADC sugeriram as seguintes prioridades nas relações com a China, dentro do contexto do processo do FOCAC:

- estabelecimento de um diálogo focalizado e um intercâmbio diplomático expandido, com Pequim, no âmbito do processo do FOCAC.
- Prioritização de projectos da SADC, à altura da participação chinesa. Os projectos de gestão de energia e água são considerados projectos ideais para o envolvimento chinês.
- Uma troca de funcionários para melhorar a comunicação e ampliar as perspectivas de cooperação.
- As actuais relações diplomáticas entre a Suazilândia e Taiwan (Ilha Formosa) é um motivo para preocupação, mas não se pode considerar um obstáculo de maior no que se refere à expansão dos laços da SADC com a China.

A China está relutante em acelerar o envolvimento com as organizações regionais africanas até a altura em que a planificação, administração e tomada de decisões, sejam significativamente melhoradas. Contudo, os funcionários da SADC estão optimistas em relação à cooperação expandida com Beijing e vêem o reforço da parceria SADC-China como um elemento importante na construção dum processo de desenvolvimento económico mais forte na região. Para a SADC, o desafio reside em mobilizar o apoio da China para os projectos principais que poderão desencadear o potencial da região. Ao mesmo tempo, a SADC precisa de articular e documentar, de uma forma clara, os projectos financiáveis que irão atrair os investimentos chineses apropriados.

9.2 Recomendações aos parceiros sociais da SADC

9.2.1 Emitir uma directiva formal para uma maior interacção Sino-SADC

O Secretariado da SADC deve desenvolver um quadro especial de cooperação Sino-SADC. O Secretário Executivo devia emitir, de seguida, uma directiva formal para a intensificação da interacção SADC-China, e comunicá-la através do Secretariado da SADC.

Os Estados-Membros da SADC devem centrar o debate sobre o papel que a China poderá desempenhar na promoção do desenvolvimento da SADC e agendas de integração. Dado o envolvimento chinês na África Austral, a nível bilateral, existe a oportunidade para expandir e consolidar projectos com potencial para reforçar significativamente a agenda de integração da SADC. O Secretariado da SADC devia desenvolver um quadro de cooperação especificamente Sino-SADC.

Uma directiva formal para a intensificação da interacção entre a SADC e a China, devia ser emitida, de seguida, pelo Secretário Executivo, e comunicada a todo o Secretariado da SADC.

9.2.2 Estabelecer um comité para lidar especificamente com as relações FOCAC-SADC

A SADC deve estabelecer uma sub-comissão do FOCAC-SADC, com a participação de académicos e arquitectos de políticas, dos Estados-Membros, através de consultas de mesa redonda recorrentes, para se discutir o papel do FOCAC no seio da SADC, de modo a formular uma posição da SADC sobre a China.

A sub-comissão do FOCAC-SADC deve abordar as oportunidades e os desafios nas relações Sino-SADC. Devia coordenar a formulação de uma política abrangente da SADC em relação à China, para apresentar no FOCAC 2009. Isto poderá constituir a base para um plano de desenvolvimento regional com o apoio da China, através do FOCAC. O Comité, de seguida, ia fornecer recomendações operacionais e realistas aos arquitectos das políticas relevantes da SADC, em termos da melhor forma de se aproveitar o processo do FOCAC. Além disso, devia ser convocada uma reunião à margem do FOCAC 2009, em Sharm El Sheikh, para comunicar a posição da SADC sobre a China.

9.2.3 Estender um convite à China para se tornar num ICP da SADC

Através do uso do processo do FOCAC, o Secretariado da SADC devia estender um convite à China para se tornar um parceiro formal de desenvolvimento e registar-se como um Parceiro Internacional de Cooperação (ICP).

O registo formal da China como um ICP da SADC iria proporcionar o quadro institucional para uma maior interacção entre a SADC e a China. A Declaração de Windhoek devia fornecer diretrizes para a contribuição da China no desenvolvimento económico da SADC e integração regional, e conduzir o planeamento e interacção a mais longo prazo.

9.2.4 Convidar a China a integrar a unidade conjunta de trabalho da SADC-ICP

O Secretariado da SADC deve convidar a China a tornar-se membro activo do grupo de trabalho conjunto SADC-ICP (JTF), de forma a envolver a China no trabalho colaborativo da SADC junto das ICPs.

Se a China se tornasse um membro activo do grupo de trabalho conjunto (JTF), da SADC-ICP, estaria mais estreitamente associada à ligação operacional entre os decisores do topo e os grupos temáticos (por exemplo, da infra-estrutura, agricultura, educação, etc) que trabalham no terreno para ajudar a assegurar a utilização eficaz dos recursos e execução. Acredita-se que a China tem um enorme valor a acrescentar neste sentido.

9.2.5 Complementar as agendas bilaterais dos Estados-Membros através duma abordagem multilateral

Dado que os Estados-Membros individuais da SADC constituem a autoridade final da SADC, os Estados-Membros devem ser encorajados a complementar as suas relações bilaterais com a China, com uma abordagem multilateral. Isto dará forma e estrutura às relações Sino-SADC.

Tem-se vindo a observar que a China está envolvida principalmente com os Estados-Membros da SADC, numa base bilateral. Recomenda-se aos Estados-Membros da SADC que pressionem para que haja um aumento no envolvimento chinês a nível da SADC, nas suas negociações bilaterais com a China. Prevê-se que isto daria um impulso à forma e estrutura das relações Sino-SADC. Além disso, a próxima reunião ministerial do FOCAC irá ter um forte enfoque regional, com base nos projectos que promovem a integração regional e fortalecem as perspectivas do desenvolvimento.

9.2.6 Garantir a apropriação, por parte da SADC, dos projectos de desenvolvimento chineses

O Secretariado da SADC deve garantir que tem as habilidades e perícias necessárias, de forma a assistir os seus Estados-Membros na tarefa de estabelecer a apropriação dos projectos de desenvolvimento prometidos por intermédio do quadro do FOCAC.

Embora se verifique o investimento chinês significativo nas infra-estruturas, actualmente, por toda a região da SADC, as restrições sobre os projectos permanecem grandes e precisam de ser abordadas, incluindo a fraca capacidade dos proprietários dos projectos nos países beneficiários e a

assimetria da informação antes e durante a execução do projecto. O Secretariado da SADC devia prestar assistência aos Estados-Membros da SADC, em termos de acompanhar a execução do projecto e garantir que os respectivos países se proprietários dos projectos. Todos os acordos contratuais que envolvam as empresas chinesas, devem incluir detalhes acerca da manutenção a longo prazo, do desenvolvimento da infra-estrutura em mãos. Sempre que o Secretariado da SADC não possuir as habilidades necessárias para executar esta tarefa, devem ser contratados peritos dos Estados-Membros para prestar assistência.

9.2.7 Apresentar uma lista de projectos de desenvolvimento para financiamento, ao Governo Chinês

O Secretariado da SADC deve apresentar uma lista dos projectos propostos para desenvolvimento, ao Governo Chinês. Todos os projectos devem incluir estudos de viabilidade finalizados.

Uma lista de projectos de desenvolvimento susceptíveis de receber financiamento, devia ser apresentada ao Governo Chinês para financiamento. Isto poder-se-á fazer, por exemplo, durante uma conferência conjunta organizada pela NEPAD e a SADC, com a apresentação duma lista dos projectos de desenvolvimento propostos pela SADC. O Governo Chinês e os representantes do sector privado deviam ser convidados para atender esta conferência, de forma a estudarem oportunidades de investimento em vários projectos de desenvolvimento. Isto seria uma maneira de fornecer um entendimento dos procedimentos formais de outras agências de financiamento, aos investidores chineses, bem como de providenciar ideias práticas para facilitarem a entrada nos ciclos de projectos já existentes.

9.2.8 Edificar competências no Secretariado da SADC, como uma prioridade do FOCAC

O reforço das competências no seio do Secretariado da SADC e a melhoria da comunicação dentro e entre os grupos temáticos, foram identificados pela equipe de pesquisa como sendo necessidades importantes. A SADC devia propor que a China incluísse uma promessa feita à SADC de desenvolver os recursos humanos, no Plano de Acção do FOCAC de 2009.

Sugere-se que a SADC devia propor que a China incorporasse uma promessa à SADC de desenvolver os recursos humanos, no Plano de Acção do FOCAC, de 2009. Isto deverá dizer

respeito, sobretudo, ao reforço das capacidades, no âmbito do Secretariado da SADC, e melhoria da comunicação dentro e entre os grupos temáticos. Além disso, com base nas lições aprendidas com os funcionários de governo de outros países, seria útil se houvessem cursos de mandarim para funcionários seleccionados da SADC, para desencadear uma relação positiva Sino-SADC, sobre o relacionamento a longo prazo.

9.2.9 Edificar competências no Secretariado da SADC no que diz respeito à agricultura

Dada a importância da segurança alimentar para a região da SADC, a colaboração entre o Secretariado da SADC e os peritos chineses, devia ser estabelecida na área da agricultura.

Devia-se estabelecer o diálogo entre os funcionários do Secretariado da SADC e os especialistas chineses na agricultura, com a finalidade de se conhecerem os principais desafios para a região em termos de segurança alimentar e qual o melhor modo do Secretariado da SADC ajudar na resposta a estes desafios. Acredita-se que a China podia adicionar grande valor neste sentido, dada a sua própria experiência na luta contra a pobreza nacional,.

10. Conclusão – para onde vai o FOCAC?

10.1 Avaliação do FOCAC

As entrevistas com os participantes sugerem que o processo do FOCAC é saudado por toda a África. Os pacotes de ajuda do FOCAC da China, são relativamente fáceis de negociar e oferecem aos estados africanos muitas oportunidades novas para reivindicarem o desenvolvimento dos projectos. Além disso, os líderes africanos também já adoptaram a abordagem entusiástica da China e capacidade para fazer o trabalho.^{5 5 8} O aumento das exportações de matéria prima de África, para a China, tem beneficiado nítidamente as economias nacionais.^{5 5 9} O Fundo Monetário Internacional (IMF) informou que o crescimento geralmente rápido em África é devido, em parte, ao aumento da procura de produtos por parte da China.^{5 6 0} Os analistas africanos sugerem que “o impacto dos negócios e relações bilaterais entre a China e África, tem sido de enorme benefício.”^{5 6 1} A pesquisa de Raphael Kaplinsky sobre o comércio Sino-Africano indica que a China está a escalar a procura de petróleo, gás e outros produtos primários, o que tem trazido “benefícios positivos, directos e indirectos, para as economias africanas exportadoras de recursos primários.”^{5 6 2}

À medida que a economia chinesa vai crescendo e a sua classe média expandindo, a gama de oportunidades de exportação para a China tornar-se-á enorme.^{5 6 3} De facto, o crescimento económico da China oferece novas oportunidades ao mundo inteiro.^{5 6 4} O êxito neste contexto deve ser conduzido pela engenhosidade e expediente dos exportadores africanos.^{5 6 5} O Banco Mundial também já confirmou que o negócio crescente da China, com África, tem dado um “grande impulso” ao continente. O processo do aumento comercial representa benefícios significativos para ambos os lados, a longo prazo.

Os investimentos chineses em África claramente beneficiam a economia local, criando novas oportunidades comerciais nos mercados locais, enquanto que a regulamentação dos investimentos para o máximo proveito, é da responsabilidade dos governos nacionais. Mais especificamente, os investimentos da China nos hidrocarbonetos, mineração, infra-estrutura e telecomunicações, são benéficos para o desenvolvimento de África.^{5 6 6} Os investimentos chineses, ao longo do tempo, irão promover a criação de pequenas empresas em África e as oportunidades de emprego concomitantes. O IMF calcula que o crescimento geral de África situava-se em quase 6 por cento (antes da crise

financeira mundial), o mais elevado em 30 anos, devido, em grande parte, ao investimento crescente por parte da China. Além disso, a força de investimentos da China está a oferecer um incentivo para o desenvolvimento das economias locais.

As exportações chinesas beneficiam os consumidores africanos que não podem pagar os custos das importações mais elevados de outras partes do mundo. Sugestões de que as importações chinesas prejudicam a produção local, são exageradas, visto que, na maioria dos casos, há pouca evidência de capacidade de produção competitiva.^{5 6 7} As empresas de construção civil chinesas encontram-se activas um pouco por todo o continente, preenchendo a lacuna deixada por outros doadores que há muito que desistiram de financiar a infra-estrutura. Obviamente, este é um grande benefício para os países africanos, que necessitam de infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável. A vontade e capacidade da China para construir estradas e linhas ferroviárias em África constitui uma base sólida para o futuro desenvolvimento e benefício das populações locais como um todo. O mesmo é verdade no que diz respeito à participação da China no desenvolvimento das redes de comunicação em África. A assistência técnica na agricultura tem sido limitada, mas, apesar disso, a China tem tido uma contribuição muito positiva em muitos dos países africanos. A experiência que a própria China tem na transformação da agricultura e o aumento da produção, é um modelo positivo para África. O apoio de Pequim às instituições multilaterais de África, ajuda a impulsionar a agenda de desenvolvimento neste continente, e mantém as atenções internacionais viradas para as necessidades africanas.

10.2 Optimizar os Benefícios do FOCAC

O desafio central que se coloca aos governos africanos é de garantir que a interacção com a China possa ser política e economicamente mutuamente benéfica. Enquanto que a China baseia a sua política sobre as questões da amizade e solidariedade histórica, e procura uma relação com África, onde todos possam sair “vencedores”, a gestão das relações, de forma a conseguir isto mesmo, não é sem as suas próprias exigências. A chave para fazer avançar a relação onde todos possam ser “vencedores”, reside na garantia da cooperação, tanto a nível nacional e internacional, em benefício mútuo.

Desenvolver uma relação onde todos possam sair “vencedores”, exige a optimização da recompensa, por parte de África, de qualquer relação com a China (ou com qualquer outro actor externo). Garantir uma parceria construtiva e gratificante com a China sugere o adiantamento das relações a dois níveis: ao nível continental/regional e ao nível nacional. Ao nível continental/regional, o foco do envolvimento sino-africano devia ser:

- A prioritização, por parte da UA, das áreas onde a assistência da China seria mais necessária;
- Aumento da simetria entre o FOCAC e a NEPAD;
- Estreitamento da colaboração sino-africana em relação à agenda de desenvolvimento africano;
- Enfoque sobre a acção colaborativa, de forma a avançar os ODMs;
- Prioritização das necessidades da SADC, EAC e outras RECs;
- Estreitamento da sincronização política na agenda de reforma económica global;

As considerações acima devem informar e orientar a ampla participação de África no processo do FOCAC.

Ao nível nacional, cabe aos governos africanos tirarem partido máximo dos benefícios da participação da China. O processo de assegurar uma relação com a China, onde todos possam sair vencedores, deve incluir o seguinte:

- Leis adequadas sobre o investimento;
- Procedimentos eficazes de concurso;
- A governação melhorada das empresas;
- Uma legislação reforçada contra a corrupção;
- aumento da responsabilização de receitas de venda;
- A opção de sociedades em comparticipação (JV);
- aprovisionamento local;
- Apoio às PMMEs locais;
- Oportunidades para a criação de emprego;
- Transferências de tecnologia;
- Programas de reforço das competências;
- Transacções comerciais transparentes;
- Um código de investimentos (tal como o código Sullivan para o comércio dos E.U.A.);^{5 6 8}
- Processos de beneficiação.

Os Estados Africanos podem colectiva ou individualmente negociar melhores acordos com a China de modo a garantir maior uso da mão-de obra local, ou do aumento das transferências de tecnologia.^{5 6 9}

O envolvimento do FOCAC com a China, apoiado pelos factores acima-indicados, iria fortalecer as respostas nacionais de África à China, e promover uma melhor interacção gratificante para as

economias locais e os cidadãos comuns. Akwe Amosu sugeriu que:

Para maximizar os benefícios da herança inesperada, advinda da China, África precisa de aprofundar o seu compromisso de melhorar a governação e, assim, criar um acordo mais vantajoso com Pequim... .. Além disso, os parceiros africanos não-governamentais precisam de ser reforçados e encorajados a exigir que tanto os chineses como os seus próprios governos prestem contas ao público.

Em última análise, tudo isto irá melhorar tanto a qualidade da governação africana como a relação de África com a China.^{5 70}

Uma abordagem abrangente para a entrada dos investimentos estrangeiros (provenientes da China, ou qualquer outro local), implementada pelos governos africanos, poderia contribuir em grande parte para assegurar um relacionamento construtivo onde todos pudessem sair vencedores. A governação africana ineficaz e uma falta de regulação comercial, inevitavelmente, irão permitir o surgimento dum mau resultado, seja qual for a opção escolhida de participação estrangeira. As nações africanas precisam de ser mais firmes na prossecução dos seus interesses nacionais e de forma a conseguirem atingir as suas metas a longo prazo. Poucos países africanos, por exemplo, aproveitaram o quadro da AGOA, com o resultado de que a penetração no mercado dos E.U.A., por parte de produtos africanos, tem permanecido baixa. Ao mesmo tempo, onde quer que haja uma legislação geral que efectue a regularização dos investimentos, terão necessariamente, também, que ser prioritizados a execução e os castigos. A nossa pesquisa mostrou que alguns governos africanos tinham elaborado quadros jurídicos e regulamentares para moderar os impactos negativos do envolvimento com a China, mas que, em muitos dos casos, os mesmos tinham apenas uma aplicação parcial e limitada.

O ex-presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, alertou para "uma relação desigual" entre África e a China. África deve garantir um resultado mutuamente benéfico, nas suas relações com a China, e construir a capacidade local para enfrentar este desafio. Tal como já tinha sido indicado por muitos dos observadores, a China tem uma estratégia clara para África, mas África não tem qualquer estratégia para com a China. Uma maior coordenação a nível da UA poderia garantir que os valores, interesses e objectivos de desenvolvimento africanos, poderão ser tidos em conta na interacção com a China.^{5 71} Hany Besada argumenta que a relação China-África devia ser gerida de uma forma cuidadosa, "a nível ministerial", para garantir um resultado mutuamente benéfico.^{5 72} O ónus está nos países individuais e instituições africanos de providenciar os quadros regulatórios adequados e a boa governância.

10.3 Oportunidades para envolver a China através do FOCAC

Dado o crescimento impressionante da economia chinesa e as perspectivas de crescimento contínuo para o futuro, o desafio que se coloca a África é de envolver, efectivamente, a China e procurar oportunidades para lucrar com a interacção no mercado em mais rápido crescimento do mundo.^{5 7 3} A nossa pesquisa identificou inúmeras sugestões e recomendações específicas a cada país, que pudessem permitir a orientação do envolvimento efectivo africano com o processo do FOCAC. O aumento do comércio com a China, com ênfase nas exportações africanas para a China, seria o ponto de partida inicial. A maioria dos economistas concorda que o comércio traz benefícios mútuos para os participantes, mesmo quando não estão completamente em equilíbrio. "Crescimento, através do comércio" em vez de através da ajuda deve ser a filosofia orientadora da resposta da África com a globalização aumentou. O mercado chinês crescente oferece inúmeras oportunidades para a participação efectiva dos empresários africanos numa ampla variedade de áreas.^{5 7 4}

Agricultura – o aumento das exportações de produtos agrícolas para a China (foram identificados cítricos, bife, sumos de fruta e vinho) oferece novas perspectivas, enquanto que a produção de novas espécies de plantas e flores, de África, na China, é por si uma oportunidade.^{5 7 5} O consumo, por parte da China em 2004, de 63 milhões de toneladas de carne subiu muito mais do que os 37 milhões de toneladas consumidos na E.U.anualmente. A China é agora importadora de grandes quantidades de grãos e de soja;

Mineração e pedreiras - a prospecção e aplicação de novas tecnologias (empresas sul-africanas já se encontram activas neste contexto);

Indústrias de fabricação – Sociedades em comparticipação (JV) no processamento de tabaco, artigos de couro e madeira, oferecem oportunidades;

Turismo – O turismo chinês em África tem um potencial enorme (Actualmente, existem 8 993 agências de viagem na China, empregando 33,35 milhões de pessoas);
Empresas de comércio exterior especializadas em empreendimentos comerciais específicos oferecem múltiplas oportunidades novas;

IDE da China - O investimento directo estrangeiro vindo da China é agora mais do que U.S. \$ 40 bilhões (principalmente nas telecomunicações, construção e petroquímica);

Existe o potencial para um aumento das exportações em todas estas áreas: minérios, escórias e cinzas; ferro e aço; cobre; produtos químicos orgânicos; polpa de madeira; alumínio; lã; maquinaria; aparelhos; peixe; materiais da construção; papel; produtos químicos inorgânicos e máquinas eléctricas.

África encontra-se em situação ideal para aproveitar a crescente procura da China por produtos, tendo em conta as reservas de matéria-prima do continente. A procura da China por matérias-primas de África, tem produzido um aumento significativo nos preços, o que é altamente benéfico para os produtores africanos. Por exemplo, o consumo de aço por parte da China, é o dobro do consumo dos E.U.A.: 258 milhões de toneladas comparado com 104 em 2003. A China é líder mundial no uso do alumínio e cobre. A procura de produtos por parte da China irá aumentar dramaticamente durante os próximos dez anos, à medida que a urbanização continua a ganhar terreno.^{5 7 6} A quota de mercado da China, no consumo global de matérias-primas, deverá subir para cerca de 40 por cento - uma boa notícia para os produtores africanos;

A crescente procura da China por petróleo africano (a produção de petróleo africana totaliza agora aproximadamente 3,4 milhões de barrís por dia e deverá aumentar para 6 milhões em 2010) oferece uma base sólida para relações comerciais reforçadas. A China actualmente já ultrapassou o Japão como o segundo maior consumidor mundial de petróleo, e espera-se a subida do consumo para mais de 10 milhões de barrís por dia até 2015. Mais de 30 por cento deste consumo é provável que seja baseado em importações de produtores africanos;

A China assinou mais de 30 acordos de protecção dos investimentos com países africanos, confirmando o potencial significativo para o investimento chinês no continente;

A adesão da China à OMC fornece oportunidades de mercado significativas numa ampla gama de áreas possíveis.^{5 7 7} A iniciativa de desenvolvimento económico da China, "À Conquista do Ocidente", abre inúmeras possibilidades para o comércio e novas opções de investimento numa vasta região ainda por desenvolver, no ocidente chinês. Os funcionários sul africanos de comércio sugeriram que África devia "parar de tentar competir com a China no ramo onde esta sabe melhor – isto é, produzir mercadorias baratas para a exportação – e encontrar outras formas de competição."^{5 7 8}

Sejam quais forem os desafios na relação sino-africana, existe um espaço enorme para resultados positivos, com todos os lados a saírem vencedores. O FOCAC providencia o fóro de negociações para uma fórmula onde todos possam ficar a ganhar, nas relações sino-africanas, e para a construção duma relação de qualidade duradoura. A resposta abrangente e determinada de África poderá ajudar

a evitar a “relação de desigualdade” a que aludiu o ex-Presidente Mbeki. Através do FOCAC, África pode ajudar a definir a agenda sino-africana e construir uma base comum para o desenvolvimento par a par.

10.4 Debate africano sobre o processo do FOCAC

Os países africanos, geralmente-falando, encontram-se positivos sobre o processo do FOCAC, mas há um amplo debate em África em torno de questões tais como a forma, conteúdo e futuro do FOCAC.^{5 7 9} São discerníveis sete respostas africanas distintas neste debate.

Em primeiro lugar, um determinado número de países africanos pronuncia-se "completamente satisfeito" com o FOCAC. A sua visão do FOCAC é que se trata dum processo muito positivo, que oferece inúmeras oportunidades para o desenvolvimento construtivo das relações sino-africanas. Além disso, os projectos de ajuda que a China oferece são considerados adequados, eficazes e "muito bem-vindos." Este grupo não vê a necessidade de se acrescentar, ou alterar a agenda do FOCAC. Está satisfeito em que seja a China a tomar conta da agenda e do desenvolvimento de novas propostas para a cooperação.

Um segundo grupo procura obter uma contribuição africana mais alargada, no desenvolvimento da agenda do FOCAC. Este grupo defende o aumento da comunicação, tanto a nível superior e técnico, de modo a expandir e aperfeiçoar uma agenda em comum. A interacção sino-africana reforçada, segundo este grupo, irá beneficiar a planificação, gestão e implementação do FOCAC. Além disso, África estará mais bem posicionada para "escolher", a partir da lista de projectos, qual o tipo de ajuda chinesa e iniciativas de desenvolvimento que gostava de ver.

Um terceiro grupo de estados Africano adoptou uma abordagem mais interior e auto-suficiente, argumentando que África devia limitar a interacção com a China e todos os poderes externos. Para este grupo, as relações de África com poderes externos são inevitavelmente de teor neo-colonialista, o que torna difícil para África moldar a sua própria agenda, ou beneficiar significativamente do processo. Os povos africanos deviam confiar antes nos seus próprias pontos fortes, desenvolver as suas economias através da integração regional e contrair a globalização apoiados nas bases de união africana e cooperação reforçada.

O quarto grupo africano defende "soluções africanas" com o apoio e co-operação da China. Este grupo teme uma dependência a longo prazo sobre a China e acha melhor procurar mobilizar a China, através do FOCAC, para prestar o seu apoio a uma agenda de desenvolvimento africano. África devia

planear e estruturar programas independentes, tanto económicos como políticos, e, em seguida, mobilizar a China (e outros agentes externos) para apoiar o financiamento e implementação dos mesmos.

O quinto grupo quer que a UA tome a iniciativa no desenvolvimento dum abordagem comum africana, envolvendo, de seguida, a China por meio de um processo específico UA-FOCAC. Isto incluiria um secretariado independente UA-FOCAC, inteiramente dedicado ao desenvolvimento e gestão de interacção sino-africana. A UA deveria definir objectivos comuns africanos, identificar e priorizar projectos de desenvolvimento para o apoio chinês. A UA daria aconselhamentos aos governos africanos, a título individual, e desenvolveria posições comuns sino-africanas sobre questões-chave africanas. Assim, a força motriz do processo do FOCAC seria uma interacção UA-FOCAC, ao mesmo tempo, abrangente e dinâmica.

Uma sexta perspectiva africana argumenta a favor de uma fusão do FOCAC com a NEPAD para avançar o desenvolvimento económico por todo o continente. A NEPAD é visto como sendo uma agenda de desenvolvimento africano, concebida e criada por africanos para África. Uma fusão entre a NEPAD e o FOCAC seria, assim, considerada como a opção ideal para o desenvolvimento económico de África a longo prazo. Dados os pontos fortes da China n que se refere à construção e desenvolvimento de infra-estrutura, os objectivos da NEPAD seriam, assim, rapidamente alcançados através dum compromisso chinês para ajudar a impulsionar a agenda da NEPAD. Além disso, como a NEPAD é uma iniciativa africana, uma mescla FOCAC-NEPAD iria afastar qualquer sugestão de que a China pudesse estar a seguir, de uma forma deliberada ou inadvertidamente, uma agenda neo-colonialista em África.

Uma sétima abordagem africana, mais maquiavélica, argumenta a favor de obrigar as potências estrangeiras a "competirem pelos recursos africanos" através dos vários diálogos de poder e interacção, externos a África. Esta abordagem irá maximizar os benefícios para África, porque os estados africanos efectuariam, assim, "a arrematação pelo melhor lanço", desenvolvendo apenas os processos de interacção diplomática que pudessem promover a concorrência externa e benefícios claros para África. No entanto, os perigos deste tipo de abordagem seriam de provocar, potencialmente, uma "nova guerra fria", à medida que os poderes externos competiam pelo espaço em África. Nenhuma das sete perspectivas dominam o pensamento africano, ou a formação de grupo a nível da interacção África-FOCAC. Assim, não se espera senão que a abordagem africana do FOCAC manter-se-á fragmentada, desorganizada e contestada.

O Secretariado do FOCAC, anexado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, é geralmente considerado como estando a desempenhar um trabalho bom ao nível de organização das reuniões dos embaixadores africanos em Pequim, e através do fornecimento dum seguimento abrangente sobre as actividades de implementação do FOCAC. O Secretariado do FOCAC vê o FOCAC como constituindo um processo que se destina a apoiar os esforços da China na sua "procura de concorrência leal, em África, numa era de globalização." Além disso, a China, muitas das vezes, tem que equilibrar as "expectativas irreais" por parte do Ocidente e de África. É possível a China "fazer mais, mas apenas de acordo com a sua própria capacidade." Com o tempo, à medida que a economia chinesa continua a crescer, a contribuição da China a África poder-se-á expandir conformemente.

O Secretariado do FOCAC procura expandir o contributo e cooperação africanos em diversas áreas. Entre estas está incluído o aumento da co-operação nos investimentos, de modo a fornecer um ambiente positivo de investimentos para os empresários chineses. África devia abrir mais as suas economias aos investidores, e fornecer protecção aos investimentos globais, a fim de atrair um maior interesse por parte da China. Além disso, os africanos deviam fornecer mais informações sobre oportunidades de investimento, de modo a atrair as transferências de capital novo. O aumento da entrada de África na promoção do diálogo entre as empresas sino-africanas, poderá efectuar a evolução significativa da interacção comercial, no âmbito do FOCAC. Expandir o processo comercial e de investimentos sino-africanos, no âmbito do apoio e orientação do FOCAC, é considerado um objectivo fundamental a mais longo prazo. Assim, o FOCAC não serve apenas como uma "plataforma de diálogo" para a interacção política, mas também como facilitador duma expansão comercial.

Segundo o Secretariado, um factor-chave no avanço do FOCAC seria a contribuição ampliada e reforçada, por parte de África, em termos de novas propostas, novas ideias e contribuições construtivas, de modo a fazer avançar a agenda do FOCAC. Grande parte da pesquisa e investigação de campo neste relatório foi destinada a desenvolver recomendações e propostas concretas para atingir esse fim. Sem um secretariado africano no FOCAC, cada país africano devia coordenar as suas próprias contribuições e desenvolver propostas em conjunto. Além disso, as organizações regionais africanas deviam oferecer sugestões e propostas para o desenvolvimento de uma visão com base regional, para interacção, a mais longo prazo, com o processo do FOCAC. Dada a história relativamente breve do FOCAC, a China procura reforçar o envolvimento com África a todos os níveis, intensificar o diálogo e construir um processo, mutuamente benéfico, de "comunicação pragmática".

O objectivo da "comunicação pragmática" é para realizar estudos e investigações sobre as condições africanas, de modo a "explorar novas possibilidades" para um envolvimento mutuamente benéfico. Espera-se que este estudo possa contribuir para essa comunicação pragmática e ajudar a construir uma relação sino-africana positiva, medida pelo progresso na consecução dos ODMs. Neste processo, a China podia aprender com o Ocidente, mas está, essencialmente, à procura de uma nova forma de compromisso com África, com base nas interpretações, condições, capacidades e interesses da própria China. Com efeito, é uma relação China-África, com base em "características chinesas", e não uma imitação de abordagem por parte do Ocidente.

Os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, identificam a vantagem comparativa que a China tem, e que é advinda da sua própria experiência de desenvolvimento recente e do seu nível de desenvolvimento semelhante, oferecendo a possibilidade de soluções parecidas.^{5 81} A China não tem "medo" de entrar em África e ajudar os africanos a ultrapassarem as suas dificuldades. Esta atitude está em nítido contraste com o Ocidente, que tende a concentrar-se na transferência de capital como a chave para todos os problemas de desenvolvimento. As empresas chinesas estão mais dispostas a adaptarem-se às condições locais e experimentar os rigores do trabalho árduo em África. Ao mesmo tempo, a China procura "condições adequadas" e um "clima favorável" para os empreendimentos comerciais chineses em África, de forma a promover o comércio e investimento. O desafio a longo prazo é para que possa haver um processo sino-africano que promova a "prosperidade comum", para ambos os lados, num mundo cada vez mais globalizado. A chave para desvendar o futuro de África, levando à atracção de investimentos chineses significativos, é "a estabilidade económica e social." Um ambiente estável e positivo atrairá investidores chineses e comerciantes, abrindo caminho para a expansão do crescimento e oportunidade africanos.

A China está claramente ciente dos problemas de África, mas não consegue, por si só, resolvê-los de uma forma instantânea ou fácil. O processo, a longo prazo, da interacção sino-africana, visa produzir um resultado onde ambos os lados possam ficar a ganhar. O processo do FOCAC providencia um fundamento de negociações onde todos terão capacidade para saírem vencedores, a favor da prosperidade mútua.

Os funcionários do Governo Chinês apontam para o facto de que os problemas de África são de "responsabilidade internacional" e não de responsabilidade exclusiva da China. A paz e segurança são aspectos que têm que ser abordados pelas organizações regionais africanas, a UA e a ONU. A China pode prestar o seu apoio e contribuir para este processo a todos os níveis. No entanto, a contribuição da China só poderá ser efectuada dentro da sua capacidade e qualidade, enquanto país, também si em vias de desenvolvimento. A China tem capacidades limitadas para afectar grandes

resultados políticos e económicos em África. O FOCAC destina-se a fazer avançar a diplomacia positiva sino-africana e fornecer um quadro para a sua contribuição para o processo de resolução de problemas em África.

Além disso, o FOCAC deve ser visto como constituindo um processo a longo prazo através do qual a China e África irão derivar específicos e inúmeros benefícios. O Secretariado do FOCAC tem uma importante tarefa em mãos, ao coordenar os diferentes departamentos de estado chineses responsáveis pela execução de diferentes aspectos do acordo do FOCAC. Mas a profundidade do compromisso chinês para com o FOCAC, conforme evidenciado pelo amplo leque de departamentos de estado envolvidos no processo, é testemunho da atenção que a China tem dado ao processo. Além disso, o envolvimento dos diversos departamentos de estado oferece a oportunidade de melhoria do relacionamento numa grande variedade de interações.

A China está entusiasmada com o processo do FOCAC e está decidida a garantir o seu sucesso. As autoridades chinesas no Secretariado do FOCAC, são consideradas bem organizadas e dedicadas à implementação dos empreendimentos do FOCAC, enquanto que, ao mesmo tempo, asseguram o futuro a longo prazo, do processo. No entanto, África não tem um mecanismo efectivo de acompanhamento e não pode construir uma relação construtiva no âmbito do FOCAC. A nossa pesquisa sugere que cada país africano deveria dar prioridade ao FOCAC, no seio dos processos de tomada de decisão dos Ministérios das Relações Exteriores, de modo a garantir uma resposta adequada à China. Alguns diplomatas africanos argumentam que a Comissão da UA devia envolver a China sobre o FOCAC. Além disso, relações mais fortes FOCAC-SADC e FOCAC-EAC avançariam um maior envolvimento chinês nos projectos regionais. Embora o FOCAC seja um fórum multilateral, a maioria das saídas deste processo são claramente bilaterais. Uma ligação mais forte entre o FOCAC e organizações regionais, tais como a SADC, EAC, e ECOWAS, etc. iria produzir um impacto mais forte sobre o crescimento económico e desenvolvimento regionais.

As partes interessadas africanas reclamam que não existem dados precisos amplamente disponíveis acerca das actividades do FOCAC, do lado chinês. Por exemplo, não havia a certeza sobre qual o número de escolas que tinha sido construído pela China em seguimento das promessas no âmbito do FOCAC. O acompanhamento dos progressos a nível do FOCAC é, assim, difícil para os decisores africanos. Embora a China tenha apresentado relatórios periódicos sobre o progresso, uma partilha de informação maior seria melhor e aprimorava o processo. Além disso, a comunicação ampliada, neste contexto, iria permitir aos africanos fornecer comentários mais oportunos e úteis sobre o progresso. Por sua vez, isso iria traduzir-se no reforço das possibilidades de uma maior síntese junto da NEPAD e das agendas individuais de desenvolvimento africano. Existe a percepção, entre os

embaixadores africanos, que a China, de facto, "cumpre", mas um maior intercâmbio de informações mais técnicas e detalhadas seria benéfico para o processo de implementação do FOCAC. Além disso, a enorme boa vontade gerada pelo cumprimento das promessas de transparência do FOCAC, iriam resultar num impacto muito positivo para a China.

Existe o consenso geral, entre os diplomatas africanos, em conforme a interacção bilateral da China com o continente tem sido muito eficaz. A China é altamente receptiva às necessidades específicas de desenvolvimento dos diversos países africanos, e, na grande maioria dos casos, tem sido capaz de oferecer contribuições positivas. No entanto, há já algum tempo que os embaixadores africanos argumentam a favor de uma abordagem mais "continental", de modo a alargar e reforçar o FOCAC. Uma abordagem continental significaria um envolvimento FOCAC-UA mais forte e o reforço da interacção entre as organizações regionais. O resultado esperado seria um processo mais eficaz de desenvolvimento regional, de modo a favorecer o crescimento económico e a melhoria das economias de escala. Uma interacção mais estreita com os objectivos e metodologia da NEPAD, poderia aumentar a capacidade do FOCAC de reforçar a agenda de desenvolvimento para África.

A visão a mais longo prazo para África, passa pela abordagem do desenvolvimento continental a nível de redes ferroviárias e rodoviárias, entrecruzando-se através de todo o continente, em vez de sistemas de transporte limitados especificamente a cada país individual. Os sistemas de transporte específicos de cada país, assemelham-se à abordagem colonial, no sentido de que, normalmente, se destinavam ao transporte de matérias-primas específicas da origem até ao porto, para posterior exportação para o país colonial. A China pode, efectivamente, derrubar qualquer acusação de que procura imitar a abordagem colonial, se começar a desenvolver sistemas de transporte com base regional, ou continental, ao nível africano. Esta acção iria promover um crescimento económico mais generalizado por toda a África, permitindo o crescimento e diversificação das economias africanas.

Algumas vozes africanas sugeriram que as reuniões dos altos funcionários africanos e o FOCAC, são "demasiadamente estruturadas", não permitindo o debate franco em volta das questões em disputa. A este nível técnico, as relações sino-africanas poderiam ser significativamente melhoradas através de uma maior interacção e uma comunicação mais funcional. Assim, isso permitiria que os países africanos pudessem levantar questões específicas e contribuir para o desenvolvimento de propostas focalizadas e pertinentes. A cooperação técnica mais eficaz também seria um factor importante na condução de níveis mais elevados de interacção diplomática e política. A viabilidade das propostas e projectos poderia, desse modo, ser decidida ao nível técnico, o que certamente iria realçar em muito os resultados bem sucedidos ao mais elevado nível de interacção.

O comentário sobre as reuniões dos Ministros Africanos dos Negócios Estrangeiros ao nível do FOCAC, sugerem que estas não são propícias à interacção construtiva e detalhada e, portanto, não são muito eficazes na condução da agenda do FOCAC. Como forma de melhorar a situação, é proposto que seja adoptada uma abordagem com base num modelo de "workshop", onde as questões poderão ser descompactadas, debatidas e refinadas. O objectivo central desta abordagem seria o desenvolvimento daquilo a que alguns africanos chamam a "verdadeira parceria sino-africana", para benefício mútuo. Isto, naturalmente, exigiria a preparação reforçada e o compromisso por parte dos africanos, de forma a desenvolver e aprimorar o processo do FOCAC.

Os representantes africanos propuseram uma série de novas iniciativas, com vista a reforçar e capacitar África através do FOCAC. Estas incluem uma maior interacção comercial com a China, através de sociedades em comparticipação (joint ventures). As JVs africanas oferecem uma oportunidade para mobilizar forças e ajudar a direccionar os pontos fortes e as vantagens competitivas da China no seu envolvimento com África. No lugar de procurar fazer face à concorrência chinesa, o envolvimento da China em África deveria ser englobada por meio de uma abordagem construtiva, e mutuamente benéfica, de JVs. A JV do ICBC-Standard Bank permanece como exemplo de fusão de uma série de vantagens comerciais adequadas e competitivas, que irão beneficiar o continente como um todo. A África do Sul pretende promover este modelo junto dos países africanos, de modo a fornecer experiência prática e conhecimentos de mercado, com a China a contribuir competências e capital novos.

As "queixas" de África em relação ao foco comercial e visão de negócios da China, não têm produzido resultados positivos para África. Em vez disso, África devia buscar uma parceria com a China no desenvolvimento de uma abordagem comum, que pudesse acarretar benefícios para ambas as partes. Os representantes africanos também preferem que seja verificado, cada vez mais, um maior esforço africano no sentido de envolver o mercado chinês. A expansão do mercado chinês oferece novas oportunidades para os produtores e investidores africanos, enquanto que a China está "aberta a novas ideias", acolhendo bem os compromissos comerciais advindos de todas as partes do mundo. Há um forte sentimento de que as empresas africanas devam "parar de reclamar", e sim, procurar sociedades em comparticipação em África, bem como novas estratégias inovadoras, para entrar no mercado da China.

O FOCAC é um processo de envolvimento diplomático entre os países em vias de desenvolvimento, que oferece a oportunidade a África de "aceitar ou rejeitar" os diferentes aspectos de envolvimento da China com o continente. As vozes africanas têm sugerido que, dentro do FOCAC, a China está "disposta a ouvir" África, mas que África "deve ser específica em relação àquilo que pretende." Os

representantes africanos têm aconselhado os seus governos a "serem específicos e unidos" no seu modo de ver a construção da agenda do FOCAC. A boa vontade da China à mesa das negociações, deve ser acompanhada da capacidade de África para articular os seus objectivos e sonhos. Isso exige uma preparação, por parte de África, muito maior do que seria possível alcançar-se através dum processo de segunda via. As ONGs poderão contribuir para os preparativos de África, à frente das reuniões do FOCAC, através de ajudas com a identificação de prioridades e projectos específicos. As associações de amizade sino-africanas e as plataformas de pensamento e sinergias estratégicas, também elas têm um papel muito importante e positivo a desempenhar no avanço do processo. A interacção e coordenação africanas junto das agências de doadores ocidentais, poderão ajudar África a "optimizar os benefícios" de uma parceria informal com a China, para o desenvolvimento africano.

A coordenação africana do envolvimento ocidental e chinês, é importante de forma a maximizar os resultados positivos. Alguns representantes africanos procuram a expansão do investimento chinês para zonas e parques industriais de África, de modo a que se venham a criar zonas com orientação para o desenvolvimento. Estas áreas específicas de desenvolvimento seriam destinadas a atrair investimentos chineses, com o apoio da formação por parte de técnicos chineses e a transferência de tecnologias. Além disso, para optimizar o potencial de desenvolvimento de África, a China deveria abrir os seus mercados aos produtos africanos, providenciando incentivos especiais aos consumidores chineses de modo a levá-los a apreciar o que África tem para oferecer.

10.5 África e a Agenda do FOCAC

A China assinou acordos bilaterais com vários países africanos, que têm incentivado e protegido os investimentos. Aguarda-se um aumento significativo do investimento chinês em África, para os próximos anos.^{5 82} As empresas chinesas têm vantagens sobre os concorrentes de África, devido ao forte apoio que recebem do seu governo. É esperado que o foco dos investimentos da China, daqui em diante, esteja cada vez mais virado para os sectores de extracção de matérias-primas e dos transportes. O crescimento contínuo da economia chinesa irá aumentar a procura de matérias-primas, muitas das quais serão provenientes de África. Em apoio a este processo, o Governo Chinês lançou um novo programa para incentivar as empresas a expandir as suas operações no exterior. MOFTEC sugeriu que existiam boas oportunidades para novos empreendimentos comerciais em diversos países africanos.^{5 83} O comprometimento da China na promoção do comércio e investimento em África, é promissor, pelo facto de que África não pode, nem deve, obviamente, basear o seu desenvolvimento económico em matéria de auxílio e ajudas externas.

Os representantes africanos oferecem uma auto-crítica, ressaltando que, muitas das vezes, são eles mesmos que se revelam ser demasiado "lentos" e descoordenados nas suas respostas às iniciativas chinesas. Existe a necessidade de haver um diálogo e interacção maiores entre os países africanos, para fazer avançar o processo FOCAC e de modo a garantir um resultado onde todos possam sair os vencedores, a longo prazo. Será necessário haver uma maior partilha de informações, ideias e objectivos, entre os países africanos, de forma a construir o processo. África busca uma maior cooperação chinesa, em coordenação com as prioridades africanas para o desenvolvimento, tanto a nível nacional e regional, em apoio ao desenvolvimento. África está a apoiar a ascensão da China e considera a China capaz de prestar assistência e investimento eficazes, de modo a apoiar a "ascensão de África". Ao mesmo tempo, a ascensão de África está a promover o interesse externo acelerado no continente e a gerar novo interesse na interacção económica. No entanto, como salientam os funcionários do MOFA, não se trata de uma "nova Guerra Fria" (competição ideológica), mas, sim, duma concorrência "fria" (competição económica), constituindo uma componente integral do sistema económico ocidental de mercado livre e a integração económica global.

Fora do processo de interacção política e económica, expandida através do FOCAC, os representantes africanos referiram-se às prioridades de assistência com possibilidades de contribuírem de uma forma significativa para o sucesso de África a mais longo prazo. Entre estas prioridades estão incluídos os investimentos específicos, criadores de postos de trabalho em África e estimuladores das economias domésticas. A criação de parques industriais no Egipto, por exemplo, ofereceram inúmeras oportunidades para o desenvolvimento da economia local. A transferência das tecnologias a África poder-se-á revelar muito eficaz na promoção do desenvolvimento em sectores económicos específicos. A vontade da China de oferecer formação aos africanos, é útil neste sentido. No entanto, os programas de formação deviam ser adequados às condições e requisitos africanos. Para alguns diplomatas africanos, a ênfase deve estar sobre "aquilo que nós (África) queremos receber da China." A lista de requisitos africanos carece dum debate mais amplo, bem como duma cooperação sólida, de forma a conseguir articular claramente as suas metas e objectivos. O processo do FOCAC tem grandes possibilidades de êxito, dado que a China está disposta a ouvir as solicitações africanas. Um forte processo de segundo escalão, poderá ajudar aos estados africanos identificarem e desenvolverem propostas surgidas a partir do FOCAC. Este estudo visa contribuir para esse efeito, através da identificação de propostas específicas passíveis de conduzir a agenda FOCAC de interesse a África a longo prazo. As associações de amizade sino-africanas, a sociedade civil e os grupos de reflexão/pensamento estratégico, deviam ser todos mobilizados no sentido do desenvolvimento da agenda do FOCAC. Além disso, um processo de harmonizar o apoio chinês ao desenvolvimento, com a ajuda ocidental, iria maximizar os benefícios para África e

impulsionar a evolução das agendas de desenvolvimento. Os Governos Africanos deviam ser específicos e unidos ao avançar e expandir a agenda do FOCAC, visto que existem inúmeras possibilidades para uma maior interacção sino-africana. Assim, o FOCAC devia ser mais do que um processo de repaginação de acordos bilaterais existentes, mas sim uma expansão de oportunidades e cooperação multilaterais internacionais.^{5 8 4} África beneficia de uma forma significativa da interacção regular e estruturada com Pequim, edificando sobre interacções passadas e identificando novas oportunidades. Além disso, a ajuda chinesa a África é extremamente importante para muitos dos países africanos. O auxílio, que é identificado como sendo de especial importância, inclui a assistência médica, gestão agrícola, e a construção e alívio da dívida. A promessa da China para implementar as decisões tomadas nas reuniões anteriores, tem sido muito bem acolhida.^{5 8 6}

Há indícios claros de que muitos países africanos beneficiaram do processo do FOCAC ao longo dos últimos anos. A dinâmica do comércio bilateral de certeza que irá acelerar durante os próximos anos, dada a evidente complementariedade das economias chinesa e africana. Ao mesmo tempo, conforme salientaram os diplomatas africanos, os estados africanos deviam focalizar mais sobre a identificação de produtos passíveis de venda na China. O forte crescimento do mercado chinês oferece oportunidade aos produtores africanos, desde que os mesmo sejam capazes de identificar essas oportunidades. Espera-se que as crescentes oportunidades de investimento em África, sejam atraentes às empresas chinesas, enquanto que o enorme potencial para o aumento do envolvimento comercial com a China, não pode ser ignorado.^{5 8 7}

10.6 A Reunião do FOCAC de 2009

A seguir à conclusão do quarto Fórum sobre a Cooperação da China com África (FOCAC), é altura de se avaliar o impacto do processo do FOCAC nos países africanos, até à data. O estudo actual procura analisar a implementação dos compromissos do FOCAC da China, em cinco países africanos (Angola, República Democrática do Congo, Moçambique, Tanzânia e Uganda), e duas comunidades económicas regionais (EAC e SADC). Com base nas observações dos estudos de caso, esta conclusão terá como objectivo identificar e ilustrar as novas tendências do envolvimento da China com o continente africano, e discutir a direcção provável que irá tomar a colaboração, no âmbito do FOCAC, daqui em diante.

Será que o FOCAC pós-2009 irá tornar-se num modelo utilizado pelo Ministério chinês dos Negócios Estrangeiros para cultivar as relações fortes com as elites africanas, a fim de promover os interesses chineses no continente africano, ou será que os líderes africanos terão a determinação e capacidade

de se apropriarem do processo e forma do FOCAC para que o mesmo possa trazer benefícios concretos para os cidadãos de cada um dos países africanos envolvidos no exercício diplomático?

Na verdade, o FOCAC já adquiriu uma considerável maturidade. A atenção dedicada à Cimeira do FOCAC de 2006, em Pequim, sensibilizou todo o mundo acerca do Fórum. Desde 2006 que o interesse pelo envolvimento da China em África tem vindo a aumentar exponencialmente, principalmente em círculos políticos, tanto em África como no Ocidente. A reunião do FOCAC de 2009, seguida do lançamento do Plano de Acção pormenorizado de Sharm el Sheikh, foi certamente um poderoso indicador de que, nas mentes dos líderes africanos e chineses, as relações sino-africanas estão a progredir.

10.7 Desafios chave para as relações sino-africanas para o futuro

A pesquisa de campo realizada para este estudo, indica que as relações da China com os cinco países nos casos de estudo, são, de facto, bastante desenvolvidas, com muitos projectos ambiciosos implementados até agora. No entanto, foi identificado um determinado número de repetições dos desafios que se colocam aos responsáveis políticos e líderes africanos, em termos das relações com a China, entre os países nos casos de estudo aqui contidos. Acredita-se que a forma como estes seis principais desafios serão tratados, irá determinar, em grande medida, se as relações sino-africanas serão ou não benéficas para o continente africano, daqui em diante.

10.7.1 Os direitos laborais e o desenvolvimento das habilidades por parte dos trabalhadores

As questões trabalhistas constituem o maior desafio, em termos de efeitos a longo prazo, para a ajuda ao desenvolvimento por parte da China, e a presença das empresas chinesas nos países africanos. Embora a equipe de pesquisa tivesse entrevistado um grande número de empresas chinesas nos cinco países, que realmente estão a empregar e formar trabalhadores locais, as queixas comumente expressas pelos grupos da sociedade civil e população geral africanos, têm a ver com acusações de maus tratos por parte de empresas chinesas, da sua mão-de-obra chinesa que trabalha nos projectos de infra-estrutura nos países africanos. Além disso, são muitas vezes levantadas acusações sobre o tratamento dos trabalhadores africanos nas empresas chinesas que operam a nível do continente. Embora haja o reconhecimento de que estes relatórios podem ser, até certo ponto, de evidência anedótica, com pouca substância, não há dúvida de que determinados aspectos terão que ser aperfeiçoados neste ponto.

O emprego justo dos trabalhadores africanos e o desenvolvimento contínuo das competências destes trabalhadores são, de facto, questões fundamentais que deviam ser enfaticamente apresentadas durante o FOCAC e ao mais elevado nível de consultas sino-africanas. Isto certamente iria exigir que houvesse um maior esforço do lado chinês, dado que, a curto prazo, torna-se mais eficiente trazerem-se trabalhadores chineses para trabalharem, sem barreiras linguísticas, em máquinas com que já estão familiarizados.

Há, sem dúvida, uma solução de compromisso neste sentido, e é recomendado que os líderes africanos adoptem uma abordagem reformista em termos desta questão. Como é o caso com todas as empresas estrangeiras que operam em África, alguns dos trabalhadores expatriados, por motivos de gestão, terão que seguir a empresa chinesa em causa. No entanto, os termos em que a mão de obra local está a ser utilizada e treinada, até que podiam ser especificadas e padronizadas em substancialmente maior medida do que é, hoje em dia, o caso. Isto é algo que seria bom se tivesse sido tomado em conta, por parte de representantes dos países africanos, à frente do FOCAC 2009.

Uma sugestão prática neste sentido está baseada na experiência de Moçambique, onde a tradução em Mandarim do Direito Laboral do país foi recebida com uma reacção positiva por parte das empresas chinesas. Recomenda-se, portanto, que a documentação crucial jurídica africana, nomeadamente, aquela que se relaciona com os direitos dos trabalhadores, devia ser disponibilizada em Mandarim.

10.7.2 O estabelecimento de sociedades em comparticipação para a edificação de competências e transferência de tecnologias

Relacionado com a questão do desenvolvimento das competências de trabalhadores no local, está a questão da capacitação dos empresários africanos. Tal como foi referido nos estudos de caso aqui contidos, é altamente recomendável que se devia incentivar a criação de pequenas e médias sociedades em comparticipação sino-africanas, com, pelo menos, 50 por cento de participação dum parceiro activo africano, em todos os sectores económicos (por exemplo, no processamento agrícola, transformação, construção civil e extracção mineira). Sem dúvida que esta se devia tornar numa exigência mandatária sempre que houver o envolvimento de fundos de arranque fornecidos por bancos de política chinesa (tal como o CDB). É esperada a comparticipação nessas sociedades a fim de se poderem edificar as habilidades e efectuar o apoio à construção de uma base de fabricação local africana, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável.

10.7.3 A barreira da língua

As comunidades chinesas nos países africanos, são geralmente vistas como empreendedoras e trabalhadoras, mas também como fechadas, secretas e desinteressadas em interagir com as populações locais africanas. Argumenta-se que os desafios em torno da comunicação entre a comunidade chinesa e população local africana, sejam, em grande parte, devidos à barreira da língua.

No entanto, não é só o povo africano que tem lutado para se comunicar com a comunidade chinesa. Os representantes de empresas e governos africanos também encontram entraves nas suas tentativas de interacção com os seus homólogos chineses, em termos de salvaguardar a integridade dos seus interesses nacionais durante as negociações e discursos bilaterais. Também as equipas médicas chinesas, consultadas pela equipa de pesquisa, nos países dos casos de estudo, expressaram que é realmente difícil para eles trabalharem eficientemente, enquanto profissionais médicos, devido a questões relacionadas com a barreira da língua.

Por isso, é inevitável que, daqui em diante, as competências linguísticas e culturais tenham que ser consideravelmente melhores de ambos os lados. Os estudantes, funcionários públicos e representantes do sector privado de África, deviam ter acesso à formação adequada e acessível do idioma Mandarim. Da mesma forma, os profissionais chineses a operarem em África, deviam ter acesso à formação linguística adequada, bem como informações sobre a cultura local. Além disso, as competências de africanos diplomados em universidades chinesas, deviam ser aproveitadas muito mais do que é o caso até agora. É altamente recomendável que os líderes africanos levem em conta esse aspecto, **no desenvolvimento das relações sino-africanas para o futuro.**

10.7.4 A nomeação de coordenadores chineses nos principais departamentos de estado

Um tema recorrente identificado em todos os cinco países estudados, é que, em diferentes graus, a burocracia e ineficiência dos departamentos governamentais africanos, têm atrasado a implementação de projectos de desenvolvimento chineses prometidos aos países africanos. Por exemplo, pode ser a identificação de um local para um hospital, ou um simples procedimento administrativo, que vem atrasar o processo. Estes atrasos são frequentemente provocados a nível médio, em vez de a nível de gestão do topo. Até certo ponto, isto é identificado como sendo o resultado dum processo de tentativa e erro, dado que tanto os actores chineses e africanos estão a

aprender das relações sino-africanas e ainda podem ter pouca experiência e capacidade. Por isso, de modo a facilitar a colaboração sino-africana, é recomendável que sejam nomeados coordenadores chineses específicos nos principais departamentos de estado africanos, tais como ministérios da saúde, educação e infra-estrutura / obras públicas, para gerir, promover e supervisionar todas as questões relevantes.

10.7.5 O papel da sociedade civil

Um assunto contencioso nas relações sino-africanas, é o papel da sociedade civil. Embora a sociedade civil nos países africanos certamente podia estar mais bem desenvolvida e significativamente mais poderosa, tem um importante papel social a desempenhar. Não escapou à atenção destes actores e ao povo africano que a sociedade civil não está incluída na maioria das consultas sino-africanas, uma vez que estas se encontram fortemente centradas em actores do estado. Se quiserem construir relações duradouras com a China, os líderes africanos deviam garantir a inclusão da sociedade civil aquando do processo de consulta.

Há duas razões principais para isto. Em primeiro lugar, trata-se de um imperativo uma vez que a sociedade civil tem um papel fundamental e positivo a cumprir no desenvolvimento dos seus diversos países. É certo que não é sustentável que os actores estatais sejam os únicos a conduzir o processo do FOCAC, uma vez que o ónus do desenvolvimento assenta num equilíbrio natural, onde convivem actores estatais e não-estatais. Em segundo lugar, e um factor igualmente importante, é que os cidadãos africanos, muito dentro em breve, ficarão cansados de ter a China como actor a nível dos seus países, se a sociedade civil não estiver devidamente incorporada no processo de consulta sino-africana. Embora se reconheça que a sociedade civil na China não desempenha o mesmo papel que em África, os líderes africanos deviam, no entanto, fazer os possíveis para preencher esta lacuna, a fim de evitar o ressentimento, e até a revolta, contra o envolvimento da China nos seus países.

10.7.6 A utilização de materiais da construção ‘Produzidos em África’

A prática da subcontratação de material da construção a partir da China, é um tema recorrente e muito criticado no envolvimento da China com África em geral. Em termos de imóveis doados por meio do quadro do FOCAC, a atribuição de orçamentos para projectos específicos (por exemplo, escolas, hospitais, centros anti-malária, etc.), é definido e fixado pelo Governo Chinês, independentemente dos diferentes custos de implementação que vigoram em cada país. Por isso, é possível que as empresas chinesas, responsáveis pela execução dos projectos, sejam obrigadas a

originar todo o material de construção na China, a fim de conseguirem implementar os projectos. Em última análise, isto pode resultar numa situação em que pouco ou nenhum material de construção é originado no continente africano; nem no país em causa, nem sequer nas economias vizinhas africanas.

Recomenda-se aos líderes africanos que imponham a exigência de que os materiais da construção usados para os projectos do FOCAC, tenham que ser comprados no país africano em causa, ou nos países vizinhos. Nem que o processo de utilização do material da construção originário de África, muitas vezes mais caro, implique a construção de apenas um terço ou um quarto do número de escolas, estradas ou hospitais actualmente sob construção, os efeitos para o desenvolvimento podem, eventualmente, ser muito maiores, dadas as sinergias económicas mais vastas, isto devido ao *modus operandi* que o mesmo iria criar. Essa abordagem também poderá contrariar o risco de que o processo do FOCAC possa vir a criar uma maior dependência africana sobre a China, em questões relacionadas com o fornecimento de materiais da construção.

10.8 Comentário final – O FOCAC no cruzamento dos caminhos

O empreendimento de pesquisa actual, faz a análise da implementação dos compromissos do FOCAC da China, em cinco países africanos. Embora a aplicação seja satisfatória em muitos dos aspectos, os seis principais desafios acima referidos foram identificados como constituindo obstáculos que irão decidir em que medida é que o FOCAC irá representar um sucesso de desenvolvimento para África para o futuro. Acredita-se que estas seis questões devam ser tomadas em conta por todos os líderes africanos, no seu trabalho contínuo de formulação das relações sino-africanas. Tal como já antes foi diversas vezes enfatizado, o ónus cabe agora às partes africanas - ao governo e à sociedade civil – assegurarem que estas questões serão resolvidas de uma forma satisfatória. As recomendações específicas formuladas a partir do relatório, esforçam-se para fornecer uma perspectiva africana para o maior desenvolvimento do quadro do FOCAC, que, se for formulado de uma forma equitativa, terá o potencial para abrir caminho no sentido de uma nova parceria sino-africana que será benéfica para todos os povos africanos.

Perfil do Centro de Estudos Chineses

O Centro de Estudos Chineses (CAC) é a primeira instituição académica dedicada ao estudo da China, em África. O Centro promove o intercâmbio de conhecimentos, ideias e experiências entre a China e África.

À medida que a interacção vai aumentando entre África e a China, irá existir cada vez mais a necessidade de se efectuar uma análise mais aprofundada e chegar-se a um entendimento mais amplo das nossas duas regiões e povos. Isto envolve a avaliação do papel de desenvolvimento da China em África, que é sentido em várias capacidades, desde o comércio e investimentos, até à assistência humanitária. O Centro realiza análises de investigação relacionadas com a China, para partes interessadas do governo, empresas, universidades e ONGs.

O Centro ministra cursos ao público académico e de negócios, na Universidade de Stellenbosch e outras universidades locais, servindo de anfitrião a visitas por parte dos académicos, no âmbito do Fórum China, que fornece uma plataforma para discussão e debate sobre assuntos sino-africanos afins. O CCS, portanto, serve como ponte entre o conhecimento mais importante da China e aquele do continente africano.

NOTAS FINAIS

¹ Centro de Lei do Comércio para África Austral (2009). “Africa's Trading Relationship with China” (Relação Comercial entre África e a China). Acesso a 16.06.2009 em www.tralac.org

² Para uma perspectiva sobre a natureza diversificada do envolvimento da China com África, deve referir-se aos exemplos:

-Alden, Chris; Large, Daniel e Soares de Oliveira, Ricardo (2009). “Introduction: China Returns to Africa” (Introdução) em Alden, Chris; Large, Daniel e Soares de Oliveira, Ricardo (eds.): *China Returns to Africa. A Rising Power and a Continent Embrace*” (A China regressa a África: uma Potência em Ascensão e um Abraço ao Continente). Londres: Hurst & Company. Páginas 1-25.

-Gu, Jing (2009). “China’s Private Enterprises in Africa and the Implications for African Development” em *Jornal Europeu de Pesquisa de Desenvolvimento* (Empresas Privadas Chinesas em África e as Implicações para o Desenvolvimento Africano) Edição especial, Volume 24, Número 1. (Aguarda-se)

-Kaplinsky, Raphael e Morris, Mike (2009). “Chinese FDI in Sub Saharan Africa: Engaging with Large Dragons” (O IDE Chinês na África Subsariana: Envolvimento com Grandes Dragões) em *Jornal Europeu de Pesquisa de Desenvolvimento*, Edição especial, Volume 24, Número 1. (Aguarda-se)

³ Fórum para a Cooperação Sino-Africana - sítio web (2009). “Characteristics of FOCAC” (Características do FOCAC). Acesso a 15.06.2009 em <http://www.focac.org/eng/gylt/ljj/t157576.htm>

⁴ Shelton, Garth e Paruk, Farhana (2008). *The Forum on China–Africa cooperation. A strategic opportunity*. (O Fórum sobre a cooperação Sino-Africana. Uma oportunidade estratégica) Monográfico 156, Dezembro: Instituto de Estudos de Segurança.

⁵ Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China (2000). “President Jiang Zemin's Visit to Six African Countries” (Visita do Presidente Jiang Zemin a Seis Países Africanos). Publicado a 17.11.2000, acesso a 30.08.2009 em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18035.htm>

⁶ Declaração de Pequim do Fórum sobre a Cooperação China-Africa, disponível no <http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/wjih/hywj/t157833.htm>

⁷ O Programa de Cooperação China-África no Desenvolvimento Económico e Social, disponível no <http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zyzl/hywj/t157834.htm>

⁸ Fórum de Cooperação Sino-Africana - sítio web (2009). “Chinese Follow-up Committee” (Comité de Seguimento Chinês). Acesso a 15.06.2009 em <http://www.focac.org/eng/hxxd/hxwyh/t157590.htm>

⁹ O Plano de Acção de Adis Abeba disponível em <http://www.china.org.cn/english/features/focac/185197.htm>

¹⁰ China's African Policy (A Política da China em relação a África) disponível em <http://www.focac.org/eng/zgdfzcc/t463748.htm>

¹¹ Shelton e Paruk (2008). *Op. cit.* Página 1.

¹² Citação no china.org.cn, *Agência Noticiosa de Xinhau*, 3 de Novembro de 2006.

¹³ Chen, M, et.al.: “China and India: What's in it for Africa?” (China e Índia: O que terão para oferecer a África?) *Centro de Desenvolvimento da OECD*, Paris, 2005.

¹⁴ Broadman, H.: “Africa’s Silk Road - China and India’s New Economic Frontier” (A Rota de Seda Africana – a Nova Fronteira Africana da China e Índia), Banco Mundial, no <http://www.worldbank.org>.

¹⁵ Ver Alden, C.: “Leveraging the Dragon : Toward an Africa that Can Say No,” (Manipular o Dragão: Em Direcção a uma África Capaz de Dizer Que Não) em *Yale Global Online*.

¹⁶ *Cimeira de Beijing sobre o Fórum da Cooperação Sino-Africana, Documentos e Discursos*, 4-5 de Novembro de 2006, MOFA, Beijing, 2007.

¹⁷ Ver “Características do FOCAC,” Cimeira de Beijing, no <http://english.focacsummit.org/2006>

¹⁸ “Discurso do Presidente Hu na Cimeira China-África,” *Chinadaily*, no <http://www.chinadaily.com.cn/china>

¹⁹ “PM do Lesoto : A Cooperação China-África – um Ponto de Referência Cheio de Esperança,” *Chinadaily*, no <http://www.chinadaily.com.cn/china>

²⁰ “O Chefe da ONU Aclama Decisão para Dobrar a Assistência a África,” *Chinadaily*, no <http://www.chinadaily.com.cn/china>

²⁰ Citação em Zhao Huanxin, “Laços Beneficiam o Povo Africano : Ministros,” *Chinadaily*, no <http://www.chinadaily.com.cn/china/>

²¹ Ver Anexo para o texto completo. “Pontos Altos da Declaração de Beijing,” *Chinadaily*, no <http://www.chinadaily.com.cn/china>

²² Ver Brea, J.: “A Nova Partilha de África pela China,” *American.com*, no <http://www.american.com/archive/2006>

²³ *PNUD: O Investimento Directo Estrangeiro Asiático em África : Em Direcção a uma Nova Era de Co-operação*, ONU, Nova Iorque, 2007, p.12.

²⁴ Carew, R.: “Os Chineses Colocam \$5 bilhões nas Companhias dos EUA,” *Jornal de Negócios de Wall Street*, 21 de Dezembro de 2007.

²⁵ Citação tirada de “China, Oportunidade, Não Ameaça, para África,” *People’s Daily*, 27 de Abril de 2006.

²⁷ Citação de Holder, A. e Jackson, R.: “Benefício Mútuo? – O Impacto do Investimento da China em África, sobre as Crianças,” em Edinger, H et. al.: *Novos Impulsos do Sul : A Participação da China em África*, Centro de Estudos Chineses, Universidade de Stellenbosch, Maio de 2008, p.68.

²⁸ Entrevista, 24.04.2009, Beijing.

²⁹ Entrevista, 24.04.2009, Beijing.

³⁰ *Ibid.*, p. 72.

³¹ Ver “Cooperação na Agricultura,” *Cimeira de Beijing*, no <http://www.english.focacsummit.org/>

³² “Os Países Africanos Investem Fortemente na Educação,” *Chinadaily*, no <http://www.chinadaily.com.cn/china>

³³ “Institutos de Confúcio,” *China View*, at <http://news.xinhuanet.com>

- ³⁴ Os comentários dos líderes africanos estão reflectidos em *Cimeira de Beijing sobre o Fórum de Cooperação Sino-Africana, Documentos e Discursos*, Vol. III, 4-5 de Novembro de 2006.
- ³⁵ Citação de “O Presidente da Zâmbia Afirma que a Assistência da China a África não Constitue um Segundo Colonialismo,” *People’s Daily Online*, at <http://english.peopledaily.com>
- ³⁶ Pasek A.: “A ONU Considera a China um Modelo para o Desenvolvimento Africano,” *Fores.com*, 2006, no <http://www.forbes.com>.
- ³⁷ O Plano de Acção de Sharm El Sheikh encontra-se disponível no <http://www.focac.org/eng/zxxx/t626387.htm>
- ³⁸ Embaixada da República Popular da China na AS (2006). “Professor Mucavele, OCE do Secretariado da NEPAD visitou a China”. Publicado a 21.07.2006, acesso a 15.06.2009 em <http://www.chinese-embassy.org.za/eng/zfgx/zfhzlt/t264368.htm>
- ³⁹ Campos, I. E. Vines, A. (2008). *Angola and China: A Pragmatic Partnership*. (Angola e a China: Uma Parceria Pragmática) Londres: Chatham House.
- ⁴⁰ Entrevista com representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Ásia e Oceânia, 05.03.2009, Luanda.
- ⁴¹ FOCAC, página inicial (2006). “Chinese President Hu Jintao holds ceremony to welcome African leaders attending Beijing Summit” (Cerimónia de boas vindas do Presidente Hu, aos líderes africanos, na Cimeira de Pequim). Publicado a 04.11.2006, acesso a 03.09.2009 em http://english.focacsummit.org/2006-1/04/content_4917.htm
- ⁴² MOFCOM (2009). “Minister of Commerce Chen Deming Meets with Angolan Prime Minister Kassoma and Holds Separate Talks with Angolan Ministers of Finance and Trade” (Ministro de Comércio, Chen Deming, Encontra-se com o Primeiro Ministro de Angola, Kassoma, e Convoca Negociações em Separado com os Ministros angolanos de Finanças e Comércio). Publicado a 23.01.2009, acesso a 28.05.2009 em <http://chendeming2.mofcom.gov.cn/aarticle/activity/200901/20090106017698.html>.
- ⁴³ Entrevista com o representante do Ministério da Planificação Social, 10.03.2009, Luanda.
- ⁴⁴ Angola - Ministério das Finanças (2009). “Obras do Governo – Agricultura e Pescas”. Disponível em <http://www.minfin.gv.ao/docs/dspProjIrrigaAgri.htm>
- ⁴⁵ *MacauHub* (2008). “Angola: Chinese company builds Gangelas dam in Huila province” (Angola: Companhia chinesa constrói barragem de Gangelas na província do Huila). Publicado a 22.05.2008, acesso a 03.09.2009 em <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=5410>
- ⁴⁶ Livro da CIA sobre Factos Mundiais (2009). “Angola”. Acesso a 02.06.2009 em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html>.
- ⁴⁷ Norfolk, S., Ribeiro, V. & Groenendijk, K. (2006). *Angola Country Study for the Assessment of Agricultural Information needs in African, Caribbean & Pacific (ACP) States for CTA’s Products and Services*. (Estudo de País sobre Angola para a Avaliação de Necessidades de Informação Agrícola em Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) para os produtos e serviços da CTA) Wageningen: Centro Técnico para a Cooperação Agrícola e Rural.
- ⁴⁸ Entrevista com representante do Ministério da Planificação Social, 10.03.2009, Luanda.
- ⁴⁹ *Agência AngolaPress* (2009). “Premier wants food production research” (Primeiro Ministro reclama pesquisa sobre a produção alimentar). Publicado a 30.04.2009, acesso a 03.09.2009 em http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/economia/Premier-wants-food-production-research.2f1bec58-fc80-475c-b187-f9990198d44f.html.

- ⁵⁰ *MacauHub* (2007). “Chinese specialists prepare agricultural development program in Angola” (Peritos chineses preparam programa de desenvolvimento agrícola em Angola). Publicado a 12.04.2007, acesso a 03.09.2009 em <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=3150>
- ⁵¹ Livro da CIA sobre Factos Mundiais. (2009). *Op. cit.*
- ⁵² *Agência AngolaPress* (2009). “Angola gets over 400 new fishing boats” (Mais do que 40 novos barcos da pesca para Angola). Publicado a 17.02.2009, acesso a 03.09.2009 em http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/economia/Angola-gets-over-400-new-fishing-boats.01c86a34-1e35-4e9a-bdd9-8cc5ec9e77d8.html.
- ⁵³ *Agência AngolaPress* (2009) “Namibe province’s fish catches drop” (Queda na captura do peixe na Província do Namibe). Publicado a 27.05.2009, acesso a 03.09.2009 em http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/economia/Namibe-province-fish-catches-drop.0b8e6f59-9dab-46df-8b6d-3738ec1eab29.html.
- ⁵⁴ Entrevista, 10.03.2009, Luanda.
- ⁵⁵ *MacauHub* (2009). “Chinese companies set up Chamber in Angola” (Nova câmara para as companhias chinesas em Angola), publicado a 21.03.2006, acesso a 27.03.2009 em www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=1007
- ⁵⁶ Corkin, L. (2008). “AERC Scoping Exercise on China-Africa Relations: The Case of Angola” (Exercício de Delimitação da AERC das Relações China-Africa: O Caso de Angola). Janeiro: African Economic Research Consortium (Consórcio de Pesquisa Económica Africana). Disponível em http://www.aercafrica.org/documents/china_africa_relations/Angola.pdf
- ⁵⁷ Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP). “*Tax Incentive Law*” (*Lei de Incentivos Fiscais*). Disponível em http://www.iie-angola-us.org/tax_incentives_law.htm
- ⁵⁸ Segundo a Lei dos Incentivos Fiscais da ANIP (ver mais acima), o sector de fabrico compreende: "O produto final deve conter, pelo menos, 25% de matérias-primas e materiais nacionais, ou 30% do valor acrescentado, ou o equipamento e processamento de produção devem permitir o avanço tecnológico e modernização da respectiva indústria, (ou seja, os sectores da agro-indústria, fabricação de adubos e fertilizantes e indústria de produtos alimentares, têxteis e confecção, Exploração e produção de madeira serrada, madeira e mobiliário, materiais de construção, fabrico de embalagens, metalurgia e engenharia pesada, fabricação de máquinas e equipamentos, ferramentas e acessórios, celulose e papel-celulose, fabrico de pneus e câmaras de ar, moagem de milho, mandioca e trigo, leite e produtos lácteos, artefactos e pesca, de descasque e torrefacção de café, fabricação de calçados, indústrias de fabricação de produtos minerais, equipamentos informáticos e de telecomunicações) " .
- ⁵⁹ Kiala, G. (2008). “Perspectivas do Sector de Fabricação e Oportunidades de Investimento, de Angola”. Disponível em: http://www.afrikaverein.de/uploads/media/1761_Gabriel%20Minist%20E9rio%20da%20Ind%FAstria.pdf.
- ⁶⁰ Entrevista com representante de Grupo Drago, 09.03.2009, Luanda.
- ⁶¹ *Ibid.*
- ⁶² *Agência AngolaPress* (2009). “Chinese firm takes over Movitel operational management” (Gestão operacional de Movitel tomada por companhia chinesa). Publicado a 30.10.2008, acesso a 03.09.2009 em http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/economia/Chinese-firm-takes-over-Movitel-operational-management.f9c7c820-f3da-4301-866b-b5db29abd908.html.
- ⁶³ Entrevista com representante de Huawei Technologies, 11.03.2009, Luanda.
- ⁶⁴ *MacauHub* (2008). “Dongfeng-Nissan auto plant opens in Abril” (Fábrica de automóveis Dongfeng-Nissan abre portas em Abril). Publicado a 12.03.2008, acesso a 03.09.2009 em <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=5015>
- ⁶⁵ Bloomberg (2008). “Angola Overtakes Saudi Arabia as Biggest Oil Supplier to China” (Angola ultrapassa a Arábia Saudita, tornando-se em maior fornecedor de petróleo da China). Publicado a 15.04.2008, acesso a

- 10.06.2009 em <http://chinadigitaltimes.net/2008/04/angola-overtakes-saudi-arabia-as-biggest-oil-supplier-to-china/>
- ⁶⁶ *Guardian* (2009). “OPEC president satisfied with current oil price” (Preço actual do petróleo satisfaz presidente da OPEP). Publicado a 03.07.2009, acesso a 05.07.2009 em <http://www.guardian.co.uk/business/feedarticle/8590194>
- ⁶⁷ *Ibid.*
- ⁶⁸ Entrevista, 28.02.2009, Luanda.
- ⁶⁹ *MacauHub* (2008). “Almost 900 buses ready to circulate in Luanda” (Quase 900 autocarros prontos para circular em Luanda). Publicado a 30.09.2008, acesso a 03.09.2009 em <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=6167>
- ⁷⁰ *Agência AngolaPress* (2009). “Seminário do Ministério do Comércio sobre agricultura, medidas sanitárias.” Publicado a 14.05.2009, acesso a 03.09.2009 em http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/economia/Trade-Ministry-holds-seminars-agricultura-sanitary-measures.9c16cd49-3a23-436b-8344-86418aee2908.html.
- ⁷¹ *Sinomach* (2009). “CMEC Successfully Assinado Electrification Project for Southern Suburbs of Luanda in Angola” (Acordo bem-sucedido da CMEC para Projecto de Electrificação para Subúrbios do Sul de Luanda). Publicado a 13.04.2009, acesso a 03.09.2009 em <http://www.sinomach.com.cn/en/news/693548.html>
- ⁷² Entrevista com um representante do CMEC, 09.03.2009, Luanda.
- ⁷³ Entrevista com um representante do Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEA – Strategic Studies Centre of Angola), Março 2009, Luanda.
- ⁷⁴ *Agência AngolaPress* (2009). “Angolan delegation ends visit to China” (Fim de visita de delegação angolana à China). Publicado a 19.05.2009, acesso a 03.09.2009 em <http://www.portalangop.co.ao>
- ⁷⁵ Entrevista com um representante da CITIC, 06.03.2009, Luanda
- ⁷⁶ *Ibid.*
- ⁷⁷ *Ibid.*
- ⁷⁸ *China View* (2008). “China starts construction of housing project in Angola’s capital” (Início de projecto de habitação por parte da China, na capital angolana). Publicado a 12.11.2008, acesso a 03.09.2009 em http://news.xinhuanet.com/english/2008-11/12/content_10343689.htm
- ⁷⁹ Ministério dos Transportes (2009). “Ministro Brandão diz que o corredor do Lobito eleva a economia da região,” publicado a 19.03.2008, acesso a 03.09.2009 em <http://www.angola-portal.ao/MINTRANS/NoticiaD.aspx?Codigo=2912>.
- ⁸⁰ *MacauHub* (2008). “Angola: Começo de assentamento de trilhos ferroviários de Moçamedes, pela China Rites”. Publicado a 13.08.2008, acesso a 03.09.2009 em <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=5889>
- ⁸¹ Ministério dos Transportes. 2008. “Ministro dos Transportes visita infra-estruturas no Huila”. Publicado a 22.07.2008, acesso a 03.09.2009 em <http://www.angola-portal.ao/MINTRANS/NoticiaD.aspx?Codigo=4496>.
- ⁸² Entrevista com um representante de CR-20, 10.03.2009, Luanda.
- ⁸³ *MacauHub* (2008). “Angola: Chinese companies rebuild railway line between Lobito and Luau” (Reconstrução de linha férrea entre Lobito e Luau por companhias chinesas). Publicado a 24.09.2008, acesso a 03.09.2009 em <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=6127>
- ⁸⁴ Entrevista com um representante de CR-20, 10.03.2009, Luanda.
- ⁸⁵ Corkin, L. (2008). *Op. cit.*
- ⁸⁶ *Ibid.*

- ⁸⁷ *Ibid.*
- ⁸⁸ *China Digital Times* (2008). “China expands credit line to Angola” (China expande linha de crédito para Angola) Publicado a 04.07.2008, acesso a 03.09.2009 em <http://chinadigitaltimes.net/china/angola/>.
- ⁸⁹ MacauHub (2009). “Chinese company build roads in Uíge province” (Construção de estradas na província do Uíge). Publicado a 03.06.2009, acesso a 03.09.2009 em <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=7498>.
- ⁹⁰ *Agência AngolaPress* (2009). “Minister praises Uíge-Maquela do Zombo road”. (Elogio de Ministro sobre estrada Uíge-Maquela do Zombo) Publicado a 03.06.2009, acesso a 03.09.2009 em http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/especiais/reconstrucao-nacional/Minister-praises-Uige-Maquela-Zombo-road,2e06a8b5-ee06-47c4-9bdb-0355bb8e49c5.html.
- ⁹¹ *Agência AngolaPress* (2009). “Luanda’s stadium construction going as planned”. (A construção de estádios angolanos prossegue conforme programado) Publicado a 28.01.2009, acesso a 10.06.2009 em http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/desporto/Luanda-stadiums-construction-going-as-planned,a30a4536-0142-4fd4-86f9-69995816a72a.html
- ⁹² AllAfrica (2009). “MO feliz com a construção de estádio de Luanda”. Publicado a 10.06.2009, acesso a 02.07.2009 em <http://allafrica.com/stories/200906100719.html>
- ⁹³ Entrevista, 08.03.2009, Luanda.
- ⁹⁴ Corkin, L. (2008). *Op. cit.*
- ⁹⁵ *Ibid.*
- ⁹⁶ *Universo* (2009). “Tempo para afinar”. Verão 2009, Página 44. Londres: Universo (Revista da Sonangol).
- ⁹⁷ *Universo* (2009). “Avante, a todo o vapor”. Verão 2009, Páginas 43-44. Londres: Universo (Revista da Sonangol).
- ⁹⁸ *Agência AngolaPress* (2009). “Angolan airlines increases flights to Beijing” (Aumento de n.º de vôos das Linhas Aéreas de Angola, até Pequim). Publicado a 04.07.2009, acesso a 05.07.2009 em http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/transporte/Angolan-airlines-increases-flights-China,af312ebe-baf14d33-bf49-29e9f0312751.html
- ⁹⁹ MOFCOM (2009). Acesso a 26.06.2009 em <http://ao.mofcom.gov.cn/aarticle/sqfb/200812/20081205961950.html>
- ¹⁰⁰ Xinhua (2009). “China-made MA60 commuter plane debuts in Angola” (Primeiros aviões chineses para computadores MA60 em Angola). Publicado a 25.01.2008, acesso a 25.05.2009 em http://www.chinadaily.com.cn/china/200801/25/content_6419723.htm
- ¹⁰¹ Campos, I. & Vines, A. (2008). *Op. cit.*
- ¹⁰² Corkin, L. (2008). *Op. cit.*
- ¹⁰³ ForumChinapl (2009). Acesso a 25.05.2009 em http://www.forumchinapl.org.mo/zh/notice.asp?a=20080111_01
- ¹⁰⁴ Hexun News (2009). Acesso a 20.01.2009 em <http://news.hexun.com/2009-01-19/113566250.html>
- ¹⁰⁵ Liu, Haifang (2008). “China-Africa Relations through the Prism of Culture – The Dynamics of China’s Cultural Diplomacy with Africa” (Relações China-África através do Prisma da Cultura – Dinâmica da Diplomacia Chinesa com África). No *China Actuelle: Journal of Current Chinese Affairs (China no Presente: Jornal de Assuntos Chineses da Actualidade)*, Volume 3, pp. 9-46.
- ¹⁰⁶ MOFCOM, Angola (2007). Publicado a 28.04.2007, acesso a 06.07.2009 em <http://ao.mofcom.gov.cn/aarticle/sqfb/200704/20070404624639.html>
- ¹⁰⁷ Entrevista com um representante do Gabinete do Conselheiro Económico, Embaixada da República Popular da China, em Angola, 09.03.2009, Luanda.
- ¹⁰⁸ Entrevista, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Ásia e Oceania, 05.03.2009, Luanda.

- ¹⁰⁹ Entrevista, Golden Nest Lda, 08.05.2009, Luanda.
- ¹¹⁰ Ministério das Finanças de Angola (2009). “Obras do Governo – Educação”. Disponível em <http://www.minfin.gv.ao/docs/dspEducacao.htm>
- ¹⁰⁹ Entrevista, Instituto Nacional de Bolsas do Estado, 10.03.2009, Luanda.
- ¹¹⁰ MOFCOM (2009). *Angola has 1812 doctors* (Angola tem 1 812 médicos), publicado a 27.09.2008. URL: <http://ao.mofcom.gov.cn/aarticle/sqfb/200809/20080905804483.html>, acesso a 10.06.2009.
- ¹¹¹ *MacauHub* (2006). “Chinese builder COVEC interested in State-Private partnerships in Angola” (Construtor chinês, COVEC, interessado em PPPs angolanas). Publicado a 20.02.2006, acesso a 20.03.2009 em <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=832>
- ¹¹² *Agência AngolaPress* (2009). “Luanda governor fires hospital directors” (Governador angolano demite directores de hospital). Publicado a 02.03.2009, acesso a 20-03.2009 em http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/saude/Luandas-governor-fires-Hospitals-directors.f6ca083f-6126-44d9-b68f-1ee34160c9a1.html
- ¹¹³ Entrevista com o Embaixador Chinês em Angola, 10.03.2009, Luanda.
- ¹¹⁶ Ministério das Finanças (2008). “Obras do Governo – Saúde”. Publicado a 30.07.2008, acesso a 08.05.2009 em <http://www.minfin.gv.ao/docs/dspSaude.htm>,
- ¹¹⁷ *Agência AngolaPress* (2009). “Luanda’s Central Hospital reinforces medical staff” (Reforço de quadros medicos no Hospital Central de Luanda). Publicado a 14.04.2009, acesso a 16.04.2009 em http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/saude/Luanda-Central-Hospital-reinforces-medical-staff.5f1ea4f1-93fd-49d2-abfc-49b624fbd10.html
- ¹¹⁸ *Agência AngolaPress* (2009). “China reiterates support to Angola’s reconstruction programme” (China reitera apoio ao programa de reconstrução de Angola). Publicado a 01.18.2009, acesso a 20.03.2009 em http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/economia/China-reiterates-support-Angola-reconstruction-programme.b055a221-a5fb-4f2c-8d8b-fcd055aa0f17.html.
- ¹¹⁹ Entrevista com político local angolano, 10.03.2009, Luanda.
- ¹²⁰ Kiala, Carine (2009). “Chinese Construction in Angola: CITIC and the Kilamba Kiaxi Housing Project” (Construção Chinesa em Angola: CITIC e o Projecto de Habitação de Kilamba Kiaxi) em *China Monitor*, Edição 38. Stellenbosch: Centro de Estudos Chineses.
- ¹²¹ *Ibid.*
- ¹²² Asanzi, Philippe. Relação China-Angola com Referência ao Sector da Construção, Tese de Mestrado, Universidade de Wits 2008, p. 84
- ¹²³ Entrevista com um representante do Grupo Drago, 09.03.2009, Luanda.
- ¹²⁴ O país, primeiro, foi chamado República do Congo-Leopoldville (1960) e, em segundo lugar, República Democrática do Congo-Leopoldville (1964). Em 1971, Mobutu chamou o país de Zaire e, por fim, Laurent Kabila, deu ao país o seu nome actual, em 1997
- ¹²⁵ Curtis, Devon (2008). “Partner or Predator in the Heart of Africa? China’s Engagement with the DRC” (Parceiro ou Predador no Coração de África? Envolvimento da China com a RDC) em Ampiah, Kweku e Naidu, Sanusha (eds). *Crouching Tiger, Hidden Dragon? África do Sul*: Editora da Universidade de KwaZulu Natal. Página 89ff.
- Ver também Komesaroff, Michael (2008). “China Eyes Congo’s Treasures” in *Far Eastern Economic Review*, Abril. Página 40 (O olho da China sobre as Riquezas do Congo)
- ¹²⁶ Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês (2006). “Congo (RDC)”. Publicado a 10.10.2006, com acesso

- a 05.04.2008 em <http://www.city.china.com.cn/english/features/focac/183553.htm>
- ¹²⁷ Entrevista com o Embaixador Chinês na RDC, Wu Zexian. 23.02.2009, Kinshasa.
- ¹²⁸ Curtis, Devon (2008). *Op. cit.* Página 104.
- ¹²⁹ Entrevista com o Embaixador Chinês na RDC, Wu Zexian. 23.02.2009, Kinshasa.
- ¹³⁰ ZTE (2000). “Government Loan Supporting Congo-China Joint Telecom Venture” (Empréstimo do governo apoia Sociedade Conjunta Congo-China Telecom,). Publicado a 14.12.2000, acesso a 18-04-2009, em <http://www.zte.com.cn/main/News%20Events/Whats%20New/2000121452320.shtml?articleId=52320> - ZTE (2001). “Congo-China Telecom Project Kicked off”. (Arranque de Projecto Congo-China Telecom), Publicado a 2001-11-12, acesso a 18.04.2009 em <http://www.zte.com.cn/main/News%20Events/Whats%20New/2001111252172.shtml>
- ¹³¹ *Africa-Asia Confidential* (2009). “Big numbers on Congo’s telecoms projects” (Grandes montantes em projectos de telecomunicação do Congo). Volume 2, Número 6, Abril, Página 5.
- ¹³² Ver por exemplo Grupo de Crise Internacional (2009). “Conflito no Congo”. Publicado a 16.06.2009, acesso a 07.07.2009 em <http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=2829&l=1>
- ¹³³ *Xinhua* (2008). “China and RDC agree to further strengthen cooperation”. (China e RDC concordam em reforçar a cooperação) Publicado a 10.01.2008, acesso a 06.04.2008 em <http://www.china.org.cn/english/international/238877.htm>
- ¹³⁴ Ministério de Negócios Estrangeiros da República Popular da China (2006). *Op. cit* -*Africa-Asia Confidential* (2009). “Dívida, mercados e Pequim”. Volume 2, Número 6, Abril. Página 5.
- ¹³⁵ Ministério do Comércio chinês (2009). “Deputy Minister Zhong Heads a Chinese Government Delegation to Congo (K)”. (Vice Ministro Zhong Lidera Delegação do Governo Chinês até ao Congo), Publicado a 01.06.2009, acesso a 29.06.2009 em <http://wms2.mofcom.gov.cn/aarticle/phonews/200906/20090606292472.html>
- ¹³⁶ *Xinhua* (2007). “China, RDC to Boost Military Exchanges” (Maior troca militar China, RDC). Publicado a 04.07.2007, acesso a 06.03.2008 em <http://www.china.org.cn/english/international/215940.htm>
- ¹³⁷ *MMC* (2008). “Le Président de la République Joseph Kabila Kabange est attendu à Pékin” on *Digitalcongo*. Publicado a 05.08.2008, acesso a 06.08.2008 em <http://www.digitalcongo.net/article/52811>
- ¹³⁸ A CCS research team visited the building site in Kinshasa 24.02.2009. (Uma equipe de investigação da CCS visitou o local de construção em Kinshasa)
- ¹³⁹ Jansson, Johanna; Burke, Christopher e Jiang, Wenran (2009). “Chinese Companies in the Extractive Industries of Gabon & the RDC: Perceptions of Transparency”. Publicação para breve, Centro de Estudos Chineses. (Companhias Chinesas nas Indústrias de Extracção do Gabão & da RDC – Percepções de Transparência)

- ¹⁴⁰ Para mais informação, referir-se a <http://www.cinqchantiers-rdc.com/home.php>
- ¹⁴¹ Entrevista, 05.03.2009, Kinshasa.
- ¹⁴² Xinhua (2008). “Chinese peacekeeping forces arrive in DR Congo” (Forças de manutenção da paz chegam à R.D. Congo). Publicado a 12.11.2008, acesso a 03.05.2009 em http://news.xinhuanet.com/english/2008-11/13/content_10351900.htm
- Curtis, Devon (2008). *Op. cit.* Página 95.
- ¹⁴³ Xinhua (2009). “Chinese soldiers leave for UN peace mission in DR. Congo” (Soldados chineses partem para missão de paz da ONU na R.D.Congo) in *China Daily*. Publicado a 02.07.2009, acesso a <http://english.people.com.cn/90001/90776/90883/6692019.html>
- ¹⁴⁴ Entrevistas, 23.02.2009 to 05.03.2009, Kinshasa.
- ¹⁴⁵ Para mais informação, é favor referir-se a <http://www.cinqchantiers-rdc.com/home.php>
- ¹⁴⁶ Entrevista com o Embaixador do FOCAC, Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, 24.04.2009, Pequim
- ¹⁴⁷ Entrevistas com funcionários de estado Congolese e Chineses, 23.02.2009 a 05.03.2009, Kinshasa.
- ¹⁴⁸ Entrevista, 03.03.2009, Kinshasa.
- ¹⁴⁹ *Allafrica.com* (2007). “Congo-Kinshasa: Biocarburant - La RDC doit faire le choix entre le palmier elaeis et le jatropha curcas”. Publicado a 10-07-2007, acesso a 16.04.2009 em <http://fr.allafrica.com/stories/200707100187.html>
- ¹⁵⁰ Entrevista telefónica com observador muito bem informado, 05.05.2009.
- ¹⁵¹ Ver por exemplo Fitzherbert, Emily B.; Struebig, Matthew J.; Morel, Alexandra; Danielsen, Finn; Brühl, Carsten A.; Donald, Paul F.; e Phalan, Ben (2008). “How will oil palm expansion affect biodiversity?” Como é que a expansão d óleo de palma irá afectar a biodiversidade?) em *Trends in Ecology & Evolution (Tendências na Ecologia & Evolução)*, Volume 23, Edição 10, Outubro 2008, Página 542.
- ¹⁵² Entrevista com Wu Zexian , Embaixador Chinês na RDC, 23.02.2009, Kinshasa.
- ¹⁵³ Ver por exemplo Herman, Hayley (2009). “‘Made in China’. Implicações para Africa” na *ChinAfrica*, Edição de Agosto. Páginas 24-25.
- ¹⁵⁴ Alden, Chris (2007). *China in Africa*. (A China em África) Londres e Nova Iorque: Zed Books; Cidade do Cabo: David Philip. Página 49.
- ¹⁵⁵ Os dados brutos, indicados no código HS4, foram agrupados para efeitos de análise, em categorias, de acordo com os capítulos de produtos e categorias mais amplos.
- ¹⁵⁶ Entrevista ao representante superior da Agência Nacional para a Promoção do Investimento, 27.02.2009, Kinshasa.
- ¹⁵⁷ Entrevista com um inquirido bem informado, Banco Central Congolense, 29.09.2009, Kinshasa.

¹⁵⁸ Ver, por exemplo, Curtis, Devon (2008). "Partner or Predator in the Heart of Africa? China's Engagement com o RDC" (Parceiro ou Predador no Coração de África? Envolvimento da China com a RDC) em Ampiah, Kweku e Naidu, Sanusha (eds). *Crouching Tiger, Hidden Dragon? África do Sul*: Editora da Universidade de KwaZulu Natal. Pp. 100-101.

¹⁵⁹ Banco Mundial (2008). "Doing Business 2009" (*Fazer Negócio 2009*). Disponível em <http://www.doingbusiness.org/>

¹⁶⁰ Entrevista com o alto representante do Gabinete de Coordenação e Monitorização do Programa Sino-Congolês (BCPSC), 03.03.2009, Kinshasa.

Para mais detalhes sobre o acordo, ver "Convention de Collaboration entre La République Démocratique du Congo et le Groupement d'Entreprises Chinoises relative au Développement d'un Projet Minier et d'un Projet d'Infrastructures en République Démocratique du Congo", assinado 22.04.2008.

-República Democrática do Congo, Ministério de Infra-estruturas, Obras Públicas e Reconstrução (2008). "A contribuição do Ministro na ocasião de apresentação dos acordos assinados entre o Governo da República Democrática do Congo e a República Popular da China". Publicado a 09-05-2008, acesso a 04-01-2009 em <http://www.infomine.com/publications/docs/Lumbi2008.pdf>

- Jansson, Johanna; Burke, Christopher e Jiang, Wenran (2009). "As companhias chinesas nas Indústrias Extractivas do Gabão e da RDC: Percepções de transparência". Publicação para breve, Centro de Estudos Chineses.

-Jansson, Johanna (2009). "Acordo de permuta Sino-Congolense – actualização" no *Mining Weekly*, Edição de Abril 3-10. Disponível em <http://www.miningweekly.com/article/whither-the-9bn-sino-congolese-deal-in-times-of-crisis-2009-04-03>

-Edinger, Hannah e Jansson, Johanna (2008). "O 'Modelo Angolano' da China chega à RDC" em *China Monitor*, Edição 34, Outubro. Stellenbosch: Centro de Estudos Chineses. Disponível em [http://www.ccs.org.za/downloads/monitors/China%20Monitor%20Outubro%202008%20\(4\).pdf](http://www.ccs.org.za/downloads/monitors/China%20Monitor%20Outubro%202008%20(4).pdf)

- Citibank (2009). "Citinews", Abril 23, 2009.

- Banco Mundial (2008). "Relatório Económico da República Democrática do Congo: Outono 2008". Disponível em

http://siteresources.worldbank.org/CONGODEMOCRATICEXTN/Resources/RDC_Outono_Econ_Report_08.pdf?resourceurlname=RDC_Outono_Econ_Report_08.pdf

- Banco Central da República Democrática do Congo (2008). "Synthèse des Discussions sur le Prêt Chinois".

- Le Potentiel (2009). "La RDC conclut avec le FMI... recale les contrats chinois". Publicado a 02.04.2009, acesso a 18.04.2009 em http://www.lepotentiel.com/afficher_article.php?id_edicao=&id_article=79416

¹⁶¹ *Ibid*

¹⁶² É favor consultar as referências acima citadas para um relato completo da situação

¹⁶³ Fundo Monetário Internacional (2008). "A Facilidade de Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGF)".

Acesso a 01.12.2008 em <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/prgf.htm>

- Para mais informação sobre o programa do HIPC, é favor ver www.worldbank.org/hipc

¹⁶⁴ Entrevistas com observadores congolenses e ocidentais muito bem informados, Setembro-Outubro 2009 e

Fevereiro-Março 2009, Kinshasa.

¹⁶⁵ Bavier, Joe (2009). “Congo irá cortar a dimensão do seu negócio chinês numa tentativa de alívio da dívida” por Reuters. Publicado a 18.08.2009, acesso a 19.08.2009 em <http://af.reuters.com/article/RDCNews/idAFLI37257520090818>

¹⁶⁶ Cinq Chantiers, Página web (2009). Exim Bank pour le renforcement de la coopération entre la Chine et la RDC. Publicado a 27.03.2009, acesso a 05.04.2009 em http://www.cinqchantiers-rdc.com/article.php3?id_article=1502&var_recherche=exim

¹⁶⁷ Entrevistas com representantes do Gabinete para a Coordenação e Monitorização do Programa Sino-Congolês (23.02.2009 e 03.03.2009) e Agência Congolesa para Grandes Obras de Construção (ACGT), 02.03.2009, Kinshasa.

¹⁶⁸ Cinq Chantiers, Página web (2009). “Hôpital du Centre Ville, le lancement des travaux prévu pour le 25 avril prochain”. Acesso a 05.04.2009 em <http://www.cinqchantiers-rdc.com/motss.htm>

¹⁶⁹ Entrevista com representantes da Agência Congolesa para Grandes Obras de Construção (ACGT), 02.03.2009, Kinshasa.

¹⁷⁰ Entrevista com um observador bem-informado, 26.02.2009, Kinshasa.

¹⁷¹ Eyobie, Victoire (2009). “Modernisation du Blvd du 30 Juin” in *Entreprendre*. Acesso a 06.04.2009 em <http://www.entreprendre.cd/entreprendre/Actualite/Articles-phares/MODERNISATION-DU-BLVD-DU-30-JUIN>

¹⁷² Entrevista com observadores muito bem informados, 24.02.2009, Kinshasa.

¹⁷³ Cinq Chantiers, Página oficial de web (2009). “Lubumbashi: Obras de reabilitação da estrada de Kasumbalesa deverão estar concluídas em Novembro 2008.” Acesso a 08.07.2009 em <http://www.cinqchantiers-rdc.com/English/echos/katanga.htm>

¹⁷⁴ Entrevista com Wu Zexian, Embaixador Chinês na RDC, 23.02.2009, Kinshasa

-Entrevista com representantes da Agência Congolesa para Grandes Obras de Construção (ACGT), 02.03.2009, Kinshasa.

- Para uma visão geral das actividades CCCC em África, até à data, é favor consultar: Xinhua (2009). “Alvo n.º 1 em África, para o CCCC, enquanto projectos de \$4 bln se vão amontoando” no *China Daily*. Publicado a 16.06.2009, acesso, até a mesma data, no http://news.xinhuanet.com/english/2009-06/16/content_11549529.htm

¹⁷⁵ Entrevista, 23.02.2009, Kinshasa.

¹⁷⁶ Entrevista com representantes da Agência Congolesa para Grandes Obras de Construção (ACGT), 02.03.2009, Kinshasa.

-Entrevistas com representantes do Gabinete para a Coordenação e Monitorização do Programa Sino-Congolense (BCPSC), 26.03.2009 e 03.03.2009.

¹⁷⁷ Entrevista com representantes da Agência Congolesa para Grandes Obras de Construção (ACGT), 02.03.2009, Kinshasa.

- Entrevistas com representantes do Gabinete para a Coordenação e Monitorização do Programa Sino-Congolense (BCPSC), 26.03.2009 e 03.03.2009.

¹⁷⁸ Entrevista, 23.02.2009, Kinshasa.

- ¹⁷⁹ Entrevista com representantes do Ministério Congolês dos Correios, Telefones e Telecomunicações, 04.03.2009, Kinshasa.
- ¹⁸⁰ Entrevista com representantes do Ministério Congolês dos Correios, Telefones e Telecomunicações, 04.03.2009, Kinshasa.
- ¹⁸¹ Greenpeace (2008). “Breve Sessão Informativa sobre o Sector Madeireiro para a República Democrática do Congo”. Publicado em Outubro, disponível em <http://www.greenpeace.org/raw/content/international/press/reports/RDC-logging-sector-briefing.pdf>
- Misser, François (2008). “Mines et forêts: concessions contre infrastructures” em *Afrique-Asie*, edição de Junho, Página 21. Disponível em http://www.afrique-asie.fr/_medias/dossiers/14%20evenement.pdf
- ¹⁸² Jansson, Johanna; Burke, Christopher e Jiang, Wenran (2009). “Chinese Companies in the Extractive Industries of Gabon & the RDC: Perceptions of Transparency” (Companhias Chinesas nas Indústrias de Extração do Gabão & RDC: Percepções de Transparência). Publicação para breve, Centro de Estudos Chineses.
- ¹⁸³ La Nouvelle Dynamique Syndicale (2008). “Sociétés partenaires de la Gécamines dans l'exploitation des domaines miniers”. Acesso a 30.07.2008 em http://www.ndsrdc.cd/v1/images/stories/pdf/cartographie_des_entreprises_extractives.pdf
- ¹⁸⁴ Ver mais em Garrett, Nicholas (2007). “The Extractive Industries Transparency Initiative (EITI) & Artisanal and Small-Scale Mining (ASM)” (A Iniciativa de Transparência das Indústrias de Extração (EITI) & a Minagem Artisanal e em Pequena Escala). Outubro: EITI.
- ¹⁸⁵ Entrevista com perito na burocracia Congoleza com muito boas luzes no que diz respeito ao sector de minas, 29.09.2008, Kinshasa;
- Entrevistas com vários representantes de companhias chinesas na zona de Lubumbashi, 9-13 Setembro 2008, Lubumbashi.
- ¹⁸⁶ Jansson, Johanna; Burke, Christopher e Jiang, Wenran (2009). “Companhias chinesas em indústrias de extração, Gabão & RDC - Transparência” (Companhias Chinesas nas Indústrias de Extração do Gabão & RDC: Percepções de Transparência). Publicação para breve, Centro de Estudos Chineses.
- ¹⁸⁷ Deve referir-se, por exemplo, a Garrett, Nicholas e Mitchell, Harrison (2009). “Trading Conflict for Development. Utilising the trade in minerals de Eastern DR Congo for development” (Trocar o Conflito pelo Desenvolvimento. Utilizar o comércio em minerais do Congo Oriental para o desenvolvimento). Abril: Serviços de Consultoria de Recursos Naturais. Disponível em: http://www.resourceglobal.co.uk/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=34&Itemid=41
- ¹⁸⁸ Para mais informações, deve referir-se a Jansson *et al* (2009). *Op. cit.* Páginas 38-42.
- ¹⁸⁹ Jansson *et al* (2009). *Op. cit.* Páginas 38-42.
- ¹⁹⁰ Ver por exemplo Fan, Ying (2002). “Questionando o guanxi: definição, classificação e implicações” no *International Business Review*, Volume 11, Número 5, Outubro, pp. 543-561(19).
- ¹⁹¹ Entrevistas, 23.02.2009, 24.02.2009 e 27.02.2009, Kinshasa.
- ¹⁹² Entrevista com representantes do Ministério de Saúde, 27.02.2009, Kinshasa.
- ¹⁹³ Entrevista com o Embaixador Chinês na RDC, Wu Zexian. 23.02.2009, Kinshasa.
- ¹⁹⁴ Entrevista, 24.02.2009, Kinshasa.
- ¹⁹⁵ Entrevista com um representante da Associação de Estudantes Congolezes, 13.11.2008, Pequim.

- ¹⁹⁶ Entrevista com representantes do Ministério da Saúde, 27.02.2009, Kinshasa.
- ¹⁹⁷ Entrevista, 23.02.2009, Kinshasa.
- ¹⁹⁸ Entrevistas, 28.10.2009 e 29.10.2009, Kinshasa.
- ¹⁹⁹ Entrevista, 24.02.2009, Kinshasa.
- ²⁰⁰ Entrevista, 27.02.2009, Kinshasa.
- ²⁰¹ Xinhua (2007). “Chinese medical team leaves for DR Congo” (Equipe médica chinesa parte para o R.D.Congo) em *Chinaview*. Publicado a 11.10.2007, acesso a 08.07.2009 a http://news.xinhuanet.com/english/2007-10/11/content_6865918.htm
- ²⁰² Entrevista com membros da actual equipe médica chinesa, 24.02.2009, Kinshasa.
- ²⁰³ Conversações informais, 8-13 Setembro 2008, Lubumbashi.
Clark, Simon; Smith, Michael; Wild, Franz (2008). “China Permite o Falecimento de Crianças que Escavam o Cobre nas Minas do Congo” em *Bloomberg*. Publicado a 23.07.2008, com acesso nesse dia em <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=20601081&sid=aW8xVLQ4Xhr8&refer=australia;>
- Malemba N’Sakila, Gilbert (2008). “A Presença Chinesa em Lubumbashi, RDC” no *China Monitor*, edição 34, Outubro. Stellenbosch: Centro de Estudos Chineses. Pp 7-10.
- ²⁰⁴ Jansson, Johanna; Burke, Christopher e Jiang, Wenran (2009). “Companhias Chinesas nas Indústrias de Extracção, Gabão & RDC - Transparência”. Publicação para breve, Centro de Estudos Chineses.
- ²⁰⁵ Entrevista, 24.02.2009, Kinshasa.
- ²⁰⁶ Entrevistas, 24.02.2009; 25.02.2009; 27.02.2009; e 04.03.2009, Kinshasa.
- ²⁰⁷ Entrevistas, 29.10.2009, Kinshasa.
- ²⁰⁸ Entrevistas, 27.10.2009-29.10.2009, Kinshasa.
- ²⁰⁹ Entrevista, 14.02.2009, Maputo
- ²¹⁰ A FRELIMO foi fundada em 1962 como um movimento de libertação. Tal como aconteceu em muitos outros países africanos, tornou-se posteriormente num partido político, logo após a independência.
- ²¹¹ AFRODAD (2008). Investigar a Assistência Chinesa ao Desenvolvimento em África: uma análise de Síntese de Angola, Moçambique, Zâmbia e Zimbábue. Harare: AFRODAD. Página 10.
- ²¹² Sítio web do Departamento Económico e Comercial da Embaixada da República Popular da China na República de Moçambique (2009). Acesso a 21.05.2009 em <http://mz.mofcom.gov.cn/aarticle/zxhz/tjsj/200805/20080505516888.html>
- ²¹³ Xinhua (2002). “Líderes Estrangeiros, Chefes de Partido Aplaudem Hu da China, à altura da sua eleição como Líder do CPC”. Publicado a 20.11.2002, acesso a 21.05.2009 em <http://www.china.org.cn/english/features/49376.htm>
- ²¹⁴ Entrevista com o Dr. Jiang Yongsheng, Presidente da Associação Moçambicana para a Promoção da Reunificação Pacífica da China, 14.02.2009, Maputo.
- ²¹⁵ Entrevista com o antigo Embaixador de Moçambique na China, Jose Morais, 13.02.2009, Maputo.
- ²¹⁶ No início de 2007, o Presidente Chinês, Hu Jintao, visitou os Camarões, a Libéria, Moçambique, a Namíbia,

- a África do Sul, Seychelles, o Sudão e a Zâmbia.
- ²¹⁷ Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, 2009.
- ²¹⁸ Xinhua (2007). “China, Moçambique assinam acordo de cooperação” no *China Daily*. Publicado a 28.09.2007, acesso a 03.09.2009 em http://www.chinadaily.com.cn/china/2007-9/28/content_6143005.htm
- ²¹⁹ Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China (2008). Assistant Foreign Minister Zhai Jun Holds Talks with Mozambican Deputy Foreign Minister (Ministro Deputado dos Negócios Estrangeiros reúne-se com o seu homólogo moçambicano). Publicado a 09.09.2008, acesso a 03.09.2009 em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t512132.htm>
- ²²⁰ Embora o Plano de Acção de Pequim se refira apenas a 10 centros, o número já aumentou para 14 depois de todos os protocolos bilaterais assinados com os colegas africanos, conforme discutido no capítulo 2.
- ²²¹ *China Daily* (2007). “China, Moçambique sign cooperation agreement” (Acordo de cooperação assinado entre a China, Moçambique). Publicado a 28.09.2007, acesso a 03.09.2009 em http://www.chinadaily.com.cn/china/2007-09/28/content_6143005.htm
- ²²² Entrevista com o Snr. Shao Jiayun, 13.02.2009, Maputo.
- ²²³ MOFCOM, Página inicial (2009). Acesso a 02.06.2009 em <http://mz.mofcom.gov.cn/aarticle/jmxw/200902/20090206058363.html>
- ²²⁴ O Ministro de Agricultura de Moçambique, Erasmo Muhate, que tinha sido nomeado a 27 Março de 2007, foi demitido do serviço a 11 de Dezembro de 2007. Este gabinete do governo ainda está a sofrer renovações após o incêndio catastrófico que ocorreu em Maio de 2007, durante a breve incumbência do ex-Ministro, no gabinete. O actual Ministro da Agricultura, Soares Nhaca, foi trazido do seu cargo anterior de Vice-Ministro do Trabalho. Antes da sua mudança para Maputo, Nhaca tinha servido como Governador da Província de Manica e, anteriormente, como Secretário-Geral da principal federação sindical dos Trabalhadores de Moçambique (*Organização dos Trabalhadores de Moçambique – OTM*).
- ²²⁵ Entrevista com o Snr Shao Jiayun, 13.02.2009, Maputo.
- ²²⁶ Entrevista com o Snr Calisto Bias, Director-Geral de IIAM, 20.02. 2009, Maputo.
- ²²⁷ Entrevista com o Gestor de Projectos, Snr Luo Haoping, 18.02. 2009, Maputo.
- ²²⁸ Frey, Adrian (2008). *The Mozambican Investor*, Edição 120. Publicado a por Club Moçambique, disponível em: http://www.clubofMoçambique.com/solutions1/solutions/the_investor/en/120th%20edição%20%2025%20Novembro.pdf
- ²²⁹ Entrevista com um representante do Ministério da Agricultura, 17.02.2009, Maputo.
- ²³⁰ Entrevista com um representante do *Centro de Promoção de Investimentos* (CPI), 18.02.2009, Maputo.
- ²³¹ A fundição de alumínio da Mozal, é administrada por BHP Billiton, com participação de 47,1% na JV. Fica situada a 17 km de Maputo. Veja mais: Página inicial BHP Billiton (2009) “About Mozal” (Sobre a Mozal). Acesso a 03.09.2009 em <http://www.bhpbilliton.com/bb/ourBusinesses/aluminium/mozal/aboutMozal.jsp>
- ²³² Centro de Promoção de Investimentos (CPI) (2008). “Trade Policy Review Body: Moçambique” (Órgão de Revisão das Política sobre o Comércio) Disponível em: www.mzcpi.org/en/policy/newsShow.asp?n_id=437
- ²³³ Entrevista com o representante da AFECC, 16.02.2009, Maputo.
- ²³⁴ Entrevista com o representante da CPIDCC, 18.02.2009, Maputo.
- ²³⁵ Takungpau (2009). “Mozambican political and business sectors are both looking forward to more investment with China.” (Sectoros políticos e de negócios procuram ambos investimento adicional junto da China) Acesso a 02.06.2009

- em <http://www.takungpao.com/news/07/05/23/pyxgjjm-740389.htm>
- ²³⁶ Sucursal do CCPIT Wuhan, Sítio Web (2009). Acesso a 23.02.2009 em <http://www.ccpitwh.org/default.aspx?Páginaid=cb094019-d349-4511-8b03-931c32fa684f&newsid=fb81120c-d0ad-4e4c-b120-0d55698b871c>
- ²³⁷ Entrevista, 19.02.2009, Maputo.
- ²³⁸ Ver MOFCOM, Página web (2009). Acesso a 24.02.2009 em <http://mz.mofcom.gov.cn/aarticle/jmxw/200902/20090206052493.html>
- ²³⁹ Entrevista com Dino Foi, 18.02.2009, Maputo.
- ²⁴⁰ Ver MOFCOM Página web (2009). Acesso a 02.06.2009 em: <http://mz.mofcom.gov.cn/aarticle/jmxw/200903/20090306132797.html>
- ²⁴¹ Entrevista com um representante do CADFund, 17.04.2009, Pequim.
- ²⁴² Entrevista com um representante do Ministério do Comércio e Indústria , 19.02.2009, Maputo.
- ²⁴³ Em 2006, o Governo Chinês comprometeu-se em incentivar empresas chinesas bem estabelecidas a definirem entre três a cinco zonas económicas e comerciais de cooperação no exterior, em países africanos. A partir de Abril de 2009, foram criadas quatro zonas económicas especiais: no Egipto, Ilhas Maurícias, Nigéria e Zâmbia, respectivamente. Fonte: Entrevista com um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China 24.04.2009.
- ²⁴⁴ Parque Industrial de Beluluane e Zona Livre (Beluzone), Página inicial (2009). Acesso a 03.09.2009 em www.beluzone.co.mz
- ²⁴⁵ Entrevista com um representante do Ministério do Comércio e Indústria , 19.02.2009, Maputo.
- ²⁴⁶ *MacauHub* (2009). “Banco Internacional de Moçambique assina acordo com Banco da China”. Publicado a 07.04.2009, acesso a 03.09.2009 em <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=7189>
- ²⁴⁷ O Moza Banco, que abriu as portas em Junho 2008, é uma sociedade em comparticipação entre Moçambique Capitais (um grupo de 218 negócios moçambicanos) e a Geocapital de Stanley Ho de Macau. A Capitais é proprietária numa participação majoritária de 51 por cento, enquanto que a Geocapital controla os restantes 49 por cento.
- ²⁴⁸ Entrevista com o representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, 24.04.2009, Pequim.
- ²⁴⁹ Entrevista com o Snr. Liu Xiaohui, o Cônsul Económico e Comercial na Embaixada da China em Moçambique, 12.02.2009, Maputo.
- ²⁵⁰ Entrevista, 17.02.2009, Maputo.
- ²⁵¹ *MacauHub* (2009). “Modernization and expansion of Maputo Airport concluded by Junho 2010” (Modernização e expansão do Aeroporto de Maputo com conclusão programada até Junho de 2010) Publicado a a 15.04.2009, acesso a 03.09.2009 em <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=7225>
- ²⁵² Entrevista com um representante da AFECC, 16.02.2009, Maputo.
- ²⁵³ Frey, Adrian (2008). *Op. cit.*
- ²⁵⁴ Entrevista com representante da AFECC, 16.02.2009, Maputo.
- ²⁵⁵ *Ibid.*

- ²⁵⁶ Entrevista com representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, 19.02.2009, Maputo.
- ²⁵⁷ *MacauHub* (2008). “Companhia chinesa irá construir sistema de abastecimento de água em Manica”. Publicado a 10.10.2008, acesso a 03.09.2009 em www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=6201
- ²⁵⁸ *Cellular News* (2008). “Moçambique Telecoms Seeks Chinese Funding” (Telecoms de Moçambique procura Financiamento Chinês). Publicado a 06.08.2008, acesso a 03.09.2009 em <http://www.cellular-news.com/story/32912.php>
- ²⁵⁹ *MacauHub* (2008). “Chinese company expands and refurbishes water supply system in Maputo”. (Expansão e remodelação de sistema de abastecimento de água em Moçambique por parte de uma companhia chinesa). Publicado a 13.10.2008, acesso a 03.09.2009 em www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=6211
- ²⁶⁰ Bucuane, A. e Mulder, P. (2007). *Exploring and Electricity Tax on Mega Projects in Moçambique*. (Imposto sobre Exploração e Electricidade de Mega Projectos em Moçambique) Maputo: Directorado Nacional de Estudos e Análise de Políticas, Ministério da Planificação Social e do Desenvolvimento.
- ²⁶¹ Alvarenga, Daniel (2008). “Envolvimento económico da China em Moçambique e as perspectivas para o desenvolvimento: uma análise dos processos e impactos de grandes investimentos recentes”. Tese de Mestrado, Departamento de Ciências Políticas. Dezembro: Stellenbosch. Página 39.
- ²⁶² Entrevista com um representante do Ministério do Comércio e Indústria , 19.02.2009, Maputo.
- ²⁶³ Entrevista, 12.02.2009, Maputo.
- ²⁶⁴ All Business (2007). “China could finance new Mozambique project” (Possível financiamento de novo projecto moçambicano por parte da China). Publicado a 01.01.2007, acesso a 03.09.2009 em <http://www.allbusiness.com/specialty-businesses/minority-owned-businesses/4059674-1.html>
- ²⁶⁵ Mangwiro, Charles (2007). “Moçambique, China em negociações sobre projecto de hidro-energia” pela Reuters. Publicado a 20.03.2007, acesso a 03.09.2009 em <http://planetark.org/dailynewsstory.cfm/newsid/40957/story.htm>
- ²⁶⁶ *Ibid.*
- ²⁶⁷ Owino, W. (2009) *Moçambique irá aumentar o fornecimento de energia ao Botsuana* em *The Nation*. Publicado a 26.05.2009, acesso a 03.09.2009 em <http://www.nation.co.ke/News/africa/-/1066/603206/-/13a1j1sz/-/>
- ²⁶⁸ Entrevistas com funcionários do estado moçambicano 8-11.12.2009. Maputo.
- ²⁶⁹ Folha de Dados AFRODAD (2007). “Chinese Development Assistance in Moçambique”. (Assistência ao Desenvolvimento em Moçambique, por parte da China) Acesso a 03.04.2009 em <http://www.afrodad.org/downloads/publications/Moçambique%20Factsheet.pdf>
- ²⁷⁰ Horta, Loro (2007). “China, Moçambique: old friends, new business” (Velhos amigos, negócios novos) on *International Relations and Security Network*. Publicado a 13.08.2007, acesso a 03.09.2009 em <http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Security-Watch/Detail/?id=53470&lng=en>
- ²⁷¹ Entrevista com um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, 24.04.2009, Pequim.
- ²⁷² Entrevista, 18.02.2009, Maputo.
- ²⁷³ Entrevista com um representante do Hanban, 30.04.2009, Pequim.

- ²⁷⁴ Em 2009, o Departamento de Línguas da UEM, lança o primeiro curso de Árabe em Moçambique.
- ²⁷⁵ Entrevista, Universidade Eduardo Mondlane, 15.02.2009, Maputo.
- ²⁷⁶ Entrevista, *Universidade Politécnica*, 16.02.2009, Maputo.
- ²⁷⁷ Entrevista com representante de *Instituto de Bolsas de Estudo*, Ministério da Educação e Cultura, 17.02. 2009, Maputo.
- ²⁷⁸ Entrevista, 12.02.2009, Maputo.
- ²⁷⁹ *MacauHub* (2007). “China avalia projectos de cooperação avançados por Maputo”. Publicado a 09.11.2007, acesso a 03.09.2009 em <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=4335>
- ²⁸⁰ Ver por exemplo Baah, Anthony Yaw e Jauch, Herbert (2009). *Chinese Investments in Africa: A Labour Perspective*. (Investimentos da China em África: Uma Perspectiva Laboral) Maio: Rede de Pesquisa de Trabalho Africano.
- ²⁸¹ Entrevista com um representante do *Centro de Promoção de Investimentos* (CPI), 18.02.2009, Maputo.
- ²⁸² *Macauhub* (2007). “Moçambique’s labor law translated into Chinese”. (Tradução da Lei Laboral de Moçambique em Chinês) Publicado a 10.10.2007, acesso a 27.05.2009 em <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=4178>
- ²⁸³ Entrevista, 16.02.2009, Maputo.
- ²⁸⁴ Entrevista com representantes da Justiça no domínio do Meio-Ambiente, 9.12.2009. Maputo.
- ²⁸⁵ Entrevistas com o pessoal da CPI, 11.12.2009. Maputo
- ²⁸⁶ Entrevista com quadros superiores, Ministério moçambicano de Indústria e Comércio. 11.12.2009. Maputo
- ²⁸⁷ Entrevistas com representantes da Justiça no domínio do Meio-Ambiente, O País e Mediacoop SA, 9-10.12.2009. Maputo.
- ²⁸⁸ Ver papel de Joao Feijó, entitulado “Perspectivas moçambicanas sobre a China em África – um estudo de discursos publicados num weblog moçambicano.”
- ²⁸⁹ Chabal, Patrick e Daloz, Jean-Pascal (1999). *Africa Works: Disorder as Political Instrument* (A Desordem enquanto Instrumento Político), Oxford: James Curry, 1999. Página 116.
- ²⁹⁰ Para relatórios detalhados das relações históricas da China com a Tanzânia, ver, por exemplo:
- Mwase, Ngila (1983). *The Tanzania-Zambia Railway: The Chinese Loan and the Pre-Investment Analysis Revisited*, (Caminho-de-Ferro Tanzânia-Zâmbia: A Análise de Empréstimo e Pré-Investimento Revisitada), *The Journal of Modern African Studies*, Volume 21, Número 3, Setembro, pp. 535-43;
 - Ai, Ping (1999). “Do Internacionalismo do Proletariado ao Desenvolvimento Mútuo: A Cooperação da China com a Tanzânia, 1965–95,” em Göran Hyden e R. Muknadala (eds), *Agencies in Foreign Aid: Comparing China, Sweden and the United States in Tanzania* (Agências de Apoio Estrangeiro: Comparando a China, Suécia e os U.E.A) 169. Houndsmill: Macmillan.
 - Yu, George T. (1970). *China and Tanzania: A Study in Cooperative Interaction*. (China and Tanzânia: Estudo em Interação Cooperativa) Berkeley: Centro de Estudos Chineses, Universidade da Califórnia.

- Gott, Richard (2000). “Introdução”, Ernesto Che Guevara, *The African Dream: the Dairies of the Revolutionary War in Congo*, (O Sonho Africano: os Diários da Guerra Revolucionária no Congo), Londres: Editora Harvill, 2000, p. xvii.
- ²⁹¹ Monson, Jamie (2004). “Freedom Railway. The unexpected successes of a Cold War development project” (Caminho-de-ferro da Liberdade. Os sucessos inesperados dum projecto de desenvolvimento da Guerra Fria), no *Boston Review*. Dezembro 2004/Janeiro 2005 Archives. Disponível em: <http://www.bostonreview.net/BR29.6/monson.html>
- ²⁹² Entrevista, 23.03.2009, Dar es Salaam.
- ²⁹³ Entrevista, 20.03.2009, Dar es Salaam.
- ²⁹⁴ Entrevista, 27.03.2009, Dar es Salaam.
- ²⁹⁵ Entrevista com um trabalhador da construção tanzaniano, 23.03.2009, Dar es Salaam.
- ²⁹⁶ Entrevista com um alto funcionário da Agência de Promoção de Investimentos da Tanzânia, 23.03.2009, Dar es Salaam.
- ²⁹⁷ Entrevista com um comerciante chinês, 20.03.2009, Dar es Salaam.
- ²⁹⁸ Chris Alden fala deste elemento das relações da China com África, em Alden, Chris (2007). *China em Africa*. Nova Iorque: Zed Books. Página 90.
- ²⁹⁹ Entrevista, 27.03.2009, Dar es Salaam.
- ³⁰⁰ Entrevista, 27.03.2009, Dar es Salaam.
- ³⁰¹ Entrevistas, 20.03.2009 e 27.03.2009, Dar es Salaam.
- ³⁰² Entrevista, 27.03.2009, Dar es Salaam.
- ³⁰³ Entrevista, 19.03.2009, Dar es Salaam.
- ³⁰⁴ Entrevista, 26.03.2009, Dar es Salaam.
- ³⁰⁵ Entrevistas, 26.03.2009 e 27.03.2009, Dar es Salaam.
- ³⁰⁶ Reunião, 16.03.2009, Arusha.
- ³⁰⁷ Entrevista, 27.03.2009, Dar es Salaam.
- ³⁰⁸ Entrevista, 23.03.2009, Dar es Salaam.
- ³⁰⁹ Entrevistas, 23.03.2009 e 27.03.2009, Dar es Salaam.
- ³¹⁰ Entrevista, 27.03.2009, Dar es Salaam.
- ³¹¹ Entrevista, 26.03.2009, Dar es Salaam.
- ³¹² Entrevista, 27.03.2009, Dar es Salaam.
- ³¹³ Entrevista, 27.03.2009, Dar es Salaam.
- ³¹⁴ Entrevista, 26.03.2009, Dar es Salaam.
- ³¹⁵ African Press Organisation (2008). “President Hu Jintao Holds Talks with Tanzanian President

- Kikwete” (O Presidente Hu Jintao Reune-se com o Presidente Kikwete da Tanzânia). Publicado a 11.04.2008, acesso a 08.09.2009 em <http://appablog.wordpress.com/2008/04/16/tanzania-china-president-hu-jintao-holds-talks-with-tanzanian-president-kikwete>
- 316 Wen Jiabao também visitou o Egípto, Gana, República do Congo, Angola, África do Sul e Uganda.
- 317 Entrevista, 19.03.2009, Dar es Salaam.
- 318 *Straits Times* (2009). “China, Tanzania Ink Deals”. (Negócios Firmados Por Escrita, China, Tanzânia) Publicado a 16.02.2009, acesso a 08.09.2009 em http://www.straitstimes.com/Breaking%2BNews/Asia/Story/STISStory_338946.html
- China View* (2009). “Chinese, Tanzanian presidents meet to cement traditional ties” (Presidentes da China e Tanzânia reúnem-se para cimentar laços tradicionais). Publicado a 15.02.2009, acesso a 07.09.2009 em http://news.xinhuanet.com/english/2009-02/15/content_10822709.htm
- 319 *Straits Times* (2009). *Op. cit.*
- 320 Lynch, Colum (2008). “U.N. Zimbabwe Measure Vetoed by Russia, China” (Medida da ONU contra o Zimbabwe, rejeitada pela Rússia, China) no *Washington Post*. Publicado a 12.07.2008, acesso a 09.09.2009 em <http://www.washingtonpost.com/wp-yn/content/article/2008/07/11/AR2008071102953.html>
- 321 Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (2005). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2005: A Cooperação Internacional num Cruzamento de Caminhos: Assistência, Comércio e Segurança num Mundo Desigual*. Nova Iorque: PNUD. Página 319.
- 322 Goldstein, Andrea; Pinaud, Nicolas; Reisen, Helmut e Chen, Xiaobao (2006). *The Rise of China and India: What's in it for Africa?* (A subida da China e Índia: O que terá para oferecer a África?) Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos. Página 121. Disponível em http://www.oecd.org/document/58/0,2340,en_2649_33731_36759098_1_1_1_1,00.html
- 323 Xinhua (2006). “China to import more goods from Tanzania: Premier Wen” (Mais importações da Tanzânia para a China: Primeiro Ministro Wen) em *Peoples' Daily*. Publicado a 23.06.2006, acesso a 09.09.2009 em http://english.peopledaily.com.cn/200606/23/eng20060623_276454.html
- 324 Entrevista, 23.03.2009, Dar es Salaam.
- 325 *Straits Times* (2009). “China, Tanzania Ink Deals”. Publicado a 16.02.2009, acesso a 08.09.2009 em http://www.straitstimes.com/Breaking%2BNews/Asia/Story/STISStory_338946.html
- 326 Entrevista, 23.03.2009, Dar es Salaam.
- 327 Entrevista, 23.03.2009, Dar es Salaam.
- 328 Entrevistas, 20.03.2009 e 23.03.2009, Dar es Salaam.
- 329 Tagama, Herald (2003). “Tanzania: Land is becoming a hot edition” (Tanzânia: a importância

crescente da terra) em *New African*, 1 de Junho.

330 O maior projecto de agricultura da Tanzânia realizado com o apoio chinês, até à data, é a fazenda do Estado de Mbarali que foi equipada com um moinho de arroz e uma central eléctrica, e entregue ao governo da Tanzânia em Outubro de 1977. Além disso, uma das maiores fazendas de sisal da Tanzânia, que fica localizada a 300 quilómetros para sudoeste de Dar es Salaam, na região Morogoro, é a propriedade da China State Farm, Corporação de Agronegócio. A fazenda de 7,000 hectares foi criada em 2000 com um investimento de US \$ 1,2 milhões. Em Junho de 2002, o Ministério de Agricultura da Tanzânia e a Associação do Sisal descreveram-na como sendo a quinta mais bem gerida de sisal na Tanzânia. Alegadamente, a fazenda estimula a economia local, dado que os 300-400 empregados da fazenda ganham US \$ 30 por mês, o nível mais elevado da região. A primeira colheita, em 2004, produziu 300 toneladas de fibra de sisal e, quando estiver totalmente operacional, a espera-se que a fazenda chegue a produzir até 28,000 toneladas por ano, representando, aproximadamente, 25 por cento do rendimento total de sisal da Tanzânia.

Ver mais em:

-Gail A. Eadie e Denise M. Grizzell (1979). “China's Foreign Aid (Apoio Estrangeiro da China), 1975-78” em *China Quarterly*, Número 77, Março, pp. 220, 231.

-Economic and Commercial Representation of the People's Republic of China in the United Republic of Tanzania (2009). (Representação Económica e Comercial da RPC na RUT) “Bright Future for Sisal Cultivation”. (Futuro Promissor para o Cultivo do Sisal) Publicado a 15.04.2005, acesso a 20.04.2009 em

<http://tz2.mofcom.gov.cn/aarticle/chinanews/200504/20050400063729.html>

China.org.cn (2003). “Fruitful Agricultural Cooperation”. (Cooperação Agrícola Frutífera), Publicado a 12.10.2003, acesso a 09.09.2009 em

<http://www.china.org.cn/english/features/China-Africa/82040.htm>

-van de Looy, Judith (2006). “Africa e a China: Parceria Estratégica?” ASC Documento de Trabalho 67, Centro de Estudos Africanos, Leiden, Holanda. Página 20.

- *TMC News* (2006). “With China Calling is it Time to Say Goodbye to US and Europe” (A China chama, Será Altura de se Despedir da U.E.A. e da Europa?). Publicado a 13.04.2006, acesso a 09.09.2009 em <http://www.tmcnet.com/submit/2006/04/13/1571952.htm>

331 PNUD (2007). *Asian Foreign Investment in Africa: Towards a New Era of Cooperation among Developing Countries* (Investimento Estrangeiro da Ásia em África: Em Direcção a uma Nova Era de Cooperação entre os Países em vias de Desenvolvimento), UNDP: Nova Iorque e Genebra. Página 4.

332 Deve referir-se a www.tic.co.tz

333 Davies, Martyn; Edinger, Hannah; Tay, Nastasya e Naidu, Sanusha (2008). *How China delivers development Assistance to Africa*. (O Modo Como a China Faz a Entrega do Apoio para o Desenvolvimento de África) Fevereiro: Centro de Estudos Chineses, Universidade de Stellenbosch. Página 9. Disponível em http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/04/dfid_fa_final.pdf

334 Corkin, Lucy (2008). “Roads to Prosperity” (Caminhos para a Prosperidade) em *Trends, Africa Development, Icon*. 03 Quarter, Página 16. Disponível em <http://www.ccs.org.za/downloads/16-18%20African%20roads.pdf>

- Davies, Martyn (2008). “China’s Developmental Model Comes to Africa” (Modelo de Desenvolvimento Chinês Chega a África) em *Review of African Political Economy*, Número 35, Edição 115, Página 135.
- 335 Alden, Chris and Rothman, Andy (2008). *China and Africa Special Report*, CLSA Asia-Africa Markets, (Relatório Especial sobre a China e África, CLSA Mercados Ásia-África) Setembro, Página 12.
- 336 Entrevista com um alto funcionário da EPZA, 25.03.2009, Dar es Salaam. A equipe de investigação também visitou o BWM-SEZ a 26.03.2009.
- 337 Kragelund, Peter (2008). “Part of the Disease Or Part of the Cure? Chinese Investments in the Zambian Mining and Construction Sectors” (Parte da Doença ou Parte da Cura? Investimentos Chineses nos Sectores Mineiro e da Construção, na Zâmbia) em *Jornal Europeu de Pesquisa de Desenvolvimento*. Página 9.
- 338 Visita ao Centro Chinês para a Promoção de Investimentos, 20.03.2009, Dar es Salaam.
- 339 Entrevista, 23.03.2009, Dar es Salaam.
- 340 Deve referir-se a <http://www.cabc.org.cn/english/index.asp>
Ver também:
-Wang, Jian-Ye (2007). “What Drives China’s Growing Role in Africa?” (Qual a Impulsão do Papel Crescente da China em África?) Fundo Monetário Internacional, Documento de Trabalho, WP/07/211, Outubro. Página 19.
-Broadman, Harry G; Isik, Gozde; Plaza, Sonia; Ye, Xiao e Yoshino, Yutaka (2007). *Africa's Silk Road: China and India's New Economic Frontier*. (Caminho da Seda Africano: Nova Fronteira Económica da China e Índia), Washington D.C.: Banco Mundial. Página 227;
-Africa Practice (2007). “O Impacto da Presença da China em África”. Abril. Londres: Jetro, Página 26. Disponível em http://www.davidandassociates.co.uk/davidandblog/newwork/China_in_Africa_5.pdf
-Xu, Weizhong (2008). “As Relações Sino-Africanas: Novas transformações e Desafios” em Guerrero, Dorothy-Grace e Firoze Manji (eds.). *China's New Role in Africa and the South: A search for a new perspective*, (Novo papel da China em África e no Sul: À procura duma perspectiva nova) Oxford: Fahamu e Bangkok: Focus on the Global South (Enfoque sobre o Sul Global). Página 76.
- 341 Deve referir-se a <http://www.tnbctz.com>
- 342 Entrevista, 20.03.2009, Dar es Salaam.
- 343 Entrevista, 20.03.2009, Dar es Salaam.
- 344 Ver por exemplo Broadman *et al* (2007). *Op. cit.* Página 89.
- 345 Corkin, Lucy e Burke, Christopher (2006). *China's Interest and Activity in Africa's Construction and Infrastructure Sectors*. (Interesse e Actividade da China nos Sectores da Construção e Infra-estrutura em África), Novembro: Centro de Estudos Chineses, Universidade de Stellenbosch. Página 53. Disponível em <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/04/dfid-3rd-edição.pdf>

- 346 Entrevista, 20.03.2009, Dar es Salaam.
- 347 Corkin e Burke (2006). *Op. cit.* Página 51.
- 348 Entrevista com dois representantes superiores do Centro de Investimentos da Tanzânia (TIC),
20.03.2009, Dar es Salaam.
- 349 Entrevista com o líder da equipe médica chinesa, 25.03.2009, Dar es Salaam.
- 350 Entrevista com um representante superior do Centro de Investimentos da Tanzânia Centre (TIC),
20.03.2009, Dar es Salaam.
- 351 Burke, Christopher; Corkin, Lucy e Tay, Nastasya (2007). *China's Engagement of Africa: Preliminary Scoping of Africa case Studies: Angola, Ethiopia, Gabon, Uganda, South Africa, Zambia* (Envolvimento da China em África: Delimitação Preliminar de casos de estudo africanos: Angola, Etiópia, Gabão, Uganda, África do Sul, Zâmbia). Novembro: Centro de Estudos Chineses, Universidade de Stellenbosch. Página 195.
- 352 Goldstein *et. al.* (2006). *Op. cit.* Página 62.
- 353 Kaplinsky, Raphael; McCormick, Dorothy e Morris, Mike (2007). "The Impact of China on Sub-Saharan Africa" (O impacto da China na África Subsariana). Documento de Trabalho 291. Novembro: Instituto de Estudos de Desenvolvimento. Páginas 9-10.
- 354 Entrevista, 25.03.2009, Dar es Salaam.
- 355 Muga, Emmanuel (2008). "China regrets fakes inflow into Tanzania" (A China lamenta a entrada de marcas de contrabando para a Tanzânia) no *Daily News Online*. Publicado a 07.08.2008, acesso a 09.09.2009 em <http://dailynews.habarileo.co.tz/home/index.php?id=6407>
- 356 Entrevista, 20.03.2009, Dar es Salaam.
- 357 Entrevista, 26.03.2009, Dar es Salaam.
- 358 Entrevista com representante superior do Banco da Tanzânia, 26.03.2009, Dar es Salaam.
Ver também Said, Khalfan (2009). "Our salvation is in agricultura – JK" (A nossa salvação está na Agricultura-JK) em *IPP Media*. Publicado a a 10.03.2009, acesso a 09.09.2009 em <http://kurayangu.com/ipp/guardian/2009/03/10/133097.html>
- 359 *Ibid.*
- 360 Entrevista, 26.03.2009, Dar es Salaam.
- 361 Entrevista, 25.03.2009, Dar es Salaam.
- 362 Kamndaya, Samuel (2009). "Banco de agricultura necessita de Sh660bn de início", *The Citizen*. Publicado a 03.06.2009, acesso a 09.09.2009 em <http://www.thecitizen.co.tz/newe.php?id=12873>
- 363 Entrevista, 25.03.2009, Dar es Salaam.
- 364 Said (2009). *Op. cit.*

- 365 Entrevistas, 25.03.2009 e 27.03.2009, Dar es Salaam.
- 366 Said (2009). *Op. cit.*
- 367 Entrevista, 25.03.2009, Dar es Salaam.
- 368 Entrevista, 26.03.2009, Dar es Salaam.
- 369 Banco Mundial Página inicial (2009). “Tanzânia: Projectos e Programas.” Acesso a 09.09.2009 em <http://web.worldbank.org/external/default/main?menuPK=287367&PáginaPK=141155&piPK=141124&theSitePK=258799>
- 370 Edwin, Wilfred (2009). “Dar road works at risk as WB bans 3 firms” (3 Firms banidas pelo BM, trabalhos nas estrada em Dar es Salaam, em risco), *The East African*. Publicado a 23.01.2009, acesso a 09.09.2009 em <http://www.theeastafrican.co.ke/news/-/2558/519036/-/view/printVersion/-/s12cjoz/-/index.html>
- 371 Grupo do Banco de Desenvolvimento Africano, Página inicial (2009). “Tânzania”. Acesso a 09.09.2009 em <http://www.afdb.org/en/countries/east-africa/tanzania>
- 372 O Banco PTA era antes conhecido como o Banco de Desenvolvimento de Comércio do Leste e Sul de África. Foi criado a 6 de Novembro de 1985, pelo Tratado de 1981 que instituiu a Área de Comércio Preferencial (PTA), a qual já foi transformada no Mercado Comum de África Oriental e Austral (COMESA). Para mais informação, deve referir-se a:
- Banco de Comércio e Desenvolvimento de África Oriental e Austral (2001). *2001 Annual Report*. Bujumbura, Página. 3. Disponível em <http://www.ptabank.org/UserFiles/File/finance2001.pdf>
 - Thompson, Drew (2005). “China’s Emerging Interests in Africa: Opportunities and Challenges for Africa and the United States” (Interesses Emergentes da China em África: Oportunidades e Desafios para África e os Estados Unidos) no *African Renaissance Journal*, Julho/Edição de Agosto, Página 24.
- 373 Banco de Comércio e Desenvolvimento de África Oriental e Austral (2001). *Op. cit.* Página 71.
- 374 *IT News* (2008). “PTA Bank gets \$50 million for Africa telecom development”. (Banco PTA recebe \$50 milhões para o desenvolvimento das telecoms em África), Publicado a 16.10.2008, acesso a 09.09.2009 em <http://www.itnewsafrika.com/?p=1467>
- 375 *The East African* (2006). Julho 10-16 Edição, Página 22.
- *Africa News* (2006). “EA Development Bank to Act as Conduit for Chinese Funds.” (Banco de Desenvolvimento EA irá agir como Conduta de Fundos Chineses), Publicado a 07.11.2006
 - Davies, Penny (2007). *China and the end of poverty in Africa: Towards mutual benefit?(A China e o fim da pobreza – a caminho do benefício mútuo?)* Diakonia em colaboração com a Rede Europeia sobre a Dívida e o Desenvolvimento (Eurodad). Página 45.
- 376 Barclays Página inicial (2009). “Banco Barclays da Tanzânia”. Acesso a 09.09.2009 em http://www.barclays.com/africa/tanzania/barclays_in.htm

- 377 *Asia Times Online* (2007). “Chinese Bank's \$3bn Just a First Step”. (\$3bn do Banco Chinês é só o primeiro passo) Publicado a 25.07.2007, acesso a 09.09.2009 em http://www.atimes.com/atimes/China_Business/IG25Cb01.html
- 378 Orr, Thomas (2007). “ICBC-Standard Bank deal is only the beginning” (Negócio do ICBC-Standard Bank é só o começo) no *China Monitor*, Edição 24, Novembro: Centro de Estudos Chineses, Universidade de Stellenbosch. Disponível em http://www.ccs.org.za/downloads/monitors/China_Monitor_Novembro_2007.pdf
- Stanbic Bank Página inicial (2009). “Tanzania”. Acesso a 09.09.2009 em http://www.stanbicbank.co.tz/SBIC/Frontdoor_07_02/0,2493,9949033_9957887_0,00.html
- 379 Corkin e Burke (2006). *Op. cit.* Página 60.
- 380 Foster, Vivien; Butterfield, William; Chen, Chuan e Pushak, Nataliya (2008). “Building Bridges: China’s Growing Role as Infrastructure Financier for Sub-Saharan Africa”. (Construindo Pontes: Papel Crescente da China enquanto Financiador de Infra-Estrutura à África Sub-Sariana) Banco Mundial – Serviços de Aconselhamento Sobre a Infra-Estrutura Público-Privada. Página ix.
- 381 Corkin e Burke (2006). *Op. cit.* Página 60.
- 382 Entrevista, 19.03.2009, Dar es Salaam.
- 383 Edwin, Wilfred (2009). “Chinese firm 'gifted' oil licences” (Companhia chinesa recebe concessão de petróleo de ‘mão beijada’) no *East African*. Publicado a 30.01.2009, acesso a 09.09.2009 em <http://www.theeastafrican.co.ke/news/-/2558/522146/-/rkwdhznz/-/index.html>
- 384 Entrevista, 19.03.2009, Dar es Salaam.
- 385 Foster *et. al.* (2008). *Op. cit.* Página 36.
- 386 Rocha, John (2007). "A New Frontier in Exploration of Africa's Natural Resources: The Emergence of China" (Uma Fronteira Nova na Exploração dos Recursos Naturais de África: A Emergência da China) em Manji, Firoze e Marks, Stephen (eds.). *African Perspectives on China in Africa*. Oxford: Fahamu e Pambazuka. Página 18.
- 387 A China Sonangol International Holding Ltd. detém 30 por cento da participação da SonAir, Angola.
- 388 Edwin, Wilfred (2009). “Chinese firm 'gifted' oil licences” (Companhia chinesa recebem ‘dom’ de licenças de petróleo) no *East African*. Publicado a 30.01.2009, acesso a 09.09.2009 em <http://www.theeastafrican.co.ke/news/-/2558/522146/-/rkwdhznz/-/index.html>
- 389 Reuters (2009). “Tanzânia vê aumento de orçamento de 09/10 em 32 por cento”. Publicado a 04.06.2009, acesso a 09.09.2009 em <http://af.reuters.com/article/tanzaniaNews/idAFL4102141620090604>
-Naidu, Sanusha; Roberts, Ben e Alvarenga, Daniel (2008) “A Region of Necessity? Regional Profile of Southern Africa” (Uma Região de Necessidade? Perfil Regional de África Austral). Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação, Junho. Página 15.
-Martin, Matthew (2005). “Africa’s External Constraints: What Developed Countries Should Do” (Constrangimentos Externos sobre África: O que os Países Desenvolvidos Deviam Fazer”) em Teunissen, Jan Joost e Akkerman, Age (eds.), *Africa in the World Economy: The National*,

Regional and International Challenges. Haia: Fórum sobre a Dívida e Desenvolvimento - FONDAD). Página 216.

- 390 Asche, Helmut and Schüller, Margot (2008). *China's Engagement in Africa: Opportunities and Risks for Development*. (O Envolvimento da China com África: Oportunidades e Riscos para o Desenvolvimento) GTZ, Departamento de África, Assuntos Económicos. Página 39. Disponível em <http://www.gtz.de/de/dokumente/gtz2008-en-china-africa.pdf>
- Davies, Penny (2007). *Op. cit.* Página 57.
- 391 Alden, Chris e Alves, Christina (2008). "A História & Identidade na Construção das Políticas da China em relação a África" em *Review of African Political Economy*, Número 35, Volume 1, Página 51.
- 392 Foster *et. al.* (2008). *Op. cit.* Página 48.
- Xinhua (2005). "Decades long Sino-Tanzanian cooperation embodies Bandung spirit" (Há várias décadas que a cooperação Sino-Tanzaniana incorpora o espírito de Bandung) no *People's Daily Online*. Publicado a 18.04.2005, acesso a 09.09.2009 em http://english.peopledaily.com.cn/200504/18/eng20050418_181583.html
- 393 Entrevista, 23.03.2009, Dar es Salaam.
- 394 Entrevista, 23.03.2009, Dar es Salaam.
- 395 Suttmeier, R; Cao, C e Simon, F. (2006). 'Inovação dos Conhecimentos e a Academia Chinesa das Ciências', em *Science*, 312, Edição 5770, 07.04.2006, Páginas 58-59. Citado em: John H. Barton (2007). "Novas Tendências na Transferência de Tecnologia: Implicações para as Políticas Nacionais e Internacionais". Edição de Documento No. 18. Fevereiro: Centro Internacional para o Comércio e Desenvolvimento Sustentáveis (ICTSD), Programa de DPI e Desenvolvimento Sustentável. Página 9. Disponível em <http://www.iprsonline.org/resources/docs/Barton%20New%20Trends%20Technology%20Transfer%202007.pdf>
- 396 Forster, C. J. (2006). *China's Secret Weapon: Science Policy and Global Power (Arma Secreta da China: Política de Ciência e Poder Global)*. Londres: Centro de Políticas Estrangeiras. Pp. 29-30. Citado em: John H. Barton (2007). *Op. cit.* Página 9.
- 397 Ministério das Relações Externas da China (2006). "Tanzania". Publicado a 10.11.2006, acesso a 09.09.2009 em <http://www.china.org.cn/english/features/focac/183419.htm>
- Orr, Thomas (2008). "Mandela, Diamantes e a Criminalidade: A Relação África do Sul-China num Cruzamento dos Caminhos" no *China Monitor*. Maio: Centro de Estudos Chineses, Universidade de Stellenbosch. Página 9.
- 398 Entrevista, 26.03.2009, Dar es Salaam.
- 399 Entrevista, 26.03.2009, Dar es Salaam.
- 400 Entrevista, 26.03.2009, Dar es Salaam.
- 401 Entrevista, 23.03.2009, Dar es Salaam.

- 402 Entrevista, 26.03.2009, Dar es Salaam.
- 403 Entrevista, 23.03.2009, Dar es Salaam.
- 404 Entrevista, 25.03.2009, Dar es Salaam.
- 405 Mohan, Giles e Kale, Dinar (2007). “A mão invisível da globalização Sul-Sul: Os imigrantes chineses em África”. Outubro: Departamento de Políticas e Prática de Desenvolvimento, Universidade Aberta. Página 12.
- 406 Shinn, David H. (2006). “Africa, China e Cuidados de Saúde” no *Inside ASIA*, Número 3 e 4, Outubro/Dezembro. Página 16.
- 407 Xinhua (2006). “China to import more goods de Tanzania: Premier Wen” (A China irá importar mais mercadorias da Tanzânia: Primeiro Ministro Wen) no *Peoples' Daily*. Publicado a 23.06.2006, acesso a 09.09.2009 em http://english.peopledaily.com.cn/200606/23/eng20060623_276454.html
- 408 Entrevista, 23.03.2009, Dar es Salaam.
- 409 Entrevista, 23.03.2009, Dar es Salaam.
- 410 Entrevistas, 23.03.2009, Dar es Salaam.
- 411 Shinn, David H. (2006). *Op. cit.*
- 412 Entrevista, 20.03.2009, Dar es Salaam.
- 413 Entrevista, 26.03.2009, Dar es Salaam.
- 414 Zhu, Guifa e Frame, J. Davidson (1987). “Technology transfer within China” (A Transferência da tecnologia no interior da China) no *Journal of Technology Transfer*, Volume 11, Número 2, Março. Pp. 29-42.
- 415 Ver por exemplo Yao, Shujie (2005) *Economic growth, income distribution and poverty reduction in contemporary China*. (Crescimento económico, distribuição de rendimento e redução da pobreza na China contemporânea), USA: Taylor & Francis. Página 216.
- 416 Entrevistas com membros bem colocados da Comunidade Chinesa em Kampala, 02.02.2009 e 03.02.2009.
- 417 Entrevista com um inquirido bem informado do Uganda, 01.02.2009.
- 418 Portal do Sítio Web Oficial do Governo Chinês (2006). “O Presidente Hu reúne-se com 5 Presidentes Africanos em Pequim.” Publicado a 03-11-2006, acesso a 16.02.2009 em http://www.gov.cn/misc/2006-11/03/content_431680.htm
- China Export Import (EXIM) Bank (2009). Síntese de Informação no sítio web. Acesso a 18.02.2009 em http://english.eximbank.gov.cn/info/infoQuery.jsp?keyword=&col_no=83&dateDe=&dateTo=&siteid=english&p_Página=17

- 419 Sítio Web Oficial da FOCAC (2006). “Empresários chineses, africanos assinam acordos no valor de bilhões de dólares”. Publicado a 05.11.2006, acesso a 18.02.2009 em <http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zxxx/t279809.htm>
- 420 Sítio Web Oficial do FOCAC (2006). “Os empresários chineses, africanos assinam acordos no valor de bilhões de dólares”. Publicado a 05.11.2006, acesso a 18.02.2009 em <http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zxxx/t279809.htm>
- 421 Sítio Web Oficial da Embaixada do Uganda em Pequim (2009). “As Relações Uganda-China”. Acesso a 09.03.2009 em <http://www.ugandaembassycn.org/relations.html>
- 422 *People's Daily Online* (2007). “Ministro da Defesa chinês encontra-se com o comandante das forças armadas do Uganda”, Publicado a 21.09.2007, acesso a 18.02.2009 em <http://english.peopledaily.com.cn/90001/90776/6268389.html>
- 423 Sítio Web Oficial do FOCAC (2008). “Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul em visita oficial”. Publicado a 21.04.2008, acesso a 18.02.2009 em <http://www.focac.org/eng/zxxx/t427392.htm>
- 424 O Gabinete do Conselheiro Económico e Comercial da Embaixada da República Popular da China no Uganda (2008). “Delegação Chinesa Chefiada por Hu Deping, Vice Ministro de Trabalho da Frente Central Unida e Presidente do Concelho Comercial China-África, visita o Uganda”. Publicado a 06.05.2008, acesso a 06.07.2009 em <http://ug2.mofcom.gov.cn/aarticle/bilateralvisits/200805/20080505515620.html>
- 425 *New Vision* (2009). “Uganda: China Gives Sh148 Billion for Development” (Uganda: Doação de Sh148 Bilhões por parte da China para o Desenvolvimento). Publicado a 14.01.2009, acesso a 18.02.2009 em <http://allafrica.com/stories/200901150069.html>
- 426 Entrevista com um funcionário ugandense no Ministério das Finanças, 06.02.2009, Kampala.
- 427 Sítio Web Oficial da Embaixada do Uganda em Pequim (2009). *Op. cit.*
- 428 Musoke, Cyprian (2009). “A China não constitui uma ameaça a África – Museveni” em *New Vision*. Publicado a 17.06.2009, acesso a 18.06.2009 em <http://www.newvision.co.ug/D/8/12/685057>
- 429 Para uma discussão em torno das relações entre as elites africanas e o Governo e Representantes das Empresas chinesas, ver, por exemplo, Tull, Denis M. (2009) "As consequências políticas do Regresso da China a África" em Alden, Chris; Large, Daniel e Soares de Oliveira, Ricardo (eds.). *China Returns to Africa. A Rising Power and a Continent Embrace*. Londres: Hurst & Company. Páginas 111-128.
- Ver também Abdul-Raheem, Tajudeen (2008). “Liberation de ‘liberators’?: Uganda e o NRM” em *Pambazuka News*, Edição 410. Publicado a 03.12.2008, acesso a 25.08.2009 em <http://pambazuka.org/en/category/panafrican/52405>
- 430 Seminar discussion, 22.10.2009, Kampala.

- 431 Entrevista, 04.02.2009, Kampala.
- 432 A equipe de investigação reuniu-se com o chefe recém-nomeado da NPA a 04.02.2009 em Kampala.
- 433 O Ministério das Finanças, da Planificação e do Desenvolvimento Económico do Uganda (MoFPED) (2006). *Competitiveness and Investment Climate Strategy (CICS) 2006-2010*, (Estratégia sobre a Competitividade e o Clima de Investimentos) Dezembro, II. Disponível em <http://www.cics.go.ug/strategy.php#4>
- 434 Ver também Selassie, A. (2008). “Para além da Estabilidade Macro-Económica: À Procura da Industrialização no Uganda”, *IMF Documento de Trabalho* WP/08/231. Publicado a 01.09.2008, acesso a 16.02.2009 em <http://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.cfm?sk=22359.0>
- 435 Caderno dos Factos da CIA (2009). ”Economia: Uganda”. Publicado a 28.08.2009, acesso a 02.09.2009 em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ug.html>
- 436 *New Vision* (2009). “Uganda: A Economia do Uganda Mais de Sete Vezes Maior do que Era em 1986”. Publicado a 26.01.2009, acesso a 16.02.2009 em <http://allafrica.com/stories/200901270252.html>
- 437 Entrevista, 09.02.2009, Kampala.
- 438 Burke, Chris; Corkin, Lucy e Tay, Nastasya (2007). “O Envolvimento da China em África: Delimitação Preliminar dos seguintes estudos de caso africanos. Angola, Etiópia, Gabão, Uganda, África do Sul, Zâmbia”. Novembro: Centro de Estudos Chineses. Página 132.
- 439 Sítio Web Oficial da Embaixada do Uganda em Pequim (2009). *Op. cit.*
- 440 Caderno de Factos da CIA (2009). ”Economia – Uma Perspectiva”. Acesso a 30.06.2009 em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/UG.html>
- 441 Entrevista com um alto funcionário do Governo do Uganda, 04.03.2009, Kampala.
Ver também, por exemplo:
-*Economist* (2009). “Regresso aos princípios básicos”. Publicado a 22.06.2009, acesso a 30.06.2009 em http://www.economist.com/agenda/displaystory.cfm?story_id=13891595
-Kisambira, Edris (2009). “África Oriental: Os Países Voltam-se para o Agro-Processamento” de *Allafrica.com*. Publicado a 15.06.2009, acesso a 30.06.2009 em <http://allafrica.com/stories/200906150863.html>
- Ministério das Finanças, da Planificação e do Desenvolvimento Económico do Uganda (MoFPED) (2006). *Competitiveness and Investment Climate Strategy (CICS) 2006-2010*, Dezembro, II. Disponível em <http://www.cics.go.ug/strategy.php#4>
-Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (2009) “A participação dos pequenos agricultores na produção para a exportação: O caso do Uganda. 2008”. Acesso a

- 16.02.2009 em <http://www.fao.org/ag/AGS/subjects/en/farmMgmt/pdf/Uganda.pdf>
- 442 Entrevistas, 01.02.2009 até 09.02.2009, Kampala.
- 443 Sítio Web Oficial do FOCAC (2007). “A China convoca curso de formação sobre a extensão da agro-tecnologia para oficiais africanos”. Publicado a 09.07.2007, acesso a 18.02.2009 em <http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zxxx/t338268.htm>
- 444 China Knowledge (2009). “O ICBC contempla o investimento nos sectores do petróleo, agricultura do Uganda”. Publicado a 17.06.2009, acesso a 07.07.2009 em <http://news.alibaba.com/article/detail/business-in-china/100119815-1-icbc-mulls-investment-uganda%2527s-oil%252C.html>
- 445 Entrevista com o Embaixador do FOCAC, no Ministério chinês dos Negócios Estrangeiros, 24.04.2009, Pequim
- 446 Entrevistas com um alto funcionário do Governo do Uganda, 09.03.2009, Kampala; e com Zhang Aiming, Conselheiro Económico e Comercial chinês. 04.02.2009, Kampala.
- 447 *Ibid*
- 448 *Ibid*
- 449 Ministério das Finanças, da Planificação e do Desenvolvimento Económico do Uganda (MoFPED) (2006). *Competitiveness and Investment Climate Strategy (CICS) 2006-2010*, Dezembro, II. Disponível em <http://www.cics.go.ug/strategy.php#4>
- 450 Entrevista com os representantes da Autoridade de Investimentos do Uganda, 02.02.2009, Kampala.
Ver também:
- Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (2004). “Um guia de investimento no Uganda. Oportunidades e condições”, Março. Disponível em http://www.unctad.org/en/docs/iteiia20043_en.pdf
 - Autoridade de Investimentos do Uganda (2009). “Uganda – um clima distintamente pró-negócios”. Acesso a 01.07.2009 em http://www.ugandainvest.com/uia.php?uhpl=why_uganda&&uhpl1=Why%20Uganda
- 451 Entrevistas, 01.02.2009 to 09.02.2009, Kampala.
- 452 Citado por exemplo em Obwona, Guloba, Nabiddo e Kilimani (2007). “As Relações Económicas China-Africa: O Caso do Uganda”. Nairobi: Consórcio de Pesquisa Económica Africana. Página 7. Disponível em http://www.aercafrica.org/documents/china_africa_relations/Uganda.pdf
- 453 Entrevista, 02.02.2009, Kampala.
- 454 Entrevista, 03.02.2009, Kampala.

- 455 Agência Noticiosa de Xinhua (2006). “Empresários Chineses, Africanos Celebram Negócios no Valor de US\$1.9b” na *China Daily*. Publicado a 05.11.2006, acesso a 30.06.2009 em <http://www.china.org.cn/english/features/focac/187796.htm>
- 456 Plano de Acção de Pequim disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zyzl/hywj/t280369.htm>
- 457 Entrevista com um observador informado, 02.01.2009, Kampala;
- Patton, Dominique (2008). “A China apoia o plano de zona de negócio do Uganda” no *Business Daily*. Publicado a 08.12.2009, acesso a 30.03.2009 em http://www.bdafrica.com/index.php?option=com_content&task=view&id=11621&Itemid=5813
- 458 Mambule, Ali (2009). “Os Chineses inspeccionam zona de comércio livre de Rakai” em *New Vision*. Publicado a 05.01.2009, acesso a 30.03.2009 em <http://www.newvision.co.ug/D/8/19/667008/Free%20trade%20zone.%20Rakai>
- 459 Kakande, Enock (2008). ”Ajuramentação de equipe de investigação de Sserulanda” no *Sunday Vision*. Publicado a 26.04.2008, acesso a 01.04.2009 em <http://www.sundayvision.co.ug/detail.php?mainNewsCategoryId=7&newsCategoryId=125&newsId=62454>
-Sseppuya, Mikaili (2008). “Uganda: Companhia Chinesa irá Construir Zona de Comércio Livre de Rakai” em *Allafrica.com*. Publicado a 07.09.2008, acesso a 30.03.2009 em <http://allafrica.com/stories/200809080224.html>
- 460 Patton, Dominique (2008). *Op. cit.*
- 461 Lubwama, Siraje (2008). “A China irá construir uma cidade do aeroporto no Distrito de Rakai” no *Monitor*. Publicado a 21.11.2008, acesso a 30.03.2009 em http://www.monitor.co.ug/artman/publish/regional-special/China_to_construct_airport_city_in_Rakai_District_75329.shtml
-Sseppuya, Mikaili (2008). *Op. cit.*
- Página inicial da Sseesamirembe Eco-Cidade (2008). “Assinatura de Memorando de Entendimento entre M/s Kagera Eco-Cidades e M/s Paradise International Investment Limited”. Publicado a 14.08.2008, acesso a 31.03.2009 em <http://www.sseesamirembe.com/news.html>
- 462 Sseppuya, Mikaili (2008). *Op. cit.*
-Sseesamirembe Eco-Cidade Página inicial (2008). *Op. cit.*
-Patton, Dominique (2008). *Op. cit.*
- 463 Sseesamirembe Eco-Cidade Página inicial (2008). *Op. cit.*
- 464 Mambule, Ali (2009). *Op. cit.*
-Patton, Dominique (2008). *Op. cit.*
- 465 *Xinhua* (2009). “A China Contempla a Expansão da Tarifa-Zero para outros bens Africanos”, Publicado a 25.01.2009, acesso a 09.03.2009 em <http://english.cri.cn/6826/2009/01/25/168s447616.htm>
- 466 Casa do Estado – Sítio Web Oficial da República do Uganda (2006). “O Presidente entrega-se ao trabalho em Pequim, para a cimeira China-Africa”. Publicado a 03.11.2006, acesso a

02.03.2009 em <http://www.statehouse.go.ug/news.detail.php?category=Appointments&newsId=989>

- 467 Os dados brutos, indicados no código HS4, foram agrupados, na análise, em categorias, de acordo com os capítulos sobre o produto e categorias mais alargadas.
- 468 Entrevistas com os respondentes chineses e ugandenses, 01.02.2009 até 09.02.2009, Kampala
- 469 Entrevista, 06.02.2009, Jinja.
- 470 Ver por exemplo Obwona *et al* (2007). *Op. cit.*
- Mugabe, David (2009). “Uganda: Made in China – Estamos a Receber o Valor do Nosso Dinheiro?” na *Allafrica.com*. Publicado a 17.06.2009, acesso a 20.06.2009 em <http://allafrica.com/stories/200906180329.html/>
- Burke *et al* (2007). *Op. cit.* Página 137.
- 471 Kaplinsky, Raphael; McCormick, Dorothy e Morris, Mike (2007). “O Impacto da China sobre África Sub-Sariana”. Documento de Trabalho 291. Novembro: Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento.
- 472 Entrevistas, 01.02.2009 to 09.02.2009, Kampala.
- 473 Entrevista, 03.02.2009, Kampala.
- 474 Entrevista, 03.02.2009, Kampala, e discussão em seminário, 22.10.2009, Kampala.
- 475 Para mais detalhes, deve referir-se a Burke et al (2007). *Op. cit.* Página 140.
- 476 Entrevista, 03.02.2009, Kampala.
- 477 Seminar discussion, 22.10.2009, Kampala.
- 478 Casa do Estado – Sítio Web Oficial da República do Uganda (2006). “O Presidente recebe o Governador do Banco de Desenvolvimento da China”. Publicado a 23.06.2006, acesso a 09.03.2009 em <http://www.statehouse.go.ug/news.detail.php?category=Appointments&newsId=885>
- 479 *The New Vision* (2009). “Uganda: A China Fornece Sh148 Bilhões para o Desenvolvimento”. Publicado a 14.01.2009, acesso a 09.03.2009 em <http://allafrica.com/stories/200901150069.html>
- 480 Entrevista com um respondente muito bem informado, 05.02.2009, Kampala.
- 481 China Knowledge (2009). “ICBC contempla o investimento nos sectores do petróleo, agricultura do Uganda”. Publicado a 17.06.2009, acesso a 07.07.2009 em <http://news.alibaba.com/article/detail/business-in-china/100119815-1-icbc-mulls-investment-uganda%2527s-oil%252C.html>
- New Vision* (2009). “A China mira a refinaria de petróleo ao lado do Oceano Indiano”. Publicado a 19.06.2009, acesso a 07.07.2009 em <http://www.newvision.co.ug/D/8/13/684940>

- ⁴⁸² Ver por exemplo Kagenda, Patrick (2009). “Caminho Ferroviário do Uganda num cruzamento dos caminhos, à medida que a atenção se desvia para Dar” no *The Independent*. Publicado a 11.02.2009, acesso a 12.02.2009 em <http://www.independent.co.ug/index.php/business/business-news/54-business-news/591-uganda-rail-at-crossroads-as-attention-shifts-to-dar>
- ⁴⁸³ Entrevista com um respondente muito bem informado do Uganda, 05.02.2009, Kampala. Ver também o Ministério da Tecnologia da Informação e Comunicações (2009). “Projecto Nacional de Espinha Dorsal de Transmissão e Infra-Estrutura de e-Governo”. Acesso a 01.07.2009 em http://www.ict.go.ug/index.php?option=com_content&view=article&id=69:national-data-transmission-backbone-and-e-government-infrastructure-project&catid=25:the-project&Itemid=93
- ⁴⁸⁴ Entrevista com um respondente muito bem informado do Uganda, 05.02.2009, Kampala. -Ver também Ministério da Tecnologia da Informação e Comunicações (2009). *Op. cit.*
- ⁴⁸⁵ Entrevista com um respondente chinês muito bem informado, 06.02.2009, Kampala, e conversação por e-mail com um observador muito bem informado, 23.04.2009.
- ⁴⁸⁶ Entrevista, 06.02.2009, Kampala.
- ⁴⁸⁷ Entrevista com um observador muito bem informado, 04.02.2009, Kampala. -Kimball, Jack (2009). “O órgão do meio-ambiente do Uganda aprova a produção de petróleo tão cedo quanto possível” por *Reuters*. Publicado a 13.03.2009, acesso a 17.03.2009 em <http://af.reuters.com/article/RDCNews/idAFLD10475620090313?sp=true>
- ⁴⁸⁸ Herron, James (2009). “Tullow Oil Mira os Parceiros Ugandenses na Lista” no *Dow Jones Newswires*. Publicado a 27.02.2009, acesso a 06.07.2009 em http://www.rigzone.com/news/article.asp?a_id=73509
- ⁴⁸⁹ Entrevista com um inquirido muito bem informado, 05.02.2009, Kampala.
- ⁴⁹⁰ China Knowledge (2009). “ICBC contempla o investimento nos sectores do petróleo, agricultura do Uganda”. Publicado a 17.06.2009, acesso a 07.07.2009 em <http://news.alibaba.com/article/detail/business-in-china/100119815-1-icbc-mulls-investment-uganda%2527s-oil%252C.html> -*New Vision* (2009). “A China mira a refinaria de petróleo do lado do Oceano Indiano”. Publicado a 19.06.2009, acesso a 07.07.2009 em <http://www.newvision.co.ug/D/8/13/684940>
- ⁴⁹¹ Embaixada do Uganda no Sítio Web Oficial de Pequim (2009). “Oportunidades de grandes investimentos no Uganda”. Acesso a 07.07.2009 em <http://www.ugandaembassycn.org/opportunities.html> -*China Mining* (2008). “Sector privado chinês seduzido a investir no sector de mineração do Uganda”. Publicado a 23.04.2008, acesso a 07.07.2009 em <http://www.chinamining.org/News/2008-04-23/1208913129d13167.html>
- ⁴⁹² Palestra na Grande Sala do Povo, 05.11.2009, Pequim.
- ⁴⁹³ Ver por exemplo: Bräutigam, Deborah (2008). “A Assistência da China: A Continuidade e a Mudança”. Washington D.C: O Fundo Marshall dos Estados Unidos para a Alemanha. - Davies, Martyn; Edinger, Hannah; Tay, Nastasya; Naidu, Sanusha (2008). “O modo como a China faz a entrega de assistência a África”. Fevereiro de 2008: Centro de Estudos Chineses, Universidade de Stellenbosch.

- ⁴⁹⁴ Entrevista com oficial no Ministério das Finanças do Uganda, 06.02.2009, Kampala.
- ⁴⁹⁵ Entrevista com Sun Heping, Embaixador Chinês no Uganda, 04.02.2009, Kampala.
- ⁴⁹⁶ Entrevista, 04.02.2009, Kampala. Contudo, a equipe de investigação não foi capaz de determinar o tamanho preciso dessa quota.
- ⁴⁹⁷ Gabinete do Conselheiro Económico e Comercial da Embaixada da República Popular da China no Uganda (2006). “O sucesso do curso ugandense anti-malária”. Publicado a 04.12.2006, acesso a 02.07.2009 em <http://ug.mofcom.gov.cn/aarticle/jmxw/200612/20061203931828.html>
- ⁴⁹⁸ Gabinete do Conselheiro Económico e Comercial da Embaixada da República Popular da China no Uganda (2009). “Foi convocada uma cerimonia do projecto de assistência, escolas nas zonas rurais do Uganda”. Publicado a 11.05.2009, acesso a 02.07.2009 em <http://ug.mofcom.gov.cn/aarticle/b/200905/20090506237597.html?4269514886=121813994>
- ⁴⁹⁹ Entrevista com representante do Grupo de Construção Ershisan Ye, 05.02.2009, Kampala.
- ⁵⁰⁰ China EXIM Bank Página inicial (2009). “Empréstimo Concessionário do Governo da China”. Acesso a 21.08.2009 em <http://english.eximbank.gov.cn/business/government.jsp>
- ⁵⁰¹ Entrevista com um representante de Ershisan Ye Construction Group, 05.02.2009, Kampala.
- ⁵⁰² Entrevista com um inquirido bem informado, 02.02.2009, Kampala.
- ⁵⁰³ Deve referir-se a Jansson, Johanna (2009). “Padrões de Investimento, Assistência e Comércio Chineses em África Central (Camarões, a RDC e o Gabão)”. Documento para Sessão Informativa, preparado para o “World Wildlife Fund” (Fundo de Preservação da Natureza - WWF). Publicação para breve, Centro de Estudos Chineses. Página 7.
- ⁵⁰⁴ Entrevista com a equipe médica chinesa, 02.06.2009, Jinja.
- ⁵⁰⁵ Ver por exemplo *Monitor* (2008). “O modo como a malária está a empobrecer o Uganda”. Publicado a 03.06.2008, acesso a 01.07.2009 em http://www.monitor.co.ug/artman/publish/news/How_malaria_impoverishes_Ugandans.shtml
- ⁵⁰⁶ *African Press* (2008). “A China irá ampliar a pesquisa sobre a malária, no Uganda”. Publicado a 26.01.2008, acesso a 01.07.2009 em <http://africanpress.wordpress.com/2008/01/26/china-to-boost-malaria-research-in-uganda/>
- ⁵⁰⁷ Gabinete do Conselheiro Económico e Comercial da Embaixada da República Popular da China no Uganda (2006). “O sucesso do curso ugandense anti-malária”. Publicado a 04.12.2006, acesso a 02.07.2009 em <http://ug.mofcom.gov.cn/aarticle/jmxw/200612/20061203931828.html>
- ⁵⁰⁸ Embaixada da República Popular da China no Uganda (2009). “Nova droga chinesa anti malária, ARCO, adequada a crianças, introduzida no mercado do Uganda”. Acesso a 02.07.2009 em <http://ug.mofcom.gov.cn/aarticle/jmxw/200905/20090506252999.html>
- ⁵⁰⁹ Ver, por exemplo, P. York e N. L. B. Materu (1980). “Cumprimento com a Medicação por parte do Paciente.

- Num País em vias de Desenvolvimento” em *Journal of Clinical Pharmacy*, Número 5, pp 307-310.
- ⁵¹⁰ Entrevistas com Sun Heping, o Embaixador Chinês no Uganda; e com Zhang Aiming, Conselheiro Chinês de Economia e Negócios. 04.02.2009, Kampala.
- ⁵¹¹ Referir-se, por exemplo, a <http://www.visituganda.com/>
- ⁵¹² Entrevista, 03.02.2009, Kampala.
- ⁵¹³ *Global Travel Industry News* (2009). “Kampala será anfitrião de Africa – Reunião sobre o Turismo Asiático”. Publicado a 09.06.2009, acesso a 14.09.2009 em <http://www.eturbonews.com/9682/kampala-host-africa-asia-tourism-meet>
- ⁵¹⁴ Ver por exemplo:
-Comissão Europeia Página inicial (2009). ”A Convenção de Lomé”. Acesso a 27.08.2009 em http://ec.europa.eu/development/geographical/lomegen_en.cfm
- ⁵¹⁵ Entrevista, 05.02.2009, Kampala.
- ⁵¹⁶ EAC Página inicial (2009). “About EAC” (Sobre a EAC). Acesso a 16.07.2009 em <http://www.eac.int/about-eac.html>
- ⁵¹⁷ Katembo, Baruti (2008). “Pan-Africanismo e o Desenvolvimento: O Modelo da Comunidade do Leste Africano” no *Journal of Pan African Studies*, Volume 2, Número 4. Página 108.
- ⁵¹⁸ Entrevista, 16.03.2009, Arusha.
- ⁵¹⁹ Gabinete do Presidente da República do Ruanda, Página inicial (2009). “Cimeira dos Chefes de Estado da EAC, Arusha 2009”. Acesso a 16.07.2009 em http://www.presidency.gov.rw/index.php?option=com_content&view=article&id=209:he-remarks-at-arusha-summit-2009&catid=34:speeches&Itemid=34
- ⁵²⁰ Entrevistas, 16.03.2009, Arusha.
- ⁵²¹ Organização de Editora Africana (2009). “O Secretário-Geral da EAC, em conversações com o Embaixador Chinês”. Publicado a 02.09.2009, acesso a date do <http://appablog.wordpress.com/2009/09/02/eac-secretary-general-hold-talks-with-chinese-Embaixador-chinese-envoy-says-eac-most-peaceful-and-has-potential>
- ⁵²² Pambazuka News, Monitor da UA (2008). “Delegação do Leste Africano a caminho da China, 19 de Maio 2008”. Publicado a 19.05.2008, acesso a 16.07.2009 em <http://www.pambazuka.org/aumonitor/comments/1260/>
- ⁵²³ EAC (2006). “Estratégia de Desenvolvimento da EAC 2006-2010. Aprofundar e acelerar a integração”. Disponível em <http://www.chr.up.ac.za/undp/subregional/docs/eac3.pdf>
- ⁵²⁴ Deve referir-se a www.ticad.net
- ⁵²⁵ Entrevistas, 16.03.2009, Arusha.
- ⁵²⁶ Entrevistas, 16.03.2009, Arusha.
- ⁵²⁷ Entrevistas, 16.03.2009, Arusha.

- ⁵²⁸ Entrevistas com funcionários superiores do Secretariado da EAC, 16.03.2009, Arusha.
- ⁵²⁹ Entrevistas, 16.03.2009, Arusha.
- ⁵³⁰ Organização Internacional de Trabalho (2005). “*Baseline study of labour practices on large construction sites in the United Republic of Tanzania*” (Estudo de base sobre práticas laborais em grandes locais das obras na República Unida da Tanzânia). Documento de Trabalho 225. Janeiro: Genebra. Página 98.
- Burke, Christopher (2007). “China’s Entry into Construction Industries in Africa: Tanzania and Zambia as Case Studies” (A entrada da China nas Indústrias de Construção em África: Casos de Estudo da Tanzânia e Zâmbia) no *China Report*, 43:3. Pp. 333-334.
- ⁵³¹ Entrevistas, 16.03.2009, Arusha.
- ⁵³² Corkin, Lucy e Burke, Christopher (2006). *China’s Interest and Activity in Africa’s Construction and Infrastructure Sectors*. (O Interesse e Actividade da China, nos Sectores da Construção e Infra-Estrutura de África) Novembro: Centro de Estudos Chineses, Universidade de Stellenbosch. Pp. 84-85. Disponível em <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/04/dfid-3rd-edição.pdf>
- PNUD (2007). *Asian Foreign Investment in Africa: Towards a New Era of Cooperation among Developing Countries*. (Investimento Estrangeiro Asiático em África: Em Direcção a uma Nova Era de Cooperação entre os Países em vias de Desenvolvimento) PNUD: Nova Iorque e Genebra. Página 61.
- Bräutigam, Deborah (2008). *China’s African Aid: Transatlantic Challenges*. (A Assistência a África por parte da China: Os Desafios Transatlânticos) Washington DC: The German Marshall Fund of the United States. (O Fundo Marshall dos E.U.A. na Alemanha) Página 18.
- Villoria, Nelson B. (2009). “China and the Manufacturing Terms-of-Trade of African Exporters” (A China e os Termos de Negócio de Fabricação dos Exportadores Africanos) em *Journal of African Economies*, Março 25. Página 2.
- ⁵³³ Entrevistas, 16.03.2009, Arusha.
- ⁵³⁴ Entrevistas, 16.03.2009, Arusha.
- ⁵³⁵ Entrevistas, 16.03.2009, Arusha.
- ⁵³⁶ Entrevistas, 16.03.2009, Arusha.
- ⁵³⁷ Davies, Martyn; Edinger, Hannah; Tay, Nastasya e Naidu, Sanusha (2008). *O Modo como a China faz a entrega de assistência ao desenvolvimento a África*. Fevereiro: Centro de Estudos Chineses, Universidade de Stellenbosch. Página 1. Disponível em http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/04/dfid_fa_final.pdf
- ⁵³⁸ Entrevistas, 16.03.2009, Arusha.
- ⁵³⁹ Concelho Inter-Universitário para o Leste Africano Página inicial (2009). “Perfil”. Acesso a 16.07.2009 em <http://www.iucea.org/#>
- ⁵⁴⁰ Chin, Gregory T. e Frolic, B. Michael (2007). *Emerging Donors in International Development Assistance: The China Case* (Doadores Emergentes na Assistência Internacional ao Desenvolvimento). Dezembro: IRDC, Divisão de Desenvolvimento na Parceria e Negócios. Página 15.
- ⁵⁴¹ Entrevistas, 16.03.2009, Arusha.

- ⁵⁴² Portal da Comunidade do Leste Africano (2009). “Comissão da Bacia do Lago Victória (LVBC)”. Acesso a 16.07.2009 em <http://www.eac.int/lvdc.html>
- ⁵⁴³ Jie, T. e Nianfeng, L. (1995) “Some problems of ecological environmental geology in arid and semiarid areas of China” (Determinados problemas de geologia ecológica do meio-ambiente em áreas áridas e semi-desertas da China) no *Environmental Geology*, (Geologia do Meio Ambiente) Volume 26, Número 1, Julho.
- Qi, Shanzhong and Fang, Luo (1995). “Environmental Degradation in the Yellow River Delta, Shandong Province, China” (A Degradação Ambiental, Delta do Rio Amarelo, Província de Shandong, China) no *Journal of the Human Environment*, Volume 26, Número 1, Julho.
- Kleinn, Christoph; Yang, Yongping; Weyerhäuser, Horst and Stark, Marco (2006). “A Colheita Sustentável de Produtos Silvestres Não de Madeira na China: Estratégias de equilíbrio dos benefícios económicos e a conservação da biodiversidade, Procedimentos do Simpósio” Centro Sino-Alemão para a Promoção de Pesquisa. Março: Pequim.
- ⁵⁴⁴ Entrevista com agente superior de viagens das Linhas Aéreas dos Emirados Unidos, 17.03.2009, Arusha. Entrevista com agente superior de viagens das Linhas Aéreas da Etiópia, 17.03.2009, Arusha. Entrevista com agente superior de viagens das Linhas Aéreas de Catar, 17.03.2009, Arusha. Entrevista com agente superior de viagens das Linhas Aéreas do Quênia, 17.03.2009, Arusha.
- ⁵⁴⁵ Entrevistas, 16.03.2009, Arusha.
- ⁵⁴⁶ Entrevistas, 16.03.2009, Arusha.
- ⁵⁴⁷ Entrevistas com funcionários da EAC, 21.10.2009. Kampala.
- ⁵⁴⁸ Os membros fundadores da SADCC eram Angola, Botsuana, Lesôto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, a República Unida da Tanzânia, Zâmbia e o Zimbábue.
- ⁵⁴⁹ SADC Página inicial (2009). ”Perfil da SADC”. Acesso a 10.09.2009 em <http://www.sadc.int/>
- ⁵⁵⁰ Entrevista, 06.08.2009, Gaborone.
- ⁵⁵¹ Entrevistas, 06.08.2009, Gaborone.
- ⁵⁵² Entrevista, 06.08.2009, Gaborone.
- ⁵⁵³ Entrevista, 06.08.2009, Gaborone.
- ⁵⁵⁴ Entrevista, 06.08.2009, Gaborone.
- ⁵⁵⁵ Entrevista com representante do NBF, 09.04.2009, Lusaka, e oficial superior do Secretariado da SADC, 06.08.2009, Gaborone.
- ⁵⁵⁶ Entrevista com representante do NBF, 09.04.2009, Lusaka. Os projectos encontram-se em mais detalhe, nos:
- Programa de Facilitação de Comércio Regional, Página inicial (2008). “A Infra-estrutura Regional Avança na SADC”. Publicado a 10.11.2008, acesso a 02.09.2009 em <http://www.rtfp.org/news.php?id=77>

- ⁵⁵⁷ *Business Day* (2009). "China disposta a ajudar a SADC a gerar energia". Publicado a 03.08.2009, acesso a 09.09.2009 em <http://www.businessday.co.za/articles/Content.aspx?id=77437>
- ⁵⁵⁸ Ver Hilsum, L.: "We Love China," (Adoramos a China) *Granta*, 2005.
- ⁵⁵⁹ Ver Hale, D.: "Good News for Africa," (Boas Notícias para África) *Business Times*, 12 March 2006.
- ⁵⁶⁰ Servant, J-C.: "China's Trade Safari in Africa," (O Safari de Negócios da China em África), *Le Monde Diplomatique*, at [www://mondediplo.com](http://www.mondediplo.com).
- ⁵⁶¹ Nkwocha, S.: "China-Africa Relations - What's Next?" (As Relações China-África – O Que é Que Se Espera?) *Woldpress*, 23 de Novembro de 2007, at <http://craigeisele.woldpress.com>
- ⁵⁶² Kaplinsky, R.: "Asian Drivers and Sub Sahara Africa - The Challenge to Development Strategy," (Os Factores Impulsionadores e a África Subsariana – Desafio à Estratégia do Desenvolvimento), *Relatório para a Fundação Rockefeller*, Julho de 2007.
- ⁵⁶³ Hale, D.: "China's Economic Takeoff : Implications for Africa," (O Arranque Económico da China: As Implicações para África) *Brenthurst Discussion Papers*, No. 1, 2006.
- ⁵⁶⁴ Ver Timberg, C.: "In Africa, China Trade Brings Growth, Unease," *Washingtonpost.com*, at www.washingtonpost.com/wp-dyn.
- ⁵⁶⁵ See Mills, G and Sidouropolis, E.: "The Transformation of China's Economy : Prospects, Opportunities and Posers for South Africa," (A Transformação da Economia da China : Perspectivas, Oportunidades e Perguntas para a África do Sul), *Celebrating Ten Years of Freedom in South Africa and the South Africa-China Partnership (Celebrando Dez Anos de Liberdade na África do Sul e a Parceria Sino-Sul-Africana)*, *People's Daily*, Beijing, 2004, pp. 44-53.
- ⁵⁶⁶ Ver "Wolfowitz Says Africa Must Curb Corruption," (Wolfowitz Diz Que África Deve Impedir a Corrupção) *Business Day*, 21 de Julho de 2006.
- ⁵⁶⁷ Bonnett, D.: "Enter the Dragon - Exit Local Industry?" (Entra o Dragão – Sai a Indústria Local?) *Traders*, Edição 27, Julho-Setembro de 2006, p. 9.
- ⁵⁶⁸ Ver Report of the First Meeting of the Trilateral Dialogue : "Africa-China-US Dialogue," (Relatório da Primeira Reunião do Diálogo Trilateral : "Diálogo África-China-EUA") *Brenthurst Discussion Papers*, No. 6, 2006, p.8.
- ⁵⁶⁹ Ver Amosu, A.: "China Eyes Africa," (Olho da China Sobre África) *Foreign Policy in Focus*, 9 March 2007, at <http://www.fpiif.org>

- ⁵⁷⁰ Amosu, A.: “China in Africa : It’s (still) the Governance, Stupid,” (A China em África : É (ainda) a Governância) *Foreign Policy in Focus*, 10 de Março de 2007, at <http://www.fpfif.org>
- ⁵⁷¹ Wild, L.: “China, Africa and the G8 : The Missing Link,” (China, África e os G8 : A Ligação Que Falta) *International Open Democracy*, 11 de Julho de 2006, at <http://www.ippr.org>
- ⁵⁷² Besada, H.: “Is China a Reliable Development Partner?” (A China é um Parceiro de Desenvolvimento Confiável?) *Traders*, Maio-Junho de 2007, p. 19.
- ⁵⁷³ Giry, S.: “China’s Africa Strategy,” (A Estratégica da China em África) *Onus.Net*, 9 de Novembro de 2006, no <http://www.ocnus.net>
- ⁵⁷⁴ Ver Brahm, L.: *China’s Century : The Awakening of the Next Economic Powerhouse (O Século Chinês : O Dispartar da Próxima Super Potência Económica)*, John Wiley & Sons, Singapore, 2001. Ver também Lo, C.: *When Asia Meets China in the New Millennium (Quando a Ásia Encontra a China, no Novo Milénio)*, Prentice Hall, Singapore, 2003.
- ⁵⁷⁵ Davies, M.: “The Rise of China and the Commercial Consequences for Africa,” (A Subida da China e as Consequências Comerciais para África) em Draper, P. e Le Pere, G.: *Enter the Dragon (Entra o Dragão)*, Institute for Global Dialogue (Instituto de Discurso Global), Midrand, 2005, p. 163.
- ⁵⁷⁶ Brown, L.: “China Replacing the United States as the World’s Leading Consumer,” (China Toma o Lugar dos EAU como o Maior Consumidor Mundial) *Earth Policy Institute*, 16 de Fevereiro de 2005, at <http://www.earth-policy.org/>.
- ⁵⁷⁷ Ver Wang, M.: *China: Accession to the WTO and Economic Reform (China : Adesão à OMC e Reforma Económica)*, Foreign Language Press, Beijing, 2002.
- ⁵⁷⁸ Iqbal Meer-Sharma, citado em Polgreen, L e French, H.W.: “China’s Trade in Africa Carries a Price Tag,” (O Comércio da China em África Acarreta Um Preço) *The New York Times*, 21 de Agosto de 2007, at <http://www.nytimes.com>
- ⁵⁷⁹ Entrevistas com os Embaixadores Africanos em Pequim, efectuadas ao longo do período de 12 a 23 de Janeiro de 2008.
- ⁵⁸⁰ Entrevistas com o Secretariado do FOCAC, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Beijing 16 – 17 de Janeiro de 2008.
- ⁵⁸¹ Entrevistas com os funcionários de MOFA, 17-18 de Janeiro de 2008.
- ⁵⁸² Lu Tingen.: “Revisão de Relações Amistasas Sino-Africanas,” *Beijing Review*, Vol. 45, No. 19, 2002.

⁵⁸³ Mills, G e Shelton, G.: “Das Borboletas à Iniciação dos Grandes Negócios? Laços de Comércio e Investimento Ásia-África,” em Mills,G e Shelton, G. (Eds) : *Asia-Pacific and Africa Realising Economic Potential (Ásia-Pacífico e África Realizam Potencial Económico)*, South African Institute of International Affairs (Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais), Joanesburgo, 2003.

⁵⁸⁴ Entrevista com o Embaixador Zhong Jianhua, *ibid.*

⁵⁸⁵ Ver Wen Jiabao, *Let Us Build on Our Past Achievements and Promote China-Africa Friendly Co-operation on All Fronts* (Devemos Edificar Sobre os Nossos Sucessos e Promover a Cooperação Amistosa a Todos os Níveis), Elocação na Cerimónia de Abertura da Segunda Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação Sino-Africana.

⁵⁸⁶ Ver Da Ming.: “Fórum de Cooperação Sino-Africana – Juntando o Sul,” *Beijing Review*, 9 de Janeiro de 2003, pp. 11 - 12.

⁵⁸⁷ Ver Terril, R.: *The New Chinese Empire* (O Novo Império Chinês), Basic Books, Nova Iorque, 2003, Capítulo 10.
